

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PRESERVAÇÃO E SOCIEDADE
Novas abordagens sobre o patrimônio ambiental urbano do bairro da
Penha em São Paulo

ORIENTANDA: BARBARA BELORTE

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ARQUITETURA E CIDADE

LINHA DE PESQUISA: GESTÃO DO ESPAÇO URBANO

São Paulo - SP
Abril/2020

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PRESERVAÇÃO E SOCIEDADE
Novas abordagens sobre o patrimônio ambiental urbano do bairro da
Penha em São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Gestão do Espaço Urbano
Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa de Oliveira
Tourinho

São Paulo - SP
Abril/2020

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Universidade São Judas Tadeu**

Bibliotecária: Cláudia Silva Salviano Moreira - CRB 8/9237

Belorte, Barbara.

B452p Preservação e Sociedade: novas abordagens sobre o patrimônio ambiental urbano do bairro da Penha em São Paulo / Barbara Belorte. - São Paulo, 2020.

f.190: il.; 30 cm.

Orientadora: Andréa de Oliveira Tourinho.

Dissertação (mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2020.

1. Patrimônio ambiental urbano. 2. Preservação. 3. Tecnologias da informação. 4. Comunicação. 5. Memória I. Tourinho, Andréa de Oliveira. II. Universidade São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo. III. Título

CDD 22 – 720

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai (*in memoriam*), que apesar de não ter tido as mesmas oportunidades que eu tive, me fez acreditar que o conhecimento é a melhor riqueza que se possa querer. Sei que se estivesse aqui seria a primeira pessoa a me apoiar em todas as minhas aventuras acadêmicas.

À minha mãe, por todo incentivo e carinho incondicional. Obrigada por ser tão presente na minha vida.

Ao Diogo, pelo companheirismo durante toda minha trajetória.

A todos os penhenses que participaram deste trabalho por meio dos questionários e depoimentos *online*. Ao Grupo Ururay e Memorial Penha de França, em especial Patrícia Freire, Júlio Marcelino, Maurício Dias e Francisco Folco e à toda comunidade do Rosário e do Cordão da Micaela que me acolheram e me envolveram em uma experiência incrível de união.

Aos meus colegas de mestrado e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USJT, por todo ensinamento durante minha formação. Agradeço, também ao professor Fernando Atique e à professora Cristina de Campos pelas importantes contribuições na banca de qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento ao desenvolvimento da pesquisa.

E, por fim, sou imensamente grata à minha querida orientadora, prof. Dra. Andréa de Oliveira Tourinho, por todo suporte e atenção com minha pesquisa, além de todo carinho e amizade que surgiu desde a graduação. Obrigada por acreditar em mim, me apoiar e partilhar tanta sabedoria.

Levo comigo mais conhecimento, maturidade, amigos e muita saudade. Obrigada, USJT.

*Uma conta não faz colar,
Duas contas no que é que dá? Três já dá pra enfeitar
Quatro então faz melhorar, cinco é mistério a decifrar
Seis quando junta fica lindo, eu e ela e ele e tu e nós e tudo
Nossa Senhora abençoar!
Conte comigo irmã, vamos juntos fazer a conta
Sempre mais fica bonito, um rosário de muitas contas
Não erre não irmão, pra nós nunca perder a conta
Sempre mais fica bonito, um Rosário de muitas contas.”*

*(Tita Reis - Somos todos conta de um mesmo rosário
-Comunidade do Rosário dos Homens Pretos
da Penha de França)*

RESUMO

O presente trabalho busca entender a utilização das redes sociais como um instrumento para conhecer a percepção do habitante sobre o patrimônio cultural, tendo como recorte espacial a região tombada do centro histórico do bairro da Penha, na zona leste da cidade de São Paulo. A pesquisa partiu da insatisfação pelos métodos de inventariação tradicionais que pouco se articulam com a sociedade, propondo novas abordagens. Fundamentando-se na premissa de que as novas tecnologias da informação e comunicação podem contribuir para esses estudos, tal como defendido pela Declaração de Quebec em 2008, a pesquisa buscou construir um instrumental por meio da rede social Facebook, que possibilitou a interação com moradores e frequentadores da área. Entendendo a importância de se considerar as representações sociais sobre a região estudada, este trabalho também se amparou no conceito de patrimônio ambiental urbano defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses desde a década de 1970 e sustentado pelo autor até hoje. Busca-se contribuir para a leitura do patrimônio ambiental urbano penhense, investigando-se métodos que valorizem e potencializem práticas de preservação que tenham como foco principal as pessoas.

Palavras-chave: Penha, patrimônio ambiental urbano, preservação, memória, tecnologias da informação e comunicação.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the use of social networks as an instrument to get to know the inhabitant's perception of cultural heritage, having as a spatial cutout the protected region of the Penha's historic center on the east side of the city of São Paulo. The research was based on dissatisfaction with the traditional inventory methods, proposing new approaches. Based on the premise that new information and communication technologies can contribute to these studies, as defended by the Quebec Declaration in 2008, the research sought to build an instrument through the social network Facebook, which enabled interaction with residents and neighborhood goers. Knowing the importance of considering the social representations about the studied territory, this work also supported the concept of urban environmental heritage defended by Ulpiano Bezerra de Meneses since the 1970s and supported by the author until today. It seeks to contribute to the reading of the urban environmental heritage in the city, investigating a methods that value and enhance preservation practices with a primary focus on people.

Keywords: *Penha; urban environmental heritage; preservation; memory; information and communication technologies.*

Lista de Abreviaturas

ADE SAMPA	Agência São Paulo de Desenvolvimento
APT	Abertura de Processo de Tombamento
CCP	Centro Cultural da Penha
CMSP	Câmara Municipal de São Paulo
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo
CPC-USP	Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IGEPAC	Inventário Geral do Patrimônio Cultural
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LPUOS	Lei de Parcelamento Uso e Ocupação de Solo
MCP	Movimento Cultural da Penha
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDE	Plano Diretor Estratégico
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
REPEP	Rede Paulista de Educação Patrimonial
SEPLAN	Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
SESC	Serviço Social do Comércio
SMC	Secretaria Municipal da Cultura
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMJ	Secretaria Municipal da Justiça
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TICP	Território de Interesse da Cultura e da Paisagem
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPEC	Zona Especial de Preservação Cultural
ZEU	Zona de Estruturação Urbana
ZEUP	Zona de Estruturação Urbana Prevista
Z8-200	Zonas Especiais de Preservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Saída da procissão na ladeira da Penha, atual Rua Cel. Rodovalho em 1925.	60
Figura 2. Igreja Nsa. Sra. da Penha de França. Fonte: Acervo da autora (2018).	61
Figura 3. Mapa do bairro da Penha em 1930 com os principais eixos estruturadores do bairro, e seus antigos nomes. Fonte: Sara Brasil e tratamento da autora (1930).	62
Figura 4. Imagem aérea do bairro da Penha e seus principais eixos viários. Fonte: Google Earth e tratamento da autora (2018).	63
Figura 5. Largo e Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Fonte: acervo da autora (2018).	64
Figura 6. Perímetro de abertura do processo de tombamento do centro histórico da Penha de acordo com a resolução 26/CONPRESP/2004, mesma área indicada como ZEPEC em 2004 pelo Plano Regional da Subprefeitura da Penha. Fonte: Acervo da autora com base do Google Earth.	65
Figura 7. Colina penhense, destacando a basílica no ponto mais alto da área. Fonte: Acervo da autora (2019).	67
Figura 8. Mapa da região da Penha em 1897. Fonte: JESUS, 2006 apud EMPLASA.	68
Figura 9. Área envoltória do centro histórico da Penha e edifícios tombados. Fonte: Google Earth com tratamento da autora (2018).	69
Figura 10. Diretrizes de gabarito para a região do centro histórico da Penha. Fonte: Google Earth com tratamento da autora (2018).	71
Figura 11. Edifício do antigo seminário da Penha ao lado da basílica. Fonte: Acervo Memorial Penha de França (2009).	72
Figura 12. Volume principal do edifício. Fonte: Acervo da autora (2018).	74
Figura 13. Exemplo de arquitetura neocolonial projetada por Ricardo Severo para a Beneficência Portuguesa de Campinas. Fonte: ATIQUE (2006, p, 276).	77
Figura 14. Fachada principal do seminário da Penha, logo após sua inauguração na década de 1950. Fonte: Memorial Penha de França (2010).	78
Figura 15. Vista do bairro da Penha a partir da torre da Basílica, destacando prédio conhecido como "Monstro da Penha" em área com gabarito predominantemente baixo. Fonte: Acervo da autora (2019).	81
Figura 16. Projeto de implantação das duas torres residenciais propostas pela construtora. Fonte: Ação Civil Pública (2012, p.1520).	84
Figura 17. Vista do empreendimento a partir da Rua Santo Afonso. Fonte: Ação Civil Pública, (2012, p.1520).	84

Figura 18. Área de abrangência das Zeus e Zeups próximas aos eixos de transporte coletivo. Fonte: Plano Diretor Estratégico de São Paulo Ilustrado (2014).	91
Figura 19. Sobreposição de estratégias de planejamento urbano e preservação. Fonte: Google Earth com tratamento da autora (2019).	92
Figura 20. Perímetro (em linha roxa) considerado centro histórico da Penha no Plano Regional da Subprefeitura da Penha de 2016. Fonte: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras, (2016).	94
Figura 21. Oficina de projeto arquitetônico para o Memorial Penha de França. Fonte: Grupo Ururay (2018).	99
Figura 22. Festa do Rosário na Penha. Fonte: Acervo da autora (2019).	101
Figura 23. Festa do Rosário na Penha. Fonte: Centro Cultural da Penha, 2019.	101
Figura 24. Apresentação do Cordão da Micaela. Fonte: Acervo da autora (2019).	102
Figura 25. Anúncio divulgado no Facebook sobre o evento. Fonte: FACEBOOK (2018)...	103
Figura 26. Participantes da atividade Patrimônio em Debate realizada no Centro Cultural da Penha. Fonte: Acervo da autora (2018).	104
Figura 27. A atividade resultou em um painel com todas as referências citadas pelos participantes. Fonte: acervo da autora (2018).	106
Figura 28. Ranking das redes sociais virtuais mais utilizadas no mundo, 2019. Fonte: We are social (2019, online).	111
Figura 29. Sites mais visitados em 2019 de acordo com relatório da We are social 2019. Dos 20 sites visitados, 8 correspondem à alguma rede social, sendo a mais utilizada o Facebook. Destacam-se, também, os sites de adultos, pesquisas, e-mails e e-commerce. Fonte: <i>We are social</i> (2019, <i>online</i>).	111
Figura 30. Postagem realizada no perfil do bairro da Penha. Fonte: Facebook (2015).	116
Figura 31. . Algumas das publicações encontradas na página da rede social Facebook do Grupo Ururay. Fonte: Facebook (2019).	123
Figura 32. Algumas das publicações encontradas na página da rede social Facebook do Movimento Cultural da Penha. Fonte: Facebook (2019).	123
Figura 33. Alguns dos "perfis", "grupos" e "páginas" encontrados no site de rede social Facebook cujo assunto principal está relacionado ao bairro da Penha. Fonte: Facebook (2018).	124
Figura 34. Regras do Grupo Bairro d Penha - São Paulo. Grupo com maior número de usuário do bairro. Fone: Facebook (2019).	125
Figura 35. Algumas das postagens mais recorrentes dentro do grupo Penha Bairro -SP. Fonte: Facebook (2018).	126
Figura 36. Postagens sobre eventos. Fonte: Facebook (2018).	127

Figura 37. Publicação sobre recordações no bairro da Penha no grupo “Bairro da Penha – São Paulo. Fonte: Facebook (2019).	128
Figura 38. Exemplo de algumas postagens de referências antigas do bairro que não existem mais. Fonte: Bairro da Penha – São Paulo, Facebook (2019).	129
Figura 39. Exemplo de postagens que identificam lugares significativos no bairro da Penha, ainda presentes no bairro. Fonte: Facebook (2019).	130
Figura 40. Postagens com queixas de lugares malconservados ou com ameaça de demolição. Fonte: Facebook (2019).	130
Figura 41. . Publicações referente ao antigo seminário da Penha. Fonte: Facebook (2019).	131
Figura 42. Postagens realizadas pelos próprios moradores ou usuários do bairro da Penha encontradas na rede social Facebook. Fonte: Facebook (2019).	132
Figura 43. Desempenho total da publicação realizada através da plataforma Facebook. Fonte: Facebook (2019).	135
Figura 44. Publicação realizada no Facebook para atrair interessados para preencherem o questionário. Fonte: Facebook (2019).	137
Figura 45. Apresentação aos participantes para dar início ao preenchimento do questionário. Fonte: GOOGLE FORMS e formulário elaborado pela autora (2018).	139
Figura 46. Faixa etária dos participantes. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	141
Figura 47. Diagnóstico de faixa etária relacionada às pessoas que tiveram “envolvimentos” com a publicação do questionário. Fonte: Facebook (2019).	142
Figura 48. Gráfico traçando perfil do participante. Fonte: Fonte: Elaborado pela autora (2019).	145
Figura 49. Gráficos de análise do grau de importância dos três principais pontos religiosos do bairro. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	149
Figura 50. Gráficos ilustrando o grau de importância de alguns lugares tombados no centro histórico da Penha. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	150
Figura 51. Igreja Nsa. Sra. da Penha, 2019. Fonte: acervo da autora (2019).	152
Figura 52. Basílica Nsa. Sra. da Penha, 2019. Fonte acervo da autora (2019).	153
Figura 53. Largo do Rosário na Penha, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	154
Figura 54. Antigo Cine São Geraldo atualmente ocupado por um cartório e estacionamento, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	155
Figura 55. Antigo Cine São Geraldo atualmente ocupado por um cartório e estacionamento, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	156
Figura 56. Memorial Penha de França, localizado na Rua Betari, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	156
Figura 57. Monte Santo Eucaristó, 2019. Fonte: Acervo a autora (2019).	158

Figura 58. Imóvel tombado localizado da Rua Dr. João Ribeiro, 2019. Fonte: acervo da autora (2019).	158
Figura 59. Fundos do Cine Penha Theatro, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	161
Figura 60. Antigo Cine Júpiter, atual Besni, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	162
Figura 61. Relação de Lugares (além dos bens tombados) por q número de indicações (2019). Fonte: Elaborado pela autora.	163
Figura 62. Missa Afro-brasileira na Igreja do Rosário da Penha, 2018. Fonte: Comunidade Igreja do Rosário, Instagram (2018).	165
Figura 63. Relação de eventos e manifestações culturais do bairro por número de indicações. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	166
Figura 64. Padaria Yara, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	167
Figura 65. Fábrica Istambul, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	168
Figura 66. Fábrica Ornatos, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	169
Figura 67. Vinícola Lucano, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).	170
Figura 68. Gráfico com atividades tradicionais por número de indicações. Fonte: Elaborado pela autora (2019).	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO URBANA E VALORES	20
1.1. Memória social e patrimônio cultural	23
1.2. Percepção do habitante e representação urbana	27
1.3. O campo dos valores culturais.....	31
PRESERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	35
2.1. Preservação e sociedade: reflexões do segundo pós-guerra à Constituição de 1988	
35	
2.1. Políticas de preservação no município de São Paulo a partir da década de 1970 ...	40
2.2. Experiências inovadoras recentes	45
2.3. Sociedade e mídias digitais	50
O PATRIMÔNIO CULTURAL DO BAIRRO DA PENHA	58
3.1. Breve aproximação com a história do bairro	58
3.1. Ações dos órgãos de preservação: o processo de tombamento da área	64
3.1.1. O antigo Seminário da Penha: um capítulo à parte	72
3.2. Ações do planejamento urbano.....	90
3.3. Ações da sociedade: organizações e coletivos no bairro da Penha.....	94
3.3.1. Patrimônio em debate: o DPH visita o bairro	103
AS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	110
4.1. Facebook e o bairro da Penha: primeiras aproximações	110
4.2. Penha, um bairro virtual	118
4.3. A retomada da página “Penha de França Transformações e Permanências”	133
4.4. Construindo um questionário <i>on-line</i>	135
4.5. Análise dos resultados.....	141
4.5.1. Percepção sobre os imóveis tombados no centro histórico do bairro da Penha ...	148
4.5.2. Conhecendo novas referências culturais	159
4.5.2.1. Lugares	159
4.5.2.2. Festas, eventos e manifestações culturais.....	164

4.5.2.3. Saberes e técnicas tradicionais	167
4.5.3. O seminário da Penha deveria ser tombado?	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	180

A cidade é um espaço de memória que envolve diversos grupos sociais e seus interesses sobre o território. É um lugar de significações em que se aglutinam referências materiais e imateriais que tenham relevância para esses sujeitos. O patrimônio cultural de uma cidade traduz essas referências, retratando algo que seja representativo para alguém ou algum grupo.

O conceito de patrimônio cultural tem sido objeto de longas discussões desde a segunda metade do século XX, quando deixou de ser pensado essencialmente no seu caráter material e monumental, passando a ser incluído nos debates sobre as cidades, vinculados a questões de identidade, pertencimento, relações cotidianas e memórias dos sujeitos presentes e atuantes no território. A necessidade de se pensar o ambiente urbano e o patrimônio como algo integrado coloca a questão da preservação como parte fundamental da produção e dinamização das cidades¹.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, o patrimônio se deslocou do Estado para a sociedade, considerando-se o sujeito o principal responsável por identificar aquilo que para ele possui valor cultural. O patrimônio passou a ser considerado como fato social².

No entanto, apesar dos avanços da sociedade democrática e da noção ampliada dos conceitos de cultura e patrimônio traduzidos pela nova Constituição, passaram-se trinta anos e ainda se buscam caminhos efetivos de inclusão da participação social como prática na esfera pública.

Esta pesquisa procura refletir sobre o patrimônio cultural do centro histórico do bairro da Penha, na Zona Leste da cidade de São Paulo, por meio da percepção de seus habitantes. A presença de qualidades muito particulares em um dos núcleos de ocupação mais antigas da cidade de São Paulo nos levou a escolha do centro histórico da Penha como objeto de estudo. A região é marcada por características próprias de sociabilidade e relação dos seus habitantes com seu patrimônio material e imaterial, e por um cotidiano agitado pelos comércios e serviços da região. Permanecem no bairro referências culturais e históricas importantes mesmo após diversos processos de transformação que acompanharam os rumos da cidade de São Paulo.

¹ A partir dos anos 1960, diversas conferências no campo da preservação são realizadas, compreendendo uma noção de patrimônio cultural mais abrangente, introduzindo como pauta a preservação de conjuntos urbanos e arquiteturas mais modestas (Carta de Veneza de 1964), a ideia de conservação integrada (Declaração de Amsterdã de 1975) e a participação da sociedade no reconhecimento do patrimônio cultural (Convenção de Paris, 1972).

² De acordo com o professor Ulpiano Bezerra de Meneses (2017), a Constituição Federal, ao incluir uma variedade de categorias consideradas patrimônio cultural, transpôs a matriz do valor cultural do Estado para a sociedade, ou seja, assumiu que é a sociedade quem atribui e cria valor cultural.

O centro histórico penhense foi tombado pelo município de São Paulo no início de 2018, após 14 anos desde a Abertura de Processo de Tombamento do seu perímetro em 2004, decorrente das indicações de Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) nos Planos Regionais das Subprefeituras (PRES) realizados no mesmo ano. A instrução do processo resultou na definição de um novo perímetro do centro histórico do bairro – diferente daquele indicado inicialmente no PRES-Penha -, onde foram tombados 17 imóveis, protegidos alguns espaços públicos e estabelecidos limites de altura para construções na área envoltória. Além disso, estabeleceu-se um perímetro de monitoramento arqueológico.

Contudo, a valorização e apropriação do patrimônio cultural penhense é reflexo das dinâmicas sociais construídas na região, sendo, essa, parte integrante da consolidação do bairro e só percebidas na sua vivência cotidiana. A existência de grupos e coletivos preocupados com a memória do bairro contribui para o reconhecimento e ocupação desse universo cultural.

Essas dinâmicas são pouco traduzidas nos discursos oficiais referentes à preservação que quase sempre se limitam, nos processos de instrução de tombamento, a estudos relacionados à legibilidade de um bairro, sua morfologia, estética e história, assim como foi percebido no processo de tombamento do centro histórico da Penha. A insatisfação com estudos pautados em políticas de preservação pouco renovadas, e sem envolvimento das comunidades, motivou esta pesquisa a refletir sobre novas possibilidades de trabalhos que de fato dialoguem com o habitante local.

Enfatizamos que não se trata de desprezar o trabalho normativo e de pesquisa dos técnicos, absolutamente necessários, mas contribuir com novas perspectivas que deem ao habitante uma presença menos etérea, tal como defendido pelo Prof. Ulpiano Bezerra de Meneses (2017) e como previsto na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, procuramos trabalhar com o conceito de patrimônio ambiental urbano, muito difundido em São Paulo na década de 1970 e retomado nos últimos anos (RODRIGUES, TOURINHO, 2016; SOMEKH, 2015; TONASSO, 2017), conforme a acepção defendida por Meneses desde 1978.

Com efeito, de acordo com Meneses (1978), o patrimônio ambiental urbano deve ser entendido como um conjunto de referências socialmente apropriadas que geram representações sociais a partir das significações resultantes das relações com os sujeitos habitantes da cidade.

Para Marly Rodrigues (2019)³, esse conceito foi muito discutido na teoria, todavia ainda não se efetivou como resultado de trabalho realizado. Embora o Inventário Geral do Patrimônio Cultural (IGEPAC), realizado pelo órgão municipal de preservação da cidade de São Paulo, na década de 1980, tenha se pautado no conceito de patrimônio ambiental urbano, não se valorizou o estudo da memória coletiva e das relações sociais estabelecidas nos bairros em que se desenvolveram tais pesquisas.

Esse conflito nos levou a propor novas estratégias de interação e participação social, tendo como base a premissa de que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem auxiliar nessa tarefa, assim como recomendado pela Declaração de Quebec em 2008. Esse documento do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) trata sobre a preservação do espírito do lugar, sugerindo o uso das mídias digitais como um instrumento essencial de comunicação e conhecimento do patrimônio cultural.

O campo dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade é relativamente recente. Contudo, vem ganhando espaço no cenário acadêmico em diversas áreas do conhecimento por defender um meio mais eficaz de produção e difusão de informação, sendo, também, um mecanismo eficaz de engajamento social. (PREMEBIDA; NEVES; ALMEIDA, 2011)

Neste caminho, nos amparamos na netnografia – ou etnografia virtual –, uma metodologia interpretativa e experimental que se utiliza das comunicações mediadas pelo computador para compreensão de um grupo social, analisando discussões presentes no ambiente virtual (KOZINETS, 2014). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que aborda aspectos que não podem ser quantificados, mas que buscam compreender as visões de um grupo social, suas práticas, crenças e comportamentos (CHIZZOTTI, 2016).

Por meio da coleta de informações encontradas em *blogs*, *sites* e redes sociais virtuais, com ênfase na manifestação do leitor e usuário dessas tecnologias, bem como a partir da aplicação de um questionário *online* na rede social Facebook, buscou-se conhecer o patrimônio ambiental urbano do bairro da Penha.

A escolha pela utilização do Facebook ocorreu devido à sua capacidade de combinar diferentes formas de utilização dentro de um ambiente virtual.⁴ Sua possibilidade de interação é ampla e qualquer usuário pode criar um “perfil” de forma gratuita, interagindo com outras pessoas a partir de publicações, fotos, vídeos, textos e *links* com direcionamento para outras

³ Cf. fala de Rodrigues no Seminário *Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva*, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), no dia 11 de junho de 2019.

⁴ A rede social Facebook foi criada em 2004 nos Estados Unidos, mas passou a atingir o público brasileiro apenas em 2009. Atualmente, é a maior rede social do mundo chegando a 130 milhões de usuários no Brasil em 2018.

plataformas. O usuário também é capaz de interagir nas publicações de seus amigos “reagindo” a elas com “curtidas”, compartilhamento dos conteúdos de interesse, bem como comentando nas publicações de outros usuários. Além da interação com amigos, um usuário pode se conectar com outras pessoas que possuem interesses comuns por meio de “páginas” ou “grupos virtuais”.

A partir da criação de uma página relacionada ao bairro da Penha na plataforma, resultante de um trabalho realizado pela autora, que teve início em 2015, no Programa Voluntário de Iniciação Científica na Universidade São Judas Tadeu, foram aplicados questionários qualitativos *on-line* aos seus seguidores que são, em sua maioria, moradores, ex-moradores, frequentadores e trabalhadores da região.

O questionário tem como propósito buscar conhecer, nas respostas de seus participantes, a relação dessas pessoas com a área, suas representações sobre o bairro e os valores culturais que esses atribuem ao território penhense. Além disso, busca-se compreender se, de fato, o processo de tombamento da área conseguiu traduzir as expectativas de quem habita aquele lugar.

Ressalta-se que a rede social, apesar de atingir um número considerável de pessoas, não reflete o número real de moradores/frequentadores da área e que a aplicação de questionários também possui suas limitações, uma vez que nem todos são preenchidos de forma completa ou interpretados de maneira correta.

Alguns trabalhos já exploram as TICs no âmbito da preservação, como o estudo do arquiteto Rodrigo Peronti Santiago (2007), “*Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais*”, que discute as potencialidades do ambiente tecnológico na preservação do patrimônio cultural, abordando alguns modos de se traduzir o patrimônio cultural para o ambiente virtual, analisando a experiência do curso de extensão Pinhal Digital. Esse curso buscava preservar a Fazenda Pinhal, localizada na cidade de São Carlos, através do emprego das TICs, utilizando-a como meio de divulgação do acervo da fazenda e construindo uma plataforma digital com amplo acervo documental sobre o lugar.

Em relação especificamente à rede social Facebook, poucos trabalhos exploraram sua aplicação no campo do patrimônio, todavia, já existem autores que se dedicam ao seu uso como instrumento de estudo. A pesquisa de mestrado da arquiteta Camila Silva de Oliveira, “*Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural*”, defendida em 2018, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAU-USP), sob a orientação da profa. Flávia Brito do Nascimento, também procurou utilizar a rede social para entender a percepção dos londrinenses sobre o lago Igapó, além de aplicar questionários *on-line*, divulgados no perfil da Prefeitura de Londrina no Facebook resultando em um número de

242 participantes. Já a pesquisa de mestrado de Janaina Faleiro Lucas Mesquita (2016), “*Sob as contas do Rosário: Objetos e lugares da Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão, Goiás*”, explorou as redes sociais como meio de divulgação de estudos acadêmicos sobre a festa, por meio da criação da página “*Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário*”, motivada pela insatisfação dos próprios envolvidos com a festa em não receber esses trabalhos. A página foi resultado de uma parceria entre Mesquita e outros colaboradores que buscavam alimentar a página constantemente com informações sobre o patrimônio imaterial da região.

Vale ressaltar que, em São Paulo, o órgão municipal de preservação do patrimônio é constituído em sua maioria por técnicos com formação na área de Arquitetura, o que limita certas leituras e/ou procedimentos metodológicos de inventariação. Apesar de trazermos alguns autores de outras áreas do conhecimento, como geógrafos humanistas (TUAN, 1980), da filosofia e psicologia social (JODELET, 1989), bem como da ciência e tecnologia (ARAÚJO, 2017), este estudo também é realizado sob a ótica de um profissional da área de Arquitetura e Urbanismo, apresentando, dessa forma, suas limitações.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos: no **capítulo 1, “Patrimônio ambiental urbano: memória, representação urbana e valores”**, procura-se compreender o conceito de patrimônio ambiental urbano defendido por Meneses, o qual consideramos um conceito muito mais amplo e próximo de uma abordagem das relações sociais que conformam o território. A complexidade do conceito nos levou a destacar e analisar algumas questões, sempre muito presentes nos textos do autor, como a memória social (HALBWACHS, 1950; POLLAK, 1992; NORA, 1992), a representação do espaço urbano (JODELET, 1989; ROLIM, 2013; FERNANDES, 1992) e o campo dos valores culturais (MENESES, 1992).

No **capítulo 2, “Preservação e participação social”**, constrói-se uma trajetória histórica sobre a questão da participação social no universo das políticas de preservação do patrimônio, tendo como principais referências teóricas a historiadora Marly Rodrigues (2000), autora de “*Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*”, a geógrafa Cintia Nigro Rodrigues (2001) responsável pela pesquisa de mestrado “*Territórios do Patrimônio, tombamento e participação social na cidade de São Paulo*”, além da contribuição de outros autores como Prata (2009), Zanirato (2015) e Tourinho (2016). Pretende-se refletir sobre os instrumentos de preservação, sobretudo no município de São Paulo, e sua interação com a população. Nosso recorte temporal tem início na segunda metade do século XX e se estende até as iniciativas de preservação mais recentes.

Abordaremos, também, algumas ações contemporâneas como o Inventário Participativo de Referências Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

que nos serviu de referência para elaboração do questionário *on-line* aplicado na Penha. Além disso, apresentaremos algumas ações inovadoras realizadas em São Paulo por instituições e organizações formadas pela própria sociedade, enfatizando os trabalhos da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP).

Nesse capítulo, também apresentaremos uma reflexão sobre as mídias digitais, refletindo sobre sua disseminação e apropriação social nas últimas décadas, buscando reconhecer o avanço dessas tecnologias e seus possíveis meios de comunicação e interação entre diferentes atores. Baseado em autores como Manuel Castells (1999), Pierre Levy (1999) e Raquel Recuero (2014), o texto constrói um panorama da sociedade em rede e como uma comunidade virtual funciona. Em seus estudos, esses autores observaram, com otimismo, significativas mudanças relacionadas à incorporação das TICs no cotidiano de milhares de pessoas e o surgimento de novas maneiras de se relacionar, interagir e se comunicar socialmente através de redes sociais virtuais.

O capítulo 3, “**O patrimônio cultural do bairro da Penha**”, está relacionado aos diferentes atores sociais envolvidos com a região e seu patrimônio cultural. Abordaremos diferentes óticas sobre o bairro, apresentando as ações relacionadas aos órgãos de planejamento urbano, de preservação do patrimônio e ações da própria comunidade penhense.

Para compreender a visão dos órgãos de planejamento sobre a Penha serão analisados os Planos Diretores de São Paulo, de 2002 e 2014, e suas respectivas leis de zoneamento. A apreensão e análise da visão do órgão municipal de preservação está relacionada aos estudos de tombamento realizados pelo Departamento do Patrimônio Histórico da São Paulo (DPH), contidos no processo administrativo municipal de nº 2007-0.301.455-1. Além disso, daremos enfoque a um dos patrimônios culturais do bairro, o antigo Seminário da Penha, um imóvel excluído do processo de tombamento do bairro, por causa de um pedido anterior para construção de um empreendimento residencial no local que até o momento não se concretizou, devido a uma ação judicial no Ministério Público, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o momento.

O capítulo também abordará alguns grupos responsáveis pelos recentes processos de apropriação social do patrimônio cultural penhense por meio de diversas atividades que são realizadas na região. Destacam-se as ações do Grupo Ururay, Movimento Cultural da Penha, Comissão do Rosário e da instituição Memorial Penha de França. Esses grupos trabalham ora de forma individualizada, ora articulada.

Por fim, o capítulo 4, “**As redes sociais como instrumento de participação social**”, relata todo o processo metodológico da pesquisa desde as primeiras aproximações com as redes

sociais, ainda em 2015, antes de dar início ao Curso de Mestrado, até o momento. De novembro de 2018 a março de 2019, foram coletados 221 questionários que foram analisados, amparados no referencial teórico trabalhado nos primeiros dois capítulos da dissertação, compreendendo as relações do habitante com sua memória social e buscando entender as representações urbanas do bairro da Penha e suas significações.

Buscou-se, também, trazer informações coletadas em distintas plataformas que tem como tema o patrimônio cultural da Penha, analisando-se comentários e depoimentos de pessoas que frequentam ou moram na região.

Assim, este trabalho busca contribuir para uma nova perspectiva para futuros estudos, sejam eles no âmbito acadêmico ou administrativo, ampliando estratégias de instrumentalização do conhecimento do patrimônio cultural de forma que se configurem como ações mais abrangentes e com maior diálogo com a sociedade. Enfatiza-se a necessidade de novas abordagens, sobretudo em cidades complexas como São Paulo, que possuem dinâmicas variadas, dificultando ações efetivas de proteção do patrimônio cultural.

Capítulo 1

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO URBANA E VALORES

A premissa destas reflexões é o valor cultural entendido como o potencial de qualificar (diferencialmente) qualquer tempo ou segmento da vida humana integral e seus processos de socialização pela interação recíproca com espaços, coisas, práticas. Não se justificam, assim, polaridades excludentes entre sujeito e objeto, utensílios e usuários, habitat e habitante, patrimônio material e imaterial. (MENESES, 2017, p. 01)

Embora a discussão do patrimônio cultural seja resultado de uma longa trajetória histórica, o foco deste trabalho recai sobre o período que se abre a partir da segunda metade do século XX, com a ampliação da noção de patrimônio, levando em consideração uma dimensão mais abrangente do significado do bem cultural, e conduzindo o campo do patrimônio em outras direções, tendo em vista principalmente sua relação com as dinâmicas sociais.

Em meados dos anos 1960, a noção do patrimônio já não englobaria apenas obras imponentes. A sociedade mudara e, portanto, a noção de patrimônio também muda:

A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. (...). Todas as formas da arte de construir, erudita e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários foram anexadas, sob novas dimensões (...). Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades. (CHOAY, 2001, p. 12)

Este capítulo busca entender o conceito de patrimônio ambiental urbano, difundido em São Paulo na década de 1970, principalmente no âmbito dos órgãos de planejamento urbano.

Segundo Rodrigues (2000, p. 61):

O conceito de patrimônio ambiental, acreditavam, era mais amplo e inclusivo que aquele que orientara as práticas preservacionistas até então, pois em lugar da singularidade e da monumentalidade, reconhecia em diferentes espaços urbanos os valores históricos, social, cultural, formal, técnico e afetivo que caracterizavam a cidade. Entendendo a noção de natureza como espaço em que o homem projeta sua cultura, e a de cultura no sentido material e ideativo, os planejadores apresentavam o

patrimônio ambiental urbano como um conceito capaz de abarcar os aspectos sociais do espaço, pois o percebiam como um portador de significados.

Esse conceito se expandiu a partir do curso ministrado para arquitetos em 1974, coordenado pelo CONDEPHAAT, IPHAN e Universidade de São Paulo, que contou com a participação de Hugues de Varine Bohan, na época, membro do Conselho Internacional de Museus da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO). Seu curso trouxe novas perspectivas para o campo do patrimônio cultural:

Ao discutir o conceito de patrimônio, Varine-Bohan abriu aos especialistas o caminho para a compreensão da complexidade e amplitude das ações preservacionistas. Admitindo as inúmeras interpretações do conceito e sua mutabilidade, o professor mostrou o patrimônio como um fato cultural composto por três categorias de elementos, o meio ambiente, o conhecimento e tudo o que o homem fabricou, isto é, os bens culturais. (...) Entendendo a preservação como ação cujo alvo era o homem e não as coisas, Varine-Bohan lançou aos preservacionistas que o ouviam uma pergunta inquietante – “Por que vocês querem conservar o patrimônio?” (RODRIGUES, M., 2000, p. 51/53)

A transformação da cidade causada pela sua rápida urbanização, ocorrida a partir da década de 1950, acentuando-se nos anos 1970, impôs a necessidade de se pensar os bens culturais de forma conjunta com o espaço urbano. Nessa conjuntura, era necessário pensar em práticas de preservação dentro de um ambiente já consolidado, mantendo a qualidade de vida de seus habitantes.

Em consequência, esse período foi marcado por diversas iniciativas no âmbito dos órgãos de política urbana de São Paulo que, entre outros objetivos, buscavam abranger, nas ações de planejamento, a preservação, por meio de programas de proteção do patrimônio, cursos, concursos culturais e inventários, conforme se abordará no Capítulo 2 deste trabalho:

A partir do momento em que a cidade demonstrou tendência a se desfigurar já era de se esperar alguma preocupação concreta em defesa desse patrimônio. (...) A questão que ora se coloca é a de compatibilizar crescimento econômico e qualidade de vida, ou seja, orientar o desenvolvimento urbano de tal forma que o mesmo não continue a destruir um dos componentes substanciais da cultura de qualquer povo: seus elementos construtivos, suas maneiras de ser. (SEPLAN, 1978, p. 15)

Fundamentados no conceito de patrimônio ambiental urbano, esses programas procuraram entender as relações preestabelecidas entre um bem cultural e seu entorno, compreendendo também os valores atribuídos pela sociedade de acordo com as interações sociais no local:

Buscava-se, assim, romper com a percepção, então quase exclusiva, das unidades ou conjuntos edificados, referências da história e da arquitetura, como vias de conhecimento do passado. Buscavam-se novos parâmetros de atribuição de valores culturais – não exclusivamente históricos ou arquitetônicos –, a partir da historicidade dos espaços, daquilo que nele ficara marcado cumulativamente no decorrer do tempo

e que representa a constante transformação da sociedade. (TOURINHO; RODRIGUES, 2016, p. 76)

Diversos são os autores que, na época, se debruçaram sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano. Entre eles, Carlos Lemos, Eduardo Yazigi, Benedito Lima de Toledo, e Ulpiano Bezerra de Meneses. No entanto, o conceito abriu brechas para diversas interpretações. O que se verifica é que a noção de patrimônio ambiental urbano que prevaleceu nos órgãos de política urbana, posteriormente, não foi a noção defendida por Meneses (1978), a qual buscaremos retomar neste trabalho. Meneses (1978, p. 45) considerava – e ainda considera – o patrimônio como um “fato social, produto de uma sociedade específica e que é só na prática social que ele poderá ser apreendido”.

De acordo com o próprio autor, a identificação dos elementos constitutivos da cidade priorizou uma noção influenciada pela metodologia de leitura da cidade defendida por Kevin Lynch (1960) e Gordon Cullen (1960), definindo uma política de preservação protagonizada, entre nós, pelo arquiteto Carlos Lemos que, embora considerasse o patrimônio como uma referência na cidade, reduzia sua valorização às características materiais (RODRIGUES, 2000, p. 65). Essa visão não abordou todas as perspectivas sustentadas na acepção de Meneses:

Ao considerar o patrimônio como um fato da cultura, produto das respostas do homem aos desafios cotidianos, Bezerra de Meneses retirava-lhe e sentido de “coisa do passado”, “herança estática”, para torná-lo um dado do presente, “coisa viva”, submetida ao constante refazer-se da sociedade. (...) Não se tratava, portanto, de considerar este ou aquele objeto isoladamente, mas em relação a um sistema, “suporte de significados”, cuja apropriação social precisava ser conhecida. (RODRIGUES, 2000, p. 66)

Para Meneses (2018), o patrimônio ambiental urbano é povoado pelo habitante, pois são os grupos sociais que se apropriam culturalmente de certos bens e alimentam sua memória social. São os sujeitos que produzem e utilizam os objetos e, por sua vez, os objetos nos modificam. Portanto, o patrimônio tem potencial de transformação nos dois sentidos. Na sua dimensão imaterial, transfere seu valor cultural para as práticas sociais, ou seja, coloca o sujeito como protagonista, inclui a emoção e a expressão corporal, logo o patrimônio é “coisa de humano em ação” (informação verbal).⁵ E por abordar uma dimensão tão íntima ao habitante, aferi-lo torna-se um grande desafio no âmbito da preservação.

Esse conceito entende o espaço urbano como o “produto de uma sociedade específica”, apreendido na prática. Portanto, “para entender o que é o patrimônio ambiental urbano de

⁵ Conferência do Prof. Meneses: “As dimensões do patrimônio”, no X Fórum Mestres e Conselheiros – Agentes Multiplicadores do Patrimônio, Belo Horizonte (MG), 2018.

determinada sociedade, é imprescindível examinar o modo como ele é produzido” (MENESES, 1978 p.45).

Construções, paisagens e qualquer manifestação e ação ocorrida nesses espaços fazem parte desse domínio quando articuladas ao cotidiano das pessoas, quando são apropriadas e quando capazes de produzir memórias, significações e representações: “O que determina a seleção destes ou daqueles objetos e sua articulação solidária é a carga de significação que eles apresentam: são percebidos como dotados de potencial que os torna aptos à elaboração de representações do meio ambiente urbano” (MENESES, 1978, p.45).

Procurando entender melhor esse conceito, serão apresentadas algumas reflexões que, segundo Meneses, são fundamentais para a compreensão do patrimônio ambiental urbano de um dado local, tendo em vista que a memória é elemento fundamental capaz de gerar representações e atribuição de valor. O autor mantém um discurso muito consistente desde 1978 até hoje, sempre voltando para algumas questões chaves como a memória social, as representações sociais do espaço urbano e os valores culturais atribuídos pelos diversos grupos sociais. São conhecimentos relacionados às práticas sociais.

1.1. Memória social e patrimônio cultural

A ligação do sujeito com a cidade é, sobretudo, uma ligação afetiva, e a memória é a capacidade humana de reter e retomar as experiências pelas quais passamos⁶. A memória, portanto, é construída a partir do afeto e das nossas experiências e aprendizados adquiridos ao longo dos anos. Sua construção é feita a partir de acontecimentos, pessoas e lugares e, por ser um elemento intangível, presente em nosso imaginário, tem caráter seletivo. Lembramos e passamos adiante somente as informações que julgamos mais importantes. Nem tudo fica registrado, o que implica questões mais amplas, como as culturais, e mesmo políticas.

O conceito de memória coletiva foi pela primeira vez estudado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs. Em sua obra póstuma “*A memória Coletiva*” (1950), o autor afirma que, apesar da existência da memória individual, essa é construída a partir da interação humana e estão sempre marcadas sob influência de grupos diversos: familiares, amigos, vizinhança, colegas de trabalho, nação, etc.

As memórias são registros que representam experiências, acontecimentos e manifestações de comunidades diversas. De acordo com Pollak (1992, p. 02), os elementos

⁶ Essa temática foi abordada no Curso “Memória e Cidade: O patrimônio cultural em São Paulo”, ministrado por Marly Rodrigues, Andréa de Oliveira Tourinho e Olívia Malfatti Buscariolli – Centro de Cultura e Formação do Sesc, 2018.

constitutivos de memória dividem-se nos acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, são os eventos herdados por alguns grupos que não necessariamente presenciaram tais acontecimentos. No entanto, se identificam com determinado passado herdando tal memória para si. A memória, portanto, ao ser coletiva, pode ser compartilhada e herdada.

Halbwachs (1950) nos deixa clara essa lógica ao exemplificar que um passeio em um determinado lugar pode ser influenciado pelas lembranças que temos dele, com base em uma descrição feita em um livro, um relato de um amigo, uma notícia, etc.

Um exemplo mais claro de acontecimentos vividos por tabela pode ser observado em algumas memórias denominadas “difíceis” como a do holocausto, da Segunda Guerra Mundial ou mesmo das ditaduras militares. Apesar de não presenciarmos esses acontecimentos, é sempre lembrado pela maioria como eventos traumáticos.

A memória também pode ser constituída por indivíduos que passam a personificar algum tipo de acontecimento. São construídas de forma associada a algum personagem, um líder, um ditador, um presidente, entre outros.

Por meio das narrativas é possível se construir parte da história. No entanto, é importante ressaltar que memória e história, apesar de dialogarem, são conceitos diferentes. A história é a documentação crítica de um passado, respaldado em fontes de pesquisa diversas. Já a memória envolve um conhecimento adquirido empiricamente através de lembranças, afetividades, percepções e convívio social. (HALBWACHS, 1950; NORA, 1992)

Para Pierre Nora (1992, p. 09):

A memória é a ida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido do eterno presente; a história, uma representação do passado.

Ainda, segundo o autor, o que alimenta a memória são lembranças vagas, simbólicas e particulares que emerge de um grupo unido por ela, enquanto a história torna-se conhecimento de todos, possui uma vocação mais universal.

Para Halbwachs (1950) a memória é uma “corrente de pensamento contínuo” mantido em um grupo. Só há história quando não há mais memória, quando acaba a tradição:

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo

ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. (HALBWACHS, 1950, p.81)

Uma sociedade pode manter uma memória por um breve ou longo período de acordo com seus interesses, acontecimentos, de acordo com o tempo de manutenção de um grupo que pode vir a desaparecer. Os grupos se transformam e mudam. Como efeito, segundo Halbwachs, existem diversas memórias coletivas que têm como suporte diferentes grupos delimitados no tempo e no espaço, o que caracteriza a história objetivada, ou seja, relacionada aos bens e práticas no campo da cultura.

A memória pode estar enraizada no passado, mas é no presente que transmite tudo aquilo que está acumulada nela. Só existe memória por causa do presente.⁷ Para Meneses (1992, p. 11):

A memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire, estrutura e se refaz, num processo constante, de feição adaptativa. A tradição (memória exteriorizada como modelo) nunca se refere a nenhum corpo consolidado de crenças, normas, valores, referências definidas na sua origem passada, mas está sujeita permanentemente à dinâmica social.

A memória, portanto, é uma construção social e, sendo uma construção social, ela é seletiva, pois envolve interesses diversos: ideológicos, culturais e econômicos. Segundo Meneses (1992), decidimos o que queremos lembrar ou não, de acordo com nossas afinidades culturais e políticas, ou de acordo com aquilo a que somos expostos, influenciados por alguns grupos sociais em detrimento de outros. Desta forma, a memória também é objeto de luta entre grupos e classes, podendo convenientemente esconder elementos do passado que não há interesse de serem lembrados. Constrói-se contra o esquecimento, mas também com um esquecimento. Pode ser inclusive entendida como um mecanismo programado de esquecimento. (MENESES, 2010)

A memória é um fenômeno construído seja essa construção consciente ou inconsciente: “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p.05). Essa seletividade pode inclusive ser identificada nas escolhas das datas oficiais que representam a memória nacional de um país, objeto de luta e interesses políticos:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, p.04)

⁷ Aula Magna ministrada por Meneses em 2010 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), “A questão da memória nas Ciências Sociais”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CrExXTGAVKM&t=1084s>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Portanto, o processo de construção de uma memória coletiva envolve disputas a respeito do passado para cada grupo social envolvido, e como esse passado e os seus cenários são transmitidos. E por envolver nosso passado, envolve também nossa identidade:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.05)

Sendo assim, a memória constrói identidades e grupos sociais:

Os habitantes de um pequeno vilarejo não param de se observar mutuamente, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles, porque repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Dentro de tais meios, todos os indivíduos pensam e se recordam em comum (HALBWACHS, 1950, p. 80)

Outro aspecto importante relacionado ao conceito de memória é sua relação com os lugares: “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. (HALBWACHS, 1950, p. 143). Os lugares podem ser considerados referências para a construção da memória individual e coletiva. São ambientes onde o indivíduo se reconhece e evoca narrativas:

O modo com que cada pessoa interpreta suas experiências no lugar é que produz significado ao espaço físico. Com o passar do tempo, um conjunto de significados e experiências dão origem a memória coletiva e passam a fazer parte da herança cultural do lugar. (TARDIVO; PRATSCHKE, 2016, p.09).

Um lugar desperta, portanto, recordações e relações de afetividade. Reconhecer-nos em um determinado local nos traz um certo equilíbrio mental decorrente dos objetos e matérias que estamos em contato diário e que pouco mudam. “As imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu” (HALBWACHS, 1950, p. 131).

De acordo com Halbwachs (1950), um grupo sempre transforma um espaço à sua imagem, ao mesmo tempo se adapta às coisas que neste espaço resistem. Portanto um lugar recebe marcas da sociedade:

Os grupos estão naturalmente ligados a um lugar porque é o fato de estarem próximos no espaço que criou entre seus membros relações sociais: uma família, um casal pode ser definido, olhando de fora, como o conjunto das pessoas que vivem na mesma casa, no mesmo apartamento, e, como se diz nos recenseamentos, sob o mesmo teto. Se os habitantes de uma cidade ou de um quarteirão formam uma pequena sociedade, é porque estão reunidos numa mesma região do espaço. (HALBWACHS, 1950, p. 140)

Evidentemente, existe uma relação muito próxima entre memória e patrimônio cultural, uma vez que este pode se configurar na salvaguarda da memória relacionada a um grupo social seja por meio de objetos, lugares, manifestações, rituais, etc. De acordo com Marly Rodrigues (2000, p. 105):

Por meio do patrimônio as sociedades criam formas de representação do passado nas quais se justificam valores que fundamentam as relações sociais no presente; ele é um lugar de memória que permite compor imagens que sustentam identidades individuais e coletivas. É por isso, um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais, o que os torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança.

O patrimônio cultural se manifesta como um conjunto de bens – materiais e imateriais – que fazem sentido para um grupo social. Pode ser considerado um suporte de memória, pois é a representação material dessa memória pertencente aos diversos grupos que formam uma sociedade. Desta maneira, é capaz de criar elos, despertando um sentimento de pertencimento e segurança nos sujeitos que habitam esse patrimônio.

Para Meneses, a memória está subordinada às práticas sociais e, portanto, traz o sujeito à ação. É a memória que nos dá referência no presente com base nas nossas experiências passadas, sendo responsável por projetar significações: “Falar de patrimônio ambiental urbano, como falar de patrimônio cultural geral, é, de maneira direta ou indireta, falar de memória social, de onde se projetam as significações que vão enformar as representações da cidade” (MENESES, 1978, p.46).

Para o autor, é instrumento fundamental de identidade, conservação e desenvolvimento. É a memória que produz conteúdo e elabora o imaginário e a representação: “Trabalhar a memória é trabalhar a significação das representações” (MENESES, 2010):

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. (...). Nessa perspectiva, o estudo da memória ganharia muito se fosse conduzido no domínio das representações sociais problemática na qual a Psicologia Social tem investido consideravelmente, nos últimos anos, procurando parâmetros e instrumentos metodológicos para análises de gênese, operações, produtos e funções. (MENESES, 1992, p. 22)

1.2. Percepção do habitante e representação urbana

O patrimônio ambiental urbano é um “fato social” entendido na prática e levando em conta “valores, ideias, imagens, aspirações e justificações” (MENESES, 1978 p. 45). Para Meneses, “patrimônio ambiental urbano é um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano”.

Isso significa que o patrimônio está intimamente ligado às representações sociais, ou seja, aquilo que um sujeito percebe no espaço e que tenha algum significado. Meneses afirma a necessidade de se interpretar as representações, mas não somente pelo viés das construções de imagens mentais:

Em essência, o objetivo é distinguir e interpretar as representações como construções de um universo simbólico dotadas de força explicativa legitimadora, integradora. Ora, só existe simbólica urbana a partir da organização das formas espaciais como emissoras, retransmissoras e receptoras das práticas ideológicas da sociedade. Assim estará comprometido o estudo de patrimônio ambiental urbano que não se preocupar com transcrever o código de interação que efetivamente organiza as relações sociais, aqueles objetos que fornecem ingredientes para as imagens da cidade. (MENESES, 1978, p. 25)

Neste caminho, buscaremos analisar a representação urbana a partir da percepção do habitante, compreendendo como o patrimônio ambiental urbano pode ser constituído nas relações estabelecidas entre o sujeito ou grupo social com o seu território, por meio de suas experiências, pelo que é percebido, vivido e sentido. Um conceito que deve ser entendido na prática social.

Para a filósofa Denise Jodelet (1989), as representações sociais são interpretações de vários aspectos da vida cotidiana, formadas a partir de interesses, comportamentos e experiências relacionados a um sujeito e seu grupo. Por não estarmos isolados em um “vazio social”, nos cercamos de objetos, pessoas, eventos e ideias, partilhando afinidades e gerando representações do mundo. Essas são, portanto, o conhecimento de algo ativado na vida social e que fazem parte de um pensamento coletivo. Todavia, um mesmo elemento pode significar representações diversas:

As representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que os formam e dão ao objeto que representam uma definição específica. Essas definições compartilhadas pelos membros do mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade desse grupo. Essa visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas diárias. (JODELET, 1989, p. 52, tradução nossa)⁸

As representações podem conduzir nossa relação com o mundo. É uma forma de conhecimento que se distingue do conhecimento científico pois se refere ao conhecimento do senso comum ou conhecimento natural, que é tão legítimo quanto saberes técnicos, pois estes possuem importância na vida social (JODELET, 1989). De acordo com a autora:

Qualificar esse conhecimento da prática refere-se à experiência do que é produzido, nos contextos e condições em que se encontram e, especialmente, ao fato de que a representação serve para agir no mundo e nos outros. Isso leva suas funções sociais à eficiência. (JODELET, 1989, p. 61, tradução nossa)⁹

Segundo Goulart (1993, p. 478):

⁸ “*Les représentations expriment ceux (individus ou groupes) qui les forment et donnent de l’objet qu’elles représentent une définition spécifique. Ces définitions partagées par les membres d’un même groupe construisent une vision consensuelle de la réalité pour ce groupe. Cette vision, qui peut entrer en conflit avec celle d’autres groupes, est un guide pour les actions et échanges quotidiens.*”

⁹ “*Qualifier ce savoir de pratique réfère à l’expérience à partir de laquelle il est produit, aux cadres et conditions dans lesquels il l’est, et surtout fait que la représentation sert à agir sur le monde et autrui. Ce qui débouche sur ses fonctions et son efficacité sociales.*”

As representações sociais constituem um sistema de valores, noções e práticas ligado a um conjunto de relações sociais e processos simbólicos que instaura a possibilidade de orientação dos indivíduos no mundo social e material, além de possibilitar a tomada de posição e a comunicação intergrupala, bem como a decodificação deste mundo e da história individual e coletiva do grupo.

Sendo assim, a representação urbana nada mais é do que a representação social do espaço urbano. Ou seja, é a interpretação que o sujeito faz sobre o lugar a partir daquilo que é percebido e identificado como importante – ou não – para ele e seu grupo. É o que os situam no mundo. Isso ocorre porque os sujeitos utilizam o espaço e sobre eles admitem uma série de impressões e percepções, criando representações.

Muitos autores se debruçaram em estudos de percepção do ambiente desde a segunda metade do século XX. Entre eles, Kevin Lynch (1960) aparece como uma importante referência criando uma metodologia de leitura da cidade, colocando em questão a relação do homem com o espaço e as paisagens.

Em 1960, o autor publicou seu livro “*A imagem da cidade*” em que estudou três cidades norte americanas, analisando como os indivíduos percebem a cidade. A partir desses estudos, Lynch definiu alguns elementos que, segundo o autor, são capazes de criar uma imagem legível de um ambiente como as vias – ruas, passeios, canais e ferrovias; limites – fronteiras entre ambientes caracterizadas por barreiras penetráveis ou não; bairros – conjunto do ambiente urbano identificável pelo observador por ter características próprias; cruzamentos – pontos estratégicos que representam uma mudança, uma convergência de vias, uma interrupção ou uma concentração; e os marcos – objetos físicos que representam uma referência por se distinguirem dos outros elementos e se destacarem na paisagem (LYNCH, 1960).

De acordo com Lynch, “uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional” (LYNCH, p.05, 1960). Seu estudo também possibilitou a criação de uma metodologia de compreensão do imaginário do lugar através de mapas mentais.

Na mesma época, Gordon Cullen (1960) desenvolveria o conceito de paisagem urbana a partir de uma organização visual dos espaços, ruas e edifícios. O autor organiza seu estudo por meio de três pontos que ele considera importante: a visão serial que corresponde às imagens percebidas em sequência; a localização do sujeito no espaço (fora, longe, dentro do espaço) e, por fim, os elementos presentes na construção do espaço (cores, estilos, texturas). Cullen ainda define alguns conceitos que facilitam a leitura da paisagem: ponto focal, recintos, perspectiva grandiosa, entre outros.

Contudo, a percepção do espaço também implica outras questões além do registro da visão. Para Rolim, a percepção do espaço implica a compreensão de um conjunto de fatores como temperaturas, sons, cheiros e construções que se fazem presentes no ambiente e, portanto, no cotidiano do habitante “formando, assim, a coloração especial daquela cidade, daquele bairro, daquele lugar” (ROLIM, 2013, p. 06). Envolve ainda uma complexidade de fatores relacionados a ação do homem de habitar, interagir e se manifestar sobre ele.

Com base no livro do filósofo francês Jean-Jacques Wunenburger, “*A vida das imagens*”, Rolim (2013, p. 06) relata que o espaço é construído a partir de três sobreposições de informações que são: comportamentais – “hábitos ligados aos lugares”; os conceituais – “saberes abstratos sobre a organização e as funções dos espaços”; e as de natureza imaginal – “conjunto de imagens responsáveis pelos valores afetivos”.

De acordo com Meneses (2006, p. 36), são as práticas que dão forma, função e sentido à cidade. O imaginário urbano é estruturado e operado a partir das práticas sociais e não somente as imagens mentais formadas por cada indivíduo:

Práticas e representações sociais são duas faces da mesma moeda da vida social. A prática social é aquela intervenção concreta do homem no universo empírico. Mas essa prática, esse agir humano (social) não se faz às cegas, mecanicamente ou por instinto. Ele é induzido e conformado (tornado inteligível, desejável, legitimado, etc) pelas representações que não ocorrem posteriori, mas como ingrediente simultâneo da prática social (MENESES, 1998, p. 327)

As representações do espaço urbano são como os retratos das relações cotidianas de um território a partir do que é percebido, sentido e produzido pelos sujeitos que ali convivem: “Trata-se das representações do espaço físico como construção social operada pelos diversos grupos sociais” (FERNANDES, 1992, p. 62).

Essas representações permitem que o homem construa identidades e seu sentido de pertença com o lugar. Para Fernandes (1992, p. 62), o espaço é construído de acordo com as posições e avaliações que os sujeitos fazem do local:

É a sociedade que produz, o espaço social, através da apropriação da natureza, da divisão do trabalho e da diferenciação. O próprio espaço físico é também construção do imaginário individual e coletivo. Pode dizer-se que a relação com o meio ambiente é mediatizada por representações. Existe aqui uma circularidade: constrói-se como se representa e representa-se como se constrói.

Neste sentido, o espaço é produzido e percebido pelo homem envolvendo relações cotidianas – sociais, culturais, políticas e econômicas: “é um misto de sentimentos daquilo que causa uma impressão (...) Ter consciência de um espaço seria então ter em mente uma representação daquilo que foi impresso através de sensações ou da apreensão dos sentidos” (ROLIM, 2013, p. 04).

Isto posto, concluímos que a representação urbana é uma forma de conhecimento empírico do território, e está intimamente ligada às relações sociais preestabelecidas no mesmo. Levam em conta as significações sociais de um lugar ou de um objeto e como o sujeito se relaciona com o mesmo.

Para o geógrafo Yi-fu Tuan (1980), a presença de diferentes culturas em um mesmo território pode se relacionar com o ambiente de maneiras distintas: “A imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre ou para o vagabundo que dispõe de tempo, mas de quase mais nada” (TUAN, 1980, p. 259).

Desta maneira, as representações urbanas se formam por meio da atribuição de valores, que variam de acordo com a interação e familiaridade dos sujeitos ou grupos com os lugares. É necessário, portanto, entender quais os valores em jogo mobilizam o patrimônio cultural e como isto contribui na sua salvaguarda. A seguir, apresentaremos algumas reflexões referentes ao campo dos valores culturais.

1.3. O campo dos valores culturais

Os valores surgem da relação entre sujeito e objeto de forma que o segundo crie expectativas e satisfaça os interesses do sujeito. Ou seja, para existir valor é necessário que algo – objeto – exista e seja desejado por alguém ou algum grupo. Não existe valor sem que haja relação entre objeto e o homem. De acordo com o modo que esse objeto nos afeta é que se transfere algum sentimento de valor (VÁZQUEZ, 1969).

No campo do patrimônio cultural, o valor é a dimensão de qualificação das coisas, atos e contextos de nossa vida social (informação verbal)¹⁰:

Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio. (MENESES, 2006, p. 37)

Se o patrimônio é produto de cultura – material e imaterial – significa que esses bens possuem significados que são valorizados pelos grupos que os cercam. Preservar, portanto, implica incorporar esses valores.

¹⁰ Conferência do Prof. Meneses: “As dimensões do patrimônio”, no X Fórum Mestres e Conselheiros – Agentes Multiplicadores do Patrimônio, Belo Horizonte (MG), 2018.

Os valores sempre foram elementos essenciais no campo do patrimônio. Alois Riegl (1907) foi o primeiro teorizar sobre o tema, ao analisar os valores associados aos monumentos. O historiador evocou teorias a respeito dos valores de antiguidade, históricos, artísticos e de novidade que predominaram como atribuição ao longo do século XIX (CHOAY, 2001).

A atribuição de valor insere-se no contexto social e, ao longo do tempo, foram sendo incorporadas, pela humanidade, novas relações que traduzem outros valores. Na década de 1980, por exemplo, a Carta de Burra (atualizada em 1999) identifica, na conservação, qualquer aspecto que tenha significado cultural, ou seja, abrange diversos valores, entre eles, valor estético, histórico, científico, social e espiritual.

O patrimônio impulsiona motivações diversas de valorização que levam a distintas formas de preservação. Além disso, um mesmo bem cultural pode estar ligado a valores diversos. Identificar esses valores é a melhor maneira de se preservar um patrimônio, pois é através dessa identificação que se tomam as melhores decisões relacionadas a salvaguarda do patrimônio (AVRAMI; MANSON; TORRE, 2000).

Meneses (1992) atribui diferentes categorias de valor ao patrimônio: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos, que podem ser combinados, hierarquizados e transformados.

Os valores cognitivos estão relacionados às condições intelectuais que um sujeito tem sobre o espaço – seus materiais, suas técnicas construtivas ou a história da sua construção. É um conhecimento técnico, um objeto de pesquisa, que pode ser a essência da atribuição de valor ao bem. Ou seja, um valor intelectual.

Os valores pragmáticos referem-se ao uso que se percebe de um bem ou um espaço a partir de sua vivência: uma igreja, para oração, um teatro para apresentações, a casa para morar, entre outros diversos exemplos. Para Yazigi (2006, p. 36), “todos imóveis, equipamentos, bens naturais e outros que dão suporte à vida nas cidades são pragmáticos”.

Os valores formais (ou estéticos), para Meneses (2006), devem ser entendidos na acepção da origem da palavra “estética”, que vem do grego e significa percepção. Não se refere à beleza, mas ao “efeito da presença, nos objetos, de atributos capazes de aguçar a percepção, de levar a uma apreensão mais profunda, de induzir a produção e a transmissão mais amplas de sentidos [...] qualificando minha consciência e meu agir” (MENESES, 2006, p.36). Devem levar em conta a percepção do sujeito que habita o lugar.

Já os valores afetivos se relacionam com nossa memória social e à conexão que um indivíduo cria com determinado lugar: “Trata-se da carga simbólica e de vínculos subjetivos como o sentimento de pertença ou identidade” (MENESES, 2006, p. 36). O valor afetivo é, de

todos, o mais próximo às emoções de um indivíduo com o lugar, justamente por ter um caráter emocional. “Somos animais territoriais, enraizados com memória social. Portanto, de caráter afetivo” (informação verbal)¹¹. O valor afetivo relaciona-se às experiências vividas de um habitante.

Por fim, o valor ético refere-se ao lugar do “outro”, no qual um indivíduo que não faz parte dessa interação se relaciona com o lugar através da apreciação de tal cultura.

O autor ainda enfatiza o valor econômico. Tal atribuição refere-se ao valor de troca, à lógica do mercado que se utiliza do valor cultural para gerar receita.

É a ação de valorização que se pretende priorizar que irá mostrar para quem e para que se pretende preservar. Portanto, nem sempre essas ações refletem os valores atribuídos pelos grupos sociais que se relacionam com algum bem cultural.

Para Meneses (1992), é a sociedade a real produtora de valor cultural. Ao criticar a forma como se trabalha o valor cultural, identificando-o a partir de alguns traços já preestabelecidos pelos técnicos, o autor indaga se, na realidade, não estaríamos diante de uma polaridade em que a preservação passa a ser um trabalho mais técnico do que social.

Neste sentido, as políticas de preservação acabam reconhecendo mais os valores técnicos – cognitivos – do que os valores sociais – afetivos. Como exemplo, em São Paulo, os especialistas da área de preservação são em sua maioria arquitetos, e muitas vezes limitam a atribuição de valores ao seu campo de atuação. A atribuição de valor dos técnicos acaba por priorizar as “coisas” e não as pessoas.

O antropólogo Antonio Arantes (2006, p. 427) afirma que:

A prática da preservação não legitima simplesmente sentidos socialmente atribuídos pela cultura comum e cotidiana a determinados aspectos da cultura, mas põe em prática os critérios, as concepções e os valores que são defendidos por técnicos e especialistas (arquitetos, urbanistas, historiadores, arqueólogos, antropólogos e geógrafos, entre outros). Consequentemente as decisões das instituições de preservação podem estar em desacordo – e não raramente estão – com os valores vigentes locais.

Existe, portanto, uma necessidade de se avaliar nossa postura diante do reconhecimento do valor, privilegiando os valores do usuário, do fruidor que são os seus verdadeiros produtores (MENESES, 1992, p. 34). Entender os valores atribuídos pela sociedade possibilita as melhores estratégias e justificativas para se preservar algo. Assim, é necessário determinar formas eficientes de analisar esses valores.

¹¹ Conferência do Prof. Meneses: “As dimensões do patrimônio”, no X Fórum Mestres e Conselheiros – Agentes Multiplicadores do Patrimônio, Belo Horizonte (MG), 2018.

Um caminho para essa adversidade é a articulação entre diversos agentes sociais interessados na preservação, incluindo poder público, universidades e principalmente as comunidades locais. Diferente do que se costuma pensar, essas articulações podem ser tornar mais íntimas do que tensas (AVRAMI; MANSON; TORRE, 2000, p.9):

O significado cultural para os propósitos da tomada de decisão conservacionista não pode mais ser uma construção puramente erudita, mas, ao contrário, uma questão negociada entre os muitos profissionais, acadêmicos e membros da comunidade que valorizam o objeto ou lugar - as partes interessadas. (AVRAMI; MANSON; TORRE, 2000, p.9, tradução nossa)¹²

Edifícios, objetos, conjuntos urbanos e paisagens não falam por si só (BLUESTONE, 2000, p. 66). A análise dos valores desses bens deve se relacionar à percepção e representação dos diferentes grupos sociais a fim de entender como os lugares, objetos e qualquer referência cultural pode se tornar significativo na vida cotidiana das pessoas. Nesse sentido, Meneses (1992, p. 32) afirma que:

Falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus valores.

¹² “*Cultural significance for the purposes of conservation decision making can no longer be a purely scholarly construction but, rather, an issue negotiated among the many professionals, academics, and community members who value the object or place – the stakeholders*”.

Capítulo 2

PRESERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O poder público agora tem papel declaratório e lhe compete, sobretudo, proteção, em colaboração com o produtor de valor, a comunidade. (MENESES, 2009, p.34)

2.1. Preservação e sociedade: reflexões do segundo pós-guerra à Constituição de 1988

O período pós-Segunda Guerra Mundial caracterizou-se por profundas transformações no conceito de cultura e memória, devido à abrangência de novos campos do conhecimento como a Antropologia, a Geografia, as Ciências Sociais, e outras áreas que já não eram mais tão centradas na razão.

No campo da Arquitetura e do Urbanismo, o ambiente urbano passou a ser objeto de novas reflexões. Colocava-se em xeque as ideias funcionalistas herdadas do movimento moderno até então predominantes e responsáveis por influenciar grandes renovações urbanas ocorridas a partir dos anos 1960. Essas transformações passaram a ser questionadas, pois quando não causavam impactos em comunidades locais, expulsavam moradores e usuários mais tradicionais dessas áreas, privilegiando grandes empreendimentos, que ocasionaram mobilizações sociais contra a descaracterização – ou até mesmo a destruição – desses espaços em cidades como Nova York, Londres e Liverpool (HALL, 1988).

Nessa conjuntura, a relação entre cidadão e ambiente urbano começou a ser objeto de discussão, inclusive na esfera da preservação do patrimônio cultural, conceito que passou a abranger uma noção ampliada, sobretudo a partir de 1964. Neste ano, ocorreu o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos do ICOMOS que resultou na publicação da Carta de Veneza, documento referente à conservação e restauração de monumentos e sítios urbanos. O texto passou a recomendar a conservação não só de monumentos isolados, mas também de conjuntos urbanos e arquiteturas mais modestas.

Além da ampliação do conceito, o patrimônio cultural passou a ser visto como um elemento de planejamento das cidades. A experiência realizada no centro histórico de Bolonha no final da década de 1960 marcou essa transformação, mostrando novas possibilidades de gestão do patrimônio. A estratégia de reabilitação da cidade contou com três instâncias: técnicos planejadores, conselho da cidade e conselhos de bairros, mostrando ser um processo participativo. O projeto ganhou notoriedade mundial, influenciando a proposta da Declaração de Amsterdã em 1975 que trouxe justamente a ideia de “conservação integrada” (ZANCHETTI, 2003). Outra importante contribuição da Declaração de Amsterdã foi a recomendação do engajamento cívico nas práticas preservacionistas.

De acordo com Zanirato (2015), a ampliação da participação popular nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil é influência direta das disposições da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão responsável pela proteção do patrimônio mundial. Em 1972, a UNESCO organiza a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – Convenção de Paris – que admite a necessidade de participação dos habitantes no reconhecimento do patrimônio cultural. O documento considera algumas medidas imprescindíveis, declarando que o patrimônio – tanto cultural, quanto natural – se encontra cada vez mais ameaçado de destruição. Tal convenção foi ratificada em 1977 no Brasil, em plena Ditadura Militar, “reafirmando assim seu compromisso, perante a comunidade internacional, de fazer valer internamente, os dispositivos contidos no documento, numa conjuntura na qual a participação popular em assuntos da política não se colocava”. (ZANIRATO, 2015, p. 121)

No Brasil, essas discussões foram difundidas em consonância com os debates internacionais. Até então, a proteção do patrimônio brasileiro seguia as diretrizes do Decreto Lei nº 25 de 1937 que implicava na proteção do patrimônio a partir da atribuição de valor definido por técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) – atual IPHAN. O decreto trazia uma noção mais limitada de patrimônio cultural se compararmos com a noção adotada nos últimos anos:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, Decreto Lei nº25 art. 1º, 1937)

Destaca-se que, a princípio, o anteprojeto de criação do IPHAN realizado por Mário de Andrade a pedido do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, ainda que fundamentado no conceito de arte, já incorporava a ideia de cultura em um sentido mais amplo, englobando

arte popular, música, dança, paisagem, fazeres, lendas e folclores representativos dos brasileiros.

Apesar disso, o que ficou definido como patrimônio foi o conjunto de bens vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil de interesses às culturas específicas: “Subsidiado por um projeto preservacionista oligárquico, o modelo vitorioso trouxe enraizado consigo uma visão elitista de cultura tradicionalista de patrimônio” (RODRIGUES, 2001, p. 49).

Na década de 1960, inicia-se no Brasil um período de forte repressão militar que, no entanto, ampliou políticas relacionadas ao desenvolvimento urbano do país, aproximando o planejamento das cidades à preservação do patrimônio cultural. Contudo, essa aproximação ocorreu com intuito de fomentar o patrimônio cultural como mercadoria de consumo (RODRIGUES; TOURINHO, 2017).

Foi só na década de 1970 que importantes transformações passaram a ocorrer no IPHAN. Ganhava força a luta pela superação da noção de patrimônio adotada pelo órgão, até então, e um resgate às propostas do anteprojeto de Mário de Andrade (RODRIGUES, 2001 p.52). A principal transformação nas políticas públicas federais refere-se à readequação do IPHAN a partir da fusão com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 pelo designer Aloísio Magalhães:

Como o projeto do CNRC enfatizava aspectos das “culturas vivas”, houve a possibilidade de aproximação do discurso institucional do IPHAN com a prática social de grupos marginalizados (como os índios, os negros, as populações rurais ou da periferia urbana) e, pela primeira vez, se afirmou a necessidade de uma atuação mais próxima dos intelectuais junto à sociedade. Isso repercutiu na preocupação de compartilhar os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão preservacionista com os habitantes dos locais alvos de estudo. (RODRIGUES, 2001, p.53)

Conforme Marly Rodrigues (2000, p.91), “a cultura popular foi incluída na redefinição que se processava nas diretrizes da política de patrimônio do governo federal; o CNRC procurou mapear e qualificar indicadores da cultura brasileira”.

A visão de patrimônio e suas narrativas passaram a ser repensadas, com protagonismo do conceito de referências culturais, relacionando patrimônio cultural, desenvolvimento urbano, dinâmicas e culturas locais. De acordo com Barbosa (2015, p. 84), “passou a existir uma vinculação do patrimônio aos contextos vivos, às comunidades locais, à economia”:

Esses temas estão ligados, também, à ideia de democratização. As políticas patrimoniais implicavam os ideais de democratização social e política, ou pelo menos dialogavam com eles, e a abertura do Estado a grupos e classes sociais que poderiam dizer algo sobre o que é patrimonializável. (BARBOSA, 2015, p. 84)

Como já bem sabido, a Constituição Federal de 1988 refletiu um período de maior abertura política, e a participação popular passou a ser legitimada na proteção do patrimônio

cultural. A garantia do direito cultural é colocada como premissa pela primeira vez na constituição brasileira: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, Constituição Federal 1988, Art. 215). A carta também assegura que “o Poder Público com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro” (BRASIL, Constituição Federal 1988, Art. 216, § 1º). A noção de patrimônio cultural agora incluía os diversos grupos sociais e heterogêneos que constituem a nação:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I—as formas de expressão; II—os modos de criar, fazer e viver; III—as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV—as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V—os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, Constituição Federal 1988, Art. 216)

O entendimento do que seria patrimônio cultural passou a buscar uma visão mais social, incluindo bens de natureza materiais e – pela primeira vez – imateriais, que agora seriam identificados e protegidos considerando as demandas da sociedade brasileira. Foram seus grupos formadores quem passaram a instituir, nessa conjuntura, o patrimônio nacional. Para Meneses (2017) o sujeito, habitante e mobilizador do patrimônio passou a ser o grande protagonista:

A compreensão expressa na Carta, do patrimônio como um fato social, abriu espaço para a proteção dos aspectos subjetivos nele representados e para a diversidade cultural e de experiências. Abriu espaço para a memória como alimento para o processo contínuo de formação da autoimagem que diferencia os indivíduos e os grupos sociais e étnicos; abriu espaço para ações de proteção a bens culturais considerarem a construção do patrimônio cultural como um campo político em que as informações pretéritas compõem sentidos para o passado, fazendo-o circular no presente como informação que explicita lugares sociais. (RODRIGUES; TOURINHO, 2016, p. 74/75)

Apesar do grande avanço que significou a Constituição, ainda existe uma dificuldade em se introduzir políticas que articulem dinâmica social e proteção do patrimônio. Segundo Meneses (2017), carecemos de procedimentos que, de fato, busquem de alguma forma se aproximar da visão do habitante. Pouco se conhece sobre o habitante, impactando o saber o que preservar, como preservar e para quem preservar.

Zanirato (2015, p.123) afirma que ainda é difícil identificar uma política participativa de proteção do patrimônio cultural no Brasil:

As razões para isso encontram-se no fato de que não basta assegurar legalmente à população o direito de participar da política patrimonial se permanecem pouco alterados outros entendimentos que dificultam a participação social, tal qual defendida pela UNESCO e explicitada na Constituição.

Uma das formas de exercer a participação popular na política brasileira é por meio da democracia representativa, sendo os conselhos os principais instrumentos de diálogo com a comunidade. Todavia, segundo Zanirato, esses conselhos muitas vezes acabam sendo um instrumento a mais de centralização do poder público ou uma forma de priorizar interesses voltados a apenas alguns grupos/classes sociais que falam em nome da comunidade. Além disso, muitas vezes se constituem como uma estrutura muito burocrática:

Isso se explica pois (os conselhos) ainda que tenham sido concebidos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, muitos contaram com a presença majoritária da representação governamental, outros foram criados como meramente consultivos, sem poder de decisão ou deliberação. A experiência centralizadora da política pública em nosso país ainda faz com que os mecanismos de decisão da instituição responsável pelo tombamento e conservação dos bens culturais continuem restritos aos órgãos técnicos da administração, o que contribui para a continuidade de desmobilização da sociedade na defesa do patrimônio. (ZANIRATO, 2015, p. 124)

Como exemplo, em São Paulo, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo (CONPRESP), responsável pelo tombamento municipal, é criado em 1985 e legitimado em 1988. A ideia de um conselho municipal paritário que representasse os interesses da sociedade, assim como previa a Constituição Federal, a princípio resultaria numa maior participação cívica nos debates de preservação. No entanto, o mesmo parece não ocorrer.

A estrutura atual do CONPRESP (2019) é formada por nove membros, cada um com um suplente, compondo um representante da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA), do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), da Secretaria Municipal da Justiça, além de um secretário executivo. Nota-se que não existe um representante direto da sociedade civil. Com exceção do vereador, todos os conselheiros são técnicos da prefeitura ou estão relacionados a alguma entidade de classe.

Importante ressaltar que essa não era a formação inicial do Conselho, prevista na lei de sua criação (Lei nº10.032/1985). A lei estipulava 25 representantes, entre eles três representantes de entidades culturais, três membros da sociedade civil e dois representantes de

universidades. Essa composição foi vetada pelo então prefeito Jânio Quadros, consolidando o atual corpo técnico do Conselho.¹³

2.1. Políticas de preservação no município de São Paulo a partir da década de 1970

A proteção do patrimônio cultural no município de São Paulo pode ocorrer em três instâncias distintas: IPHAN – federal; Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) estadual; e CONPRESP – municipal. Sendo o IPHAN, criado em 1937 (quando ainda era o SPHAN), o CONDEPHAAT criado em 1968 e o CONPRESP criado somente em 1985.

Apesar do município de São Paulo possuir um Departamento de Cultura desde a década de 1930, é a partir dos anos 1970 que importantes iniciativas relacionadas à preservação do patrimônio cultural ocorreram no âmbito municipal. Conforme será relatado, esse período marcou importantes discussões dentro dos órgãos públicos e universidades, além de sinalizar a ocorrência de diversas mobilizações sociais em defesa do patrimônio cultural da cidade. Surgia a necessidade de se criar instrumentos de salvaguarda do patrimônio no âmbito municipal.

Em 1975, foi instituído o Departamento do Patrimônio Histórico, estruturado no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, então criada. Tal departamento é o responsável pela realização de pesquisas relacionadas ao reconhecimento do patrimônio cultural da cidade. A partir da criação do CONPRESP, passou também a ser o órgão de apoio do Conselho. Ressalte-se que o CONPRESP se formou após algumas tentativas malsucedidas de implementação na

¹³ De acordo com o projeto de lei de criação do CONPRESP, previa-se para sua composição: um representante da Secretaria Municipal de Cultura; representantes da Câmara Municipal de São Paulo, sendo um por bancada; um representante da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo; um representante da Secretaria Municipal de Planejamento; um representante do Departamento Judicial da Secretaria dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo; um representante do CONDEPHAAT; um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); um representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA); um representante da OAB; um representante da Curadoria do Meio Ambiente da Procuradoria Geral de Justiça; três representantes de associações voltadas à educação como a Associação Paulista de Artistas Plásticas, União dos Escritores Brasileiros, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Instituto de Engenharia, Sociedade dos Arqueólogos do Brasil, Associação Paulista de Museólogos; três representantes da sociedade civil, escolhidos pelo Conselho a partir de uma lista formada de nomes de membros de associações comunitárias; três representantes do DPH; dois representantes da Universidade de São Paulo; e dois representantes indicados pelas Associações Comunitárias situadas nas áreas de estudo do bem em processo de tombamento.

década de 1980 que refletiam uma demanda preservacionista na cidade, sendo sua criação uma consequência direta da necessidade de instituí-lo.¹⁴

Difundiou-se, nessa conjuntura, o conceito de patrimônio ambiental urbano, sobretudo nos órgãos de planejamento urbano. A acelerada urbanização e transformação social que ocorria no país desencadeou uma preocupação no poder público sobre a qualidade ambiental das grandes cidades, reforçando que o patrimônio cultural tinha – e tem – uma função social coletiva.

O curso para arquitetos realizado em 1974 por Hugues de Varine-Bohan em parceria entre CONDEPHAAT, IPHAN e o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP, trouxe novas perspectivas sobre o que seria o patrimônio cultural e para quem se pretendia preservar.¹⁵

As discussões apresentadas por Varine-Bohan influenciaram muitas figuras presentes na administração pública, na época como Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo e, principalmente, Ulpiano Bezerra de Meneses que permaneceu no CONDEPHAAT nas décadas de 1970 e 1980:

A área de planejamento adotara uma postura preservacionista atualizada que acreditava ser capaz de responder à dinâmica do destruir e do expropriar inerente à acelerada transformação do espaço em mercadoria; tal objetivo estava longe de ser alcançado pelos órgãos de patrimônio cujo poder de controle desses mecanismos restringia-se ao tombamento. (RODRIGUES, M., 2000, p.62)

Coincide, nesse momento, uma gestão pública que, no âmbito do desenvolvimento urbano da cidade, enxergava a preservação também como elemento de planejamento. Em 1978 a antiga Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEPLAN) elaborou o Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano que buscou assegurar algumas referências culturais no desenvolvimento urbano de São Paulo, expondo como conceito chave o patrimônio ambiental urbano. O programa apresentava como objetivo: “Preservar, valorizar e revitalizar o Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo, na

¹⁴ Na dissertação de mestrado do historiador Luís Gustavo Pereira Ferreira, “Emoldurando o cartão postal através do qual se conhece São Paulo: poder, hegemonia e conflito no tombamento do Vale do Anhangabaú” defendida em 2015, é possível encontrar uma análise mais aprofundada sobre as tentativas de consolidação de um conselho de preservação do patrimônio cultural em São Paulo. Apesar do trabalho se referir ao processo de tombamento do Vale do Anhangabaú, o autor percorre um histórico nas décadas de 1970 e 1980, abordando como ocorreu o surgimento do DPH em 1975 e criação do CONPRESA que passou por duas tentativas frustradas antes de ser aprovado em 1985. O trabalho também enfatiza as constantes discussões sobre patrimônio ambiental urbano no âmbito do poder público, nas mesmas décadas citadas.

¹⁵ Nascido em 1935, Hugues M. de Varine-Bohan é um arqueólogo, historiador e museólogo francês, que foi diretor do ICOMOS entre 1965 a 1974 (na época ICOM). Entre suas contribuições, vale mencionar a publicação de seu livro “Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local”, lançado no Brasil em 2012.

medida em que o mesmo se configura como um dos fatores determinantes do nível de qualidade de vida da população” (SEPLAN, 1978, p. 41).

No âmbito desse programa, foi proposto um concurso de fotografia em todo o Estado de São Paulo “A cidade também é sua casa” convidando a população a fotografar aquilo que consideravam patrimônio cultural em São Paulo, procurando “testar a sensibilidade pública, buscando a participação da população na escolha do Patrimônio Ambiental”. (SEPLAN, 1978, p. 49)

É também na década de 1970 que uma consciência preservacionista na cidade de São Paulo se difunde, entre a sociedade civil – estudantes, imprensa, grupos de bairros engajavam-se sobre o assunto e entendiam a preservação como um direito social (RODRIGUES, M., 2000, p. 71) A opinião pública começava a ser mobilizada, embora ainda estivéssemos em um período com forte repressão militar.

Um das primeiras mobilizações sociais de notoriedade refere-se à luta pela manutenção do Edifício Caetano de Campos em 1974 na época em que se construía a estação de metrô República:

A íntima relação entre a mobilização social e a eficiência da ação preservacionista se mostrou durante o tombamento do edifício do Instituto de Educação Caetano de Campos, antiga Escola Normal da Praça. No segundo semestre de 1975, a Companhia do Metropolitano preparava-se para executar o projeto da Estação República da linha Leste-Oeste, o que, segundo decisão técnica, implicava a demolição do edifício da Escola. (...). A preservação do edifício acabou gerando uma campanha liderada por ex-alunos e ex-professores que, ganhando amplo espaço na imprensa, mobilizou a opinião pública. Como lembra Ulpiano Bezerra de Menezes, o caso do Caetano de Campos foi emblemático, pois marcou a participação de segmentos não especializados da população e consagrou o patrimônio como um dos assuntos de pauta nos jornais. (RODRIGUES, M., 2000, p. 71)

De acordo com Marly Rodrigues (2000), o engajamento cívico ajudou a fundamentar as justificativas do CONDEPHAAT em preservar o edifício que até então não tinham força em responder os argumentos colocados pela companhia do Metrô. Além disso,

O tombamento do edifício da antiga Escola da Praça constitui um momento privilegiado da ação do CONDEPHAAT não apenas porque fortaleceu sua imagem junto à opinião pública, mas sobretudo, porque o Conselho, mesmo que não conscientemente, consagraria um objeto de memória coletiva de uma parte considerável dos habitantes da cidade. (RODRIGUES, M., 2000, p. 74)

A luta pelo tombamento do edifício Caetano de Campos provocou críticas em relação à atuação essencialmente técnica das intervenções urbanas que causavam a destruição de referências culturais de grande valor à população. (RODRIGUES C. N., 2001, p. 84)

Um episódio que gerou grande repercussão e aborrecimento da população foi o caso ocorrido na Avenida Paulista em 1982, com a demolição de alguns casarões em que havia

interesse do CONDEPHAAT em tombá-los. A notícia do possível tombamento alarmou os proprietários que demoliram seus casarões. Tal fato refletia a falta de conscientização da população sobre o tombamento e suas consequências, e uma certa associação do instrumento com conservadorismo e inimigo do progresso. (RODRIGUES, M., 2000, p. 83).

Contudo, a demolição causou indignação para muitos civis que lutavam pela preservação de sua memória:

A maciça demolição, da noite para o dia, foi, de qualquer forma, traumatizante. Transeuntes, atônitos diante da violência da destruição, concentravam-se nas calçadas e aplaudiram uma espontânea manifestação do protesto que, realizada diante dos destroços de um dos casarões. (RODRIGUES, M., 2000, p. 83)

A casa modernista em que viveu Gregori Warchavchik também repercutiu mobilizações em apoio a sua preservação em 1983 por meio de um grupo de moradores do bairro da Vila Mariana. O edifício era alvo de demolição para construção de um empreendimento imobiliário. A luta por sua preservação não se deu apenas pelo seu valor arquitetônico representativo da arquitetura moderna, mas principalmente devido à significativa porção arbórea do terreno (RODRIGUES C. N., 2011, p. 94). Antônio Augusto Arantes, na época, presidente do CONDEPHAAT, abriu processo de tombamento do imóvel impedindo sua demolição.

Segundo Marly Rodrigues (2000), esses fatos contribuíram para a reestruturação do CONDEPHAAT, principal órgão de proteção do patrimônio em São Paulo, na época, que necessitava garantir maior aproximação com a sociedade, ainda que a preservação do patrimônio não tenha alcançado um caminho participativo notável.

Em 1983 é realizado o “*Seminário Cultura, Patrimônio e Preservação*” que trouxe como principal pauta a participação da sociedade, uma vez que esta passou a reivindicar a proteção de sua memória. Outro importante evento refere-se ao congresso “*Patrimônio Histórico e Cidadania, O Direito à Memória*” em 1991 ocorrido em São Paulo, que reuniu diversos convidados e deu origem a publicação de um livro em 1992 e um documento final que previa maior envolvimento social:

É urgente também (...) o fortalecimento político e a democratização dos Conselhos de Preservação em seus diferentes níveis através de sua ampliação para a representação da sociedade civil, dotando-os de poder deliberativo – e não meramente consultivo. (DPH, 1991, p. 2)

Além do tombamento, desde 1972, os planos diretores municipais introduziram um mecanismo de proteção do patrimônio através das zonas especiais de preservação Z8-200, incluídas na Lei de Zoneamento nº8.328/1975, primeiro instrumento municipal de preservação.

Em 2002, o Plano Diretor de São Paulo passou a instituir as Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPECs), herdeiras diretas das antigas Z8-200. Essas zonas incluíam as áreas tombadas de qualquer instância de proteção, os imóveis incluídos no Quadro da Arquitetura Moderna (Quadro 6 da lei de zoneamento de 2004), as antigas Z8-200 e – como iniciativa importante – os bens indicados como ZEPECs em audiências públicas nos Planos Regionais das Subprefeituras – atuais prefeituras regionais – criadas, também, em 2004.

O fato de serem indicadas nos próprios locais das subprefeituras acarretou uma demanda enorme por áreas de ZEPECs e desta forma a Câmara Municipal de São Paulo estipulou que só seriam consideradas as zonas que tivessem parecer favorável do órgão de preservação, no caso o CONPESP.

Portanto, algo que seria inovador do ponto de vista da participação da sociedade, é empobrecido já que algo indicado pela própria comunidade deveria ser decidido pelo CONPESP e estudado pelo Departamento do Patrimônio Histórico (informação verbal)¹⁶: “Se por um lado esta iniciativa indica uma tentativa de articulação, por outro ela é controversa ao restringir uma vez mais a preservação ao tombamento” (TONASSO, 2017, p. 22).

Ao mesmo tempo é válido dizer que as ZEPECs inovaram ao apontarem áreas que antes os técnicos de preservação nunca haviam se debruçado (informação verbal)¹⁷

Um instrumento interessante criado a partir de 2014, com a nova revisão do PDE são os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), criados para garantir o reconhecimento de manifestações culturais ocorridas em um território. O instrumento surgiu a partir de uma demanda surgida da própria sociedade para valorizar as práticas culturais do município:

Formulado a partir das proposições de dois movimentos sociais em especial. O TICP derivou das propostas apresentadas pelo Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus em conjunto com Núcleo de Estudos da Paisagem do Laboratório Cidade da FAUUSP, através do programa Universidade Livre e Colaborativa e da Iniciativa pelos Territórios Culturais, surgida a partir do Movimento Cine Belas Artes durante as discussões do PDE. (SANTANTA, 2017, p. 17)

Os TICPs são “polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesses para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável” (São Paulo, Lei nº 16050 art. 314º, 2014). Na época foram elaborados dois TICPs, o Paulista/Luz e o Jaraguá/Perus. No entanto, esses territórios de interesse ainda não foram regulamentados.

¹⁶ Afirmação feita por Andréa de Oliveira Tourinho no Curso Memória e Cidade: O Patrimônio Cultural em São Paulo em 2018.

¹⁷ Afirmação feita por Andréa de Oliveira Tourinho no Curso Memória e Cidade: O Patrimônio Cultural em São Paulo em 2018.

Apesar das décadas de 1970 e 1980 marcarem um importante engajamento civil na proteção do patrimônio, prevalece, ainda hoje, uma cultura protecionista deliberada por representantes técnicos e com pouca – e às vezes sem – participação da sociedade, sendo o tombamento o principal instrumento de proteção do poder público, realizado por técnicos. Contudo, é importante ponderar que nos últimos anos houve um esforço do poder público em se aproximar da sociedade civil.

2.2. Experiências inovadoras recentes

Todo tombamento é acompanhado de uma documentação que fornece uma série de informações aos órgãos de preservação a respeito do imóvel, logradouro, bairro, ou conjunto de edifício que se pretende tomar. O principal documento responsável por fornecer essas informações é o inventário.

O modelo de inventário adotado pelo DPH em São Paulo é composto por fichas em que o técnico responsável pelo estudo irá fornecer dados como a caracterização do bem – um edifício isolado, um conjunto arquitetônico ou um conjunto de edifícios –, sua localização, ano de construção, autor do projeto, técnicas construtivas utilizadas na construção, interferências que ocorreram no bem, seu uso original, uso atual, estado de conservação e, por fim, dados de ambiência. Além dessas informações, também são feitas pesquisas relacionadas ao histórico do bem ou bairro, sua arquitetura e qualquer outra informação que seja relevante ao processo. Tais documentações também acompanham fotos, croquis, plantas e imagem que busquem compreender o objeto de estudo.

Ressalta-se que é um trabalho realizado essencialmente por técnicos, sem contribuições da sociedade civil. Esse modelo de inventário permanece com poucas alterações desde a criação do CONPRESP. Até mesmo antes mesmo da criação do conselho, na década de 1970, já se discutiam novas perspectivas de pesquisa.

Uma importante iniciativa do DPH se refere ao Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (IGEPAC-SP) em 1983. A premissa de elaborar inventários de conjuntos urbanos de bairros de São Paulo procurou desvincular a ideia de monumento à preservação, garantindo a leitura de ambientes urbanos, considerando o conceito de patrimônio ambiental urbano. Esses inventários tornariam importantes referências de pesquisa para as futuras atividades dos órgãos de preservação, para consultas em estudos de tombamentos, consulta de outros órgãos públicos para projetos urbanos ou formulação de leis, consulta acadêmica ou de qualquer ente da comunidade.

A inovação do IGEPAC foi incentivar o conhecimento dos conjuntos urbanos, abrangendo nessas documentações a pesquisa sobre a evolução histórica e morfológica dos bairros de estudo, suas tipologias, seus logradouros, equipamentos, referências visuais e morfologia do ambiente urbano. Contudo, o IGEPAC se limitou à leitura das cidades e mesmo recomendando o uso de entrevistas, questionários e histórias orais, tal abordagem só ocorreu no IGEPAC Liberdade em que tais entrevistas não estão registradas, portanto não se pode comprová-las. (BAFFI, 2006, p. 182)

Ainda que a metodologia do IGEPAC tenha considerado os grupos sociais envolvidos com o patrimônio, os estudos tiveram pouca ênfase na análise desses grupos, inclusive na análise do patrimônio imaterial da cidade em uma conjuntura em que o CNRC já havia sido integrado ao IPHAN trazendo conceitos amplos como o de referência cultural (SANTANA, 2017). Esse conceito, de certa forma, se aproxima da ideia de patrimônio ambiental urbano traduzida por Ulpiano Bezerra de Meneses, pois essas referências são dadas a partir das significações que os sujeitos atribuem ao seu redor. Contudo as ações dos órgãos municipais não acompanharam as inovações presentes no âmbito nacional, enfatizando, nos estudos, a legibilidade da cidade e seu patrimônio material.

Nos últimos anos, alguns trabalhos realizados pelo órgão de preservação municipal procuraram se aproximar da sociedade civil, promovendo o conhecimento e valorização do patrimônio cultural da cidade.

As Jornadas do Patrimônio, por exemplo, foram criadas em 2015 pelo DPH e proporcionam palestras, atividades e visitas guiadas em alguns bens culturais da cidade. Tais atividades são realizadas por grupos de bairros, universidades e pessoas que de alguma forma se engajam em questões relacionadas a preservação do patrimônio cultural. Esses grupos são selecionados pelo poder público, com antecedência, através da inscrição de suas atividades no edital da Jornada do Patrimônio que podem ser credenciadas em três linhas de ações: imóveis portas abertas, roteiros de memória e oficinas. A atividade se tornou lei no ano de 2016, sendo incluído no calendário oficial de eventos culturais na cidade de São Paulo.

Outra importante iniciativa criada pelo departamento refere-se à retomada dos encontros conhecidos como “Patrimônio em Debate”. A atividade consiste em encontros realizados em diferentes bairros de São Paulo para a discussão do patrimônio imaterial e mapear referências importantes dessas regiões:

Com o objetivo de fortalecer e sistematizar os vínculos com grupos, coletivos e associações culturais que se dedicam à pesquisa e ao fomento do patrimônio cultural nas diversas regiões da cidade, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), por meio do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), retoma o projeto Patrimônio em

Debate. (...) O foco é mapear as referências culturais e lugares de memória mais significativos de cada região, numa oportunidade de troca de experiências e conhecimentos entre os agentes locais e o DPH.

Desde o final de 2018 diversos encontros ocorreram em bairros distintos como na Penha, Butantã, Liberdade, Itaquera, Freguesia do Ó, Lapa e Jabaquara.

Em agosto de 2019 foi inaugurado o projeto “Memória Paulistana” na abertura da Jornada do Patrimônio. Esse projeto tem por objetivo sinalizar por meio de placas de identificação, lugares de memória na cidade de São Paulo. Na inauguração do projeto, essas placas foram fixadas em alguns imóveis localizados na área central da cidade. Em uma segunda etapa, até final de janeiro de 2020, serão distribuídas novas placas em outras regiões. Uma das maneiras de identificar novos pontos de interesse ocorreu por meio de uma consulta participativa disponível *online* em que a população cadastra lugares de memória que consideram de interesse para, posteriormente, serem avaliados pelo DPH que listará quais os lugares a serem sinalizados.

Em consulta à listagem das localizações, constou-se 138 lugares diferentes espalhados por distintos bairros da cidade em regiões centrais, bem como periféricas.¹⁸

Além das recentes iniciativas do órgão, experiências inovadoras têm surgido no âmbito de outras instituições, tendo aparecido com anterioridade às primeiras. Aumentou-se o número de entidades, organizações e coletivos empenhados em valorizar seus patrimônios culturais, a partir de iniciativas que nem sempre contam com participação do poder público, mas de um protagonismo maior dos próprios grupos sociais envolvidos com bens culturais e manifestações que são importantes para eles. Esses grupos têm demonstrado uma capacidade de mobilização e apropriação do patrimônio cultural independente de instrumentos jurídicos como o tombamento. Pode-se dizer que essas iniciativas foram importantes como elementos impulsionadores - de pressão, inclusive - das novas ações públicas, acima relatadas.

A Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), fundada em 2011, é um importante coletivo composto por diversos profissionais do âmbito acadêmico que através do diálogo com a sociedade buscam sensibilizar moradores de diferentes locais a respeito de seus bens culturais. O grupo se envolveu em trabalhos importantes de gestão compartilhada como o Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão e reuniões na Vila Maria Zélia no intuito de buscar uma recharacterização participativa na vila.

¹⁸ Disponível em:

<<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfhtkuOJfPgJyJMTLxNlk9AhmkXjZXbZNY8guWv9NC2sQXI2w/viewanalytics>> Acesso em: 20/12/2019 às 10:50h.

Muitas das atividades realizadas são diretamente influenciadas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais¹⁹ (INRC) do IPHAN, como o Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão que tem como chave a noção de referência cultural trazida pela metodologia adotada²⁰, colocando em evidência, no Minhocão, a vida real que existe naquela região, ou seja, moradores que de fato habitam seu entorno.

Por meio do Inventário Participativo, esse trabalho contou com fichas de identificação do território e de grupos sociais (trabalhadores, moradores, frequentadores, refugiados, comerciantes informais, etc.). Envolveu entrevistas, conversas e escutas locais.

Outra experiência na Vila Maria Zélia, conjunto tombado em nível estadual e municipal, envolveu a REPEP, técnicos de órgãos e preservação, universidades, moradores, associações locais, realizando um trabalho de gestão compartilhada do patrimônio (SCIFONI, 2017). Essa experiência ocorreu após notificações de multas aos proprietários por realizarem intervenções nos imóveis sem consentimento dos órgãos. Todavia, os moradores não tinham conhecimento de que tais intervenções não eram permitidas.

Por meio de uma audiência de conciliação promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado em 2015, foi decidido que os órgãos de patrimônio deveriam realizar um processo de recaracterização da vila de forma participativa. Nessa gestão compartilhada o envolvimento da REPEP foi imprescindível, pautando-se em trabalhos de educação patrimonial a partir de muito diálogo.

Segundo Scifoni, a educação patrimonial é uma “ação cultural” e este patrimônio se transforma na medida em que é vivido. Portanto educação patrimonial não é simplesmente difusão de conhecimento:

A educação patrimonial é um campo privilegiado para atuação nesse sentido, desde que seja superada a perspectiva mais tradicional e conservadora como a que define ensinar como um processo vertical de transferência de informações: de quem sabe para quem não sabe. (SCIFONI, 2017, p.187)

¹⁹ O INRC foi desenvolvido no ano de 1999 com intuito de “identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira” (INRC, 2000, p.23), sendo eles materiais ou imateriais.

²⁰ No âmbito nacional uma importante experiência relacionada a forma de incentivar discussões, valorização e proteção do patrimônio refere-se ao Inventário Participativo do IPHAN criado em 2016. Esse inventário fica disponibilizado no site da instituição, junto a um manual de aplicação, para que qualquer cidadão tenha acesso e utilize em suas comunidades. De acordo com esse manual, refere-se a uma ferramenta de Educação Patrimonial que tem como objetivo estimular que a própria comunidade identifique e valorize suas referências culturais. Baseado na metodologia do Inventário de Referências Culturais (INRC) desenvolvido em 2012 pelo IPHAN, adaptou-se um material que pudesse ser aproveitado por escolas, entidades e qualquer outro grupo interessado.

Destacam-se também as políticas que incidiram no bairro do Bexiga. Após o tombamento do bairro nos anos 2000, não se efetivaram políticas de preservação integradas em projetos urbanos. A “Fábrica de Restauo”, é um processo experimental que permitiu “construir coletivamente a recuperação física e social do bairro” (SOMEKH, 2018, p. 95). Compreende uma grande equipe de pesquisa formada por diversos grupos como representantes do DPH, da REPEP, do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), da Associação de Empresas de Restauo (ASSEER) do grupo Bexiga Viva, algumas associações do bairro, além do envolvimento da Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADESAMPA) e Universidades.

A aposta é que a sensibilização para o patrimônio e a participação no espaço público, mediada pela construção coletiva de projetos urbanos, possam trazer perspectiva de preservação da memória e ações de trabalho criativo. Nesse sentido a experiência iniciante da Fábrica de Restauo é uma aposta na construção de ações coletivas que em conjunto promovam projetos urbanos com inclusão social. (SOMEKH, 2018, p. 97)

Por fim, vale destacar que grupos vinculados a alguns bairros e preocupados com a memória, apesar de pouca representatividade no poder público, veem ganhando bastante notoriedade. É o caso do Grupo Ururay que trabalha com patrimônios culturais relacionados aos bairros da zona leste na cidade de São Paulo. Suas ações englobam a realização de festivais, cursos, passeios, oficinas, palestras e outros eventos que tenham como principal intuito ativar os patrimônios culturais da zona leste, sendo sua formação composta por indivíduos moradores da região, conforme veremos mais adiante.

O Grupo Ururay foi premiado na terceira edição do Prêmio Murillo Marx, em 2019, pelo DPH. Tal premiação reconhece alguns destaques atuais no âmbito das discussões relacionadas ao patrimônio cultural da cidade em três categorias: “práticas”, “valores” e “memória”. O grupo foi reconhecido na categoria “Práticas” ao lado dos, também, homenageados nas outras categorias, Ulpiano Bezerra de Meneses e Paulo Zanettini.

De certa maneira, não há coerência na continuidade da salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de São Paulo utilizando-se dos métodos tradicionais de inventariação poucos inovados pelo órgão. As iniciativas desses grupos locais, apontam um importante e necessário caminho de diálogo entre poder público e comunidade, reforçando a necessidade de se reavaliar o papel da administração municipal.

Recentemente, em junho de 2019, pela primeira vez ocorreu o primeiro encontro “Agentes da Memória Paulistana” no DPH, cujo objetivo é “fortalecer o diálogo entre poder

público e sociedade civil”. O primeiro encontro ocorreu com a participação do Laboratório Fábrica de Restauro, Grupo Ururay e Rede Paulista de Educação Patrimonial.

2.3. Sociedade e mídias digitais

Considerando que o alicerce fundamental para as relações sociais é a comunicação, ou seja, a capacidade de troca de informações entre diferentes indivíduos, é possível observar, ao longo da história da humanidade, a criação de ferramentas cada vez mais aperfeiçoadas levando a informação para um número maior de indivíduos, superando distâncias em prazos de tempo cada vez menores.

Castells (1999) identifica três momentos imprescindíveis relacionados à criação de ferramentas de comunicação em massa que imprimiram mudanças culturais significativas na sociedade. A primeira refere-se ao advento da imprensa, onde a comunicação era realizada essencialmente através da tipografia – jornais e folhetos. Sem esquecer de outros importantes meios de comunicação como os rádios e filmes, outra importante inovação apontada pelo autor foi a televisão, - a “grande mídia”. A televisão representou a incorporação de novas representações através do uso simultâneo de áudios e vídeos, aproximando o receptor da realidade e aumentando a inclusão de outras classes. Tal era, segundo Castells (1999, p. 418), é caracterizada pela “sedução, estimulação sensorial da realidade e fácil comunicabilidade, na linha do menor esforço psicológico”, difundindo-se rapidamente.

Uma mesma mensagem poderia ser assistida por muitos indivíduos ao mesmo tempo. No entanto, a possibilidade de interação mútua só vai ser possibilitada com o surgimento da internet. Neste cenário, o surgimento da internet é o terceiro momento indicado pelo autor. Seu advento funcionará como uma mídia descentralizada. Para Rodrigo Peronti (2007, p. 61), baseado nas ideias de Levy, esses possíveis novos diálogos funcionam como um sistema de mão dupla, onde, além de possibilitarem diálogos à longa distância, transformaram a relação estabelecida entre emissor-receptor. Para Castells (1999, p. 420),

A questão principal é que enquanto a grande mídia é um sistema de comunicação de mão-única, o processo real de comunicação não o é, mas depende da interação entre o emissor e o receptor na interpretação da mensagem.

O surgimento da internet se iniciou com a criação do *Advanced Research Projects Agency Network* (APARNET) nos Estados Unidos nos anos 1960, no âmbito da Guerra Fria, sendo utilizada para a comunicação entre bases militares, na obtenção e proteção de informação inimiga ou aliada. Sua difusão social foi possibilitada com sua introdução nas universidades. Inicialmente nos Estados Unidos e, posteriormente, em outros países do mundo.

É na década de 1970 que a internet transformará completamente as relações sociais e econômicas estabelecidas até então com o desenvolvimento do microprocessador que possibilitou o surgimento do computador pessoal:

Um verdadeiro movimento social nascido na Califórnia na efervescência da “contracultura” apossou-se das novas possibilidades técnicas e inventou o computador pessoal. Desde então o computador iria escapar progressivamente dos serviços de processamento de dados das grandes empresas e dos programadores profissionais para tornar-se um instrumento de criação, de organização, simulação, programas para pesquisa, e de diversão nas mãos de uma proporção crescente da população dos países desenvolvidos. (LEVY, 1999, p. 32)

A partir dos anos 1970, o mundo assistiu profundas mudanças na “organização, identidade, conversação e mobilização social”, uma vez que a comunicação mediada pelo computador, “amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador ” (RECUERO, 2014, p. 16).

Em 1990 já era possível perceber o uso em larga escala das redes de computadores: “as tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço²¹, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento” (LEVY, 1999, p. 33).

Castells (1999, p. 431) refere-se à internet como “a espinha dorsal da comunicação global mediada por computador (CMC): é a rede que liga a maior parte das redes”.

Para que uma rede funcione é inevitável a presença de indivíduos que interajam nesses ambientes. De acordo com Raquel Recuero (2014), são os atores sociais os elementos fundamentais das redes e os verdadeiros nós destas ferramentas de comunicação, pois serão os responsáveis pelas trocas sociais, por gerar e compartilhar informação via internet, através de documentos, imagens, arquivos, eventos, vídeos, reportagens, textos, uma variedade de formas expostas virtualmente em um único instrumento. Dão origem às comunidades virtuais, ou seja, que se reúnem *on-line* e que são construídas por indivíduos que expressam interesses comuns e trocam experiências (LEVY, 1999; CASTELLS, 1999), criando “novas formas de

²¹ O termo ciberespaço adotado por Levy, foi criado pela primeira vez pelo autor William Gibson em seu romance de gênero cyberpunk “Neuromancer” em 1984. O livro é uma ficção científica sobre o uso das tecnologias informacionais mais avançadas, trazendo-a como um espaço palpável. Levy irá adotar o termo ciberespaço considerando-o como uma rede que surge da conexão de diversos computadores, possibilitando que uma infraestrutura material de comunicação digital crie um universo de informações que podem ser diariamente alimentadas pela sociedade com novas informações. Deste universo, surge outro neologismo criado pelo autor chamado “cibercultura” que define as práticas, atitudes e valores que se desenvolvem dentro do ciberespaço. (LEVY, 1999)]

sociabilidade e novas formas de vida urbana, adaptadas ao nosso ambiente tecnológico” e a capacidade de criação de “laços interpessoais informais” (CASTELLS, 1999, p.443).

Laços que podem ser formados, inclusive entre indivíduos desconhecidos que facilitam a ligação de um número grandes de pessoas e a identificação de pontos comuns. A respeito desses laços Castells (1999, p. 446) afirma que:

São comunidades, porém não são comunidades físicas, e não seguem os mesmos modelos de comunicação e interação das comunidades físicas. Porém não são “irreais”, funcionam em outro plano da realidade. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada.

Levy (1999, p. 132) aponta para o mesmo raciocínio:

Os amantes da cozinha mexicana, os loucos pelo gato angorá, os fanáticos por alguma linguagem de programação ou os intérpretes apaixonados de Heidegger, antes dispersos pelo planeta, muitas vezes isolados ou ao menos sem contatos regulares entre si, dispõem agora de um lugar familiar de encontro e troca. Podemos, portanto, sustentar que as assim chamadas “comunidades virtuais” realizam de fato uma verdadeira atualização (no sentido da criação de um contado efetivo) de grupos humanos que eram apenas potenciais antes do surgimento do ciberespaço.

Tanto Levy quanto Castells acreditam no verdadeiro potencial de formação de comunidades virtuais e sua capacidade de criação de espaços mais participativos, que exponham a opinião pública. No entanto, esses mesmos laços sociais podem ser encarados como laços frágeis, uma vez que as relações estabelecidas virtualmente não substituem os encontros físicos e as relações de afeto com familiares e amigos.

As relações observadas nas comunidades virtuais podem ser mais diversificadas e chegar a formações de centenas de laços mais fracos, que seriam impossíveis de se manter fisicamente. Todavia, são úteis no fornecimento de informações e na abertura de diálogos a baixo custo (KNOENER, 2015, p. 444): “a vantagem da Rede é que ela permite a criação de laços fracos com desconhecidos, num modelo igualitário de interação, no qual as características sociais são menos influentes na estruturação, ou mesmo no bloqueio, da comunicação” (KONOENER, 2015, p. 445).

Levy (1999, p. 30) aponta para algumas críticas comuns relacionadas às mídias digitais:

De fato, também vemos surgir na órbita das redes digitais interativas diversos tipos de formas novas...- de isolamento e de sobrecarga cognitiva (estresse pela comunicação e pelo trabalho diante da tela); - de dependência (vício na navegação ou em jogos em mundos virtuais); - de dominação (reforço dos centros de decisão e de controle, domínio quase monopolista de algumas potências econômicas sobre funções importantes de rede etc); - de exploração (em alguns casos de tele trabalho vigiado ou de deslocalização de atividades no terceiro mundo); - e mesmo de bobagem coletiva (rumores, conformismo em rede ou em comunidades virtuais, acúmulo de dados sem qualquer informação, “televisão interativa”.

Apesar das críticas, fica clara sua capacidade interativa, sendo uma ferramenta de coesão social e coletiva (KNOENER, 2015, p. 42). Para Levy (2002) é uma nova forma de socialização, que se baseia em trocas objetivas e na cooperação dos sujeitos integrantes da rede.

Experiências de cooperação e de interesses comuns podem ser observadas por meio de interesses políticos, sociais e econômicos onde os indivíduos, através do uso das redes, geram formas de participação ativas, como debates, disseminação de informação e mobilizações sociais:

A internet e outras tecnologias da informação e comunicação permitem mais do que simplesmente a possibilidade de se adquirir novos parâmetros sociais, como mudanças de classe, conferindo a todo indivíduo o poder de voz, de disseminação, de influência, de expressão. Permite-nos alcançar proporções que anteriormente eram apenas monopolizadas pelos regentes dos meios de comunicação de massa. (KNOENER, 2015, p.185)

O uso das mídias digitais, sobretudo os sites de redes sociais possibilitaram a ampliação de debates relacionados a temas diversos:

Na arena internacional, novos movimentos transnacionais, que surgem para defender as causas feministas, os direitos humanos, a preservação ambiental e a democracia política, estão fazendo da Internet uma ferramenta essencial para disseminar informações, organizar e mobilizar. (CASTELLS, 1999, p. 448)

Ou seja, seu uso proporcionou que o usuário seja também protagonista, em um ambiente em que é possível expor e compartilhar seus ideais (KNOENER, 2016, p. 361). A internet possibilitou um ambiente onde a população possui maior engajamento, participa e se mobiliza, abrangendo os interesses da sociedade civil.

Uma das primeiras experiências de mobilizações sociais organizadas de forma virtual refere-se ao uso do MINITEL francês, relatado por Castells (1999). O equipamento de videotextos foi utilizado na França na década de 1980 e, apesar da sua tecnologia primitiva – motivo pelo qual não se sustentou –, teve grande difusão no país. Os canais de bate-papo possibilitados pelo aparelho criaram oportunidades para que estudantes universitários se organizassem para manifestações contra o governo francês.

Castells aponta outras experiências, sobretudo nos anos 1990, as quais ele identifica como “participação eletrônica”, que acontecem via internet. Entre elas, o programa PEN organizado na Califórnia, em Santa Mônica e a “Cidade Digital” em Amsterdã. Nesses casos, os cidadãos debatiam questões públicas comuns por meio da internet. Nos Estados Unidos, ativistas comunitários em Seattle também construíram uma plataforma de debate nas redes sociais, propiciando maior envolvimento da população local.

Entre os exemplos mais recentes de mobilização social, com grande repercussão nas mídias digitais, estão a Primavera Árabe ocorrida em 2011 nos países do Oriente Médio e, no Brasil, as Jornadas de Junho ocorridas em 2013. Através de “tweets”, “posts” e criação de eventos nas redes sociais, tais manifestações obtiveram o aumento da sua aderência.

Em um artigo sobre o impacto das redes sociais nas mobilizações ocorridas em São Paulo, o jornalista Leonardo Sakamoto afirma a dificuldade dos órgãos políticos enxergarem as mídias digitais como plataformas de construção política, uma vez que não fazem parte das mídias tradicionais de comunicação. Em seu artigo intitulado “*Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*”, Sakamoto (2013, p. 90) defende que:

Tecnologias de informação e comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.

Recuero (2014) entende as redes sociais como uma forma emergente de organização social, uma vez que novas formas de sociabilidade claramente surgiram, a partir de espaços de interação virtual, como no caso do MINITEL e, mais recentemente, espaços representados por plataformas como Twitter, Facebook, Instagram, blogs, entre outros sites de redes. “São espaços de interação, lugares de fala construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade e individualidade” (RECUERO, 2014, p. 26).

Ao trocarem informações, possibilita-se que a população seja mais atuante, mais colaborativa e, desta forma, mais participativa. Neste caminho, nos últimos anos, passou a ser inevitável a utilização dessas ferramentas inclusive pelas instituições públicas. Dificilmente uma instituição, empresa ou entidade não tenha também um endereço digital.

No âmbito da preservação, em 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou um documento em que se levantavam questões relacionadas à comunicação e ao patrimônio cultural brasileiro, abordando a possibilidade de diferentes formas de utilização das mídias digitais para propagação, educação e estimulação da participação social:

Estudos recentes da Organização das Nações Unidas visam entender como uma organização pode atingir resultados positivos e impactos sustentáveis utilizando ferramentas de aplicação das mídias sociais na internet. Segundo esses estudos, web sites, serviços via celular e mídias sociais estão sendo cada vez mais utilizadas tanto local quanto globalmente. Milhares de pessoas em todo o mundo estão usando essas novas mídias para se comunicar não só com indivíduos, mas também com organizações. Essas mídias são oportunidades para uma dada organização agregar e influenciar parceiros, por meio de um engajamento, não apenas de acesso e consulta. (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 109)

O texto exemplifica brevemente as diversas oportunidades participativas que as mídias digitais oferecem, entre elas, a criação de blogs, redes sociais, wikis, compartilhamentos de vídeos, podcasts e fotografias.

Além dos exemplos citados, apresenta um roteiro de como implementar “um programa de comunicação via mídias sociais” (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 115).

Um exemplo interessante de projeto citado pelo documento refere-se ao *Mediamatic Travel*, em Amsterdã, uma plataforma interativa onde seus usuários “criam conteúdos sobre a vida cultural mais alternativa de suas cidades, junto com uma proposta de roteiro que eles mesmo oferecem aos seus colegas viajantes. (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 116) ”

No Brasil, uma experiência bastante inovadora refere-se à criação do Museu da Pessoa em 1991, que desenvolve registros de memória oral, histórias de vida, gravações em meio digital e disponibilizadas, desde 2003, em uma plataforma virtual conhecida como “Portal do Museu da Pessoa”. Atualmente, além de qualquer usuário poder contar sua própria história no museu virtual, é possível criar sua própria plataforma, selecionando histórias que o usuário tenha maior interesse ou afinidade, facilitando a organização de pesquisadores ou simplesmente a sua apreciação:

O trabalho com memória oral possibilitou dar voz ao narrador. Saberes e fazeres, práticas cotidianas, conhecimentos transmitidos de geração a geração, registrados em vídeo e disponibilizados pela internet. Sabemos que não estamos preservando esses saberes, pois eles só têm sentido na sua própria oralidade e imaterialidade. No entanto, procuramos desvendar uma região compreendendo o “cheiro, a textura e a cor local”, com respeito à diversidade. (OLIVEIRA, 2010, p. 07)

Tais experiências dialogam com um documento indispensável no que se refere à discussão dos usos das novas tecnologias da informação e comunicação como um meio de se conhecer as representações de diferentes localidades, a Declaração de Quebec, publicada em 2008 em assembleia do ICOMOS. Discorrendo sobre a preservação do *Spiritu loci*, enfatiza a importância da comunicação para se “manter vivo o espírito do lugar”:

Considerando que modernas tecnologias digitais (bancos de dados, *websites*) podem ser usadas eficaz e efetivamente a um custo muito baixo para desenvolver inventários multimídia que integrem elementos tangíveis e intangíveis do patrimônio, nós incisivamente recomendamos seu amplo uso para melhor preservar, disseminar e promover os sítios do patrimônio e seu espírito. Estas tecnologias facilitam a diversidade e renovação constante da documentação sobre o espírito do lugar. (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 2018, *on-line*)

No Brasil, os próprios órgãos de preservação – federal, estadual e municipal – já introduziram seus espaços de compartilhamento na internet. Além de seus *websites*, é possível encontrar páginas nas redes sociais como o Facebook e Instagram, em que tais plataformas são

utilizadas para divulgação de notícias, eventos e conhecimentos disseminados à população sobre algum bem ou prática cultural de um dado lugar.

Na cidade de São Paulo, além das páginas nas redes sociais, uma experiência muito recente realizada pelo órgão de preservação do município é o Blog do DPH, criado em 2015. Segundo a arquiteta Nádia Somekh (2016, p. 10), ex-Diretora do DPH:

Usando uma linguagem acessível, trouxe temas diversos e, diferente de outros blogs institucionais de patrimônio, produziu conteúdo próprio abordando temas que estavam na ordem do dia. Ao não se pautar unicamente pela divulgação de ações do departamento, mostrou como é possível usar os meios digitais para promover a educação patrimonial.

O uso das mídias digitais passou a ser inevitável para a divulgação do trabalho das mais diversas entidades, inclusive voltadas à preservação do patrimônio cultural. O Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno (Docomomo), por exemplo, voltado para discussão da preservação da arquitetura moderna nacional e internacional, possui diversos *sites* (Docomomo Internacional, Docomomo Brasil, Docomomo-SP) em que além da divulgação de notícias de seminários, textos e trabalhos realizados pela instituição, também contém um mapeamento internacional de arquitetura moderna, publicações de revistas e outros projetos. O Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) também possui um site de divulgação dos trabalhos realizados pela instituição, como cursos, editais e programas de fomento à cultura. Visando ampliar o alcance dos trabalhos para o maior número de pessoas possível, essas mesmas instituições se utilizam da divulgação em sites de redes sociais como o Facebook.

Fica evidente que as novas tecnologias da informação e comunicação propiciaram a formação de ambientes de debates altamente influentes, sendo as redes sociais a principal ferramenta de apropriação social virtual na contemporaneidade, capazes de formar novas comunidades virtuais. Todavia, o que se percebe é o seu uso voltado comumente para a divulgação do patrimônio. Entretanto, verifica-se a propagação de canais de participação e envolvimento da sociedade na identificação dos valores, representações e opiniões que elas possuem sobre os lugares.

Se, por um lado, se observa a falta de envolvimento social nos processos de inventariação do patrimônio já realizados pelo órgão de preservação municipal, percebe-se um esforço de novas estratégias de diálogo com a sociedade. Da mesma forma que as redes sociais possibilitaram um ambiente de promoção da educação patrimonial – com a confirmação de experiências estimáveis no próprio órgão municipal –, elas também podem funcionar como uma via de mão dupla em que os próprios técnicos, intermediadores desta comunicação, podem

apreender sobre o significado dos bens culturais para os cidadãos em diferentes localidades e, com isso, construir estudos mais amplos e participativos que, de fato, representem a percepção da sociedade. Ampliou-se a possibilidade de novos territórios a serem explorados pelos pesquisadores:

Se antes escolhíamos um grupo de entrevistados na execução de pesquisas qualitativas e fazíamos as entrevistas face a face, hoje, com as possibilidades infinitas da Internet, ampliam-se de maneira significativa as redes de contatos e novas adesões são incluídas no processo de construção do conhecimento. Assim, estreitam-se as fronteiras comunicacionais entre pesquisadores e pesquisados, produtores de conhecimento e leitores. Com isso, temos um universo mais representativo e válido de resultados que nos permitem evidenciar outros aspectos da investigação em realidades distintas. (CAJAZEIRA, 2015, p. 62)

Neste caminho, o presente trabalho busca investigar a eficiência do ambiente virtual para coleta de dados qualitativos sobre o objeto de estudo desta pesquisa, a partir de uma metodologia que será esboçada no capítulo 4. Faz-se necessário, previamente, uma apresentação do bairro da Penha e sua atual situação do ponto de vista das políticas públicas de preservação do patrimônio e de planejamento urbano. Além disso, serão apresentadas e analisadas algumas ações de coletivos culturais atuantes no bairro.

Capítulo 3

O PATRIMÔNIO CULTURAL DO BAIRRO DA PENHA

Acordou cedo. Hoje é dia de ir para a cidade. De certo que a cidade é aqui também, mas por algum motivo não consegue e nem quer se livrar desse sentimento provinciano. Os vestígios do passado na paisagem, o relevo das igrejas, as amizades e lembranças estruturam o espírito de quem se denomina penhense antes de ser paulistano. (ESPADA, 2012, p.18/19)

3.1. Breve aproximação com a história do bairro

A história do bairro da Penha já foi muito aprofundada por diversos autores, seja por meio de acervos memorialísticos, seja no âmbito acadêmico. O principal acervo histórico do bairro pertenceu a um antigo morador da área, o memorialista Hedemir Linguitte, já falecido, autor de *Santuário de Nossa Senhora da Penha* publicado em 1989. Outros importantes livros sobre a história do bairro a serem mencionados pertencem aos autores Silvio Bontempi responsável pela pesquisa *O Bairro da Penha* publicado em 1960 e Maria Cândida Vergueiro Santarcangelo que em 1968 escreveu *Penha de França: 1668-1968*.

O bairro da Penha também possui publicações mais recentes como o livro do autor José Morelli, publicado em 2017, *Penha de França – Expressões do Rosário*, e a pesquisa dos moradores José Gonçalves de Macedo e Wilker de Almeida que resultou na publicação de *Penha de França*, em 2018.

No âmbito acadêmico, a dissertação de mestrado de Edson Penha de Jesus, *Penha: de bairro rural a bairro paulistano, um estudo do processo de configuração do espaço penhense*, defendida em 2006 apresenta um importante estudo da formação sócio espacial do bairro dividindo-o em três períodos distintos: uma “Penha rural” que marca o início da formação do bairro, uma “Penha subúrbio” que demarcava uma área entre periferia e centro da cidade e uma Penha configurada como “bairro metropolitano” que corresponde a sua consolidação atual. Já, o cuidadoso trabalho final de graduação “Atmosferas da Penha” da arquiteta e artista Natália

Socromov Espada traz um registro de memórias afetivas e impressões do bairro por meio de ilustrações e contos desenvolvidos pela própria autora.

Por fim, vale mencionar as pesquisas realizadas pelo Movimento Cultural da Penha que já possui três publicações em livros relacionados ao patrimônio cultural da zona leste incluindo textos sobre o bairro da Penha. São eles: *Movimentações pela Cultura: um painel dos movimentos culturais da região leste de São Paulo (1980/1990)*, publicado em 2014, *Recados – Memórias das Relações entre a Comunidade e o Patrimônio*, publicado em 2011 e *Territórios de Ururay* publicado em parceria com o Grupo Ururay em 2016.

O texto apresentado a seguir não tem como propósito reproduzir detalhadamente a história do bairro que já se encontra muito bem documentada por esses autores, mas buscará situar o leitor sobre o que levou o bairro a sua atual conformação: um bairro de reconhecida importância histórica, recentemente tombado e que ao mesmo tempo abriga uma centralidade importante para a região leste de São Paulo, alvo de transformações urbanas.

A região do bairro da Penha teve início no alto de uma colina, entre os rios Tietê e Aricanduva, a partir de uma pequena igreja – atual Santuário da Penha – responsável pelo aparecimento dos primeiros aglomerados urbanos da região. A data mais citada para a fundação da região é de 1668 quando uma sesmaria é concedida na área. No entanto, há indícios de ocupações mais antigas uma vez que o local servia de passagem para a aldeia de São Miguel de Ururá e, posteriormente, se transformou no caminho de viajantes europeus que iam de São Paulo ao Rio de Janeiro (JESUS,2006, p. 27), bem como aqueles que tinham como destino a Freguesia de Nsa Sra. da Conceição de Guarulhos, Nazaré e Lavras Velha (JESUS,2006, p. 57), sendo a região da Penha, parada para descanso.

Foi no alto da colina que se consolidou o conhecido centro histórico do bairro. Desde o início da sua formação, a região se estruturou a partir de práticas religiosas que levaram ao seu desenvolvimento. Tal religiosidade ocasionou as primeiras aproximações com a cidade de São Paulo, através de suas festas, procissões e a crença de que Nossa Senhora da Penha, com sua fama de santa milagrosa, era a padroeira da cidade de São Paulo, atraindo diversos visitantes à área.



Figura 1. Saída da procissão na ladeira da Penha, atual Rua Cel. Rodovalho em 1925.

Com o processo de industrialização de São Paulo e o aparecimento de ferrovias na década de 1870, novos moradores se instalaram no bairro e a Penha teve sua ligação com o centro da cidade facilitada, passando a adquirir características mais urbanas.

Por consequência, novos núcleos de ocupação surgiram mais à leste da cidade e a medida em que São Paulo se expandia, o bairro da Penha passou a ser ponto de articulação entre o centro e os bairros mais periféricos da zona leste. Desta forma, a região passou a ser equipada por bondes (na década de 1910) e, posteriormente, ônibus (na década de 1930) que conectavam o bairro a diversos lugares de São Paulo. Essa dinâmica atraía cada vez mais comércios e serviços, como bancos, escolas, restaurantes e até comerciantes ambulantes, contribuindo para a intensificação de uma centralidade na área. Ao suprir as necessidades de seus moradores e usuários vizinhos, passou a dispensar viagens ao centro da cidade. Em 1940, a Penha já possuía características de um subcentro.

Apesar de muitas construções terem sido demolidas na segunda metade do século XX, edifícios tradicionais permaneceram na região como a primeira igreja da Penha que passou por diversas alterações, a Escola Santos Dumont, o Colégio São Vicente de Paulo, o largo e a igreja do Rosário dos Homens Pretos – primeiro edifício tombado da Penha – praças, logradouros antigos e diversos padrões de fachadas tradicionais.



Figura 2. Igreja Nsa. Sra. da Penha de França. Fonte: Acervo da autora (2018).

Novos edifícios também passaram a complementar a região do centro histórico como o antigo Seminário da Penha em 1956, a Basílica da Penha em 1968, o Centro Cultural da Penha construído em 1970 em um antigo orfanato e, mais recentemente, um shopping inaugurado em 1992 no antigo terminal rodoviário do bairro.

Aos poucos, configurou-se a Penha atual: um subcentro agregado ao núcleo de ocupação mais antigo do bairro.

No mapa abaixo é possível notar os eixos estruturadores do bairro formados a partir da antiga estrada da Penha, atual Celso Garcia que conformou a morfologia do bairro atual.

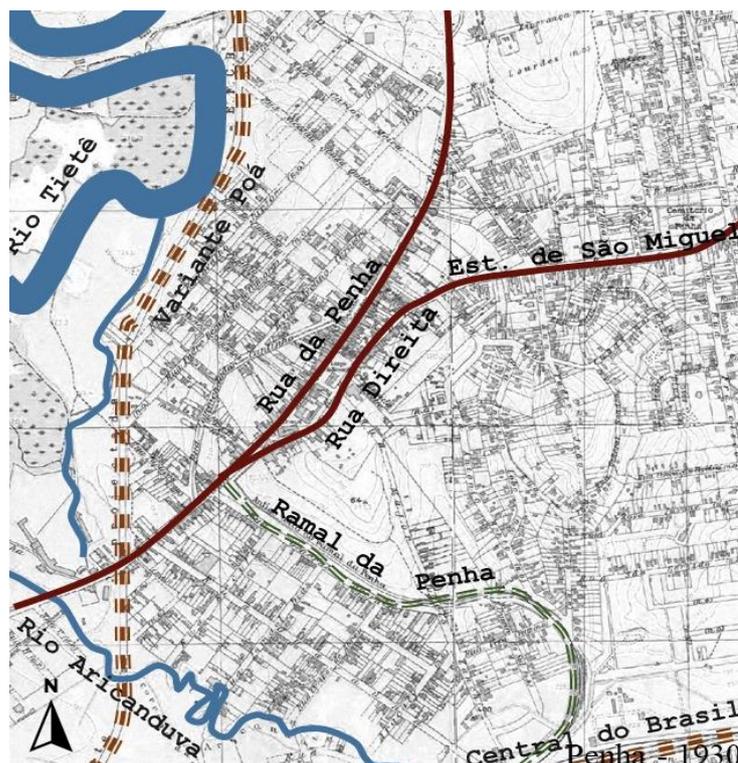


Figura 3. Mapa do bairro da Penha em 1930 com os principais eixos estruturadores do bairro, e seus antigos nomes. Fonte: Sara Brasil e tratamento da autora (1930).

Partindo da antiga Estrada da Penha (atual Celso Garcia, suas principais vias serão a Rua da Penha (atual Avenida Penha de França) e Rua Direita (atual Rua Doutor João Ribeiro), responsáveis por direcionar o trânsito para as regiões leste de São Paulo e região de Guarulhos²² que se conecta com a região pela Av. Gabriela Mistral.

Atualmente a região possui dois importantes terminais de ônibus, o Terminal da Penha – inaugurado em 1996 – que se localiza ao lado do Mercado Municipal do bairro e o Terminal Aricanduva, localizado no baixo do viaduto Engenheiro Alberto Badra (Viaduto Aricanduva) no sul da região. Vale destacar que desde 1986, foi implementado uma estação de metrô da rua Alvinópolis, próximo ao centro histórico. As principais ligações com o centro se fazem pela Avenida Celso Garcia, Marginal Tietê e Radial Leste, localizadas nas várzeas do bairro.

Existe, ainda, um projeto para uma nova estação de metrô pertencente a Linha 2- Verde, através do Plano de Expansão dos Transportes Metropolitanos de 2010, que ficará localizada

²² Em março de 1880, a antiga Freguesia de Nsa Sra. da Conceição de Guarulhos” foi elevada à categoria de Vila incorporando na sua formação a antiga Freguesia de Nsa Sra. da Penha. Durante 6 anos, a Penha passou a fazer parte de Guarulhos. Mesmo com a facilidade de acesso pela antiga estrada da Conceição de Guarulhos (atual Av. Guarulhos), sua incorporação à Vila do atual município Guarulhos, foi vista a contragosto pelos penhenses. De acordo com Santos (2006), a incorporação da Freguesia da Penha ocorreu de forma impositiva em relação aos moradores da região, atendendo alguns interesses particulares. A ligação com o centro de São Paulo ainda era muito mais facilitada do que para Guarulhos. Em 1886, a Penha é desmembrada de Guarulhos e volta a ser incorporada ao município de São Paulo.

na Praça Micaela Vieira, ao final da Rua Doutor João Ribeiro e prevê sua expansão até Guarulhos. A retomada das obras está prevista para 2020.



Figura 4. Imagem aérea do bairro da Penha e seus principais eixos viários. Fonte: Google Earth e tratamento da autora (2018).

Em 1982 o CONDEPHAAT tombou a igreja Nsa. Senhora do Rosário dos Homens Pretos, considerada a única igreja do estado de São Paulo construída por negros a manter sua localização e suas características originais. A mesma é tombada em 1991 pelo CONPRESP²³. Outros bens tombados, correspondem à Escola Estadual Santos Dumont²⁴ e ao Colégio Nossa Senhora da Penha²⁵.

²³ Processo de tombamento estadual nº 20776/79. Resolução nº 23 de 04/05/1982. Tombamento municipal Ex-Officio. Resolução nº 5/CONPRESP/1991.

²⁴ Tombamento Estadual Resolução SC-60 da Secretaria de Cultura de 21/07/10.

²⁵ Tombamento Municipal em 2009 Resolução nº 11, Processo nº 2014-0.244.572-1.



Figura 5. Largo e Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Fonte: acervo da autora (2018).

Em 2004, o CONPRESP abre processo de tombamento para a área do centro histórico da Penha, decorrente da demarcação de ZEPEC indicadas pela, então, subprefeitura da Penha, atual prefeitura regional da área, resultando na resolução 26/CONPRESP/2004.

3.1. Ações dos órgãos de preservação: o processo de tombamento da área

Em fevereiro de 2018 o CONPRESP tombou o centro histórico da Penha²⁶ após um longo período de permanência do processo no DPH que resultou em uma espera de 14 anos com Abertura de Processo de Tombamento em 2004, referente aos imóveis indicados como ZEPECs nos Planos Regionais das Subprefeituras.²⁷ Segundo a resolução, se indicaram áreas reconhecidas pela própria comunidade em audiências públicas e que ainda não detinham proteção legal do poder público.

Na abertura do processo de tombamento do centro histórico penhense, foi indicado um perímetro para estudo definido de acordo com o então Plano Regional da Subprefeitura da Penha correspondendo ao espaço aqui descrito: Rua Coronel Rodovalho, Praça Nossa Senhora da Penha, Rua Santo Afonso, Rua Santíssimo Sacramento, Rua Major Ângelo Zanchi, Rua Doutor João Ribeiro incorporando o Teatro Martins Penna, Rua Erasmo Braga, Avenida Penha de França, Rua Comendador Cantinho fechando o perímetro. O perímetro que engloba a quadra

²⁶ Ver Resolução 13/CONPRESP/2018.

²⁷ Lei nº13.885/2004.

onde se localiza a Basílica da Penha (entre as Ruas Major Ângelo Zanchi e Rua Santo Afonso) foi incluído na republicação da Resolução 26/CONPRESP/2004 em 2006.



Figura 6. Perímetro de abertura do processo de tombamento do centro histórico da Penha de acordo com a resolução 26/CONPRESP/2004, mesma área indicada como ZEPEC em 2004 pelo Plano Regional da Subprefeitura da Penha. Fonte: Acervo da autora com base do Google Earth.

O processo resultou em uma longa sequência de estudos, incorporando três volumes com extenso material de pesquisa sobre a área. No total, existem quatro processos referentes ao centro histórico no DPH. Em ordem cronológica são os seguintes processos: 2004. 0.297.171-6 que trata da Abertura do Processo de Tombamento dos imóveis propostos como ZEPECs; 2005-0240.572-0 que traz um histórico preliminar da área da Penha; 2005-0.059-8 trata das definições para regulamentação da área envoltória da igreja do rosário que consta também com uma proposta de perímetro de interesse arqueológico e; 2007-0.301.455-1 último estudo que resultou na efetivação do tombamento da área em 2018 após diversos encaminhamentos ao CONPRESP, incorporando todos os outros processos citados. Consta ainda, nesses volumes,

um processo ocorrido em 2009²⁸ referente a um pedido de alvará de construção de duas torres residenciais dentro do perímetro do centro histórico da Penha feito por uma empresa. Tal aprovação implicaria na demolição de um dos edifícios que estava em estudo de tombamento, o antigo seminário da Penha.

No primeiro estudo do centro histórico do bairro – PA 2005. 0.59.059-8 foi feito um levantamento técnico abordando a localização da área na cidade de São Paulo – compreendendo também todos os distritos pertencentes à subprefeitura da Penha e seus vizinhos –, número de habitantes a partir de dados do Censo Demográfico de 2000, ocupação e principais usos do solo, situação geográfica e histórico completo do bairro que traz informações desde suas primeiras ocupações.

O processo também consta com um estudo coordenado por Eduardo Alberto C. Nobre que traz uma proposta de desenho urbano inspirada em cidades como Birmingham na Inglaterra que buscam limitar o gabarito de novas construções de acordo com sua localização na topografia existente.

O estudo também revela uma análise do traçado do bairro, indicando seus principais logradouros e suas principais mudanças, buscando compreender a configuração desse centro histórico que, apesar das grandes transformações que acompanharam o desenvolvimento e crescimento da cidade de São Paulo, se manteve tradicional. O texto aborda a importância da Penha como local de passagem para viajantes que iam ao Rio de Janeiro, a construção da Estrada da Penha, a importância do catolicismo e do Santuário de Nossa Sra. da Penha para a configuração do bairro e do traçado. Analisa, também, os principais logradouros do bairro – Rua Doutor João Ribeiro e Av. Penha de França, a formação das estradas férreas e estações e a conformação da centralidade penhense com características históricas muito presentes em seus edifícios e ruas.

Além do texto com informações do desenvolvimento histórico e morfológico do bairro a pesquisa traz as tradicionais fichas de inventários do DPH com os imóveis presentes dentro do perímetro com interesse de tombamento como a basílica da penha, o antigo Seminário da Penha, o Santuário da Penha e algumas construções com características arquitetônicas tradicionais.

Em 2007 um novo estudo supervisionado pelas arquitetas Rita Soler e Maria Ester Lopes, enfatiza que a indicação da ZEPEC nas subprefeituras se restringiram a uma área muito menor do que de fato contemplaria a totalidade do centro histórico da Penha, excluindo, por

²⁸ Processo de nº2009-0.192.708-9.

exemplo, o cemitério da Penha, a Escola Santos Dumont e Escola Nsa. Sra. da Penha, que são “testemunhos singulares para o registro da transformação desta região da cidade de São Paulo”. (DPH, 2007, p. 628)

De acordo com o processo, é necessário resguardar alguns visuais da área como a visual da ladeira da Penha, na Rua Coronel Rodovalho, em direção ao Santuário Nossa Senhora da Penha, bem como as encostas que destacam a Basílica da Penha, um “forte referencial urbano para a região”. (DPH, 2007, P. 629)



Figura 7. Colina penhense, destacando a basílica no ponto mais alto da área. Fonte: Acervo da autora (2019).

O estudo realizado pelas técnicas do DPH partiu da análise de três perímetros distintos: o próprio centro histórico da Penha; a área envoltória da igreja Nsa. Sra. do Rosário dos Homens Pretos e; um perímetro apontado como de interesse para preservação.

A princípio, no perímetro inicial indicado como ZEPEC haviam sido selecionados 16 imóveis para tombamento, 7 espaços públicos e logradouros e 2 obras de engenharia. Ao final

da proposta, expandiu-se o perímetro de acordo com o processo administrativo 2005-0.059.059-8, sendo indicados, ao todo, 21 imóveis para preservação, analisados nas fichas de inventário do processo.

Tal estudo, ao ser enviado para deliberação do tombamento no CONPRESP em 2010, é reencaminhado ao DPH para realização de alguns ajustes nas indicações de imóveis a serem preservados, bem como a redefinição de Níveis de Preservação (NP).

Em 2013 houve um novo envio da minuta proposta ao CONPRESP com os antigos estudos anexados, porém, novamente, o processo foi reencaminhado com pedido de esclarecimento da nova relatora. Em 2015, com a aposentadoria da arquiteta Rita de Cassia, há a necessidade de uma nova distribuição de trabalhos para dar continuidade aos estudos do DPH e o processo é encaminhado para ser coordenado pela arquiteta Raquel Schekman, atual diretora do departamento.

No estudo, a arquiteta propôs a ampliação do perímetro do chamado centro histórico da Penha para compreender melhor o que seria esse centro histórico, uma vez que não encontrava justificativa suficiente para compreender como centro histórico o perímetro inicial indicado.

Foi considerado como centro histórico da Penha a antiga Freguesia da Penha tal como se indicava no mapa da cidade em 1897. Uma área muito maior ao perímetro indicado no PRES da Penha.

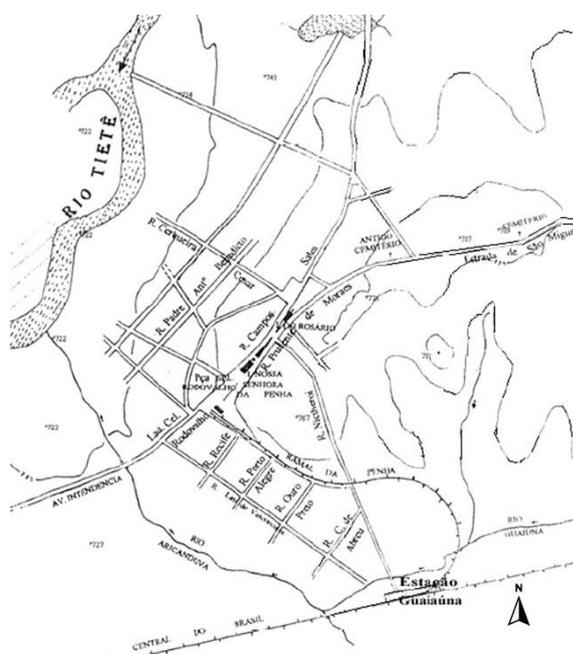


Figura 8. Mapa da região da Penha em 1897. Fonte: JESUS, 2006 apud EMLASA.

A continuidade do estudo realizado por Schekman expôs como objetivos: “garantir a visibilidade do tombamento; maximizar as perspectivas existentes e a serem criadas; enfatizar

os valores estéticos e históricos do bem tombado; promover a criação de uma ambiência adequada, garantindo a manutenção do conjunto urbano harmonioso; compatibilizar esses parâmetros com o arcabouço legal existente, em especial aos recém aprovados como os Planos Regionais e Legislações de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município”.(DPH, 2015, s/p)



Figura 9. Área envoltória do centro histórico da Penha e edifícios tombados. Fonte: Google Earth com tratamento da autora (2018).

Dos 21 imóveis anteriormente indicados, gerou-se a revisão e foram propostos o tombamento de 13 imóveis encontrados fora da área da ZEPEC de 2004 que deveriam passar por processo de Abertura de Processo de Tombamento (APT). Alguns foram excluídos devido ao seu processo de descaracterização ou demolição. O estudo ocorria no âmbito da elaboração da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo na Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, portanto, era necessário encaminhar ao órgão uma listagem dos bens com pedidos de tombamento em análise para serem enquadrados como ZEPEC:

Como todo o estudo da Penha narrado no processo apontava para o tombamento outros 21 imóveis que não pertenciam à área delimitada pela ZEPEC de

2004, levantamos sua situação em 2015 e encaminhamos os bens listados que restavam íntegros, e cujo interesse em sua proteção se mantinha, para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU) responsável por realizar a nova LUOS. Em devolutiva ao DPH, a SMDU incluiu como ZEPE parte dos bens indicados, que foram contemplados por Abertura de Processo de Tombamento (APT) pela Resolução 22/CONPRESP/2015 e outra parte foi contemplada posteriormente pela Resolução 23/CONPRESP/2016. (SCHEKMAN, 2017 apud DPH, 2007, p.1)

Schekman enfatiza que a área da Penha não se trata apenas de reconhecer imóveis ou conjuntos de imóveis, mas sim “um conjunto urbano caracterizado por determinados logradouros, espaços públicos, eixos viários, caminhos antigos, geomorfologia, panoramas, considerando área de morro e de várzea, e por um cotidiano com suas dinâmicas próprias”. (SCHEKMAN, 2017 apud DPH. 2007, p.9)

O processo também propôs a proteção de alguns espaços públicos e algumas ruas mais antigas da região. Além disso, considerou-se uma área de monitoramento arqueológico, referente à achados indígenas na região.²⁹

A proposta considerou as ideias contidas no texto de Eduardo Nobre no início do processo, apresentando diretrizes de gabarito que variam entre 7 a 30 metros de altura evidenciando em algumas localidades a paisagem da Penha. Buscou-se valorizar os visuais do centro histórico, preservando uma paisagem consolidada e enfatizando a Basílica da Penha.

²⁹ Ver Resolução 13/CONPRESP/2018, referente ao Anexo B.



Figura 10. . Diretrizes de gabarito para a região do centro histórico da Penha. Fonte: Google Earth com tratamento da autora (2018).

Importante destacar que, ainda que brevemente, é citado a existência de alguns grupos que trabalham com a memória da Penha como o Grupo Ururay, o Movimento Cultural da Penha, o Grupo Memória da Zona Leste e o Memorial Penha de França:

São grupos ativos e atuantes que veem no instrumento do tombamento possibilidades de oficializar o reconhecimento da memória desses territórios que embora ainda em parte sejam preservados, estão sujeitos a grandes transformações, como toda a cidade, e como previsto nas leis de uso e ocupação do solo, tanto de 2004 quanto de 2016. (SCHEKMAN, 2017 apud DPH, 2007, p. 8)

Alguns desses grupos existem desde a década de 1990 e 2000. Todavia, não há um enfoque muito grande nesses grupos no processo, nem relatos de entrevistas, consultas ou qualquer articulação com essas entidades para compor o estudo do processo de tombamento.

3.1.1. O antigo Seminário da Penha: um capítulo à parte

Localizado à Rua Santo Afonso nº 107, ao lado da Basílica da Penha encontra-se a antiga casa dos padres redentoristas, fundada em 1953. O edifício funcionou até 1976 como um seminário, quando então passou a servir de Administração Regional da Penha até o final dos anos 1980 e, posteriormente, abrigou um hospital municipal.

No tempo em que foi ocupado pelo hospital ocorreram algumas adaptações no edifício como a instalação de um elevador, construção de edifícios anexos e as ampliações de alguns espaços como a cozinha. Desde 2005, quando o hospital encerra suas atividades, o edifício se encontra ocioso, funcionando apenas como estacionamento em sua área externa.

O antigo Seminário está localizado dentro do perímetro reconhecido como centro histórico da Penha pelo CONPRESP, compondo a paisagem e o conjunto de edifícios, traçados e espaços públicos que se encontram no outeiro penhense.



Figura 11. Edifício do antigo seminário da Penha ao lado da basílica. Fonte: Acervo Memorial Penha de França (2009).

Projetado pelo engenheiro eletricitista Samuel Gragnani, foi construído por instituições religiosas na década de 1950, para abrigar os redentoristas que se encontravam na região da Penha. Tanto a obra do seminário da Penha quanto, posteriormente, a da Basílica da Penha, foram concebidos com dinheiro arrecadado da venda dos terrenos loteados pela Igreja. Esses lotes faziam parte da antiga Chácara dos Padres que foi uma doação para instituição religiosa

feita por Cel. Antônio Proost Rodovalho após sua morte.³⁰ A Igreja almejava a construção de um novo templo no ponto mais alto da colina. Contudo, o terreno não fazia parte de suas propriedades e foi necessário lotear parte da Chácara dos Padres para arrecadação de fundos. (JESUS, 2006, p.95)

De acordo com informações coletadas no processo de tombamento do centro histórico da Penha, com base em escrituras públicas e no memorial descritivo do alvará de loteamento, “a área compreendia 71.468m², sendo 32.362,20m² destinados aos lotes, 15.368,80m² à abertura de ruas e jardins e 23.739m² destinados à construção dos futuros prédios do Seminário Redentorista e do novo Santuário de Nossa Senhora da Penha” (DPH, 2007 p. 525). Esse loteamento ficou conhecido como Vila Santo Afonso e entre as ruas projetadas encontram-se a Rua Santo Afonso, Rua Arnaldo Vallardi Portilho, Pio X, Santíssimo Redentor e Nossa Senhora da Penha.

Os padres redentoristas pertenciam a Congregação do Santíssimo Redentor fundada pela Igreja Santo Afonso de Ligório, na cidade italiana de Nápoles. No Brasil, os primeiros padres redentoristas chegaram em 1894 e se instalaram no bairro da Penha em 1905.

A Igreja, além de referência sociocultural no bairro, se esforçou para continuar no centro das decisões políticas. Era necessária a superação de um catolicismo “rústico” e reestruturar as práticas religiosas da região introduzindo, desta forma, um processo de romanização na Penha e uma nova ordem religiosa personalizada na figura dos padres redentoristas. (JESUS, 2006, p.124)

A primeira residência dos redentoristas, no bairro, situava-se ao lado da igreja Velha, na Pça. Nsa. Sra. da Penha que posteriormente se transformou no colégio Santo Afonso, atualmente demolido, sendo o terreno utilizado como estacionamento. Muitos sacerdotes se queixavam da antiga casa devido seu desconforto térmico e má ventilação. (LINGUITTE, 1989)

Essas queixas resultaram na procura por um novo terreno para construção de um seminário maior e mais completo:

Tendo em anexo um seminário maior da Congregação do Santíssimo Redentor e que funcionou até mais ou menos 1976, o prédio foi inaugurado pelo então vigário padre José Augusto da Costa, redentorista, ocupando 800 metros quadrados mais ou menos, dispondo de 56 dependências além de sala de visitas, capela, biblioteca e refeitório. (...). A biblioteca da nova residência ao tempo dos padres redentoristas contava para mais de 10.000 volumes. (LINGUITTE, 1989, p.76)

³⁰ Cel. Antônio Proost Rodovalho foi um importante personagem na região. Parte do terreno em que se localizava o antigo ramal da Penha foi instalado nas propriedades de Rodovalho. Após a desativação do ramal, as terras voltaram para o seu dono. Com seu falecimento, doou-se essas terras para a Igreja que ficaram conhecidas como Chácara dos Padres.



Figura 12. Volume principal do edifício. Fonte: Acervo da autora (2018).

O edifício tem, atualmente, como proprietário a Mitra Diocesana de São Miguel Paulista, organização responsável pela coordenação de algumas igrejas de ordem redentorista da região leste de São Paulo.

Apesar de seu estado de abandono, o antigo seminário era um dos bens indicados para tombamento no processo de estudo do centro histórico da Penha. No entanto, em 2008 a proprietária Mitra Diocesana de São Miguel celebrou instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra com a SW6 Empreendimentos Imobiliários, também conhecida como construtora Stuhlberger Engenharia e Participações. Tal construtora é responsável pela construção e venda de empreendimentos corporativos e residenciais de médio e alto padrão.

Na ocasião, a Mitra se comprometeu em vender o terreno em que se localiza o antigo Seminário por 9 milhões de reais após deliberação de autorização do CONPRESP, uma vez que o edifício se encontrava em área com Abertura de Processo de Tombamento. Desta maneira, em 2009, o diretor da empresa, Vitor Wjuniski, entrou com um pedido no CONPRESP, para autorização de demolição do edifício para construção de um empreendimento residencial composto por duas torres de 25 andares cada, somando ao todo 170 unidades de apartamentos.³¹

Em consulta ao processo, constatou-se que, quando o pedido foi submetido ao DPH, recebeu parecer contrário dos técnicos que destacaram seu valor arquitetônico, seu referencial

³¹ O pedido foi autuado sob processo de nº2009-0.192.708-9.

cultural, sua presença na paisagem do centro histórico, bem como a existência de uma vegetação relevante. Relataram que o edifício do Seminário e a Basílica da Penha formam um conjunto arquitetônico-paisagístico estrutural e ainda fazem parte de um conjunto religioso maior na Penha.

No mesmo ano, representando o Memorial Penha de França, Ângela Calábria, José Morelli e Francisco Folco, líderes comunitários, enviaram uma carta para o então presidente do CONPRESP, Eduardo de Assis Lefèvre. Na carta relataram a reunião ocorrida entre a entidade e representantes do DPH para esclarecimentos dos rumores da demolição do edifício. Tal reunião, ocorrida em janeiro de 2009, contou com a presença do então diretor do DPH, Walter Pires, e a diretora da Divisão de Preservação do DPH, Andréa de Oliveira Tourinho.

No relato da carta, os autores manifestaram um estranhamento em relação a uma visita ocorrida em outubro de 2009 por representantes do CONPRESP ao edifício do antigo seminário. Tal inspeção ocorreu sem conhecimento e convite do Memorial Penha de França para participação ou algum tipo de diálogo, uma vez que demonstraram interesse em participar da discussão junto aos técnicos do DPH. Na ocasião da visita inesperada, nenhum representante que esteve em reunião com o Memorial Penha de França em janeiro, junto ao técnico Walter Pires, estavam presentes.

No entanto, o jornalista Eugênio Cantero Sanchez participou dessa visita redigindo duas matérias sobre a situação do antigo seminário para o jornal Gazeta Penhense.³² A carta relata que essas reportagens alarmaram alguns moradores que procuraram o Memorial da Penha de França em busca de uma solução para reverter a situação da sua possível demolição. Em um dos trechos declaram:

Causa-nos estranheza uma comissão de análise de um patrimônio ser formada por pessoas que não tem qualquer vínculo com a comunidade, a não ser os seus interesses pelos seus negócios, numa total falta de respeito e de dignidade para com os que trabalham arduamente pela preservação da sua história. (MEMORAL PENHA DE FRANÇA, 2009, apud DPH, 2009, p.78)

Afirmam ainda que:

Foi a comunidade que construiu aquele edifício para igreja. Em cada porta ricamente esculpida em madeira, em cada vitral ali existente foi construído com doações dos fiéis, que o fizeram pela sua fé católica. (...) Através de um diálogo sadio com a comunidade, poderíamos buscar uma solução que pudesse atender os interesses econômicos, históricos e afetivos. (MEMORAL PENHA DE FRANÇA, 2009, apud DPH, 2009, p.78)

³² Ver Anexo C do presente trabalho.

Em 2010, mesmo após o parecer contrário do DPH sobre o pedido de demolição, um dos conselheiros do CONPRESP à época, o representante a OAB, Marcelo Manhães de Almeida,³³ sugeriu em reunião a votação separada para o tombamento do antigo seminário da Penha na pauta que tratava do processo em questão. Em votação, o tombamento foi negado e o estudo do edifício excluído do processo de tombamento do centro histórico penhense. A votação ocorreu com apenas um voto contrário do arquiteto Walter Pires, na época, diretor e conselheiro representante do DPH.³⁴

Um dos aspectos mais criticados por parte dos interessados na demolição do edifício é a sua falta de valor arquitetônico, considerado sem características excepcionais para justificar um tombamento.

O edifício é composto por três pavimentos e foi implantado de forma isolada no terreno, cercado-se de jardim e pátios internos. Sua planta é marcada por formas retangulares que desenham compridos corredores que conectam todos os ambientes da construção. Apesar da sua ornamentação simplificada, suas fachadas são marcadas por elementos como mosaicos de azulejo, vitrais e ferros, bem como janelas em formato retangular e, na fachada principal, marcadas por arcos. Apesar de não ter sido encontradas informações a respeito do estilo adotado para a construção do seminário, existem traços que remetem ao estilo neocolonial.

Difundido dos anos 1920 a 1950, o estilo neocolonial nasceu no Brasil da reação contra o ecletismo, buscando adotar formas construtivas com características mais nacionais. O movimento foi reflexo de um processo que ocorreu por todo o continente americano que buscava um estilo mais localista em seus países (ATIQUÉ, 2006). Destacou-se, em São Paulo, duas vertentes neocoloniais, ortodoxa e erudita, sendo a segunda uma versão mais simplificada do estilo que agradou a população em geral, sendo reproduzida, inclusive, sem o domínio de um arquiteto, mas por construtores, mestres de obras e engenheiros. (D'ALAMBERT, 2003; ATIQUÉ, 2006)

Variante do neocolonial, o estilo missões se alastrou no Brasil por meio de influências cinematográficas que mostravam as tendências norte americanas. Essa tendência trazia referências à arquitetura produzida nas missões espanholas na Califórnia e no México. Propunha uma fachada com poucos elementos decorativos e volumetria mais baixa que geralmente circundavam um pátio. (D'ALAMBERT, 2003)

³³ Marcelo Manhães de Almeida é atual vice-presidente do CONPRESP e conselheiro do CONDEPHAAT na Secretaria da Cultura e Economia Criativa.

³⁴ Ata da 492ª Reunião Ordinário do CONPRESP.

Apesar de não termos confirmações sobre as reais intenções de Samuel Gragnani, na tese de doutoramento de D´Alambert (2009), responsável por selecionar algumas construções neocoloniais em São Paulo para análise, a autora indica uma das obras de Samuel Gragnani como neocolonial simplificado, apontando para a possível influência do engenheiro. Neste caminho, é possível notar algumas semelhanças do projeto do seminário com os estilos comentados, mesmo apresentando um desenho mais sintético.



Figura 13. Exemplo de arquitetura neocolonial projetada por Ricardo Severo para a Beneficência Portuguesa de Campinas. Fonte: ATIQUÉ (2006, p, 276).



Figura 14. Fachada principal do seminário da Penha, logo após sua inauguração na década de 1950.
Fonte: Memorial Penha de França (2010).

Comparando as duas imagens notam-se algumas semelhanças entre um projeto de fachada realizado por Ricardo Severo, pioneiro deste movimento, com a construção do seminário. Apesar do alto nível de detalhes do primeiro comparado com o segundo, ambas fachadas são marcadas por cinco módulos volumétricos acentuados por pequenos recuos ou colunas, sendo um módulo central – que abriga a entrada principal, maiores detalhes na platibanda, arcadas e colunas que desenham um pequeno hall na entrada do edifício – e outros quatro módulos distribuídos simetricamente dois para cada lado em que há uma composição de janelas iguais. Além disso, as duas construções contemplam um jardim frontal com ampla área verde, escadarias e caminhos bem demarcados até sua entrada.

Em julho de 2010, uma nova carta redigida por Francisco Folco e Margareth Rodrigues Cardozo é enviada ao CONPRESP informando que ocorreu na Penha uma mobilização no largo do Rosário que reuniu alguns representantes de grupos comunitários para debater a demolição do antigo seminário. Ao final da reunião, constatou-se a vontade da comunidade de se manter o edifício. A mesma carta relata que, diante tal manifestação, a Diocese iniciou um abaixo-assinado entre seus fiéis, de certa maneira, forçando suas assinaturas. Portanto, seria necessário avaliar com cautela o abaixo-assinado enviado pela Igreja.

Nos documentos enviados pela construtora e Mitra Diocesana em defesa de sua posição, diversos foram os argumentos apresentados para favorecer a demolição do antigo

seminário, enfatizando sua degradação, modificações devido seu último uso como hospital, insegurança que poderia causar caso o edifício fosse tombado uma vez que ao ficar abandonado seria alvo de delinquentes, e invasões, além de desvalorizar a região. Além disso justificam que não foram encontradas destinações seguras para o imóvel em sua atual condição de abandono e alegam que teve uma conversa com a sociedade sobre o assunto e muitos moradores foram contrários ao tombamento do edifício – provavelmente a menção dessa conversa refere-se ao mesmo episódio relatado na carta de Francisco Folco.

Em 2011, o processo aberto pela construtora Stuhlberger é levado em votação e teve parecer favorável. Tal proposta foi aprovada, mais uma vez, pela maioria dos conselheiros com dois votos contrários, novamente de Walter Pires e do ex-presidente Lefèvre³⁵.

No relatório confiado ao representante da OAB, consta um posicionamento negativo sobre a arquitetura do edifício, seu estado de conservação e sua relevância para a história do bairro. O relator alega que não há argumentos concretos no estudo realizado pelo DPH para comprovar o valor arquitetônico da obra:

O citado valor arquitetônico não foi efetivamente demonstrado e, pela vistoria realizada, pode-se verificar que houve significativas alterações na edificação original. O segundo aspecto, a relevância da edificação na história do bairro da Penha, também não está devidamente caracterizada a ponto de se deliberar pelo tombamento do edifício. (MANHÃES, 2009, apud DPH, Processo nº 2009-0.192.708-9, p. 875)

Em relação ao exposto na carta enviada em nome do Memorial Penha de França, Manhães alega que tratava de uma “manifestação opinativa sem qualquer fundamento técnico”. Afirma ainda que:

No interesse de tentar obter alguma informação sobre a Associação que subscreveu a citada manifestação, esse relator pesquisou a página eletrônica indicada no documento (endereço www.memorialpenha.com.br – cabe notar que não é uma “org”) e também não conseguiu saber nem mesmo se essa entidade se encontra devidamente constituída; quem integra sua diretoria; nem tão pouco, o número de associados de modo a avaliar sua alegada representatividade. (MANHÃES, 2009 apud DPH, Processo nº 2009-0.192.708-9, p. 883)

O Memorial Penha de França é uma organização composta por moradores e usuários da região que se preocupam em preservar a memória do bairro e possui reconhecimento inclusive do DPH, o qual chegou a se reunir com os membros de tal entidade para esclarecimentos. Ao desconsiderar o trabalho desse grupo comprova-se a limitação democrática do conselho que muitas vezes pouco representam de fato as reivindicações da sociedade.

No mesmo relato, o representante da OAB apresentou uma relação entre preservação e deterioração bem controversa: “E é isso mesmo: em muitas situações preservar significa

³⁵ Ata da 528ª Reunião Ordinário do CONPESP.

deteriorar. Vários são os exemplos que podemos citar de locais que sob a justificativa de preservar, na verdade se impôs à cidade um cenário decadente e de evidente depreciação” (MANHÃES, 2010, apud DPH Processo nº 2009-0.192.708-9, p.884). Ora, essa depreciação, se ocorre, é reflexo de uma fragilidade da gestão pública em manter um diálogo com a comunidade e de criar ações de valorização do patrimônio após o tombamento, como ocorreu na Vila Maria Zélia. Para um representante de um conselho municipal voltado para proteção do patrimônio cultural, supostamente espera-se a defesa da preservação da memória e não o contrário. Contudo, nesse caso, o relator aderiu uma postura incompatível ao seu cargo.

Manhães ainda defende que a construção de um novo edifício no local não pode ser justificada pelo seu impacto na paisagem uma vez que “esse relator, ao percorrer a região, verificou outras importantes situações que efetivamente depreciam bens de interesse histórico e cultural” (MANHÃES, 2009, apud DPH 2009, p.884). Segundo o conselheiro, não haveria problema desvalorizar a paisagem com uma nova construção em uma região que já possui casos de depreciação da mesma.

A posição do relator do CONPRESP, demonstra pouca sensibilidade, comparada à percepção de quem de fato vivencia rotineiramente a região. Essa recente verticalização do bairro, a qual o relator faz menção, é objeto de conflito. Muitas das torres já existentes na área não foram vistas com muito apreço por alguns moradores. Em matéria do site São Paulo Antiga a reportagem “O monstro da Penha” critica um edifício comercial de 17 pavimentos inaugurado próximo a Basílica em 2009:

O fato é que a colina da Penha nunca mais será a mesma depois deste edifício, que está recebendo de parte dos moradores do bairro o simpático apelido de “Monstro da Penha”, devido ao tamanho exagerado da construção e pelo fato do mesmo estar agredindo visualmente em um marco histórico da cidade de São Paulo. (NASCIMENTO, 2009, *on-line*)



Figura 15. Vista do bairro da Penha a partir da torre da Basílica, destacando prédio conhecido como "Monstro da Penha" em área com gabarito predominantemente baixo. Fonte: Acervo da autora (2019).

Em outra matéria digital publicada em 2015 pela Folha de São Paulo, sob o título “Novas construções já atrapalham vista da tradicional basílica da Penha, em SP”, expõe-se que, enquanto alguns moradores enxergam a verticalização como progresso, outros acreditam na necessidade de controle dessa expansão e de uma legislação mais eficaz que proteja alguns visuais do bairro.

Importante destacar que, em consulta ao processo, foi encontrada uma carta do então presidente do CONPRESP, arquiteto José Eduardo Lefèvre, redigida em 2010, apontando para a importância do reconhecimento público da edificação, ao ser identificada como ZEPEC nos Planos Regionais de 2004. O ex-presidente também afirmou que, embora o edifício não apresente características arquitetônicas excepcionais, sua demolição causaria um grande impacto para a área que possui predominantemente gabarito baixo, com uma paisagem muito específica. A construção de um empreendimento residencial de 25 andares proporcionará um efeito nocivo para a área.

Desta forma, o ex-presidente propõe o tombamento da volumetria principal do antigo seminário e a construção de um novo edifício com um gabarito mais baixo ao fundo do lote.

No entanto, em nova declaração de Manhães, a proposta é negada, afirmando que o parecer de Lefèvre não possui respaldo legal uma vez que a implantação do projeto original das torres propostas para o empreendimento em questão não irá impactar a visibilidade da basílica.

A notícia da demolição do edifício alarmou muitos moradores que alegaram que além do impacto que causaria na paisagem do bairro, havia também uma preocupação com o aumento populacional que tal empreendimento traria para a área que já se encontra bem consolidada.

Em 2012, o Ministério Público entra com ação, pedindo o tombamento oficial do antigo seminário dos redentoristas³⁶. Não se sabe quem iniciou a mobilização para levar o caso ao Ministério Público, mas foi o Diretório Zonal do PSDB Penha de França que solicitou a abertura de inquérito civil junto ao Ministério Público de São Paulo, através da Promotoria da Justiça do Meio Ambiente.

Por meio da promotora da justiça do Estado de São Paulo, Claudia Cecilia Fedeli, a ação defende o aspecto histórico do edifício, sua presença na área envoltória da igreja Nsa. Sra. do Rosário dos Homens Pretos, bem como sua indicação como ZEPEC pela população. Defende que a demolição do edifício resultaria em dano irreparável em termos de patrimônio cultural, de ambiência e de paisagem. Também afirma que:

No presente caso há uma situação diversa. A população já se manifestou durante a elaboração dos Planos Regionais, que viraram lei. (...). Bastava saber se esta escolha era tecnicamente viável. E sim, o corpo técnico da Secretaria da Cultura, formado por arquitetos especialistas em preservação cultural diz que o Seminário Redentorista deve ser tombado. Logo, é um desrespeito a todas as regras do Estado Democrático de Direito que a deliberação do CONPRESP desconsidere toda esta movimentação e privilegie interesses privados. (FEDELI, 2012, apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2012, p.08)

O Ministério Público defende que, se o texto da lei da Constituição Federal de 1988 estabelece que o poder público em colaboração com a comunidade deve proteger o patrimônio cultural, o tombamento é então um direito da população e, desta forma, pode ser declarado judicialmente, extrapolando o âmbito da deliberação realizada pelo CONPRESP. Desta forma, Fedeli pede a proibição da demolição do antigo seminário sob pena de cem milhões de reais à construtora e que se reconheça judicialmente a proteção do imóvel em nível 2 (P-2), conforme constava no processo de tombamento do centro histórico da Penha.

Acompanhado da ação, o Ministério Público enviou um parecer técnico realizado pela assistente técnica Lucilena Whitaker de Mello do Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEX). Segundo a relatora, é de se estranhar a decisão do CONPRESP, sugerindo um

³⁶ Processo com registro sob nº0128237-29.2012.8.26.0100.

interesse maior pelo não tombamento do edifício e permitindo sua demolição e construção do empreendimento.

Intimaram-se como réus da ação a Cúria Metropolitana de São Paulo, a Mitra Diocesana de São Miguel Paulista e a construtora Stuhlberger. Destaca-se que a Cúria Metropolitana alegou não ter mais vínculo com o imóvel, não podendo responder legalmente por ele, mas se posiciona a favor do indeferimento da ação.

A resposta da Mitra Diocesana, assinada pelo bispo diocesano Dom Manuel Parrado Carral, foi a de que o imóvel não apresenta qualquer valor histórico, e se encontra em estado de conservação bastante precário após a ocupação do hospital que o devolveu em estado de semidestruição, impedindo seu restauro. Afirmam não ter condições financeiras de manter o edifício, não encontrando nos últimos anos pretendentes à sua locação, razão pela qual optaram por sua venda.

Em 23 de março de 2012, a primeira declaração judicial do caso é apresentada, decidindo-se por uma liminar de:

Antecipação parcial dos efeitos da tutela a fim de determinar que a empresa SW06 Empreendimentos SPE Ltda, se abstenha de demolir (reformatar e/ou construir) o edifício Seminário dos Padres Redentoristas, localizado à Rua Santo Afonso, n. 107, Penha, até final e julgamento da ação, sob pena de multa de cem milhões de reais. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012, apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2012, p.1199)

Após declaração, o processo foi aberto para contestação das partes envolvidas e juntada de provas. Obviamente, tanto a Mitra Diocesana de São Miguel Paulista, quanto a construtora interpuseram a decisão.

A construtora Stuhlberger apresentou contestação, enviando um parecer técnico elaborado pela empresa de engenharia Figueiredo e Associados que constatou um grau elevado de descaracterização e deterioração da edificação original, colocando mais uma vez, as mesmas justificativas já descritas acima que desfavorecem a manutenção do edifício. O parecer ainda apresenta uma análise do impacto do empreendimento sobre o centro histórico da Penha, levando em consideração a distância das torres até as três igrejas do bairro, alegando que a implantação ocorreria de forma harmoniosa com o entorno, conforme projeções 3d apresentadas pelo réu.



Figura 16. Projeto de implantação das duas torres residenciais propostas pela construtora. Fonte: Ação Civil Pública (2012, p.1520).



Figura 17. Vista do empreendimento a partir da Rua Santo Afonso. Fonte: Ação Civil Pública, (2012, p.1520).

Afirmam ainda que:

A construção do imóvel é recente (1956), estando o mesmo desocupado há cerca de 6 anos. Seu uso como instituição religiosa, previsto no projeto original, perdurou apenas por 20 anos. Após esse período, o imóvel foi ocupado por instituições de diversos usos, tais como a sede administrativa da Regional da penha PMSP e pelo Hospital da Penha, último usuário do imóvel, que foi desocupado em 2006. Considerando a desconfiguração do uso primitivo do imóvel pelas ocupações acima citadas durante um intervalo de 30 anos, não se vislumbra o caráter histórico que o DPH pretendeu aferir ao imóvel”. (FERREIRA BRITO, 2013, apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2012, p.1364)

Após a apresentação das contestações, uma audiência de conciliação foi proposta pela mesma juíza, no entanto os réus a recusaram, solicitando provas para a efetividade do tombamento.

A juíza, então, nomeou o engenheiro civil Caio Avancine em 28 de janeiro de 2014, para realização de prova documental e pericial técnica, já que a existência do valor arquitetônico do edifício foi objeto de controvérsias e, portanto, seria necessária sua justificativa.

O laudo realizado pelo engenheiro civil Avancine – das folhas 1853 a 1942 do processo – em 8 de julho de 2015, constou de: histórico processual, levantamento fotográfico, ocupação histórica do imóvel, análise da edificação, análise do tombamento do centro histórico da penha, decisão de tombamento isolado do edifício, decisão de aprovação do novo edifício, risco do dano irreparável ao patrimônio histórico do centro histórico da Penha e análise de risco ambiental.

O documento teve como ponto de partida os critérios estabelecidos pelo Decreto-Lei de 1937, afirmando que este observa a existência de valor histórico a partir de fatos historicamente relevantes. Desta maneira, o perito afirma não ser uma obra arquitetônica memorável, inclusive por ter sido projetado por um engenheiro elétrico. Trata-se da análise de uma obra simples, portanto, sem valor arquitetônico:

O tombamento só pode ocorrer pelo reconhecimento do valor, onde no caso em questão trata-se de uma edificação simples, construída com as técnicas simples da sua época, apenas com tratamento de fachada e beirais, não podendo reconhecer a existência de um projeto arquitetônico de destaque, portanto, sem o reconhecimento do valor arquitetônico. (AVANCINE, 2015 apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p.1907)

Ressalta-se que as discussões das últimas décadas sobre patrimônio cultural se utilizam do conceito mais amplo de patrimônio estabelecido na Constituição Federal de 1988 e, não mais do Decreto Lei de 1937 quando ocorreu a criação do IPHAN.

O perito conclui que o edifício é um volume elementar e que não chega a ser uma arquitetura de destaque. “Obra sem valor reconhecível, portanto, não se enquadra nos termos

da legislação [Decreto-Lei de 1937] que permite o tombamento de bens culturais” (AVANCINE, 2015, apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2012, p.364).

Seu parecer é concluído a partir do entendimento de que não há justificativas para o pedido de tombamento do Seminário dos Redentoristas e que não existe risco de dano ao patrimônio histórico do centro histórico da Penha.

Em 27 de outubro de 2015, ficou decidido que não haveriam mais provas para serem incluídas no processo. No entanto, o Ministério Público se manifestou contra a decisão, para produção de novas provas pois não foi intimado após o laudo judicial. Na ocasião, apenas foram intimados os réus do processo que se posicionaram a favor do laudo.

A contestação do laudo é apresentada pelo Ministério público em maio de 2016:

Um dos pontos principais trazidos é a necessidade de apreciar o conjunto do Centro Histórico da Penha como um todo e não apenas o edifício do Seminário dos Padres Redentoristas como um edifício isolado. Seu valor histórico e arquitetônico advém de sua inserção em um contexto histórico e de memória religiosa, sendo sua presença de fundamental importância para manter a ambiência de outros prédios relevantes de seu entorno. (FEDELI, 2016, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p.2003)

Desta forma, o Ministério Público pede a nulidade do laudo e nova vistoria com apresentação de laudo pericial que atenda os quesitos também apresentados por eles. Afirmam ainda que engenheiro civil não demonstra familiaridade com o tema patrimônio cultural e que, no caso, um arquiteto e urbanista seria o mais adequado para realização de tal laudo. Relatam que o laudo não faz referências as diversas cartas patrimoniais, mais recentes e que norteiam a área trazendo ideias como ambiência urbana e proteção de conjuntos urbanos como a Carta de Veneza de 1964. Defendem que o objetivo principal do laudo técnico apresentado foi o de desqualificar o antigo seminário. Aponta, também, que o perito, ao analisar o seminário sobre o ponto de vista do Decreto lei nº25/1937, considerou a relevância do bem para o país. No caso o seminário deve ser analisado no âmbito municipal e não federal, uma vez que sua importância é para a comunidade local. Por fim, o Ministério Público apresenta um novo laudo técnico realizado por eles.

Em julho de 2016, a juíza acata as colocações do Ministério Público e declara que:

Compulsando os autos, da análise do PA 2007-0.301-445-1, em que foi feito estudo detalhado do Antigo Seminário dos Padres Redentoristas, é possível concluir pelo risco de dano irreparável ao patrimônio histórico da cidade de São Paulo, mais precisamente do centro histórico do bairro da Penha. Após análise de todos os documentos juntados, concluo que sendo o Seminário uma das unidades que compõem o Centro Histórico da Penha, não pode ser retirado do conjunto urbano. [...] Ante ao exposto, julgo procedente o pedido e torno definitivo a tutela antecipada concedida às fls. 1198/1200 para o fim de condenar os réus na obrigação de não fazer, qual seja, a de proibir, por si ou por prepostos ou contratados, de demolir o edifício do Seminário dos Padres Redentoristas [...]. Reconheço, ainda o valor histórico e

arquitetônico do edifício do Seminário dos Padres Redentoristas, e declaro sua proteção em nível 2 (P-2), conforme definição da Resolução CONPRESP 17/07. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016 apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p.2034/2035)

Os réus, ao não concordarem com a sentença, entram com um recurso de apelação em dezembro de 2016, ou seja, solicitam a alteração da decisão do tribunal. Além de solicitarem o julgamento do caso em segunda instância, declaram que houve uma discordância da decisão da juíza com a do CONPRESP de não tombar o antigo seminário. Portanto, afirmam que ação deveria ter tido, também, a participação da prefeitura de São Paulo, como réu:

A r. sentença acabou por, indevidamente, invadir o mérito administrativo e reformar as decisões proferidas pela autoridade competente (...) o que significa, ao fim e ao cabo, uma interferência direta do Poder Judiciário no mérito administrativo de decisão tomada por órgão do Poder Executivo Municipal, no caso, o CONPRESP. (...) Foi indevidamente proferida com o intuito de gerar efeitos sobre o sujeito que não integra a lide, mais precisamente a prefeitura de São Paulo, sendo certo que referido órgão não foi arrolado como réu na exordial e, menos ainda, foi citado para integrara demanda e defender a higidez de seus atos administrativos. (FERREIRA BRITO, 2017, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p. 2085)

Em outubro de 2017, foi dado provimento ao recurso, anulando a sentença da juíza e incluído a Prefeitura Municipal de São Paulo na ação. Em junho de 2018, o Município de São Paulo, em nome de seu procurador Fábio Dutra Peres, apresenta sua contestação à ação. No caso, afirmaram não ter mais interesse em agir uma vez que o processo de tombamento da Penha já se encerrou e que o seminário é conferido hoje na qualidade de “área envoltória” e, dentro desta área, existe restrição de gabarito de 12 metros de altura para novas construções conforme esclarecimento da Assessoria Jurídica da SMC enviada ao procurador responsável por dar vista ao processo:

Pela minuta da resolução especialmente o ANEO III, o imóvel da Rua Santo Afonso, 107 (061.148.0185-1) o limite de gabarito de altura para novas edificações é realmente de 12 (doze) metros ou cerca de 4 (quatro) pavimentos. O pedido da organização religiosa proprietária ou da compromissária compradora ou terceiro não será deferido caso a nova edificação ultrapasse o limite máximo de gabarito de altura de doze metros já aprovado pelo CONPRESP. (PERES, 2017 apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p.2221)

O Município ainda defende que não há motivos para intervenção do poder judiciário, uma vez que a decisão tomada pelo CONPRESP é legítima e que só deve ser levada ao tribunal quando há omissão do poder público. Mesmo assim, caso aprovado um tombamento judicial a partir da tutela, o município deve, nesse caso, proceder com o tombamento o qual não possuem interesse de agir.

Sobre o parecer contrário do DPH contra a demolição do imóvel afirmam não ser o departamento o único que alimentou o processo de decisão:

O Conselho funciona como mecanismo de democracia representativa e goza de ampla margem para efetuar suas escolhas, contanto que o faça ao cabo de rito em que

pareceres e opiniões sejam ouvidos e debatidos. Mecanismo autêntico de participação popular, a orientação de seus membros é marcadamente livre, não se sujeitando a constrangimentos de natureza técnica ou à influência determinante de entes externos, como o Ministério Público ou associações civis. (...). Na 492ª Reunião, os cidadãos titulares de mandato para representar a sociedade civil na definição concreta da política pública de preservação do patrimônio cultural, efetuando escolhas sobre o uso de seus instrumentos típicos, deliberaram pela inaptidão da edificação do antigo Seminário dos Redentoristas ao tombamento. (PERES, 2017 apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p. 2199)

No entanto, ao se referir a uma democracia representativa quem está sendo representado? A que participação popular o relator do município está se referindo? Já foi dito nesta pesquisa que o CONPRESP é um conselho formado por 9 membros que teoricamente deveria representar a sociedade. No entanto, sua formação restringe-se a representantes da administração pública e organizações de representação para arquitetos (IAB), engenheiros (CREA) e advogados (OAB).

Vale destacar que o relator do município não possui ligação ao CONPRESP, conselho que de fato deveria responder o processo.

Em julho de 2018, o Ministério Público enviou um requerimento pedindo a condenação da municipalidade de São Paulo na obrigação de não autorizar a demolição do edifício do antigo seminário, afirmando que as alegações apresentadas pela prefeitura não merecem ser acolhidas:

A medida liminar proferida neste feito impediu mal maior, ou seja, que o imóvel já tivesse sido demolido, como pretendiam as requeridas [...]. Não fosse a proteção judicial, nem mesmo os 12 metros de áreas envoltória poderia ter sido reconhecido pelo CONPRESP. [...]. O que se pretende com esta ação é corrigir este descompasso entre o Centro Histórico da Penha protegido e um bem que restou isolado, em razão de manobra para beneficiar particulares que, por sorte, não se conclui em razão da pronta atuação judicial. Agora é preciso prosseguir até o fim, garantindo também a proteção individual do edifício objeto desta ação. (FEDELI, 2018 apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p.2488/89)

Em relato, o Ministério continua defendendo o “reconhecimento judicial do valor histórico, cultural e arquitetônico” do edifício, não querendo deslegitimar a decisão da prefeitura, mas buscando outra forma de proteção legalmente possível.

A Constituição Federal previu, além do tombamento, outras formas de proteção de nosso patrimônio cultural e o Poder Judiciário, claramente, não pode ser excluído dentre os atores que podem garantir a defesa de nossa cultura no seu sentido mais amplo. (...). No caso em tela, em que a administração não cumpriu com seu poder/dever de proteger o patrimônio histórico cultural, pode o Poder Judiciário reconhecer este valor valendo-se destes outros instrumentos elencados judicialmente. (FEDELI, 2018 apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p. 2491)

Através de próprio relato do tribunal, afirmam ser legítimo a decisão da proteção jurídica:

Cabe ao Poder Judiciário, no seu inafastável papel de último guardião da ordem pública histórica, cultural, paisagística e turística, assegurar a integridade dos bens

tangíveis e intangíveis que a compõem, utilizando os mecanismos jurídicos precatórios, preventivos, reparatorios e repressivos fartamente previstos na legislação. (FEDELI, 2018 apud AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p. 2491 apud HERMAN BENJAMIN, 2004)

No decorrer da ação, a Mitra Arquidiocesana de São Paulo apresentou um pedido de audiência de conciliação, buscando um consenso entre todas as partes do processo que foi aceita pela justiça e com manifesto positivo tanto da construtora Stuhlberger quanto a Mitra Diocesana de São Miguel. Contudo, a posição do Ministério Público foi a de que não haveria necessidade de audiência para novas provas, uma vez que já há farta documentação produzida sobre o valor do edifício. Afirma ainda que quanto ao estado de abandono do edifício, só reforça a necessidade de sua recuperação e a incoerência de se aceitar que este não seja protegido pela falta de cuidado que sofreu com o tempo. Não foram encontrados posicionamentos da prefeitura no processo. No dia 20 de setembro, em decisão do tribunal de justiça, anula-se a necessidade de novas provas ou audiência de conciliação, se encerrando a instrução processual e intimando as partes para dar as últimas alegações.

Desta vez, a construtora SW06 pede exclusão de sua participação no processo. Sua justificativa refere-se ao fato de desistirem da compra do terreno, uma vez que o empreendimento proposto foi inviabilizado devido à inserção do seminário da Penha como área envoltória do centro histórico. De acordo com a Resolução de Tombamento da área, restringiu-se a altura da construção para até 12 metros, ou seja, construções com no máximo 4 andares. Desta forma, a construtora firmou Instrumento Particular de Rescisão com a Igreja.

A declaração da Mitra Diocesana, também foi breve. Apesar da rescisão, ainda se posiciona contra a proteção do seminário da Penha. O processo está no aguardo da manifestação da prefeitura e do Ministério Público para que seja confirmado da decisão final do Tribunal de Justiça.

Cabe ressaltar que na conclusão dos estudos do processo de tombamento do centro histórico da Penha realizado pela arquiteta Raquel Schenkman, atentou-se a necessidade de não se esgotar a proteção dos bens culturais do bairro apenas no processo presente. A arquiteta aponta outros imóveis e manifestações que merecem também serem protegidos, dando ênfase ao antigo seminário:

Nessa nova listagem podemos citar a Fábrica de Ladrilhos Hidráulicos da Penha, que possui uma expertise e um saber fazer fundamental reconhecido na cidade; o prédio de arquitetura moderna “Rossi-Penha” do arq. Marcelo Fragelli, publicado no livro *Arquitetura Moderna Paulistana* (Corona, Xavier, Lemos); o antigo cinema no largo 8 de Setembro; o pontilhão da CPTM, em ferro da ferrovia, que configura quase como um portal de acesso ao bairro; a memória do massacre à Rua Caqueto durante a Ditadura Militar; as festividades recém retomadas relacionadas à Igreja do Rosário dos Homens Pretos como as rodas de samba e o aniversário da capela; e o antigo

Seminário da Penha, cuja proposta de tombamento foi retirada deste processo por votação anterior do CONPRESP, à fl. 891, pois foi aprovado projeto para o local que até hoje não foi construído em razão de ação judicial, apoiada por interessados em preservar a memória e a paisagem do bairro. (SCHENKMAN, 2017 apud DPH, 2007, p.2065)

3.2. Ações do planejamento urbano

A Constituição de 1988 determinou aos municípios a responsabilidade pela gestão de uma política urbana nas cidades através de seus artigos 182 e 183 que foram regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Esses artigos esclarecem temas relacionados a função social da propriedade e induzem processos participativos de gestão.

Obrigatoriamente, de acordo com o Estatuto da Cidade, cidades acima de 20mil habitantes devem elaborar Planos Diretores Estratégicos, mecanismo legal que orienta as transformações e o desenvolvimento urbano da cidade visando qualidade de vida, justiça social e atividades econômicas (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Além do Plano Diretor, outro instrumento regulatório jurídico previsto é a Lei de Zoneamento que orienta o uso e ocupação do solo urbano.

Apesar do primeiro Plano Diretor de São Paulo ter sido aprovado em 1972 (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado), serão analisados, no bairro da Penha, os Planos Diretores aprovados pós Estatuto da Cidade.

A premissa principal do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, desde 2002, é o adensamento da cidade, principalmente próximo aos principais eixos de mobilidade urbana. É o PDE que estipula diretrizes para a aplicação da Lei de Parcelamento Uso e Ocupação de Solo do Município (LPUOS). Para contribuir com sua principal estratégia de adensamento, desde 2014, ano de aprovação do último PDE³⁷, a lei estipula as Zonas de Estruturação Urbana na cidade – sejam em áreas consolidadas (ZEU) ou com projetos previstos (ZEUPs).

Essas Zonas são demarcadas em locais que possuam potencial de transformação da cidade, ou seja, áreas ao longo dos eixos de transporte coletivo e estações de metrô, trens e monotrilhos, consideradas aptas ao adensamento construtivo e populacional. Em um raio centrado de 600 metros dessas estações e a partir de uma distância paralela de 300 metros das linhas de corredores de ônibus ou trens existentes e previstos, são demarcadas as ZEUs e as ZEUPs. Nessas zonas voltada para usos residências e não residenciais, admite-se o coeficiente de aproveitamento máximo estipulado pelo município – atualmente 4.

³⁷ Lei nº 16.050/2014.

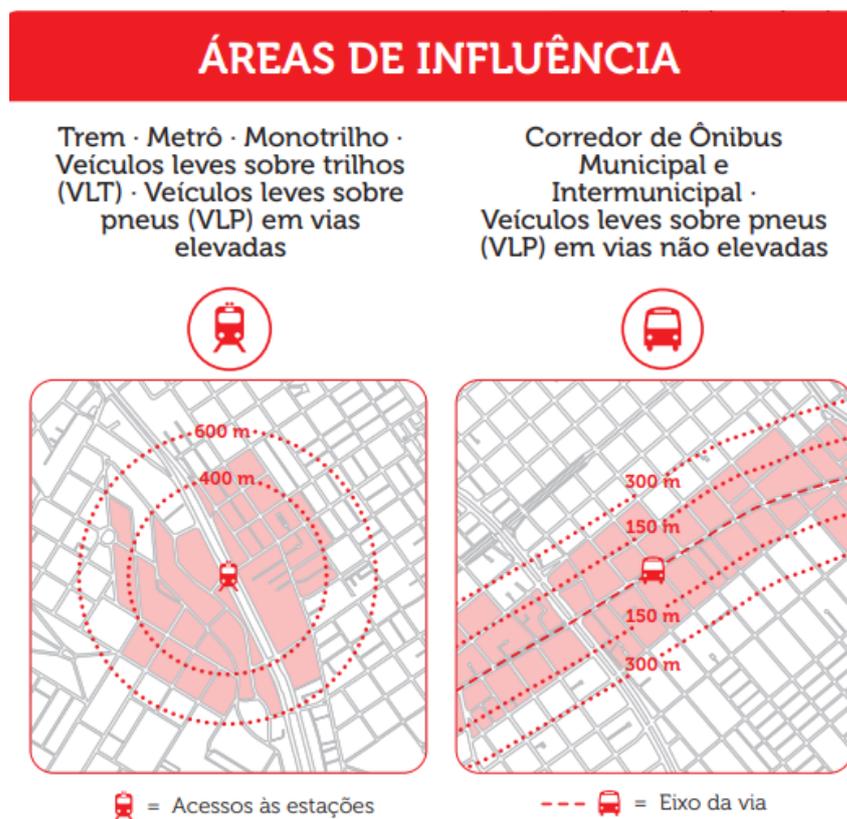


Figura 18. Área de abrangência das Zeus e Zeups próximas aos eixos de transporte coletivo. Fonte: Plano Diretor Estratégico de São Paulo Ilustrado (2014).

No caso da Penha, importantes corredores e terminais estão presentes no traçado do bairro. Na Rua Alvinópolis, em que se localiza a estação de metrô, há uma área demarcada como ZEU que percorre a linha férrea que atravessa a região. Existe ainda na Penha uma área demarcada como ZEUP relativa a futura estação de trem da Penha, projetada muito próxima ao seu centro histórico. Junto a ela há um grande corredor de ônibus previsto que atravessa o bairro, portanto boa parte do centro histórico penhense situa-se hoje como Zona de Estruturação Urbana Prevista. Diferente das ZEUs, essas zonas só poderão admitir o máximo aproveitamento construtivo após a consolidação desses corredores e estações que deverão ser decretados em lei. Enquanto não há decreto, admite-se o Coeficiente de Aproveitamento 2 com restrições de gabarito.

Existe também na região a demarcação de algumas Zonas de Interesse Social, que são áreas destinadas à reserva para construção de habitação de interesse social. Essas zonas são indicadas em terrenos e edifícios ociosos ou ocupações irregulares em que também se estimula seu máximo potencial construtivo. Contudo existem quadras no bairro com comércio consolidado demarcadas como ZEIS. É o caso da quadra que fica em frente ao Largo do Rosário. Apesar de ter sido aprovada uma ZEIS-3 no local, a quadra possui edifícios com comércios, escolas particulares, academia e até uma unidade do Hospital Rede Hora Certa.

Desta forma, de acordo com o atual zoneamento do bairro, a Penha é uma região com forte potencial de adensamento e transformação, propondo uma dinâmica diferente do que se prevê no processo de tombamento da área.

Como bem sabido, uma importante medida para proteção do patrimônio estabelecida pelo PDE e zoneamento é a demarcação ZEPECs. O processo de tombamento do bairro da Penha é decorrente de uma ZEPEC indicada em 2004 no Plano Regional da Subprefeitura da Penha que resultou na abertura de processo de tombamento da área antes do atual zoneamento, conforme exposto anteriormente. Em 2016, com a revisão do zoneamento, esse antigo perímetro indicado como ZEPEC foi desconsiderado. Atualmente só são consideradas ZEPECs os lotes que foram tombados em 2018 no processo do Centro Histórico da Penha.

Conforme figura abaixo, as estratégias de planejamento urbano e preservação não estabelecem uma relação entre si. Apesar de ambas definições ocorrerem na mesma época – PDE em 2014; Zoneamento em 2016; último estudo para o tombamento entre 2015 a 2018 – não houve articulação entre as ações.

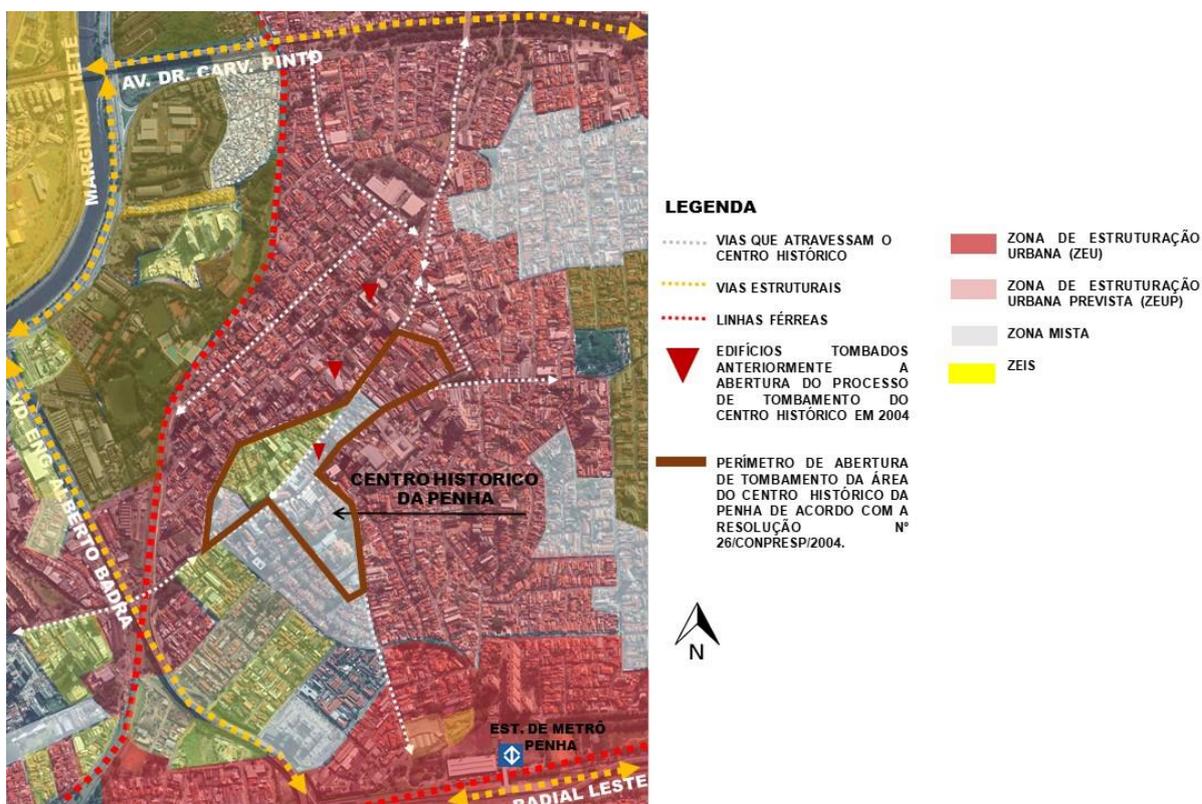


Figura 19. Sobreposição de estratégias de planejamento urbano e preservação. Fonte: Google Earth com tratamento da autora (2019).

Devido à aprovação do tombamento em 2018, a dinâmica urbana aprovada pelo zoneamento de São Paulo foi invertida, prevalecendo as normas mais restritivas para a região

que, no caso, são as regras de restrição de gabarito para a área envoltória do centro histórico da Penha. Todavia, caso tenham aprovações de projetos antes da aprovação do tombamento, prevalecerão as regras estabelecidas pela lei que estava em vigor, através do direito de protocolo.

É o que pode ocorrer, por exemplo, no terreno onde se localiza o antigo seminário da Penha, já que a aprovação das torres residenciais ocorreu durante o estudo do processo de tombamento do bairro.

No final de 2016, foi aprovada a revisão do Plano Regional da Subprefeitura da Penha realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) na gestão Haddad³⁸. Entre suas diretrizes buscam:

Possibilitar o desenvolvimento ordenado e sustentável das áreas de interesse histórico e cultural, tendo como premissa a preservação do patrimônio existente no Centro Histórico da Penha, potencializando seu papel de importante núcleo de urbanização regional. (2016, p.15)

O Plano Regional define alguns territórios dentro das subprefeituras para serem analisados caso a caso. Entre esses territórios foi estabelecido um específico ao centro histórico da Penha, apesar do perímetro considerado não ser o mesmo que a área envoltória do processo de tombamento. Nesse perímetro, o plano regional traz como premissa a revitalização de fachadas, fruição, uso público do patrimônio cultural e melhoria dos espaços públicos.

³⁸ Decreto nº57.537/2016

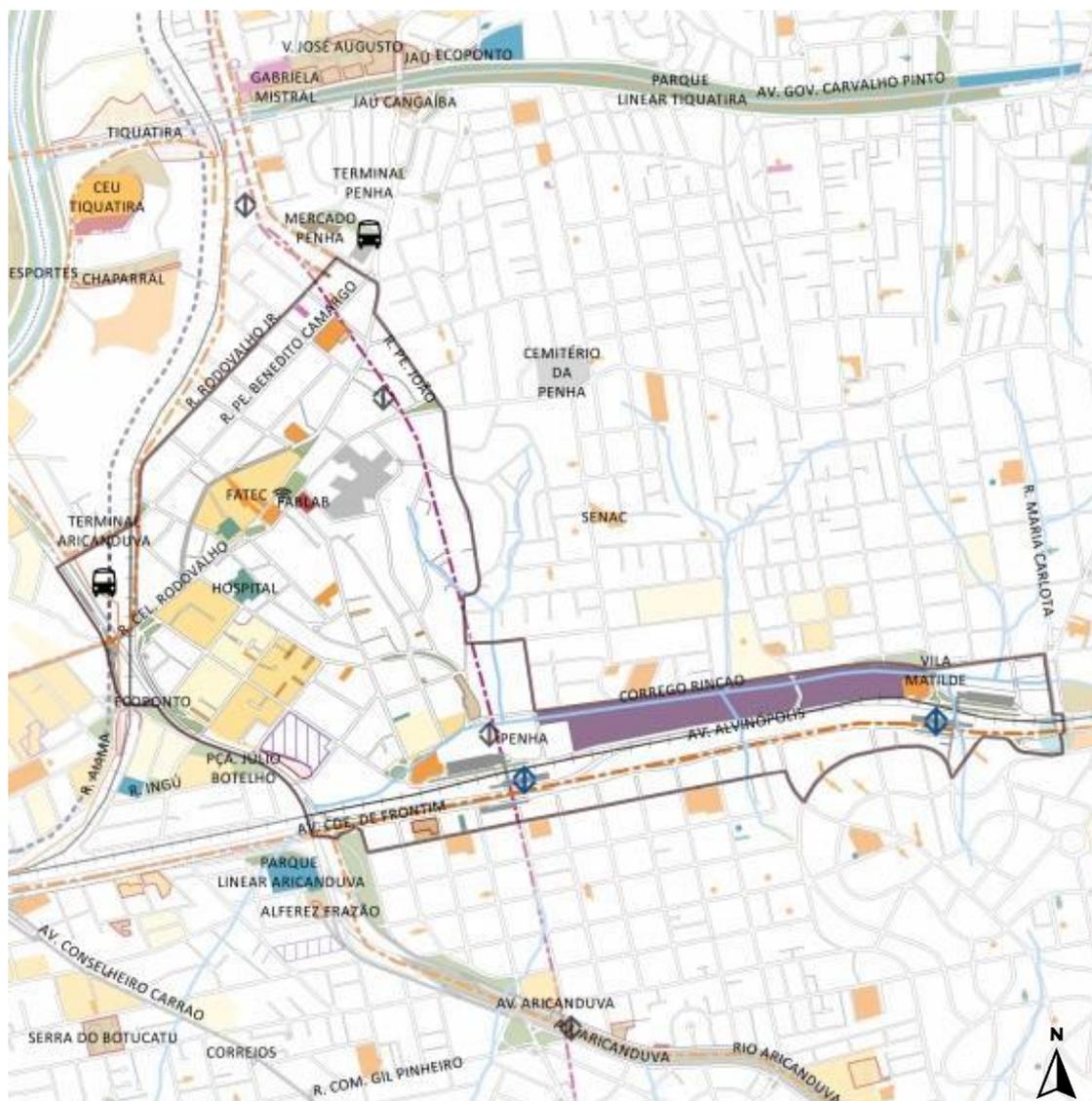


Figura 20. Perímetro (em linha roxa) considerado centro histórico da Penha no Plano Regional da Subprefeitura da Penha de 2016. Fonte: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras, (2016).

3.3. Ações da sociedade: organizações e coletivos no bairro da Penha

A Zona Leste é uma região em que importantes trabalhos relacionados à memória de seus bairros são desenvolvidos tanto no âmbito acadêmico, como por coletivos, grupos comunitários e organizações não governamentais. Na Penha presencia-se uma forte atuação dessas organizações, sem vínculos com o poder público ou institucionais. São grupos que fomentam estratégias de valorização do patrimônio cultural material e imaterial do bairro, através de programações que se destinam à apropriação dos espaços vinculados à memória e cultura da área.

Esses grupos funcionam como uma grande rede articulada, ora trabalhando de forma conjunta, ora fragmentada, mas com um foco muito claro e consistente: dar maior visibilidade

ao patrimônio cultural da região, buscando parcerias e financiamentos sem, contudo, esperar uma ação do poder público de proteção ou valorização do bairro.

Neste contexto, estão envolvidos o Grupo Ururay, Memorial Penha de França, Comissão do Largo do Rosário, o Cordão da Dona Micaela e o Movimento Cultural da Penha, este último, uma organização não governamental, que a partir das suas ações desencadeiam novos agrupamentos e atividades no bairro.

De acordo com Patrícia Almeida, Júlio Marcelino e João Neto (2014), os movimentos culturais da zona leste surgiram num contexto de abertura democrática a partir da década de 1970. Esses grupos eram formados por pessoas com desejos de mudanças sociais nas periferias, principalmente devido à instabilidade econômica que se encontrava o país. As periferias eram os territórios mais afetados pela desigualdade social em todos os âmbitos – transporte, educação, saúde, habitação e cultura. Dentro desses movimentos existiam aqueles que reivindicavam por cultura.

Devido à crescente política neoliberal no Brasil, a cultura passou a ser vista pela ótica do mercado sendo produzida dentro de uma cultura de massa. Pouco se investia em novos equipamentos culturais ou na manutenção dos existentes, fomentando o aparecimento de grupos que reivindicavam esses espaços. O Movimento Cultural da Penha (MCP) surge neste contexto, em 1984, formado por jovens artistas que tinham, a princípio, o objetivo de ocupar o Centro Cultural da Penha com atividades artísticas. O equipamento foi inaugurado pela prefeitura na década de 1970, mas declinava-se com a falta de gestão do espaço. (ALMEIDA; MARCELINO; NETO, 2014, p. 87)

Em 1994, o MCP cria o jornal “A tribo” que divulgava atividades culturais na zona leste e foi produzido até o final da década de 1990. Em consonância ao jornal, o grupo desenvolvia programações culturais através do “Projeto Zona Leste: A escola vai ao teatro”, cujo objetivo era ocupar o teatro Martins Penna, no Centro Cultural da Penha e o teatro Flávio Império, localizado no bairro Cangaíba.

Em 2001, o MCP se institui como uma ONG, estabelecendo parcerias com a Secretaria Municipal da Cultura e Unesco. Sua formalização alcançou novos recursos para encaminhar projetos em parceria com o poder público, uma vez que na época não existiam financiamentos voltados a movimentos e coletivos. Nesse período, o MCP passou a ter uma atuação mais relacionada com a memória do bairro da Penha se articulando com outros grupos como a Comunidade do Rosário e o Memorial Penha de França. Era preciso entender o que era o

território penhense, quem eram as pessoas envolvidas com seu patrimônio, como elas se articulavam com eles e que tipo de ação queriam propor no bairro. (Informação verbal)³⁹

No ano de 2005 o MCP é reconhecido como Ponto de Cultura e, em 2010, como Pontinho de Cultura, programas relacionados ao Ministério da Cultura. A missão da organização é “desenvolver projetos, metodologias, pesquisas e articulações na área de cultura e memória visando o desenvolvimento social em comunidades, escolas, grupos comunitários da região leste do Município de São Paulo” (MOVIMENTO CULTURAL PENHA, *on-line*). Atualmente tem como linha de frente a historiadora Patrícia Freire de Almeida e o geógrafo Júlio Marcelino.

O trabalho com a memória desenvolvido pelo grupo também se relaciona ao acervo doado pela família do falecido morador Hedemir Linguitte para o MCP em 2006, ocasionando a premiação Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museu (IBRAM) em 2011.

Diversos projetos já foram realizados pelo MCP, destacando “Recados aos Nossos Ancestrais” em 2011, responsável pelo desenvolvimento de ações culturais em parceria com a Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, que buscou valorizar e divulgar um patrimônio cultural material e imaterial importante do bairro relacionado à igreja Nsa. Sra. do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França.

O grupo foi responsável pela organização e publicação de dois livros até o momento: “Recados, Memória das Relações entre a comunidade e o patrimônio”, em 2011 e “Movimentações pela Cultura”, em 2014.

O MCP também desenvolve um projeto importante em parceria com Memorial Penha de França, para recuperação e restauração do acervo de Hedemir Linguitte. Fundado em 2005, o Memorial Penha de França se denomina como um conselho curador do MCP e se estabelece em uma antiga casa construída nos anos 1930 na Penha⁴⁰. A casa pertence à um antigo morador do bairro, Francisco Folco, que vive no local desde sua infância. Folco, é o grande porta voz do memorial. O local conta com um importante acervo digital de fotos restauradas por ele, vídeos, depoimentos e documentos do bairro, além de dispor também de oficinas, cursos, exposições e eventos relacionados à história, fotografia, arte e patrimônio cultural.

Os espaços são compostos pelo estúdio Cris Ferrantini, Sala de Exposição Hedemir Linguitte, uma pequena biblioteca com livros e documentos de pesquisas de assuntos já tratados no Memorial, um espaço de convivência (café), um pequeno museu com

³⁹ Informação concedida por Patrícia Almeida, integrante do Movimento Cultural da Penha e do Grupo Ururay, convidada para se apresentar no curso “Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” ministrado por Marly Rodrigues, Andréa Tourinho e Walter Pires, no dia 25/06/2019 em discussão sobre o tema “A mobilização da sociedade: novos caminhos – convidado: Grupo Ururay.

⁴⁰ O imóvel foi um dos bens tombados no centro histórico penhense pelo CONPRESP em 2018.

câmeras e equipamentos eletrônicos da fotografia. Os visitantes são recebidos como se estivessem entrando na casa antiga de um amigo. O espaço é bem intimista, pois foi respeitado a arquitetura original da antiga residência sem sofrer qualquer mudança, o que dá uma atmosfera de aconchego e um clima favorável a conversas, trocas de experiências, ouvir contação de histórias da Penha de França, assunto preferido de seus curadores. (MEMORIAL PENHADE FRANÇA, *on-line*)

No ano de 2014 o Movimento Cultural da Penha em parceria com o Grupo de Memória da Zona Leste⁴¹ se reuniram para realização do I Seminário dos Patrimônios Históricos da Zona Leste ocorrido no Centro Cultural da Penha (CCP), em decorrência das discussões sobre o patrimônio cultural da região. Membros do poder público, de universidades e da sociedade civil foram convidados a expor suas ações. Ao final do evento, “ficou evidente o quanto se faz necessário haver mais diálogo entre a comunidade, os órgãos públicos encarregados em preservar e tomba os patrimônios e os demais setores sociais” (GRUPO URURAY, *on-line*).

O II Seminário dos Patrimônios Históricos da Zona Leste ocorreu no mesmo ano, desta vez apresentando trabalhos de grupos de pesquisadores que tinham algum tipo de ação sobre o patrimônio cultural, entre esses grupos estavam presentes a Associação Amigos do Patrimônio, o Arquivo Histórico de Guarulhos e uma apresentação de Francisco Folco sobre o centro histórico da Penha e os trabalhos do Memorial Penha de França.

Frente aos vários trabalhos apresentados e por tantas outras iniciativas desenvolvidas pela comunidade, só veio a fortalecer as indicações que tínhamos levantado ao término do I Seminário sobre a existência de boas iniciativas da comunidade como os ecos museus e os centros de memória, livros e teses, mas que são pontuais e não avançam porque ficam fora de uma política de governo. (GRUPO URURAY, *on-line*)

Ao final do segundo seminário, surgiu um encaminhamento de um projeto de desenvolvimento local sustentável dos patrimônios culturais da zona leste, promovendo alguns encontros que desencadearam no surgimento do Grupo Ururay⁴², cujo objetivo era criar uma rede de colaboradores que contribuíssem para ações vinculadas a preservação e ativação do patrimônio cultural dos bairros da zona leste. A princípio, o Grupo Ururay visava ações relacionadas ao turismo de base comunitária, à museologia social, pesquisa em rede, circuito

⁴¹ O Grupo de Memória da Zona Leste foi fundado em 2012 e tem promovido encontros relacionados ao patrimônio e espaços de memória da região. Entre seus principais projetos estão: “Memórias Indígenas da Zona Leste”, “Memórias do Sítio Mirim” e “Memórias do Movimento de Moradia da Zona Leste”. Entre seus membros destacam-se Danilo Morcelli e Padre Ticão.

⁴² Ururay se refere a um antigo aldeamento indígena da zona leste que após a colonização europeia passou a ser considerado uma sesmaria. Pode fazer referência, também, ao trecho do rio Tietê que atravessa a zona leste. Ururay significa filhote de pássaro ou passarinho.

de roteiros e economia criativa. Ao longo da atuação do grupo, alguns objetivos foram sendo abandonados e outros mais aprofundados. (informação verbal)⁴³

Em dezembro de 2014, o Grupo Ururay realizou um terceiro seminário, agora intitulado III Seminário sobre Patrimônio Culturais da Região Leste, incorporando o aprofundamento do grupo nos estudos sobre patrimônio cultural. Reconhecendo que existia um maior envolvimento da sociedade com o patrimônio, o evento buscou discutir soluções que de fato ativassem o patrimônio da zona leste, convidando instituições como o SESC, a Agência São Paulo de Desenvolvimento da Prefeitura de São Paulo (ADESAMPA) e a ONG Instituto Memórias do Brasil para discussão de trabalhos possíveis.

Ao longo dos anos 2015 e 2016, o Grupo Ururay passou a se estruturar melhor. Em 2016, realizaram o projeto “Territórios de Ururay” que além de contar com roteiros de visitas as áreas da zona leste e exposições, culminou na publicação de um documentário e um livro cujo título é “Territórios de Ururay” que trata de alguns bens culturais da zona leste.

O Grupo Ururay busca “articular uma rede de agentes sociais (sociedade civil, órgãos de proteção do patrimônio, escolas, pesquisadores entre outros coletivos) envolvidos, direta e indiretamente no processo de preservação e dinamização do patrimônio cultural” (URURAY, *on-line*). É um grupo autônomo, mas que também colabora em outras ações dentro de uma mesma rede. Dentro desta rede, no bairro da Penha, destaca-se o próprio Movimento Cultural da Penha, o Memorial Penha de França, bem como a Comunidade do Rosário. (Informação verbal)⁴⁴

O atual projeto desenvolvido pelo grupo é o “Projeto Heranças Periféricas” que trabalha nessa linha de correlação com outros grupos, com apoio financeiro do edital “Fomento à cultura da periferia” da prefeitura de São Paulo⁴⁵. Junto ao projeto, diversas ações estão contidas como os roteiros de visitas à bens culturais, produções culturais, cursos, oficinas e pesquisas na linha da promoção dos patrimônios.

Através do programa, realizou-se uma parceria com o Memorial Penha de França para ajudar na gestão do espaço, resultando em uma reforma de readequação do lugar, tornando-o

⁴³ Informação concedida por Maurício Dias Duarte, integrante Grupo Ururay, convidado para se apresentar no curso “Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” ministrado por Marly Rodrigues, Andréa Tourinho e Walter Pires, no dia 25/06/2019 em discussão sobre o tema “A mobilização da sociedade: novos caminhos – convidado: Grupo Ururay.

⁴⁴ Informação concedida por Maurício Dias Duarte, integrante do Grupo Ururay, convidado para se apresentar no curso “Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” ministrado por Marly Rodrigues, Andréa Tourinho e Walter Pires, no dia 25/06/2019 em discussão sobre o tema “A mobilização da sociedade: novos caminhos – convidado: Grupo Ururay.

⁴⁵ Lei Municipal nº16496/2016.

mais apropriado para receber cursos e atividades. Um dos eventos incluídos no projeto é o “Música de bolso” que conta com apresentação de grupos musicais no memorial.



Figura 21. Oficina de projeto arquitetônico para o Memorial Penha de França. Fonte: Grupo Ururay (2018).

O projeto Heranças Periféricas também inclui atividades de formação vinculadas às escolas públicas da região que buscam ativar a percepção das pessoas sobre o patrimônio e a memória deles através de uso de documentários, músicas e visitas. Outra ação contemplada é o “Festival Tombamento” que tem o objetivo de estimular instituições e pessoas responsáveis por alguns patrimônios a desenvolver ações culturais que envolvem todas as informações sobre esses patrimônios e articular à projetos culturais. (informação verbal)⁴⁶ Os festivais contam com músicas, oficinas, roteiros, gastronomia e palestras. Foram realizados em 2018 dois festivais, um em Itaquera e outro em São Miguel. Em 2019, ocorreu o Festival do Tombamento no bairro da Penha, na Jornada do Patrimônio.

⁴⁶ Informação concedida por Maurício Dias Duarte e Patrícia Freire, integrantes do Grupo Ururay, convidados para se apresentar no curso “Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” ministrado por Marly Rodrigues, Andréa Tourinho e Walter Pires, no dia 25/06/2019 em discussão sobre o tema “A mobilização da sociedade: novos caminhos – convidado: Grupo Ururay.

Assim como o MCP, o grupo Ururay se articula bastante com a Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Tal comunidade existe desde 2002 e busca divulgar a importância da igreja de Nsa. Sra. do Rosário dos Homens Pretos, bem tombado pelo CONDEPHAAT e CONPRESP. A comunidade realiza festas e atividades na igreja e na sua envoltória, retomando – ou ressignificando – as práticas da antiga Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, responsáveis pela construção da igreja no século XIX. Compreendem a comunidade alguns coletivos culturais, pastorais afros, representantes de associações e pessoas físicas. (COMUNIDADE DO ROSÁRIO, *on-line*). Em parceria com o MCP, celebram todo primeiro domingo do mês uma missa afro-brasileira na igreja e, nos últimos sábados de cada mês uma roda de samba no largo do rosário.

A principal atividade da comunidade está relacionada a Festa do Rosário dos Homens Pretos que já está em seu 18º ano. Durante todo o mês de junho, é feita uma extensa programação que envolve exposições, palestras, exhibições de filmes e documentários, festejos, apresentações musicais, apresentações de grupos de congada, jongo, procissão, missas afro-brasileiras e a coroação do rei e rainha da festa. Todas as atividades têm ligação com a cultura afro e tentam resgatar – ou pelo menos ressignificar – as tradições negras que existiam no bairro.



Figura 22. Festa do Rosário na Penha. Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 23. Festa do Rosário na Penha. Fonte: Centro Cultural da Penha, 2019.

Desde 2018 é realizado o Cordão Carnavalesco da Dona Micaela Vieira, um bloco de carnaval que homenageia uma antiga parteira negra do bairro, contando com um itinerário que tem como ponto de chegada a praça do bairro que recebe o nome de Micaela Vieira.

O Cordão conta com ritmo e músicas próprios, boneções confeccionados junto a comunidade e performances especiais celebrando a vida, os conhecimentos ancestrais do partejar, da doulagem e cuidados com as mulheres gestantes, bebês e crianças. (COMUNIDADE DO ROSÁRIO, *on-line*)



Figura 24. Apresentação do Cordão da Micaela. Fonte: Acervo da autora (2019).

O Cordão é reflexo da articulação de todos esses grupos envolvidos com o patrimônio cultural da Penha, funcionando, muitas vezes como um organismo único e, de fato, salvaguardando aquilo que lhes confere valor, independente do Estado. Nota-se, portanto, um importante caminho, no âmbito das políticas públicas de preservação, que é justamente a articulação do poder público com esses grupos, compreendendo suas demandas e até mesmo intermediando suas ações, trabalhando com maior transversalidade e sensibilidade no entendimento do patrimônio cultural, do ponto de vista de quem habita e o entende, não necessariamente a partir de um olhar puramente técnico.

3.3.1. Patrimônio em debate: o DPH visita o bairro

No dia 8 de dezembro de 2018, o primeiro encontro da retomada do projeto Patrimônio em Debate realizado pelo DPH ocorreu no bairro da Penha para esclarecer o que foi o tombamento do bairro e identificar novas referências culturais na área. A ideia é promover esses encontros mensalmente com as comunidades locais de diversos bairros em São Paulo.

O encontro ocorrido na Penha foi divulgado em rede social através do próprio DPH, em parceria com o Centro Cultural da Penha e o Grupo Ururay:

O DPH - Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, vem desenvolvendo diversas ações que integram e promovem o debate e a troca de informações com a população acerca dos bens culturais da cidade. O exemplo mais expressivo dessa parceria entre poder público e sociedade civil é a Jornada do Patrimônio que acontece anualmente com centenas de ações organizadas por toda a cidade. Nessa perspectiva, com objetivo de fortalecer e sistematizar os vínculos com associações culturais que se dedicam à pesquisa e fomento do patrimônio cultural nas diversas regiões da cidade, o DPH, através do Núcleo de Valorização do Patrimônio, retoma o projeto “Patrimônio em Debate” na forma de encontros mensais que se realizarão em diversos bairros. Esses encontros servirão de base para o planejamento estratégico de ações de fomento a iniciativas de formação de público, preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Nosso primeiro encontro terá como foco a Penha, incluindo a apresentação dos estudos de tombamento de seu centro histórico. Será no próximo dia 08 de dezembro, sábado, das 10h às 13h, no Centro Cultural da Penha, Largo do Rosário nº 20, Penha. (FACEBOOK, *on-line*, 2018)



Figura 25. Anúncio divulgado no Facebook sobre o evento. Fonte: FACEBOOK (2018).

O debate se iniciou com uma apresentação entre os representantes do DPH que explicaram o objetivo do encontro, enfatizando um discurso de se pensar patrimônio de forma integra sem distinção de patrimônio material e imaterial. Desta maneira, o DPH tem como objetivo estruturar, nos próximos anos, novas formas de aferir o patrimônio – desta vez – incluindo o patrimônio imaterial e reconhecendo a necessidade de um contato maior com a

cidade e as pessoas que vivenciam o patrimônio e que de fato podem preservar esse patrimônio. O primeiro encontro ocorreu no bairro da Penha.

Segundo os representantes do DPH, a ideia do evento é promover uma troca de informações, esclarecimento de dúvidas, e ouvir os presentes. O encontro se dividiu em dois momentos, em um primeiro momento o DPH buscou apresentar o que foi o tombamento do centro histórico, apresentação realizada por Raquel Schenkman, e depois uma conversa mais voltada a compreender o patrimônio imaterial da região.

Estavam presentes no encontro os representantes do DPH do Núcleo de Valorização, Higor Teixeira, Joan Quintas, Walter Pires, do Centro de Arqueologia de São Paulo, Paula Nishida e Renato Mangueira, do Núcleo de Projeto, Raquel Schenkman e do Núcleo de Identificação do tombamento, Júlio C. Júnior e a ex-diretora Mariana de Souza Rolim. Entre os ouvintes, haviam membros do Grupo Ururay, Comunidade do Rosário, do Instituto Memórias do Brasil e alguns pesquisadores e estudantes.



Figura 26. Participantes da atividade Patrimônio em Debate realizada no Centro Cultural da Penha.
Fonte: Acervo da autora (2018).

A intenção era que após a apresentação do processo de tombamento da região fosse dedicado um tempo para perguntas. Alguns questionamentos foram feitos como a não inclusão da igreja Nsa Sra. de Fátima e do antigo seminário da Penha no processo. Contudo, o debate foi rapidamente interrompido para um intervalo que, de certa maneira, enfraqueceu o diálogo entre os participantes com os técnicos do DPH presentes.

A segunda parte do encontro foi uma conversa com o intuito de ouvir dos participantes o que poderia ser o patrimônio imaterial da área da Penha. De início, os presentes do DPH já citaram que identificam a festa do rosário dos homens pretos e uma tradição de procissões no bairro da Penha como um patrimônio imaterial importante – mesmo que não ocorra mais essas procissões como antigamente, é importante ter esse registro.

Durante o debate, o arquiteto Walter Pires também comentou sobre a importância de reconhecer se as pessoas que organizam tal manifestação querem que estas sejam reconhecidas, registradas, etc. Comenta que um registro tem que ter um tempo de transmissão – dessas ações, desse conhecimento, desse afeto, de consolidação, de percepção – dessas práticas. A ideia também é que os participantes apontem tradições na Penha que talvez o DPH desconheça.

Aos poucos, os presentes começaram a identificar em um painel o que consideravam importante como manifestação no bairro da Penha.

José Morelli, membro da Comissão do Rosário comenta que a retomada das festas no largo ocorreu, a princípio, para comemorar os 200 anos da igreja e a partir dali veio a primeira festa. O fundamental foi trazer pessoas que se sintonizavam com aquilo. Morelli comenta que:

Como um carretel, achamos a ponta e puxamos. Aos poucos a ideia foi se construindo, se ampliando e se conectando com novas atividades que hoje também acontecem na área. Este ano, acontecerá a 18ª festa e cada vez mais ela vem ganhando visibilidade referência.⁴⁷

Ou “resistência”, como comentou Renato Gama, outro integrante da Comunidade do Rosário. Para Júlio Marcolino, representante do Movimento Cultural da Penha, a festa ganhou uma dimensão importante, uma vez que a Comunidade do Rosário não é uma pastoral, um grupo de congadas ou uma irmandade, mas muitos grupos envolvidos que dão corpo à comunidade. A preocupação por se apropriar do largo e da igreja se iniciou em 2000 quando a igreja corria o risco de desabar e Morelli começou a se mobilizar para protegê-la. É neste momento que o Movimento Cultural da Penha entrou com a questão do patrimônio, conduzindo atividades que revelassem a importância dessa igreja e das comunidades afro-brasileiras que moram nessa região.

Outras festas também são sugeridas como importantes para a região leste. Patrícia Almeida, representante do MCP comenta sobre a importância da Folia de Reis na Vila Iacumé do Mestre Ditão e Dona Rosinha. Citam também o carnaval da Vila Esperança na Rua Alvinópolis, o Largo do Peixe na Vila Matilde e até o Túmulo do Cesinha no cemitério da Penha.

⁴⁷ Informação verbal fornecida por José Morelli no encontro Patrimônio em Debate em 9/12/2019.

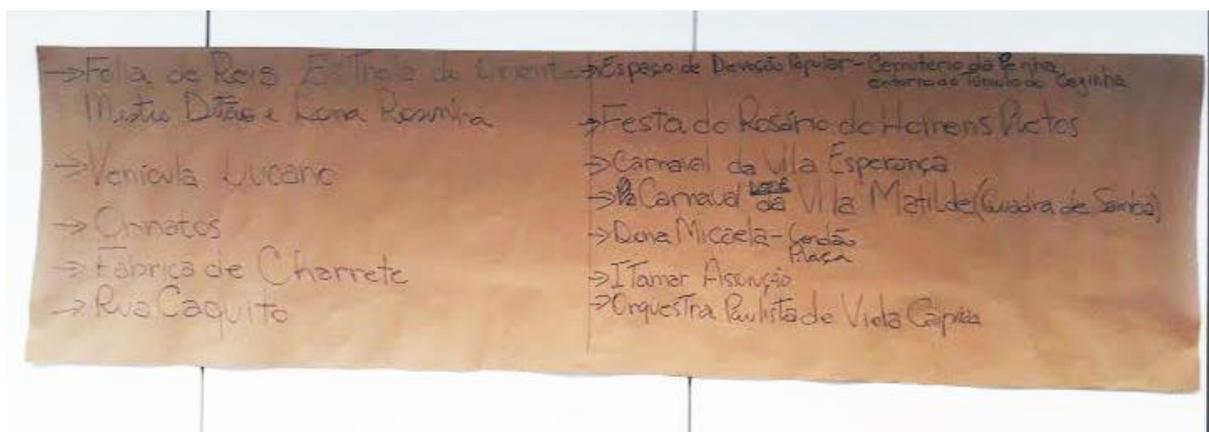


Figura 27. A atividade resultou em um painel com todas as referências citadas pelos participantes.
Fonte: acervo da autora (2018).

Em setembro deste ano, mais uma vez, a pedido da subprefeitura, ocorreu um diálogo aberto à comunidade para esclarecer dúvidas sobre o tombamento do centro histórico da Penha. A mesa foi composta pelo subprefeito da região Thiago Della Volpi, o vereador Toninho Paiva e pela diretora do DPH, Raquel Schekman. Como ouvintes, estavam presentes membros da Associação Comercial da Penha, diversos agentes ligados ao mercado imobiliário, bem como membros do Grupo Ururay, do Memorial Penha de França, da Comunidade do Rosário e outros grupos. Walter Pires e Paula Nishida, também representavam o DPH.

O diálogo se iniciou com uma breve apresentação do tombamento da área, muito similar à apresentação ocorrida na discussão do Patrimônio em Debate. Após a apresentação, a mesa abriu espaço para os ouvintes esclarecerem suas dúvidas.

A discussão abriu espaço para distintos posicionamentos, sejam contra ou a favor do instrumento, destacando, também, a questão da preservação do antigo seminário da Penha. Alguns presentes levantaram questionamentos em relação a outros imóveis que não foram tombados e como poderiam proceder para o seu tombamento, entre eles, a caixa d'água próxima à subprefeitura, um conjunto de sobrados que se encontra ao lado do Centro Cultural da Penha, o seminário da Penha e o Mercado Municipal. Além disso, chamou-se atenção para os patrimônios imateriais do bairro como o carnaval de rua da Vila Esperança e as procissões religiosas do bairro.

Dois participantes, Osni Pandori e Reinaldo Martinez Ruiz comentaram sobre um projeto cultural em estudo para o imóvel tombado localizado na Rua Vera Cruz, pedindo auxílio ao órgão técnico para viabilizar esse trabalho. A ideia é resgatar o uso do terreno instalando uma locomotiva no local e, possivelmente, passeios até o centro histórico.

Destacou-se também a questão do antigo seminário, excluído do processo de tombamento que, para Ângela Calabria, representante do SUSP foi excluído por interesses imobiliários, mesmo sendo evidente o interesse pela proteção do imóvel para a população.

Entre as principais pautas contra o tombamento, dois agentes do mercado imobiliário questionaram a limitação que o instrumento trouxe. O primeiro, um engenheiro ligado ao setor, argumenta que um de seus empreendimentos não foi aprovado pelo CONPRESP. Tal empreendimento se refere a uma habitação de interesse social que seria construída em área de Zeis, ao lado da igreja Nossa Senhora da Penha, no terreno em que se localizava o antigo colégio Santo Afonso. Apesar da Lei de Zoneamento permitir um coeficiente de aproveitamento alto para essas zonas, a resolução de tombamento só permite construções com alturas de até 7 metros, inviabilizando, segundo ele, sua construção. Para o engenheiro essa construção valorizaria o local trazendo novos usuários que seriam “guardiões” da região tombada. Uma área que o engenheiro considera abandonada e insegura.

Tal empreendimento, certamente impactaria a área e felizmente o que prevalece para a área são as regras de gabarito mais restritivas, no caso às diretrizes adotadas pela resolução de tombamento. Além disso, uma construção desse impacto provocaria um desequilíbrio em relação a infraestrutura da área relacionado ao abastecimento de água e esgoto. O terreno encontra-se em uma rua estreita e muito tradicional do bairro que além de protegida pelo tombamento, não comportaria grandes alterações no seu traçado. Além disso, já é uma área que apresenta um trânsito agitado que não condiz com a realidade de sua morfologia.

Alberto Pires, outro agente imobiliário, comenta sobre um conhecido que perdeu “negócios” na Penha devido às novas restrições de gabarito que não permitem viabilizar bons empreendimentos para a área. Afirma, que a Penha perde investimento por conta do tombamento. Além disso, o mesmo agente, ao se referir ao seminário da Penha como “ambulatório”, diz que já foram feitos estudos no local que alegaram que o terreno está contaminado por conta das atividades quando era ambulatório. Afirma que o seminário da Penha não chegou a ser usado por 10 anos, portanto, não pode ser referido a ele como a casa dos padres.

Por fim, a reunião foi concluída com alguns participantes propondo possíveis articulações entre a comunidade e o poder público para viabilizar projetos que valorizem o patrimônio cultural do centro histórico e estimular que os próprios moradores e proprietários desses imóveis tombados cuidem de seus bens. Destacou-se as falas do jornalista Samuel Antenor e de Francisco Folco, curador do Memorial Penha de França.

Samuel Atenor, morador de uma terceira geração de famílias penhenses, afirmou adorar o fato de a região ter sido tombada e vê, na figura do tombamento, uma valorização, que pode ser inclusive imobiliária. Para ele, a Penha precisa de investimentos, mas não necessariamente residencial. É possível transformar os bens patrimoniais da Penha em um negócio lucrativo através da arte, da cultura e da educação. Afirma que os investimentos imobiliários são bem-vindos desde que respeitem o tombamento.

Folco, enfatizou a figura do “seminário da Penha” pois foi para isso que sua família e muitos penhenses contribuíram e ajudaram na concretização. O curador do memorial faz uma provocação afirmando que o tombamento veio para salvar a Penha do mercado imobiliário que, aos poucos, está transformando a região em um bairro dormitório. Diz que a Penha tem espaço para crescer, principalmente em relação à cultura, turismo urbano e economia criativa.

Em novembro do mesmo ano, o Grupo Ururay promoveu no Centro Cultural o evento “Colina Criativa”. Durante um dia inteiro, ocorreram debates voltados à temática da economia criativa com intuito de mostrar novas possibilidades para o outeiro penhense e seu patrimônio cultural, evidenciando ações artísticas, culturais e turísticas:

Em conjunto com diferentes atores, a proposta do painel “Colina Criativa” é identificar potenciais que ajudem a melhorar significativamente o uso dos espaços públicos e privados inseridos nesse território, na área tombada e envoltória ao tombamento, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, baseada, entre outros aspectos, na economia criativa e colaborativa. Assim, o evento tem a perspectiva de contribuir para inserir economicamente a região no mapa cultural da cidade de São Paulo, reafirmando sua importância por meio de variadas ações de caráter artístico, comercial, turístico e social, entre outras.. (URURAY PATRIMÔNIO CULTURAL, *online*)

A abertura do evento contou com as falas de Thiago Della Volpi, subprefeito da Penha; Bernardo Perri Galegale, representante da Secretaria Municipal da Cultura; Raquel Schenkman, diretora do DPH e; Maurício Dias Duarte, representante do Grupo Ururay. Foram desenvolvidos três painéis de debates durante o evento que contaram com 14 palestrantes. Concomitantemente às apresentações, o evento trouxe uma pequena feira composta por pequenas empresas de artesãos e artistas locais que exibiam seus trabalhos.

Este capítulo se destinou a apresentar distintas ações referente ao bairro e como o patrimônio cultural da região se insere neste contexto. Apesar de ser uma região vista com forte potencial de adensamento do ponto de vista das ações relacionadas ao planejamento urbano e do mercado imobiliário, sua importância histórica e cultural é indiscutível, sendo uma área protegida por tombamento.

Por meio das ações dos coletivos culturais, verificou-se que existe uma relação muito forte dos habitantes com o patrimônio cultural da região. Essas práticas são expressas nas

diversas manifestações culturais ocorridas no bairro como festas, celebrações, exposições, mesas de debates, bem como lugares com acervos de memória. O objetivo é sempre dar visibilidade ao território penhense.

Nas páginas seguintes, foi construída uma metodologia que investiga a relação entre habitante e patrimônio, aferindo a percepção do morador, do frequentador, do trabalhador e do ex-morador. Busca-se entender quais são os valores culturais atribuídos às referências do bairro e quais as representações do centro histórico da Penha na visão dos penhenses. Por meio do uso das redes sociais, procura-se responder se é possível conhecer a visão da sociedade e agregar valor aos estudos técnicos.

Capítulo 4

AS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Facebook tornou-se um locus privilegiado de sociabilidade em escala global. A plataforma tem impactos relevantes na interação entre indivíduos, modificando formas de relações afetivas e criando novas dinâmicas de visibilidade e reprodução de identidades no espaço público. (VALENTE, 2019)

4.1. Facebook e o bairro da Penha: primeiras aproximações

Ao longo desta pesquisa, destacamos algumas ações inovadoras que recorrem à outras formas de se entender o espaço urbano e preservá-lo, buscando experiências mais próximas ao cotidiano local e que ainda são pouco utilizadas pelo poder público em São Paulo.

Relatamos, também, sobre a importância das mídias digitais como forma contemporânea de comunicação que conduziu uma transformação social, defendendo sua capacidade como instrumento de participação popular, sobretudo a partir do engajamento de pessoas em blogs, fóruns de discussão e redes sociais virtuais. Essas plataformas, em especial as redes sociais, reproduzem lugares de fala, funcionando como um canal de troca de experiências em que são disponibilizadas diversas informações compartilhadas por seus usuários e facilmente acessadas por outros sujeitos. Flexibilizam tempo e espaço, agrupando usuários que podem estar geograficamente distantes, mas que possuem interesses comuns, formando, inclusive, verdadeiras comunidades *on-line*.

De acordo com o relatório mais atual da *We are Social*⁴⁸ realizado em 2019, entre as redes sociais mais utilizadas no mundo destaca-se o Facebook, plataforma que será utilizada para fins de pesquisa neste trabalho.

⁴⁸ A *We are Social* é considerada a maior empresa especializada em pesquisas estatísticas no mercado da comunicação (social media). Todo o ano, a empresa faz um balanço dos principais números relacionadas ao uso da internet e sites de redes sociais no mundo inteiro. Em 2019, a empresa relatou um número de 4 bilhões de usuários de internet e 3,48 bilhões de usuários de redes sociais.

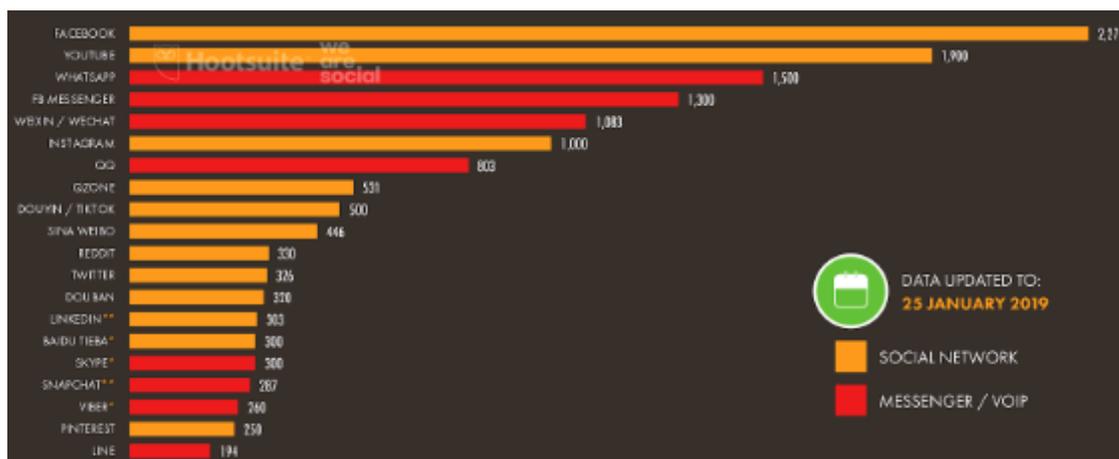


Figura 28. Ranking das redes sociais virtuais mais utilizadas no mundo, 2019. Fonte: We are social (2019, online)

O Facebook também ocupa posição de destaque entre os *sites* mais acessados, sendo a terceira plataforma mais visitada globalmente, perdendo apenas para o *Google* e *Youtube*.⁴⁹ É, ainda hoje, a maior rede social virtual, com 2,32 bilhões de usuários registrados até o final de 2018, sendo a quarta empresa de tecnologia mais valiosa do planeta.⁵⁰

#	WEBSITE	CATEGORY	TIME PER VISIT	#	WEBSITE	CATEGORY	TIME PER VISIT
01	GOOGLE.COM	SEARCH	09M 12S	11	AMAZON.COM	SHOPPING	06M 18S
02	YOUTUBE.COM	VIDEO	21M 36S	12	XVIDEOS.COM	ADULT	12M 34S
03	FACEBOOK.COM	SOCIAL	11M 44S	13	XNXX.COM	ADULT	14M 39S
04	BAIDU.COM	SEARCH	06M 53S	14	AMPPROJECT.ORG	NEWS	03M 53S
05	WIKIPEDIA.ORG	REFERENCE	03M 45S	15	LIVE.COM	EMAIL	07M 15S
06	YAHOO.COM	PORTAL	06M 26S	16	VK.COM	SOCIAL	16M 50S
07	TWITTER.COM	SOCIAL	09M 14S	17	NETFLIX.COM	VIDEO	09M 14S
08	PORNHUB.COM	ADULT	10M 16S	18	QQ.COM	PORTAL	04M 00S
09	YANDEK.RU	SEARCH	10M 43S	19	MAILRU	PORTAL	07M 38S
10	INSTAGRAM.COM	SOCIAL	06M 25S	20	REDDIT.COM	SOCIAL	09M 13S

Figura 29. Sites mais visitados em 2019 de acordo com relatório da We are social 2019. Dos 20 sites visitados, 8 correspondem à alguma rede social, sendo a mais utilizada o Facebook. Destacam-se, também, os sites de adultos, pesquisas, e-mails e e-commerce. Fonte: *We are social* (2019, online).

No Brasil, apesar de não ter apresentado crescimento significativo de usuários no último ano⁵¹, é o 4º país com as maiores taxas de interação na plataforma. Além do Facebook,

⁴⁹ O aumento do número de usuários que possuem telefones móveis contribuiu para o crescimento de internautas, bem como o tempo médio de uso da internet e redes sociais. De acordo com o relatório do *We are Social*, o tempo médio gasto das pessoas na internet chega a 6 horas e meias por dia e, no Brasil, 9 horas por dia.

⁵⁰ Disponível em: <<https://about.fb.com/company-info/>> Acesso em: 28/11/2019.

⁵¹ Em uma breve pesquisa no *google*, em relação a queda de usuários da rede social no Brasil, foram encontradas notícias recentes (2019) em sites como Folha de São Paulo, Estadão e Uol que afirmam sobre uma tendência de abandono de usuários da rede. De acordo com essas reportagens, esse fenômeno pode estar relacionado a questões como: escândalos de vazamentos de dados particulares de usuários, gerando desconfiança nas redes sociais; aumento de perfis “robôs” disseminando notícias falsas conhecidas como *fakenews*; manipulação eleitoral; tendência de debates ideológicos com crescentes discursos de ódio que geraram um desgaste na rede social; e envelhecimento da população usuária, não atingindo novos usuários jovens. Contudo, a extinção das redes sociais

destacam-se outros sites de redes sociais como *WhatsApp*, *Instagram*, *Twitter*, *LinkedIn* e *Pinterest*. Em dezembro de 2018, o número de pessoas ativas no país chegou a 130 milhões.⁵²

A rede social, inicialmente conhecida como “The Facebook, foi criada em 2004 por Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Chris Huges e Eduardo Saverin como uma plataforma virtual interna na Universidade de Harvard. O intuito dos criadores, era facilitar uma rede de contato entre jovens universitários recém-chegados aos campos, que nos Estados Unidos, representava, na maioria das vezes, mudança de cidade e ciclo social. Em apenas 1 mês a rede social já havia se expandido para outras universidades e em 10 meses de sua criação já completara 1 milhão de usuários, abrangendo, também, alunos de escolas do ensino médio nos Estados Unidos. Em 2006, passou a ser chamada apenas de “Facebook” e seu acesso já não era mais restrito às instituições de ensino, passando a contemplar 12 milhões de usuários. É em 2009, quando completaria 360 milhões de usuários que o Facebook passou a ganhar números significativos no Brasil. Em 2012, completara 1 bilhão de usuários ativos. (Knoener, 2015)

O Facebook é uma plataforma digital gratuita em que qualquer pessoa pode criar um perfil, interagindo de forma pública ou privada com outros membros da rede. Após um usuário se cadastrar na página, é necessário pedir autorização, por meio de um convite online, para que as pessoas, também usuárias do Facebook, façam parte de seu grupo de amigos virtuais.

Um usuário dessa rede social pode se cadastrar de duas maneiras distintas: a partir da criação de um “perfil” – que representa um indivíduo – ou uma “página” – que representa uma empresa, uma figura pública, um bairro, uma associação, um órgão público, entre outras possibilidades. Por meio de um “perfil” ou “página”, seus usuários se apresentam virtualmente se conectando com amigos ou grupos.

Em geral, um “perfil” do Facebook é composto por uma foto de identificação do usuário, um local com breve apresentação que pode conter informações opcionais como a escolaridade, local de moradia, data de nascimento, status de relacionamento e seus principais interesses. Também apresenta álbuns de fotos que podem ser publicadas pelo usuário do perfil ou por seus amigos.

O “mural” do usuário – ou também conhecido como “Linha do Tempo” – é um espaço destinado para armazenar, em ordem cronológica, todas as ações do perfil como publicação de fotos, textos, compartilhamento de posts, curtidas, comentários, avisos de novas amizades, entre

virtuais está longe de ser uma realidade, o que poderá ocorrer nos próximos anos é uma ascensão de outras redes sociais ou uma atualização das características atuais do Facebook para voltar à torna-lo atrativo novamente.

⁵² Disponível em: <<https://about.fb.com/company-info/>> Acesso em: 28/11/2019.

outras atividades que podem ser visualizadas por qualquer usuário vinculado à sua rede de contato.

Nos “*Feed* de notícias” são visualizadas as atualizações dos amigos, páginas e grupos que fazem parte da rede de contato do perfil, além de propagandas. É possível interagir nesse *feed* a partir de três maneiras distintas: “comentários” em fotos, vídeos, textos ou qualquer outra forma de publicação; “curtidas” e “reações” nessas publicações, demonstrando o interesse do usuário pelo conteúdo; “compartilhamento” das publicações de outros usuários, grupos ou páginas.

Diferente da “linha do tempo”, as publicações nos *feeds* não aparecem em forma cronológica, mas sim, em ordem dos conteúdos mais relevantes para o perfil que são determinados por meio de um código de programação conhecido como *Edge Rank*. Esse código é um algoritmo, que funciona desde 2011, responsável por organizar o *Feed* de notícias. Os algoritmos são utilizados no *Feed* de notícias definindo os conteúdos expostos para os usuários de acordo com seus interesses. Quando um usuário pesquisa, curte, comenta, ou curte algo na mídia digital, deixa vestígios que são lidos pela rede como fontes de dados traduzidos nos interesses do mesmo.⁵³ De acordo com Valente (2019, p. 96), esses códigos de programação produzem alguns resultados:

- (1) Sugerem conteúdos solicitados por meio de uma busca;
- (2) indicam “amigos” a serem conhecidos ou potenciais pares amorosos ou sexuais;
- (3) Definem os anúncios aos quais devemos ser expostos;
- (4) Fixam preços e condições de determinados produtos a partir das características pessoais, sociais ou econômicas do segmento do qual uma pessoa faz parte ou até mesmo das próprias informações individualizadas desta pessoa. (VALENTE, 2019, p. 96)

Algumas empresas buscam aumentar seu engajamento por meio de estratégias como estudos de linguagem e formato utilizado em seus anúncios, bem como os melhores horários para divulgação de seus conteúdos, atingindo seu público alvo. Para facilitar essa estratégia, o Facebook criou a ferramenta paga “Impulsionar Publicações” em que o *Edge Rank* direciona a postagem “impulsionada” nos momentos em que há maior potencial de atingir o público alvo dos anúncios.

Em relação as “páginas” do Facebook, possuem basicamente o mesmo formato dos “perfis”. Contudo, seu conteúdo é alimentado pela entidade que ela representa por meio de um usuário ativo, criador da página. Qualquer usuário com acesso ao Facebook pode seguir uma

⁵³ Fanjul (2018) afirma que o algoritmo cria regras sistemáticas, captando dados de entrada para resolver um problema complexo. “Ele é cego diante do que está fazendo, e os passos com os que opera são elementares” (FANJUL, 2018). Indicam tendências e orientam algumas tomadas de decisão, criando instruções e filtrando informações baseadas em combinações de códigos. De acordo com Valente (2019), alguns autores veem esse cenário como uma “bolha de dados” em que o usuário fica restrito apenas à algumas informações, afetando suas visões sobre o mundo, uma vez que esses algoritmos decidem o que cada usuário terá mais facilidade de acesso.

página clicando no ícone “curtir” sem necessidade de aceite, passando automaticamente a receber as postagens em seu *Feed*.

Toda página possui um histórico de navegação, assim como um perfil. A interação se faz através dos comentários gerados nas publicações e no seu compartilhamento, gerando um número maior de alcance de visualizações, curtidas e comentários sobre determinados assuntos. Além disso, qualquer usuário pode publicar algo na página que será visualizada pelos outros integrantes. Tanto o mediador como os seguidores da página podem se comunicar por meio de mensagens privadas desde que se inicie a conversar através do seguidor.

Diferente dos “perfis”, as “páginas” possibilitam visualizar o número de pessoas alcançadas com determinada publicação, bem como o número de seu engajamento – curtidas, comentários, compartilhamentos e, caso seja divulgado links no anúncio, o número de pessoas que o acessaram. É possível, também, explorar resultados mais detalhados com relação ao gênero, faixa etária, tipo de dispositivo acessado e localização dos usuários alcançados.

Outra forma de reunir pessoas com interesses comuns no Facebook é por meio dos “grupos”. Os “grupos” são criados por administradores responsáveis por filtrar as informações da página e aceitar novos integrantes. Podem funcionar de três formas: “pública”, em que qualquer usuário do Facebook visualiza e comenta as publicações; “fechada”, em que apenas os integrantes podem postar dentro do grupo, mas seu conteúdo pode ser visualizado de forma pública ou; “secreto”, em que tanto as postagens como a visualização só pode ser feita por membros pertencentes ao grupo.

O Facebook também possui outras ferramentas como os “eventos” muito utilizado para mobilizar manifestações sociais, palestras e outros encontros; o aplicativo *messenger* que permite o envio de mensagens particulares para outros usuários da rede; criação de publicações em consonância com outras redes como Twitter e Instagram; “*stories*” que possibilitam o compartilhamento de fotos e vídeos na rede por 24 horas; compartilhamento de vídeos em tempo real conhecidos como “*lives*”; e por fim, aplicativos de jogos ou outras formas de entretenimento.

Importante enfatizar que a rede social além de expor a opinião de seus usuários, também funciona como um diário virtual, registrando as experiências pessoais e coletivas de cada indivíduo e, por consequência, armazenando narrativas e memórias.

Devido sua popularidade, público diversificado e a notável variedade de formas de se utilizar a plataforma, esta pesquisa optou pela utilização do Facebook para se aproximar de moradores e frequentadores do bairro da Penha, por meio da criação de uma página sobre a área, possibilitando contado por mensagens, postagens e aplicação de questionários.

A aproximação com o Facebook é decorrente de um primeiro trabalho realizado em 2015 pela mesma autora desta pesquisa. Na época, foi criado um perfil pessoal na rede social Facebook denominado “Penha de França: Transformações Permanências”, com o intuito de contatar alguns moradores e frequentadores da região. A opção por criar um perfil vinculado ao bairro surgiu como uma forma de se atingir um maior número de pessoas vinculadas à região, uma vez que se utilizando o próprio perfil pessoal da autora o envolvimento com interessados pela região seria menor.

O nome do perfil era uma referência ao trabalho que estava sendo realizado no Programa Voluntário de Iniciação Científica da Universidade São Judas Tadeu, denominado “Transformações e Permanências no bairro da Penha em São Paulo”. A pesquisa buscava compreender as transformações do bairro da Penha e conhecer seu patrimônio cultural, frente às dinâmicas urbanas atuais e ainda trabalhar com a visão de diferentes grupos sociais: poder público, líderes comunitários, moradores e frequentadores da área. Portanto, trabalhou com o uso de entrevistas presenciais e aplicação de questionários *on-line*.

Através do perfil criado no Facebook, foram enviados pedidos de amizade para alguns moradores e frequentadores do bairro da Penha. Aos poucos, o perfil foi ganhando popularidade e os próprios interessados no bairro adicionavam a página à sua rede de contatos sem que fosse necessário continuar enviando novos pedidos de amizade para aumentar o número de seguidores. Desta maneira, o perfil foi aumentando seu número de “amigos”. Até o final dessa primeira etapa da pesquisa, finalizada em dezembro de 2016, somaram-se 595 amigos na rede.

Durante o período de desenvolvimento do trabalho, o perfil foi utilizado para convidar, aleatoriamente, alguns de seus usuários – moradores e frequentadores do bairro – para o preenchimento de um questionário. Os convites eram feitos a partir de mensagens enviadas em modo privado para cada um deles. Os interessados acessavam um endereço eletrônico que os direcionavam para o questionário formulado na plataforma *Survio*, ferramenta específica para elaboração e coleta de pesquisas, muito similar ao *Google Forms*.

Ao todo, o site recebeu 102 questionários entre outubro de 2015 a janeiro de 2016. No entanto, foram analisados 83, pois alguns questionários foram enviados mais de uma vez ou em branco.

Como se tratava de uma pesquisa que buscava analisar tanto as transformações quanto às permanências do bairro, as perguntas abrangiam, além do perfil do entrevistado – morador, frequentador e faixa etária – quais as referências urbanas dos participantes, quais os elementos que caracterizavam para eles o bairro da Penha, qual a opinião dos participantes do ponto de

vista do adensamento populacional proposto pela lei zoneamento da área, da proposta para a futura estação de metrô na região e da proposta de tombamento do centro histórico.

A pergunta sobre o tombamento do bairro, que na época ainda não havia sido deliberado, causou uma certa confusão, pois muitos participantes remeteram o termo “tombamento” à ideia de demolição do centro histórico. Contudo, 84% consideraram o tombamento do bairro, no sentido de sua proteção, como algo positivo.⁵⁴

Durante a pesquisa, foram percebidas manifestações realizadas pelos próprios moradores e frequentadores do bairro ao proporem reflexões sobre a área, se utilizando do próprio mural do perfil criado. Além do recebimento de postagens de muitos anúncios comerciais, também eram recebidas fotografias do bairro, pessoas que se expressavam sobre sua ligação com o bairro e até mesmo postagens de referências do bairro. O próprio seminário da Penha foi objeto de discussão em uma das postagens dos usuários.



Figura 30. Postagem realizada no perfil do bairro da Penha. Fonte: Facebook (2015).

Essas manifestações despertaram um novo interesse da autora: seria a rede social uma fonte de pesquisa composta por depoimentos de moradores e frequentadores a partir do que eles mesmo mobilizam em seus perfis, páginas e grupos? Todavia, nesta primeira etapa não se

⁵⁴ O resultado completo deste trabalho pode ser encontrado na pesquisa “Transformações e Permanência no bairro da Penha em São Paulo ou em artigo publicado na revista Arq.urb nº16 sob o título “Memória e mudança nas representações sobre a Penha: em busca de seu conhecimento”.

explorou esse caráter, mas ficou como algo para possível aprofundamento futuro que retomariamos em 2018 através da presente pesquisa de mestrado.

Na realidade, as redes sociais apareceram, nesta primeira etapa da pesquisa, como uma descoberta que, a princípio, não havia sido planejada. Portanto, se mostrou incipiente, mas revelou uma nova forma de se chegar a um objetivo muito claro: o habitante da cidade, no caso, o habitante penhense.

Este trabalho busca dar continuidade à experiência relatada, tendo como premissa principal, a utilização das mídias digitais como forma de interação social para conhecer as referências culturais dos moradores e frequentadores do bairro, que podem contribuir, também, para a definição do patrimônio, tal como recomendado na Declaração de Quebec.

Ressaltamos que se trata de uma pesquisa qualitativa, buscando, portanto, compreender as visões de um grupo social, abordando aspectos que não podem ser quantificados, mas relacionados às dinâmicas sociais. Uma pesquisa qualitativa está associada às ações de “descrever”, “compreender”, “explicar”, “observar” e “interagir” (CHIZZOTTI, 2016). Pode abranger metodologias como entrevistas, observação participante, história oral, análise de discurso, estudos de caso e questionários. Vincula-se à etnografia que, de acordo com Chizzotti (2016), é a descrição de um grupo a partir de um registro de suas crenças, práticas, artefatos e comportamentos, observando, perguntando e criando situações artificiais. No caso das redes sociais, excluem-se os experimentos criados artificialmente trabalhando com situações reais mediadas pelo computador, entendendo o que as pessoas fazem, pensam, creem e sentem.

Neste caminho, se amparou na etnografia virtual – também conhecida como netnografia –, uma metodologia interpretativa que consiste no estudo de observação do comportamento humano por meio de discussões em mídias digitais que acabam funcionando como produtoras de conteúdo pela sua fácil capacidade de armazenamento e acesso às informações. É uma alternativa de pesquisa científica, muito utilizada na área da comunicação, marketing, sociologia e antropologia em que o pesquisador tem acesso livre a diversas informações dispostas no ambiente virtual. Essa metodologia é capaz de ampliar as possibilidades da pesquisa qualitativa. Uma vez que o mundo físico usa da tecnologia para se comunicar, debater, socializar e se expressar, é possível explorar as mídias digitais como fontes de dados. (KOZINETS, 2014)

A ideia é experimentar uma nova abordagem de pesquisa incorporando o olhar e conhecimento do habitante. Uma metodologia que poderia ser utilizada, por exemplo, em processos de inventariação como o que ocorreu no bairro da Penha. Nesta conjuntura, o pesquisador estaria imerso a um ambiente compartilhado por pessoas vinculadas ao seu

território de estudo. O propósito não é anular a sistemática já consolidada pela instância municipal responsável pela pesquisa de bens culturais - DPH –, mas aprimorá-la, contribuindo para sua melhoria no momento em que o técnico vai a campo estudar e conhecer os imóveis e lugares relevantes para serem tombados. Se o intuito do patrimônio cultural é ser preservado para a sociedade, a ideia é ampliar o olhar do técnico apresentando novas informações que podem ser encontradas nas redes sociais que complementaríamos esses estudos partindo de um cruzamento de olhares.

Acreditamos que, atualmente, são as redes sociais umas das maneiras mais efetivas de se compartilhar conhecimento. Ao funcionarem como um depósito de informações e memórias (NUNES; OLIVEIRA, 2016), reforçam a possibilidade de influência da sociedade nos discursos preservacionistas.

Em um primeiro momento, a pesquisa se apoiou na análise das mídias digitais e comunidades virtuais existentes relacionadas com o bairro – perfis, páginas e grupos –, verificando os assuntos mais recorrentes e como a questão da memória e do patrimônio cultural surgem nesses meios. Posteriormente, a autora resgata o perfil criado no Facebook sobre o bairro, em 2015, para trabalhar novamente com aplicação de questionários e postagens. Tais abordagens serão relatadas a seguir.

4.2. Penha, um bairro virtual

As diversas plataformas virtuais encontradas na internet proporcionaram importantes ferramentas de arranjo social, relacionados aos mais diversos temas como moda, política, economia, arte, cultura, ambientes, lugares, entre outros assuntos. A disseminação das mídias digitais, “possibilitou novas formas de divulgação de informações, relatos, memórias, imagens e críticas que não alcançavam a Academia, e, que, muitas vezes, vagavam em dimensões orais, dentro de universos familiares”. (ATIQUE, 2016, p. 150).

Neste caminho, esta primeira análise do bairro da Penha se concentra no processo de coleta de dados qualitativos encontrados do ambiente virtual, por meio do que é possível aferir em notícias, reportagens, blogs e comunidades virtuais relacionadas à área.

Ressalta-se que a quantidade de informações encontradas nas plataformas digitais é enorme e que este trabalho analisou o bairro apenas do ponto de vista de sua memória, identidade e patrimônio cultural.

Em uma breve busca sobre assuntos relacionados ao bairro da Penha na plataforma *google*, foram encontradas diversas reportagens relacionadas à história da região, sua inserção

na cidade de São Paulo, seus atrativos, bem como algumas crônicas. Para se chegar à essas reportagens foram digitadas termos como “bairro da Penha” + “SP” vinculados à outras palavras como “cultura”, “patrimônio cultural”, “história”, “memória” e “identidade”.

Entre as reportagens destacadas está a matéria “25 motivos para amar o bairro da Penha” encontrada no *site* da Veja São Paulo publicada em junho de 2017 que, entre as razões, destaca a história e tradição religiosa da Penha, sua urbanização de colina, suas festas tradicionais como o aniversário de Nossa Senhora da Penha, a diversidade de construções – antigas e novas – e áreas de sociabilidade que podem ser encontradas no bairro – o Mercado Centro Cultural e o Clube Esportivo da Penha; bares, restaurantes e padarias tradicionais e até mesmo o shopping e as diversas lojas de distintos nichos encontradas no bairro.

Outra reportagem da mesma plataforma refere-se à uma crônica do bairro escrita por Matthew Shirts de abril de 2015, sobre sua visita ao bairro a convite de um morador, descrevendo sua passada às igrejas da área e as sensações vivenciadas nestes lugares.

Em uma matéria do *website* “São Paulo *in Foco*” escrita em dezembro de 2013, o texto destaca a importância do bairro para a cidade de São Paulo: “A Penha é um dos poucos lugares da cidade que mostra a transformação social, política e econômica que São Paulo passou em toda sua história” (OLIVEIRA, 2013).

Reportagens sobre a história do bairro da Penha também podem ser encontradas em outros sites como do Estadão, Identidade SP entre outros com menor visibilidade.

Até mesmo o blog do Departamento do Patrimônio Histórico já divulgou artigos como a publicação de julho de 2016, “Conheça o patrimônio histórico da Penha, uma das primeiras freguesias da cidade” que apresenta a história das principais construções do bairro.

Além dessas reportagens foi possível encontrar vídeos com registros de referências culturais, narrativas históricas e sobre o cotidiano presente. Entre os vídeos encontrados na plataforma *Youtube*, se destacam o “Bairro da Penha em São Paulo, Brasil⁵⁵” do canal “Histórias para Viajar” e o vídeo “O que fazer em São Paulo – Região Penha⁵⁶” do canal “Movimentos por Monique Carmona”, que realizam um “tour” cultural pelo bairro. Especialmente no segundo vídeo é visitado e apresentado o Memorial da Penha, o Shopping da Penha, as igrejas da Penha, o Centro Cultural da Penha, bem como pontos gastronômicos famosos da área como o Bar do Jão, a vinícola Lucano, o Mercado Municipal da Penha e a Padaria Requite.

⁵⁵ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vlesy4CEufg> > Acesso em: 03/01/2020.

⁵⁶ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zo4GDfmNcpk> > Acesso em: 03/01/2020.

No canal do *youtube* Guia Penha Online, existem vídeos entrevistando líderes da região como Francisco Folco (Memorial Penha de França), Júlio Cesar Marcelino (MCP), Carlos Casemiro (Comunidade do Rosário), entre outras figuras vinculadas a algum tipo de ação importante para região. Tal canal possui 70 vídeos publicados. Já em canais como os do Movimento Cultural da Penha, Sá Menina Produções Artísticas e Sem Cortes Filmes é possível visualizar vídeos de eventos realizados no bairro da Penha, como a Festa do Rosário, as rodas de samba e outras produções culturais da região, como o documentário “Territórios de Ururay”, encontrado no canal do Movimento Cultural da Penha que exhibe alguns patrimônios culturais da zona leste, entre eles, a igreja do Rosário dos Homens Pretos e as escolas Santos Dumont e Nossa Senhora da Penha.

Sempre que buscávamos o termo “bairro da Penha” + “SP” + “patrimônio cultural”, destacavam-se sites e blogs vinculados à algum grupo ou instituição voltada para a questão da memória do bairro, bem como reportagens referentes ao seu tombamento.

Importante destacar que alguns sites devem ser avaliados com cautela, sempre se atentando para as fontes em que foram obtidas as informações publicadas. Sites como São Paulo in Foco, Identidade SP e São Paulo antiga, por exemplo não mencionaram as fontes consultadas para produção de suas matérias o que impossibilita a veracidade e confiança para sua utilização. Na reportagem do Identidade SP, por exemplo, uma leitora chamou atenção para fatos equivocados da reportagem:

Sou pesquisadora e representante da Comissão da Igreja Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Peço por gentileza que faça uma revisão do trecho do texto: "são realizadas homenagens a personalidades negras, com moradores do bairro e região que se vestem como os escravos e assistem a missa acorrentados.". O trecho foi escrito sem o devido cuidado e conhecimento sobre a Festa do Rosário da Penha e infelizmente é bastante ofensivo. Acredito que não houve essa intenção por parte dos organizadores deste site e sugiro que busquem mais informações no nosso blog: <http://largodorosario.blogspot.com.br/>. (P.F.A. apud IDENTIDADE SP, 2017)⁵⁷

Ressaltamos que a intenção deste trabalho não é utilizar esses textos como fontes bibliográficas para complementar a história do bairro, uma vez que os levantamentos bibliográficos ocorreram amparados em trabalhos acadêmicos e de memorialistas reconhecidos, mencionados no capítulo 3. A intenção é analisar tais reportagens do ponto de vista do que se pode obter de informações sobre a percepção da sociedade sobre o bairro. De acordo com Atique (2016 p. 151), essas fontes virtuais são “ótimos termômetros do ambiente social em que foram publicadas”, uma vez que expressam a opinião pública e fomentam discussões entre

⁵⁷ Disponível em: < <http://identidadesp.com.br/penha-de-franca/> > Acesso em: 03/01/2020.

peças reais que vivenciam um território e se encontram, também, no espaço virtual. Dessa maneira aproxima a visão da sociedade às investigações do pesquisador.

Tais publicações, sejam em forma de textos ou vídeos enfatizam referências culturais, narrativas históricas e o cotidiano presente, transmitindo a percepção desses autores, grupos e agentes sobre a área. Essa breve pesquisa já aponta algumas informações, concentrando assuntos similares como: a importância da localização da Penha para a cidade de São Paulo; uma ocupação de colina fortemente presente na paisagem do bairro; o patrimônio religioso da Penha; a presença dos comércios dos mais variados ramos; a diversidade construtiva de seus edifícios; a presença de alguns lugares tradicionais no bairro e; as produções artísticas e culturais relacionadas ao bairro e muitas vezes vinculadas ao patrimônio penhense.

Além disso, alguns *websites* e *blogs* permitem que o leitor interaja com o autor da publicação, enviando mensagens públicas no final de cada texto. Como exemplo, o blog “São Paulo Antiga” administrado pelo jornalista Douglas Nascimento, traz 16 reportagens sobre edifícios antigos ou demolidos no bairro, desde agosto de 2009, até o momento. Em seu blog temos acesso a opinião de muitos moradores sobre o abandono das construções mais tradicionais do bairro por meio dos comentários dos leitores.

A matéria publicada no dia 21 de abril de 2010, sobre o antigo seminário da Penha cujo título é “Só cristo salva o seminário da Penha?⁵⁸”, relatando o conflito em que se instaurou sobre a construção, são postadas algumas mensagens por leitores que demonstram a indignação pelo descaso dado à sua proteção:

É uma pena que as autoridades, que formam os conselhos de preservação do patrimônio da cidade de São Paulo, não estejam atentas a este crime anunciado contra o antigo seminário da Penha. Com certeza o assunto está envolvendo muito dinheiro! Infelizmente a memória urbanística deste bairro ficará registrada, para as futuras gerações, apenas por meio de fotos amareladas pelo tempo! (P.P. apud SÃO PAULO ANTIGA, 2010, *online*)⁵⁹

Não nasci na Penha, mas faço parte dela, pois moro aqui há muito tempo. Sinto-me agredida por tamanha insensatez. O povo penhense deve lutar por seu patrimônio. Ver um espaço tão belo de rica história demolido, é perder a identidade de seu povo. (M.C.L. apud SÃO PAULO ANTIGA, 2010, *online*)⁶⁰

A partir desses depoimentos é possível perceber um vínculo entre os usuários da região com o local, revelando um valor afetivo pela construção:

⁵⁸ Anexo D

⁵⁹Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/so-cristo-salva-o-seminario-da-penha/>> Acesso em: 02/10/2019.

⁶⁰Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/so-cristo-salva-o-seminario-da-penha/>> Acesso em: 02/10/2019.

Fui criada na Rua da Penha, onde morou por muitos e muitos anos, a família de meu Pai – família WOLFF -. Guardo com muito carinho as melhores lembranças desse Seminário, bem como da Igreja da Penha, onde se casaram minhas tias e primas e onde foram batizados seus filhos(as) e inclusive eu....!!! (M. Z. W. apud SÃO PAULO ANTIGA, 2010, *online*)⁶¹

Cresci na Penha, frequentei o Seminário quando ainda era Seminário, minha mãe nos levava para brincar lá aos cuidados da Irmã Lindaura (que época boa), conheço muita gente na Penha e ajudarei nessa luta para preservar o Seminário. (C. F. R. apud SÃO PAULO ANTIGA, 2010, *online*)⁶²

Em outros depoimentos percebe-se um desejo, em ressignificar o seminário nos tempos atuais, aspirando um novo uso social, sem que seja necessária sua demolição:

A Penha é tão carente de áreas culturais e de lazer. Acho que poderiam, por exemplo, alguns arquitetos do bairro se unirem e elaborarem um projeto de preservação e nova utilização do prédio a ser doado ao Município. Empresas atuantes na região poderiam montar uma parceria com a Prefeitura e auxiliar na execução da obra. Acredito ser essa uma saída para evitar esse disparate de derrubada do antigo seminário. (R. apud SÃO PAULO ANTIGA, 2010, *online*)⁶³

No mesmo blog, no dia 29 de maio do mesmo ano, um novo texto cujo título é “Maioria é favorável à preservação do seminário da Penha”, relata a mobilização ocorrida no centro histórico da Penha, trazendo o resultado de uma enquete com 177 participantes realizada na mesma ocasião pelos organizadores do blog. Segundo a notícia 91% se declaram a favor do tombamento do edifício.

Os blogs também são muito utilizados por associações de bairro. No caso do bairro da Penha, além dos *blogs* relacionados a divulgação do comércio da região como a Revista City Penha e o Guia Penha Online, coletivos como o Movimento Cultural da Penha e o Memorial da Penha também alimentam essas plataformas em paralelo com as suas divulgações em sites de redes sociais.

O Memorial da Penha além de seu blog que traz parte do acervo histórico digital da associação, possui também um *website* onde divulga os cursos oferecidos no memorial, bem como notícias sobre exposições, premiações e atividades no bairro da Penha.

Já o Movimento Cultural da Penha, o Grupo Ururay e a Comunidade do Rosário, publicam periodicamente notícias relacionadas as atividades realizadas por esses coletivos conjuntamente divulgadas em outras plataformas digitais como o Instagram e o Facebook, ferramentas fundamentais para reunir o público interessado em seus conteúdos e trabalhos.

⁶¹Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/so-cristo-salva-o-seminario-da-penha/>> Acesso em: 02/10/2019.

⁶² Todos os depoimentos com referência à SÃO PAULO ANTIGA estão disponíveis em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/so-cristo-salva-o-seminario-da-penha/>> Acesso em: 02/10/2019.

⁶³Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/so-cristo-salva-o-seminario-da-penha/>> Acesso em: 02/10/2019.



Figura 31. . Algumas das publicações encontradas na página da rede social Facebook do Grupo Ururay. Fonte: Facebook (2019).



Figura 32. Algumas das publicações encontradas na página da rede social Facebook do Movimento Cultural da Penha. Fonte: Facebook (2019).

Apesar de não ser o enfoque deste trabalho, esses coletivos também trabalham com divulgação em outras plataformas de redes sociais, como é o caso do *Instagram*, rede social que vem crescendo no país, principalmente entre os jovens. O objetivo, também é divulgar as ações e trabalhos dos coletivos, aumentando o número de engajamento na internet.

São nos *sites* de redes sociais onde se percebe maior amplitude de referências e conteúdos registrados por qualquer indivíduo que, de alguma forma, se relacionam com o bairro – associações, empresas, moradores e frequentadores da área. Como já, definido, este trabalho se concentrou na rede social Facebook, pela sua abrangência de público e diversidade de formas de trabalho.

Em uma rápida busca na rede sobre o bairro da Penha, é possível encontrar um número considerável de perfis, grupos e páginas que variam em quantidade de usuários. Enquanto algumas possuem um pouco menos de mil usuários, outras chegam a quase 20 mil.



Figura 33. Alguns dos "perfis", "grupos" e "páginas" encontrados no site de rede social Facebook cujo assunto principal está relacionado ao bairro da Penha. Fonte: Facebook (2018).

As páginas e grupos são voltadas a temas diversos destacando a história do bairro, eventos e festejos organizados no bairro, propagandas dos comércios da região e, em alguns casos, foram encontrados posts relacionados a questão de segurança do bairro. Foi percebido uma grande quantidade de grupos voltados para vendas e trocas de produtos na região, no entanto, dando continuidade ao enfoque desta pesquisa, destacaremos aquelas comunidades voltadas a valorização do patrimônio cultural do bairro e percepção de seus moradores e frequentadores.

Analisou-se as publicações do grupo com maior visibilidade e engajamento na rede social, o grupo “Bairro da Penha – São Paulo”, criado em 2012, atualmente com mais de 35 mil membros. O grupo se volta às discussões sobre eventos, compartilhamento de fotos e narrativas sobre o bairro. Os administradores não permitem anúncios comerciais, facilitando que não se perca o foco de discussão principal do grupo: o cotidiano do bairro.

Avisos

 **Edleon Elji Sugane** compartilhou uma Página.
Administrador · 17 de setembro de 2014 · São Paulo

REGRAS E DEFINIÇÕES

Grupo para divulgação do Bairro da Penha, SP. Dicas culturais, datas, enfim, o que tiver de bom para o bairro!

A princípio, o objetivo é discutir como melhorar, como discutir e como lembrar de coisas boas do bairro.

CURTA TAMBÉM A NOSSA FANPAGE:
<https://www.facebook.com/bairrodapenhasp/>

PARA ENTRAR NO GRUPO, RESPONDAM ÀS QUESTÕES DE ENTRADA!

Aqui no grupo é permitido:

- Publicar fotos antigas e recentes do bairro;
- Mostrar lugares conhecidos da Penha;
- Debater o bairro da Penha;

O que **ESTÁ PROIBIDO** aqui no grupo:

- levar a discussão para políticos e partidos - **DELETAREMOS O COMENTÁRIO IMEDIATAMENTE.**
- não vai rolar falta de educação, agressividade gratuita, pornografia - **DELETAREMOS O COMENTÁRIO IMEDIATAMENTE;O PUBLICANTE SERÁ ANALISADO E PODERÁ SER EXPULSO.**
- assédio moral, sexual, racial - **DELETAREMOS O COMENTÁRIO IMEDIATAMENTE E O PUBLICANTE EXCLUÍDO SUMARIAMENTE!**
- assuntos fora do que for ligado ao bairro da Penha.

ANÚNCIOS COMERCIAIS, PROIBIDO!

Para anúncios, entre nesse grupo:
<https://www.facebook.com/groups/1808057919241070/>

falar em privado com os Adms do grupo. Somente admitiremos algum anúncio em caso de exceção, beneficente, ou casos analisados pela adm do grupo.

Anúncios de interesse público serão liberados.

Não faremos apologia, elogios ou críticas políticas, religiosas e esportivas.



Bairro da Penha - São Paulo
Negócio local · 1.335 curtidas



Curtiu

   793

108 comentários 21 compartilhamentos

Figura 34. Regras do Grupo Bairro d Penha - São Paulo. Grupo com maior número de usuário do bairro. Fone: Facebook (2019).

No entanto, apesar da não divulgação comercial, analisando as postagens deste grupo foram encontradas, em sua maioria, muitas discussões sobre denúncias de empresas que apresentam um serviço insatisfatório, diversas postagens voltadas à adoção e procura de animais de estimação, procura de imóveis para venda ou aluguel, bem como a procura dos mais variados tipos de serviços e ofertas de emprego.

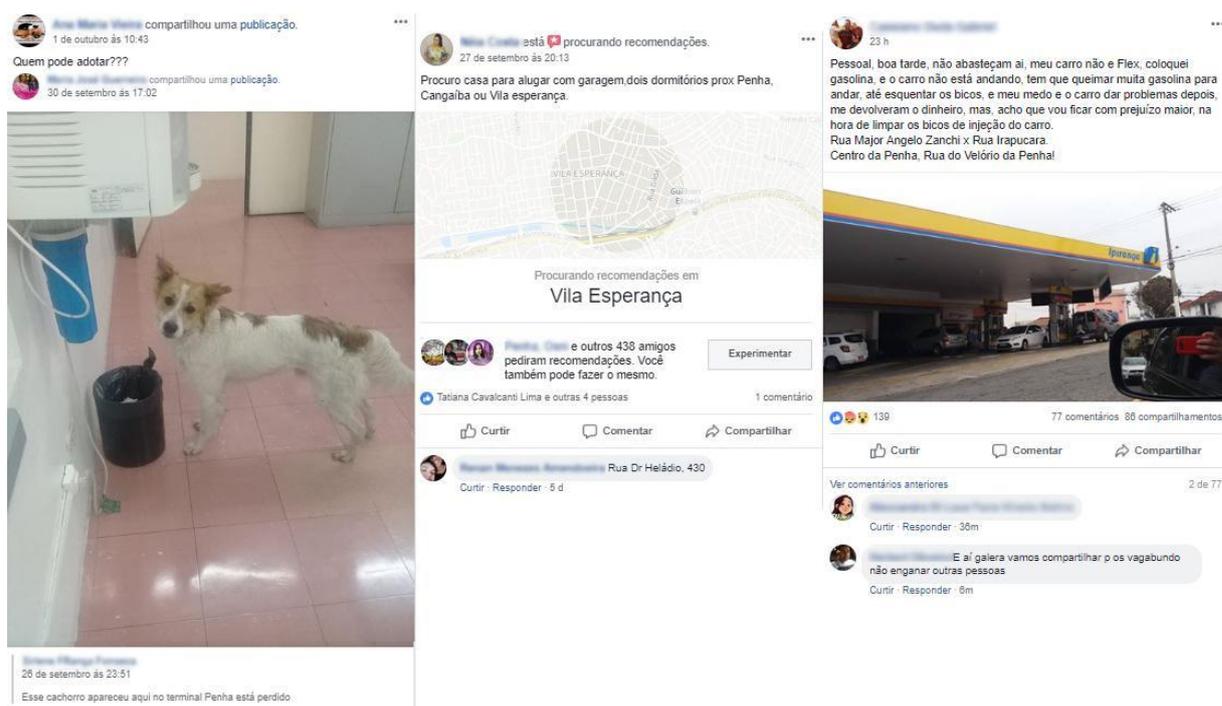


Figura 35. Algumas das postagens mais recorrentes dentro do grupo Penha Bairro -SP. Fonte: Facebook (2018).

No mesmo grupo são compartilhadas notícias sobre eventos que ocorreram no bairro reproduzindo muitas vezes notícias das páginas, também existentes do Centro Cultural da Penha, Shopping Penha, Guia Penha Online, entre outras instituições.



Figura 36. Postagens sobre eventos. Fonte: Facebook (2018).

Ainda foi possível encontrar discussões sobre narrativas históricas dos moradores, fatos históricos sobre o bairro e compartilhamento de fotos antigas da região. Essas postagens apresentam um alcance de visualizações elevado, apresentando números consideráveis de “curtidas”, trocas de mensagens e compartilhamento em outras páginas e perfis. Essa interação possibilita um amplo conteúdo de relatos e impressões dos moradores e frequentadores do bairro da Penha a partir das suas experiências vividas na área.

Para se chegar à essas discussões, na janela de pesquisa, foram digitadas palavras como “história”, “memória”, “cultura”, “patrimônio”, “recordação”, “lembança” e “tombamento”. Como o número de publicações é enorme, criou-se um filtro para visualização das publicações com mais relevância, ou seja, as que tiveram maior engajamento com o público do grupo.

É o caso da publicação “Qual foi a recordação que a Penha deixou na sua vida”, que teve 363 curtidas, 463 comentários e 54 compartilhamentos, postada em 2017:

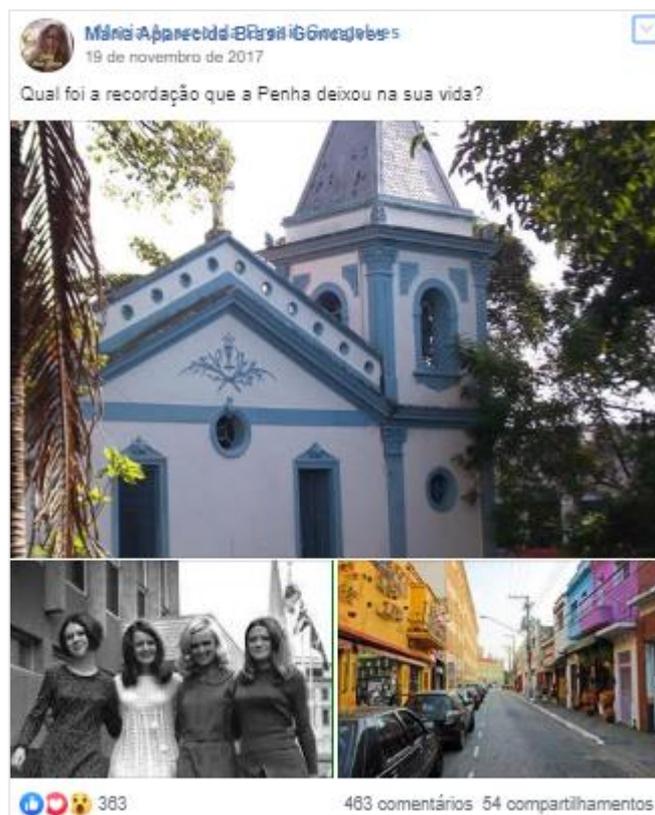


Figura 37. Publicação sobre recordações no bairro da Penha no grupo “Bairro da Penha – São Paulo.

Fonte: Facebook (2019).

Entre os comentários, destacam-se lembranças como casamentos, dos tempos de escola, das festas religiosas, eventos no Clube Esportivo da Penha, recordações dos antigos cinemas, casas de bailes, pequenas lanchonetes e bares, entre outros lugares que muitas vezes conheceram seus atuais parceiros e formaram suas famílias:

Ainda moro na Penha mas lembro que lá pelos 12,13, 14 anos a gente esperava ansiosamente pela festa da Nossa Senhora da Penha, que naquela época (início dos anos 90) eram muito boas. Tinha uma lanchonete na Ladeira da Penha, o Esfihão que tinha uma Jukebox com vários CDs legais. Acho que frequentava lá por volta dos anos de 94-96. Led Slay e o open bar com aquele vinho vagabundo e horroroso, era pedir para morrer por causa da ressaca no dia seguinte. (...) Temos inclusive a Igreja dos Homens Pretos da Penha, que consta na foto do post (sic), que foi construída com a porta de entrada na direção contrária da entrada da igreja velha, em protesto pois na época não permitia a entrada de negros para participarem das celebrações.(T.R. apud FACEBOOK, 2017)⁶⁴

Nasci no Hospital Nossa Senhora da Penha, e hoje moro no Cangaíba, mas lembro da minha mãe trocando mercadoria nas lojas do Baú, os passeios no cinema onde assisti pela primeira vez o filme dos trapalhões, o grupo Sérgio, a antiga rodoviária que hoje é o shopping. Saudades! (L.T. apud FACEBOOK, 2017)⁶⁵

Meus tios da loja Celso Magazine que moravam em cima da loja, como era costume da época, davam festas aos domingos nos fundos do salão que era enorme. Gostava de comprar sapatos nas lojas da R. Padre Joao. Fiz estágio quando aluna na Conselheiro, no Barão de Queiroz. Sem contar que meus pais moravam na divisa da

⁶⁴ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/>> Acesso em: 03/01/2020.

⁶⁵ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/>> Acesso em: 03/01/2020.

Penha com Guarulhos quando nasci. Meus pais se casaram na Penha e eu fui batizada na Igreja, hoje, Santuário da Penha e eles estão sepultados no cemitério da Penha. Sou penhista ou penhense com muito orgulho. (M.P.S.D. apud FACEBOOK, 2017)⁶⁶

Sou de Fortaleza, moro na Penha há 40 anos, criei raízes. Casei com um paulista. Amo a Penha de paixão, as igrejas, clube esportivo da Penha, teatro, jornal Gazeta Penhense que faz parte da história da Penha e a quem tenho uma enorme gratidão. Eu sou da Penha! (M.G.B. apud FACEBOOK, 2017)⁶⁷

Em geral, a maioria das mensagens voltadas para esta discussão possuem uma ênfase nostálgica. Contudo, esses relatos proporcionaram um armazenamento *virtual* de narrativas, bem como de fotografias – antigas e atuais – do bairro que, de alguma forma, perpetuam essas memórias no tempo: “As memórias de cada um dos moradores ficam e montam uma história do bairro”; “Nosso bairro tem bastante história para ser recontada”. (apud FACEBOOK, 2017)⁶⁸

Há por exemplo, diversas postagens de fotografias em preto e branco de lugares que foram importantes por um período no bairro e que hoje não existem mais. Chama-se atenção aos colégios Liceu Santo Afonso, Ateneu Ruy Barbosa e antigos cinemas.



Figura 38. Exemplo de algumas postagens de referências antigas do bairro que não existem mais.

Fonte: Bairro da Penha – São Paulo, Facebook (2019).

Outros participantes do grupo enfatizam lugares referenciais ainda existentes:

⁶⁶ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

⁶⁷ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

⁶⁸ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

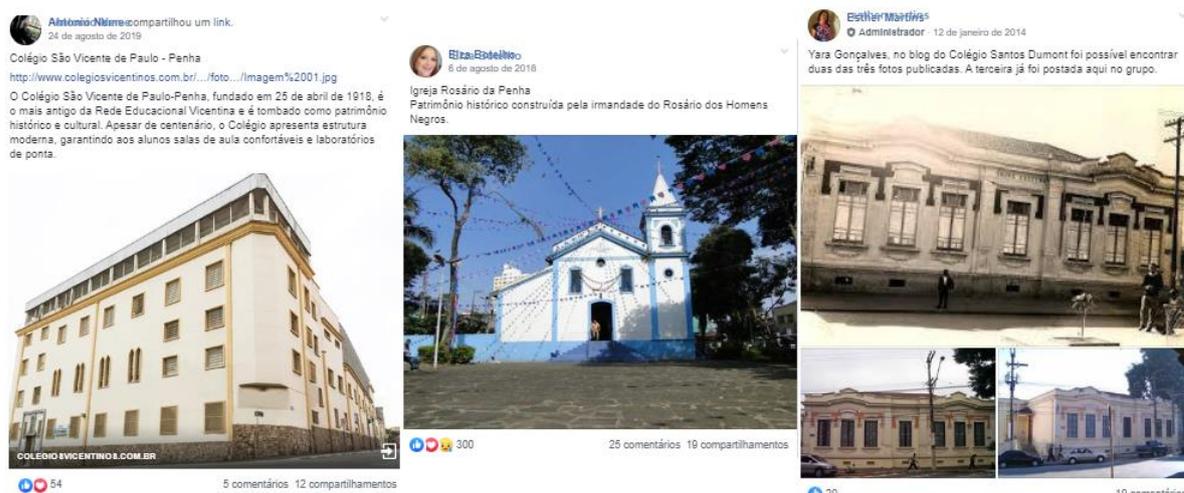


Figura 39. Exemplo de postagens que identificam lugares significativos no bairro da Penha, ainda presentes no bairro. Fonte: Facebook (2019).

Algumas publicações chamam atenção para o abandono, deterioração ou até destruição de alguns lugares:

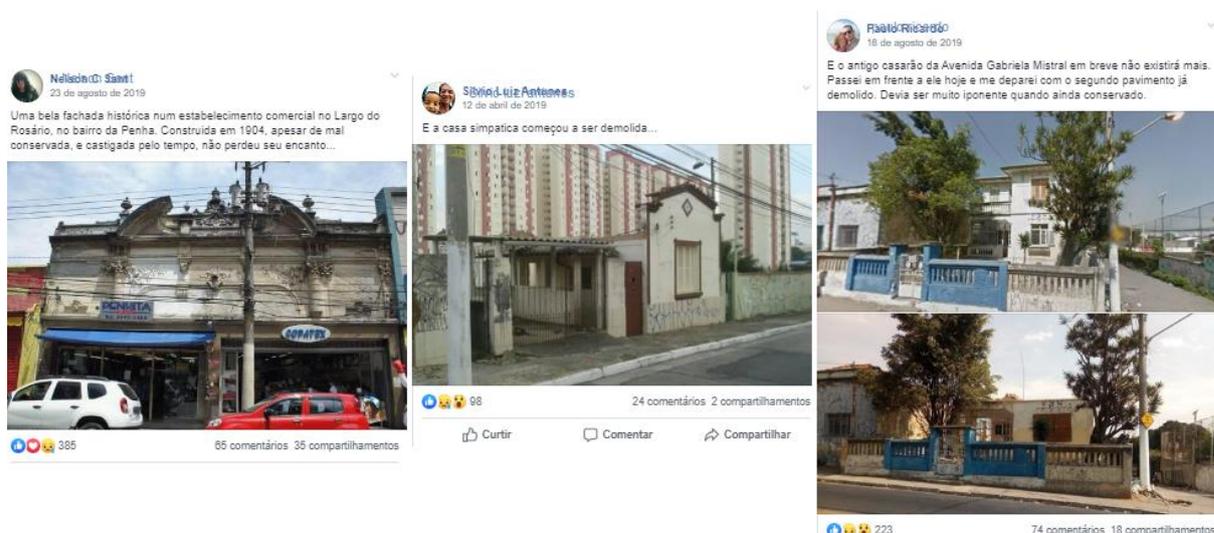


Figura 40. Postagens com queixas de lugares malconservados ou com ameaça de demolição. Fonte: Facebook (2019).

Em relação ao antigo seminário da Penha, foram contabilizadas, 19 publicações sobre o edifício no grupo. A maioria, chamando atenção para sua má conservação e abandono:



Figura 41. . Publicações referente ao antigo seminário da Penha. Fonte: Facebook (2019).

Entre os comentários, destacam-se lembranças dos moradores sobre suas experiências neste lugar:

Quando criança, eu andava de bicicleta no jardim oval da frente. (E.S.C. apud FACEBOOK, 2019)⁶⁹

Trabalhei neste prédio quando fazia parte do hospital da Penha e conheço este prédio muito bem por dentro e sei que daria um ótimo albergue maravilhoso para moradores de rua além de ter espaço para cursos profissionalizantes. (L.F. apud FACEBOOK, 2017)⁷⁰

Eu estudava no colégio Santos Dumont no Largo 8 de Setembro, na parte da tarde ia ao Seminário, pois fazia parte do Coral infante juvenil, para as missas de Domingo à tarde, também fazia as lições do período da manhã nesse local memorável. Este patrimônio arquitetônico do bairro, precisa ser melhor aproveitado devido a sua importância para o local. (P.G. apud FACEBOOK, 2018)⁷¹

Outros comentários procuram informar a situação atual do edifício ou buscam a partir da internet chamar atenção dos responsáveis pelo edifício:

Está fechado há anos. Quase foi demolido a uns dois anos atrás. Pretendiam construir três torres de apartamento. Alguns moradores fizeram uma campanha para preservá-lo. Não foi demolido como podemos ver, está dentro de uma área de preservação. Atualmente seu quintal é utilizado como estacionamento. Desejo para que haja o interesse de alguma Universidade para ocupar este prédio. Seria ótimo para a Penha. (P.A. apud FACEBOOK, 2015)⁷²

Seria interessante e conveniente um posicionamento dos responsáveis da Basílica Nossa Senhora da Penha, visto que esse imóvel é patrimônio histórico e arquitetônico do bairro e de certo modo eles tem alguma ligação com o imóvel. (F.V.B. apud FACEBOOK, 2018)⁷³

⁶⁹ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

⁷⁰ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

⁷¹ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

⁷² Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

⁷³ Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/penhasp/> > Acesso em: 03/01/2020.

Foram encontradas, também, publicações sobre o bairro da Penha em outros grupos relacionados a memória da cidade de São Paulo como o grupo “Memórias Paulistas” e “O Passado Paulistano”, destacando a importância do bairro para a cidade como um todo:



Figura 42. Postagens realizadas pelos próprios moradores ou usuários do bairro da Penha encontradas na rede social Facebook. Fonte: Facebook (2019).

As publicações encontradas nas páginas, em geral tem um caráter muito parecido: propagandas, eventos do bairro, bem como manifestações relacionadas à história, memória e identidade da região. A diferença é que neste caso também foram encontradas páginas do Centro Cultural da Penha, Shopping Penha, das escolas do bairro, igreja, de diversos comércios e outras infinitudes de lugares que buscam divulgar seus trabalhos, compartilhar eventos e atividades.

De acordo com Levy (1999), o termo virtual corresponde a “toda entidade desterritorializada, capaz de gerar manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo particular” (LEVY, 1999, p. 49). No caso da Penha, através das redes sociais é possível identificar diversas possibilidades de assuntos relacionados à região: um bairro virtual que funciona independente do seu espaço físico. Em relação ao seu patrimônio cultural, foi possível encontrar diversas manifestações no ambiente virtual, seja por meio de notícias, blogs e principalmente nas redes sociais.

Existe uma amplitude de informações e formas de disseminação de informação. Percebe-se que os coletivos vinculados com o patrimônio buscam estar presentes nesses ambientes, criando conteúdos digitais o tempo inteiro. Já o usuário habitante interage comentando, compartilhando e reagindo às publicações relevantes para ele.

A ideia foi mostrar um panorama geral do que pode ser captado dentro dessas plataformas. Devido ao alto número de informações disponibilizadas, palavras chaves são essenciais para criar “filtros” dentro do ambiente virtual, direcionando melhor o pesquisador aos assuntos que mais se alinham aos seus interesses. Nesta segunda parte da análise, por meio da aplicação de questionário, faremos um caminho reverso em que o “pesquisado” será direcionado às perguntas de interesse do pesquisador.

4.3. A retomada da página “Penha de França Transformações e Permanências”

Ao dar continuidade à pesquisa sobre o bairro da Penha resgatou-se o perfil criado em 2015. Neste momento, o perfil já não possuía mais seus 597 amigos como em 2015, mas o número de amizades aumentara para 5mil, sendo a quantidade máxima de contatos permitido pelo Facebook por perfil.

Todavia, o que não havia sido atentado, na época, é que de acordo com as normas do Facebook, um “perfil” não pode se referir a algo público, ou seja, um grupo, uma marca, ou no nosso caso, um bairro. Nesses casos, o usuário deve criar uma “página” ou um “grupo” para reunir usuários interessados sobre o assunto. Essa confusão comumente ocorre no Facebook que, devido a irregularidade, passou a bloquear perfis que se passam por algum tipo de entidade. Ao acessar novamente o perfil do bairro, alguns avisos da empresa de que ele poderia ser bloqueado começaram a aparecer e era sugerido que o perfil se transformasse em uma página.

Com o intuito de não perder todos os usuários conectados ao perfil devido ao seu número significativo, optou-se pela migração proposta pelo Facebook. Contudo, não era possível mudar seu nome, continuando como “Penha de França, Transformações e Permanências”.

A partir da página, um novo questionário foi aplicado durante 4 meses e meio, do dia 15 de novembro de 2018 ao dia 05 de abril de 2019, com alguns intervalos entre esse período. Os questionários eram divulgados na rede social, através de postagens na página. Desta vez, não foram enviadas mensagens de modo privado, pois essa é uma opção não permitida em uma página. No entanto, o alcance das postagens se mostrou muito maior e menos complexa do que o envio de mensagens individuais para cada usuário.

Uma publicação no Facebook pode ter o número de alcance e engajamento comprometido de acordo com o horário e dia em que é postada. Além disso, seu alcance se torna relevante apenas no dia da postagem, uma vez que o tempo todo novas publicações são

colocadas na rede se sobrepondo às postagens mais antigas que passam a perder relevância e engajamento. Contudo, o Facebook dispõe da opção de “impulsionar” publicações. Esse “impulsioneamento” possibilita que a publicação seja visualizada pelos seguidores da página todos os dias em diferentes horários de forma automática.

Na possibilidade de aumentar o número de engajamento com o questionário, a publicação que foi postada pela primeira vez no dia 18 de dezembro, foi impulsionada uma vez por mês, por 14 dias cada mês, durante os quatro meses em que o questionário ficou disponível para preenchimento.

A opção por aplica-los on-line e não presencialmente ocorreu devido a flexibilidade do participante poder escolher o momento em que achar mais oportuno de responder as perguntas e pela própria possibilidade de se alcançar um número maior de participantes.

De acordo com os resultados apresentados pelo Facebook, a publicação para o questionário alcançou um número de 14.954 pessoas e 2.667 “envolvimentos” referentes às “curtidas”, “comentários” e compartilhamentos. Esses números incluem os envolvimentos tanto com a publicação original quanto nas publicações que foram compartilhadas. Apesar de terem sido recebidos 221 formulários preenchidos, a publicação gerou 1.182 cliques no link que direcionava ao questionário.

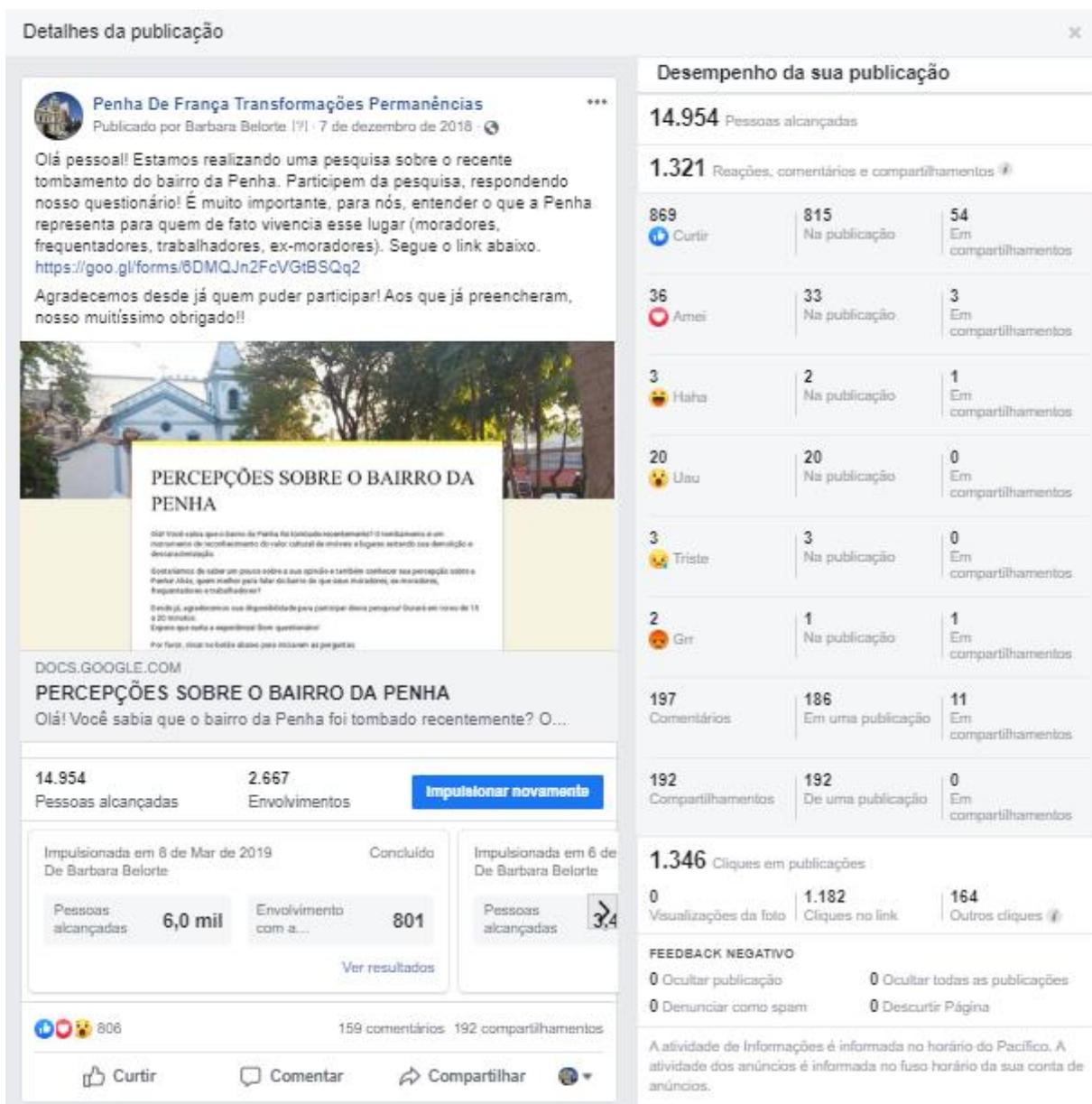


Figura 43. Desempenho total da publicação realizada através da plataforma Facebook. Fonte: Facebook (2019).

4.4. Construindo um questionário on-line

Ao analisar uma ficha de inventário realizada pelo órgão de preservação municipal de São Paulo, percebe-se dados que, apesar de necessários, não incluem toda a dinâmica social que constitui um território. Essas fichas fundamentam-se basicamente no levantamento de bens materiais abrangendo seu uso, data de construção, alterações, estado de conservação, dados de ambiência e dados históricos. Em estudos de conjuntos urbanos, também é incluído alguns dados de visuais do local. Pouco se percebe a presença do habitante e os valores que são relevantes para ele. Não se exploram entrevistas, narrativas orais, questionários ou qualquer

outro tipo de envolvimento com os grupos que vivem esses locais no dia a dia. São inventários pautados no conhecimento técnico.

Antes da formulação das perguntas para o questionário, nos amparamos na compreensão do que seria um questionário, quais suas potencialidades e limitantes.

Uma das desvantagens é a ocorrência da interpretação errônea de algumas perguntas. Além disso, a atividade *on-line* não oferece garantia de seu preenchimento completo e exclui analfabetos.

Para Gilli (2008), uma apresentação é de extrema importância em casos de questionários não presenciais, pois deve conter todas as informações necessários para que o participante não tenha dúvidas sobre o que e como deve responder. Apesar do autor recomendar questionários com poucas perguntas, de forma que ele não fique cansativo, optamos por formular algo mais extenso, que nos desse um retorno mais completo sobre as informações que buscássemos aferir.

Dessa forma o desafio era proporcionar uma experiência agradável para que o participante não se cansasse antes do envio do formulário. Portanto, as perguntas foram formuladas em sete etapas, o que deu a impressão de ser um questionário mais breve. Em cada etapa explicávamos o que se pretendia abstrair e o porquê queríamos que as questões fossem respondidas. A plataforma escolhida para a aplicação do questionário foi o *Google Forms*. Através das postagens, os interessados eram direcionados à plataforma através de um link disponibilizado junto à chamada para participação. A postagem gerou 807 curtidas, 186 comentários e 192 compartilhamentos (Anexo H).



Figura 44. Publicação realizada no Facebook para atrair interessados para preencherem o questionário. Fonte: Facebook (2019).

Já na publicação, por meio dos comentários foi possível perceber um vínculo forte entre o bairro e os usuários da região. A postagem recebeu diversos comentários que abordavam características positivas em relação ao bairro, se referindo à área como “cativante”, “minha casa” e um “lugar maravilhoso”. A identificação de narrativas relacionadas à vida dessas pessoas deixa clara como ocorre essa construção de memórias relacionadas à área. Nos comentários os usuários se identificam com o bairro por ser o local onde nasceram, estudaram, casaram e formaram suas famílias:

Eu amo a Penha. Meus filhos nasceram e foram criados na Penha. Toda a minha história de vida, a protagonista é a Penha. Amo morar na Penha. (M.P. apud FACEBOOK, 2019)

Sou nascido e criado na Penha. Aprendi a nadar no Rio Tietê, joguei muita bola na Hortolândia onde hoje é o metrô Penha que nada tem a ver com a Penha. Sou morador da Rua Betari. Tem muita coisa para lembrar. Um abraço a todos os penhenses. (A.S. apud FACEBOOK, 2019)

Ainda que em número muito inferior, alguns comentários negativos relacionados ao tombamento do bairro também surgiram. Todavia são queixas comuns encontradas em qualquer local em que haja urbanização e relacionadas à setores diferentes do poder público:

Tombar? Tinha sim é que arrumar os buracos das ruas, podar árvores, limpar as pracinhas, recolher o lixo espalhado pelo bairro, limpar os córregos. Tanta coisa para

se fazer e os caras para conseguirem mais grana para corrupção querem fazer tombamento histórico. Ah! Faça-me o favor! Vai administrar a Penha e justificar esse IPTU absurdo que nos cobram. (P.A., apud FACEBOOK, 2019)

Buscando dar ao habitante uma presença menos etérea, tal como defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses (2017), procurou-se, na elaboração do questionário, incorporar perguntas que instigassem outros atributos. Dessa maneira, novas referências de inventários serviram de apoio, abordando aspectos mais contemporâneos e que se aproximam do sujeito local.

O intuito do questionário não foi o de elaborar um modelo de perguntas prontas que possa ser reproduzido em outros lugares, pois cada região deve ser trabalhada de uma forma distinta de acordo com suas especificidades e demandas. Inclusive a própria aplicação de questionários *on-line* através de uma rede social pode não funcionar muito bem para todas as regiões. Uma cidade pequena, por exemplo, com pouco acesso à internet não alcançaria o mesmo resultado que um bairro de uma cidade como São Paulo.

Portanto, as perguntas foram elaboradas especificamente para o bairro da Penha e tiveram como amparo o Inventário Participativo de Referência Cultural do IPHAN. Tal inventário abrange diversas informações recomendadas para serem coletadas. Entre as fichas que devem ser elaboradas destaca-se a ficha do território que abrange dados sobre o bairro, rua, ou espaço urbano identificado, trazendo uma série de informações como a denominação do território (uma vez que um território pode ser conhecido por vários nomes), as referências culturais e geográficas desse território, suas características (paisagens construções, populações e grupos de pessoas), categorias (lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes) e seus dados socioeconômicos.

Nota-se que a noção de patrimônio cultural adotada pelo inventário é bem ampla:

O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como exemplo, citamos a paisagem do bairro; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira. (IPHAN, 2016, p. 8)

Com base nessas fichas foram elaboradas as perguntas do questionário, buscando conhecer o que seria o território da Penha, suas referências culturais, categorias e características. Além disso, buscamos entender o próprio tombamento do centro histórico na visão dos participantes, entendendo a importância e o que esses bens representavam para os penhenses.

Como se tratou de um questionário extenso, as perguntas foram divididas por seções. Na primeira seção, foi inserido um breve texto introdutório cujo objetivo era informar o participante sobre o que se tratava a pesquisa e a importância da sua participação.



PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO DA PENHA

Olá! Você sabia que o bairro da Penha foi tombado recentemente? O tombamento é um instrumento de reconhecimento do valor cultural de imóveis e lugares evitando sua demolição e descaracterização.

Gostaríamos de saber um pouco sobre a sua opinião e também conhecer sua percepção sobre a Penha! Aliás, quem melhor para falar do bairro do que seus moradores, ex-moradores, frequentadores e trabalhadores?

Desde já, agradecemos sua disponibilidade para participar desta pesquisa! Durará em torno de 15 a 20 minutos.
Espero que curta a experiência! Bom questionário!

Por favor, clicar no botão abaixo para iniciarem as perguntas.

PRÓXIMA Página 1 de 7

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Figura 45. Apresentação aos participantes para dar início ao preenchimento do questionário. Fonte: GOOGLE FORMS e formulário elaborado pela autora (2018).

Em seguida, o participante deveria se identificar preenchendo nome, idade, e-mail, endereço e profissão. Essas perguntas possibilitam traçar os perfis de todas as pessoas que responderam ao questionário.

A segunda seção compreendia perguntas relacionadas ao centro histórico do bairro, buscando analisar o que seria, onde se situava e o que esse centro histórico significava na visão dos participantes.

Na terceira seção, foi solicitado que avaliassem o grau de importância dos lugares que foram tombados e protegidos no bairro. Esses lugares foram mostrados através de fotografias. Em um primeiro momento, optamos por perguntas fechadas através de escolhas por alternativas – muito importante, importante, pouco importante, sem importância e não conheço – e, no final, uma pergunta geral questionando o porquê consideravam esses lugares importantes ou, ao contrário, não consideravam.

Pedi-se também para que os participantes indicassem outros lugares que consideravam importantes como referência cultural no bairro, bem como festas e eventos. Afim de verificar algum saber da região, foi perguntado se conseguiam identificar alguma atividade comercial ou industrial tradicional no bairro.

Na sexta seção os participantes eram direcionados as perguntas específicas de acordo com a sua relação com o bairro – morador, ex-morador, trabalhador ou frequentador. As

perguntas buscaram compreender a identidade do bairro e a existência de alguma relação de pertencimento ou vínculo com a área.

Ao morador, indagava-se por que a escolha por morar na Penha, como a Penha fazia parte da sua vida e sobre sua relação de pertencimento. Além disso o morador foi questionado se existia um típico morador penhense e se ele se considerava um penhense. Para os frequentadores, ex-moradores e trabalhadores, perguntava-se como a Penha fazia parte da vida deles e se possuíam algum tipo de vínculo com o bairro.

Por fim, na última seção, todos os participantes eram direcionados a foto do antigo seminário da Penha para responderem sobre as impressões sobre o edifício e se achavam necessário tombá-lo.

Ao todo, foram coletados 221 questionários para análise, sendo que entre as coletas foram feitas modificações em algumas perguntas para que os resultados proporcionassem, no final, uma análise mais esclarecedora. Do dia 2 ao dia 19 de novembro de 2018, foi realizado um primeiro teste na internet disponibilizando *online* o primeiro modelo de questionário elaborado pela autora, referente ao questionário 1 (Apêndice A). Nesse período, foram recebidos 28 formulários. Após análise dos primeiros resultados, foram feitos alguns ajustes nas perguntas buscando respostas que proporcionassem um resultado investigativo mais completo. Do dia 7 de dezembro de 2018 ao dia 20 de fevereiro de 2019, o questionário 2 foi disponibilizado para preenchimento, sendo coletados 142 formulários (Apêndice B).

Como ainda não havia ficado claro para nós, o motivo da importância – ou não – de alguns dos lugares tombados no bairro do ponto de vista dos participantes, foi disponibilizado entre o dia 9 de março ao dia 5 de abril de 2019 um novo questionário. Desta vez, os participantes deveriam avaliar a importância desses bens e justificar suas respostas em formato aberto, ou seja, em cada foto os participantes descreviam suas impressões sobre cada edifício ou lugar apresentado, conforme o questionário 3 (Apêndice C). Nesta etapa, devido a extensão do questionário, não foram incluídas as perguntas específicas para moradores, frequentadores, ex-moradores e trabalhadores e nem as perguntas relacionadas ao antigo seminário da Penha. Foram coletados mais 51 formulários.

Apresentaremos, a seguir, uma análise dos resultados dos questionários com base nas abordagens apresentadas nesta pesquisa, explorando questões como a memória social, representação urbana e valor cultural.

4.5. Análise dos resultados

Apesar dos 221 questionários recebidos, nem todos foram respondidos de forma completa. Esse fato já era esperado, ainda assim, não houve necessidade de dispensar nenhum dos questionários recebidos uma vez que, naqueles em que se constatou abstenção de alguma resposta, mais de 50% das perguntas foram preenchidas, aproveitando o formulário em algum momento da análise.

De imediato, foi analisado o perfil dos participantes: nome, idade, endereço e profissão. Observando a faixa etária dos participantes, notou-se uma predominância de pessoas com idade acima de 40 anos, que somaram 86% dos participantes, se destacando um total de 45% de participantes com mais de 60 anos:

TOTAL		
212 respostas de 221 formulários enviados		
20 A 30 ANOS	12	6%
31 A 40 ANOS	17	8%
41 A 50	29	14%
51 A 60	57	27%
61 A 70	75	35%
71 A 80	19	9%
ACIMA DE 81	3	1%
TOTAL	212	100%

Figura 46. Faixa etária dos participantes. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Dois fatores certamente influenciaram esses números. O primeiro fator se refere à própria ferramenta de pesquisa. Nos últimos anos, o Facebook tem presenciado o abandono da rede social pelos jovens. Ao mesmo tempo, a rede vem sendo cada vez mais utilizada pela população mais velha. Com base nos dados da empresa *We are social*, em 2018, o número de pessoas entre 13 a 34 anos era de 1.420 bilhões, enquanto no ano de 2019, caiu para 1.374 bilhões. Já a população acima dos 35 anos, aumentou de 605 milhões para 747 milhões. Apesar do número de jovens ainda ser surpreendentemente maior, pode se entender que o fato dos jovens possuírem contas ativas no Facebook não significa que elas são utilizadas⁷⁴.

⁷⁴ Mencionamos anteriormente, em nota, diversos fatores que contribuíram para a queda de usuários na plataforma, entre eles, o fato da população usuária da rede ter envelhecido e o Facebook não ter criado artifícios que atraíssem novos usuários que atualmente têm preferido outras redes sociais. De acordo com algumas reportagens, o Facebook, na concepção dos jovens, tem se tornado uma plataforma cansativa com uma quantidade de publicações e conteúdos irrelevantes.

Em matérias veiculadas pelo jornal O Estado de São Paulo⁷⁵, pelo site da Rede Globo⁷⁶ e pela universidade Unisinos⁷⁷, informa-se que a presença da população mais velha está relacionada à inserção desse público no mundo tecnológico, principalmente com o aumento do uso do celular. O Facebook se tornou uma nova maneira de entretenimento para essa geração que vê na ferramenta uma facilidade de acompanhar, mesmo à distância, a vida dos filhos, netos, amigos e familiares.

O segundo fator que pode ter influenciado um número grande de participantes mais velhos está relacionado ao sistema de algoritmo adotado pelo Facebook que direciona a publicação ao perfil que considera dar maior relevância ao assunto. No caso, entende-se que os assuntos relacionados às questões de memória possuem maior interação entre os usuários dessa faixa etária. Conforme o diagnóstico da própria ferramenta sobre a publicação postada, o número de pessoas com idade acima de 50 anos “envolvidas” com a publicação foi bem superior ao número de jovens. Pelo menos 70% dos 2.600 perfis envolvidos com a publicação possuíam mais de 50 anos.



Figura 47. Diagnóstico de faixa etária relacionada às pessoas que tiveram “envolvimentos” com a publicação do questionário. Fonte: Facebook (2019).

⁷⁵ Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,idosos-sao-grupo-que-mais-cresce-no-facebook-imp-,1119861>> Acesso em: 23/11/2019.

⁷⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/11/consultorias-ligam-saida-de-jovens-do-facebook-perda-de-privacidade.html>> Acesso em: 23/11/2019.

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/526148-idosos-sao-os-novos-donos-do-pedaco-na-rede-social>> Acesso em: 23/11/2019.

Há de se levar em conta o fato dessas pessoas – acima dos 50 anos – já viverem há algum tempo no bairro e, por conta disso, já terem criado um maior vínculo com esse território. Essa relação afetiva pode ser observada nas respostas de muitos participantes ao serem indagados sobre o que o centro histórico da Penha significa para eles. Muitos já construíram ou já possuíam famílias na região e se referiam aos lugares da Penha em que estudaram, trabalharam, nasceram, criaram seus filhos, se casaram ou viram seus familiares se casarem, entre outras dinâmicas. São pessoas que viveram ou vivem até hoje no bairro e que acompanharam seu processo de transformação, participando da dinâmica social, comercial e religiosa da área, conforme notado nas respostas dos questionários:

A construção da minha infância, da juventude e da minha vida conjugal. (A. M. C., 96 anos, doméstica, ex-moradora)

Nasci e me criei nesse bairro, estudei nesse grupo, assim como meu pai que era nascido em 1925. Meus avós paternos e maternos, quando da Itália vieram nesse bairro se instalaram. A história de minha família está centrada nesse bairro. (M. V. C., 61 anos, advogada, moradora)

A história de minha vida, as memórias de infância, a paquera da juventude, o beijo escondido no escuro do cinema, o casamento de familiares, os registros de toda a família como casamento de meus pais, do meu casamento, do casamento das filhas, registro dos netos e o óbito de meus pais e marido. Aqui vivi e aprendi a ser cidadã e lutar por minha cidadania. Esse pequeno mundo me ensinou sobre o mundo. (S.R.G., 68 anos, professora de geografia aposentada, moradora)

Essa identificação com o bairro foi observada de maneira distinta nas respostas dos participantes mais jovens. Apesar de não terem esse laço afetivo, são pessoas que reconhecem um valor histórico na Penha e a necessidade de preservação e resgate das origens do bairro, o que também é importante para a própria história da cidade de São Paulo:

Para mim, significa o surgimento do bairro, toda sua história e importância, sendo muito importante também para o conhecimento da cidade de São Paulo. (J.S., 22 anos, estudante, moradora)

Me remete a uma época em que não vivi, mas está presente no ambiente. (C., 22 anos, auxiliar de escritório, frequentadora)

Ao mesmo tempo, entender a história do bairro é o que, para eles, os situa no mundo, fazendo com que criem afinidades com a área:

Nossa história e nossa paisagem conversam com a nossa existência. A nossa afinidade com um local ou espaço quando conhecemos a sua história muda muito, criamos mais vínculos, e ainda mais quando essa história coincide com memórias que temos, aí tudo vira uma coisa só, a história do bairro e nossa história. (N. S. E., 31 anos, arquiteta e artista, moradora)

Independente do perfil dos participantes, seja por idade ou relação com o bairro, o entendimento de qual parte do bairro está associada à ideia de centro histórico da Penha é muito

similar. Para eles, o centro histórico corresponde à área situada no entorno das três principais igrejas da região – Basílica da Penha, igreja Nsa Sra. da Penha e igreja do Rosário, localizadas na colina. Contudo, conforme veremos mais adiante nesta análise, cada igreja tem uma representação muito particular. A Basílica é especialmente lembrada por sua imponência. Já a Igreja Nsa Sra. da Penha, além de representar um portal de entrada para o bairro, tem importância pelo seu próprio uso e pelas memórias que cada participante tem desse lugar.

A igreja do Rosário e seu entorno imediato - Largo do Rosário e comércios –, de certa maneira, mostrou ser o lugar mais presente no imaginário dos penhenses ao definirem o que seria o centro histórico da Penha:

Largo do Rosário e adjacências. (M. F., 81 anos, professora, moradora)

Para mim o centro histórico é o Largo do Rosário, com a Igreja, a Loja Penhita e tantas outras que infelizmente fecharam. (K., 44 anos, autônoma, moradora)

O Largo do Rosário, o grupo escolar "Santos Dumont", localizado no Largo 8 de setembro, a Igreja Santuário de Nossa Senhora da Penha. As casas antigas que ficam só redor desses lugares, pois o resto já demoliram há muito tempo. (M. C., 61 anos, advogada, ex-moradora)

O principal centro histórico é o Largo do Rosário formando o complexo com a Igreja de Nossa Senhora da Penha, Igreja do Rosário, e o atual Santuário. (L. C. C., 71 anos, engenheiro mecânico, morador)

Alguns consideram como centro histórico uma região mais extensa, tendo em vista as principais vias que atravessam o bairro:

O perímetro englobando o Santuário Eucarístico, partindo da Rua Dr. João Ribeiro até a Rua Padre João e, depois, seguindo pela Avenida Penha de França até retornar ao Santuário (o que inclui a Praça Oito de Setembro). (J. M., 55 anos, engenheiro, morador)

Além da ladeira do Rodovalho, praça N.S. da Penha, Igreja N.S. da Penha, largo do Rosário, Capela de N.S. do Rosário e praça oito de setembro (escola); há edificações nas ruas Comend. Cantinho, padre Benedito de Camargo e algumas travessas próximas que merecem atenção. Este é o centro histórico. (J. C. S. B., 65 anos, professor, frequentador)

A linha do trem, Rua Guaiaúna, Mercado da Penha, cemitério da Penha. (N. X., 36 anos, professor, ex-morador)

Os aspectos geográficos do bairro também se revelaram bem característicos:

Acho que principalmente pega da base da ladeira da penha, ali no pontilhão, sobe, passando pelo santuário, largo do rosário e praça 8 de setembro. Tem um braço que desce para basílica da penha até a baixada do metrô penha também que tem aquela casa antiga do ministério da agricultura. (N. S. E., 31 anos, arquiteta e artista, moradora)

Incluíram-se algumas perguntas centradas no perfil de cada participante, procurando entender a relação de pertencimento e identidade deles com a região: morador, frequentador,

ex-morador e trabalhador. Dos 221 formulários recebidos, 106 pertenciam a moradores, seguido por 71 ex-moradores, 37 frequentadores e 7 trabalhadores.

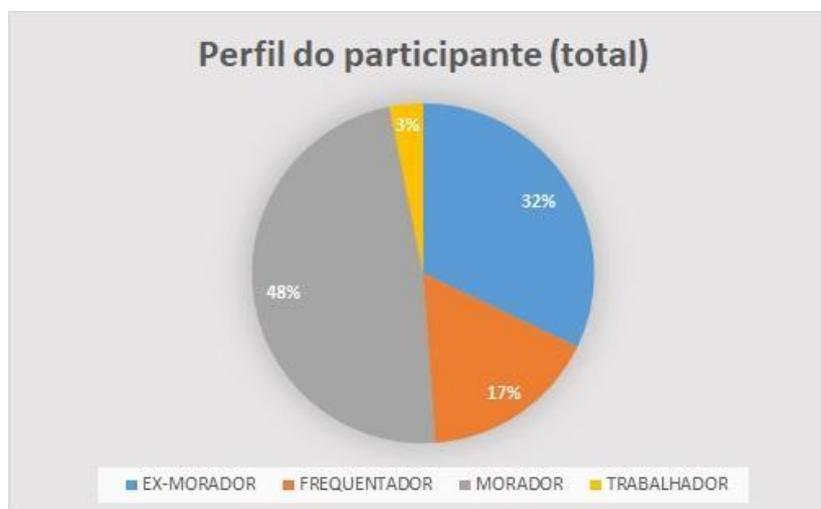


Figura 48. Gráfico traçando perfil do participante. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em relação às perguntas direcionadas aos moradores, percebe-se – assim como assinalado anteriormente, no que refere à idade daqueles que responderam ao questionário – que a maioria deles nasceram na região e fazem parte de famílias que se estabeleceram na Penha por várias gerações, criando importantes laços afetivos com a área:

Minha família tem raízes penhenses. (S., 58 anos, aposentada, moradora)

Foi o bairro que abrigou meus tetravôs vindos de Portugal. (V.P.T., 20 anos, estudante, morador)

Adoro o bairro, moro, trabalho e meus filhos estudam no bairro! Minha família também, e muitos vizinhos são amigos próximos. (G., 27 anos, vendedora, moradora)

Nas respostas é possível identificar, ainda, uma relação de vizinhança muito tradicional: vizinhos que se conhecem de longa data e que estudaram nas escolas do bairro; que consomem nos comércios locais e muito próximos; além de morar em ruas mais tranquilas em alguns pontos do bairro que proporcionam certa qualidade de vida. São características que já não podem mais ser encontradas em outros bairros da cidade, que foram ocupados por grandes condomínios. Além disso, a região possui uma boa estrutura em relação aos seus comércios, serviços transporte coletivo, permitindo que muitos se sintam confortáveis em morar na Penha:

É como morar numa cidade pequena em que todos se conhecem, mas ao mesmo tempo tem todos os problemas da cidade grande. (M.R.R.A., 50 anos, bancária, moradora)

A vizinhança é muito amigável. O comércio satisfatório. Frequento serviços como salão de beleza, oficinas, mecânicas e consultórios médicos e academia além do Clube esportivo. Lazer é precário. (M.A., 50 anos, economista, moradora)

Por ser moradora toda minha vida, não consigo pensar em morar em outro bairro que tenha as características da Penha, onde praticamente tudo pode ser feito a pé. (J.S., estudante, 22 anos, moradora).

A Penha para mim, é o quintal da minha casa. Usei e uso para tudo. (I.F., 61 anos, aposentada, moradora)

Essas particularidades fazem com que o morador se sinta “acolhido” no espaço em que mora, independente da sua idade. A maioria se denomina “penhense”. Contudo, ao serem questionados sobre “quem é o penhense”, nota-se que esta denominação está vinculada a um perfil de morador mais antigo:

Onde moro as pessoas estão no bairro desde 1930! Tenho vários vizinhos que são penhenses natos! Uma senhora fez até a Árvore Genealógica da vizinhança (como uma das primeiras moradoras, anotou quando vieram os vizinhos para a rua, filhos, etc.). (C.V., 57 anos, professora aposentada, moradora)

Acho que tem mais de um perfil de penhense, mas tem uns bem padrões. Principalmente os moradores com mais de 60 anos, que muitos têm uma rotina de hábitos no bairro. Sempre os vejo passar pelo mesmo horário, com o andar tranquilo, mas ativos, bem à vontade, como donos do território. Tem um sotaque que não sei dizer bem, e tem também os que frequentam o clube esportivo da penha que são bem parecidos. (N.S.E. 31 anos, arquiteta e artista, moradora)

Ao descreverem o “penhense”, alguns moradores revelaram nomes de personagens que consideram importantes:

Sr. Caovila, joalheiro falecido; Dona Leila, falecida dona da Loja de roupas Penhita; Maria José Malta, filha dos donos do Armazém dos Malta; Cleide Gallam Pereira, manicure há mais de 50 anos que fez as unhas da maioria dos lojistas Penhenses. (V.P.T., 20 anos, estudante, morador)

Dona Odete, da loja Penhita. Minha primeira professora. (S., 62 anos, dentista, moradora)

Família Buzaid. (A.C.F. 51 anos, educadora de trânsito, moradora)

Sobre os frequentadores da Penha, nota-se que a maioria mora em regiões próximas, na Zona Leste, como Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Vila Matilde e Vila Ré. O principal motivo para frequentarem o bairro está associado aos comércios e serviços da região, bem como à participação em atividades culturais como festas, palestras e apresentações tanto no Centro Cultural da Penha como no Largo do Rosário. Quando foram questionados se possuíam algum vínculo afetivo com o bairro, responderam ter amigos e lembranças da juventude. A maioria, no passado, frequentava a Penha para compras, missas e lazer:

Lembro quando pequena minha mãe me levava na Penha para fazer compras e nós ficávamos esperando o ônibus no terminal, onde hoje é o shopping e tinha cheiro de coquinho e amendoim doce do Sr. que ficava vendendo. (E., 56 anos, comerciante, frequentadora)

Sim, lembra muito minha juventude. Principalmente quando iniciei meu namoro, onde frequentei muito para me divertir”. (M., 58 anos, frequentadora)

Meus avós tinham casa eu ia sempre lá. Ia à igreja com minha avó nas missas em latim depois veio a nova e frequentava ela, até acabei me casando nela em 79. Comprei nas lojas da Penha, frequentei os cinemas Penharama e São Geraldo. Jogava bola nos campos quando jovem, estudei no colégio Aprígio Gonzaga. Cheguei a andar de bonde e de trem maria fumaça. (M.C.F., 55 anos, aposentado, frequentador)

As perguntas para os trabalhadores foram muito parecidas. Contudo, diferente dos frequentadores, não revelaram vínculos afetivos com o bairro, pois utilizam a Penha apenas como local de trabalho. Apesar de não possuírem nenhum sentimento de pertença com a área, gostam da região que trabalham principalmente por conta de seu caráter comercial:

Faz parte em vários sentidos, sendo principalmente na forma comercial. Bairro onde exerço minha profissão (advogado), ainda mais pelo fórum. (M.F., 22 anos, advogado, trabalhador)

Nas respostas dos ex-moradores se expressa um forte saudosismo. Na maioria dos casos, deixaram a Penha após se casarem com pessoas de outros lugares de São Paulo, adquirirem um imóvel próprio em outra região ou, ainda, devido à mudança para outra cidade. Todavia, apresentaram um vínculo afetivo muito forte com o bairro. Alguns se mudaram para bairros vizinhos, frequentando a Penha constantemente:

Em março vai fazer 12 anos que moro no Cangaíba, mas os meus mapas mentais estão na Penha. Nasci, me criei, estudei, casei, tive as filhas e a chegada dos netos tudo na Penha. Até meu trabalho era no bairro, perto de casa. Estudei no São Vicente, no Liceu, no Estadual da Penha, e meu último estudo terminei em 2014 o Curso de Pedagogia no Drummond. Ainda venho em médicos, pagar contas, banco faço tudo na Penha pelo menos a cada quinze dias estou na Penha. Moro muito próximo da Igreja Bom Jesus de Cangaíba, mas venho na igreja velha para rezar, assistir missa e pedir missa aos meus mortos. Até hoje quando passo pelo pontilhão da ladeira Coronel Rodovalho tenho a sensação “cheguei em casa”. (S.R.G., 68 anos, professora de geografia aposentada, ex-moradora)

Muitas memórias de infância e adolescência com a família completa. Meu avô conhecia todos do comércio antigo, então, passeávamos entrando e conversando com todo mundo, para uma criança pequena, isso era muito importante. Aprendi a fazer compras na feira, no mercadão, nas lojas, a comer na padaria, a ver o cinema Chaparral de longe, a gostar de piscina no Clube Esportivo, a conhecer mecânica com meu avô na casa dele e com meu pai na oficina do meu primo. Na rua São Seraphim há muitas coisas. (R.R., 49 anos, professora, ex-moradora)

No geral, o bairro da Penha representa uma região que além de sua história e morfologia muito características, reflete uma ligação afetiva muito forte entre seus moradores e frequentadores. A maioria dos participantes frequentavam as escolas, igrejas e cinemas que foram palcos para constituição de importantes relações sociais, como o surgimento de amizades e famílias. Além disso, mesmo após seus processos de transformação, o bairro ainda guarda características muito próprias, representando um espaço agradável para se morar ou frequentar, na visão de muitos penhenses.

4.5.1. Percepção sobre os imóveis tombados no centro histórico do bairro da Penha

Um dos objetivos do questionário, como já discutido, era compreender a percepção dos participantes sobre o próprio tombamento da área. Neste caminho, foi dada ênfase aos bens tombados em uma das etapas do questionário.

Quando os participantes foram questionados se foram informados sobre o tombamento do centro histórico, muitos negaram ter conhecimento. No entanto, receberam a informação positivamente, afirmando que o tombamento é importante, por ser “um bairro antigo”, por fortalecer nossa identidade” e por “manter viva a história”.

Neste sentido, é possível afirmar que o questionário serviu, também, como um instrumento de divulgação do próprio tombamento, uma vez que muitos participantes afirmaram que se informaram sobre o assunto por meio do anúncio divulgado em nossa página para participação do questionário. Outros alegaram que receberam notificações nas redes sociais sem mencionar de que página se tratava.

Algumas pessoas informaram que o tombamento do centro histórico da Penha, apesar de importante, é confuso e tardio. Muitas das referências que eles tinham da área já haviam sido demolidas. Ainda assim, afirmaram que é uma forma de outras referências não tomarem o mesmo rumo. Outros sujeitos, mais engajados com a temática, responderam que, ainda que o tombamento seja importante para o bairro, existem construções com interesse de preservação que não constaram no processo. De uma maneira geral, o tombamento foi considerado como uma ação positiva para o bairro.

No questionário 1 e 2 avaliou-se o grau de importância dos bens tombados por meio de questões objetivas de múltipla escolha que resultaram nos gráficos apresentados integralmente no Apêndice D. Ao final dessas questões, perguntava-se aos participantes o porquê desses bens serem importantes ou não.

Destacaram-se respostas que identificam valores histórico e afetivo nesses imóveis. Na concepção dos entrevistados, são construções que representam épocas diferentes, além de serem lugares que muitos frequentavam quando mais jovens:

São importantes pelo valor histórico e por unir diversas formas de cultura e expressão. (M.F., 22 anos, advogado, trabalhador)

Alguns me remetem a minha infância. Outros não acho importante. (E., 56 anos, comerciante, frequentadora)

Estes lugares contam a história do bairro e alguns eu passei a minha infância com ótimas recordações. (J. E., 65 anos, corretor de imóveis, morador)

Porque faz parte das minhas memórias afetivas e do que elas representam como história e os reflexos sociais, econômicos e culturais. (A. L., 96 anos, doméstica, ex-moradora)

Certamente, a importância dos lugares religiosos é incontestável. De forma quase unânime, o Santuário da Penha e o Largo do Rosário foram indicados como lugares de muita importância. Já a Basílica da Penha revelou apenas 3 respostas marcadas como “sem importância” ou “pouco importante”:

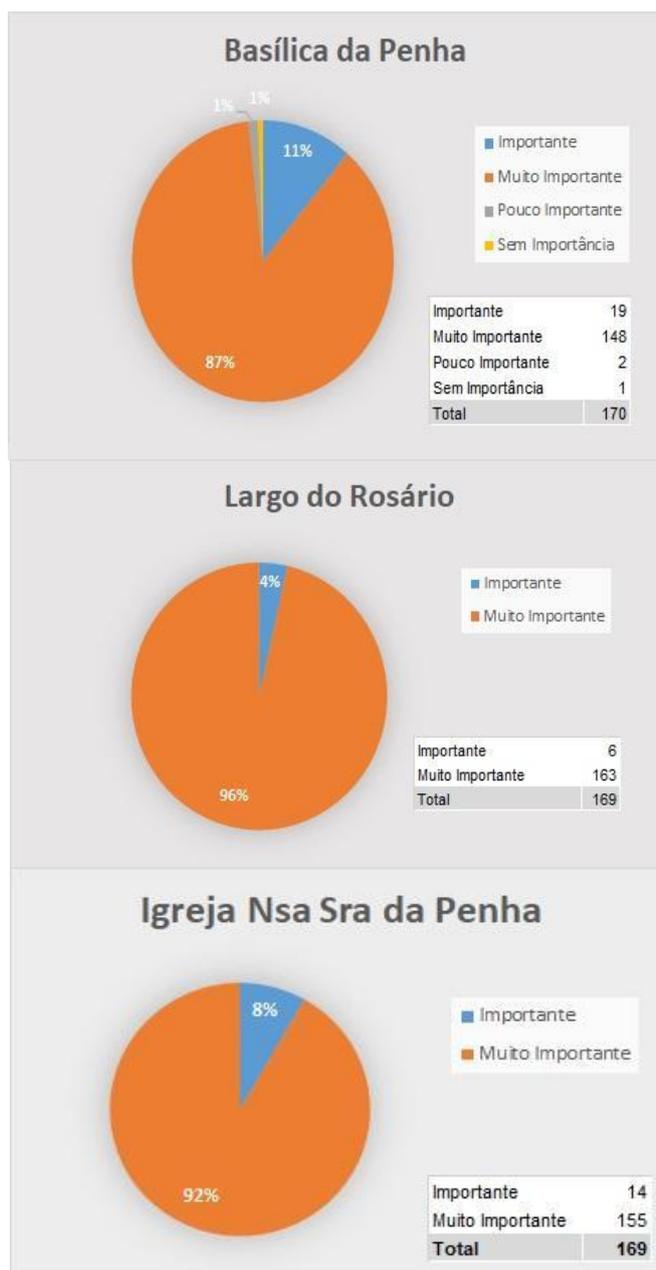


Figura 49. Gráficos de análise do grau de importância dos três principais pontos religiosos do bairro.
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em sua maioria, os edifícios apresentaram mais da metade das respostas preenchidas como “muito importante” ou “importante”. Aqueles com menor ligação ao cotidiano dos participantes ou mais distantes do considerado centro histórico tiveram respostas mais variadas

em relação ao seu grau de importância. Foram os casos do edifício modernista, da vila na Rua Recife, das residências isoladas e do Monte Santo Eucaristó. Mesmo com o número significativo de respostas que os consideram importante, foram os lugares com menor relevância.

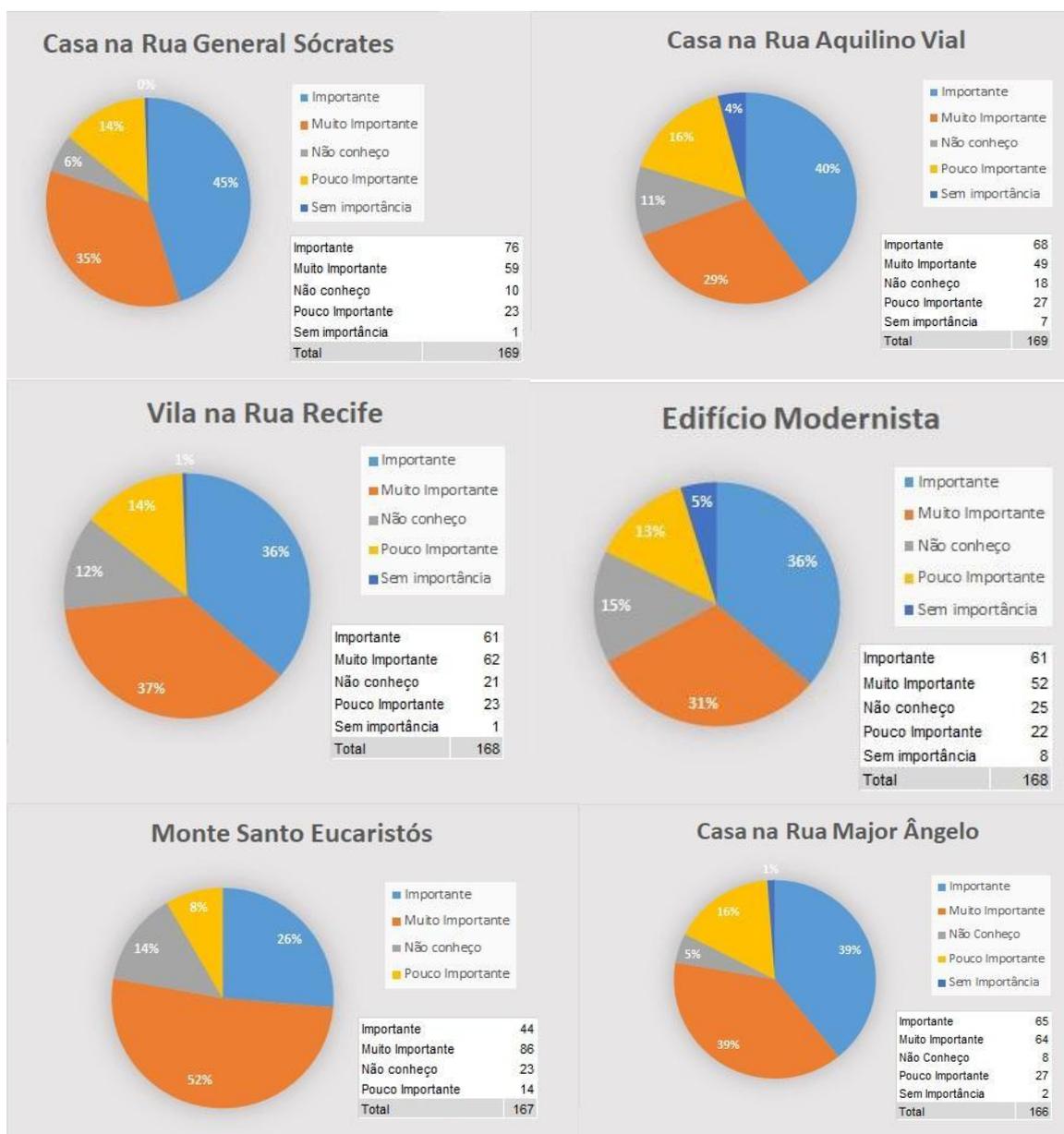


Figura 50. Gráficos ilustrando o grau de importância de alguns lugares tombados no centro histórico da Penha. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Isso nos gerou um questionamento, pois não era possível entender o porquê alguns edifícios, comparado a outros mais conhecidos na região, também possuíam um grau de importância elevado. Dessa forma, o Questionário 3 deu ênfase para os bens tombados do centro histórico, mediante a pergunta:

“Essas fotos referem-se aos bens e lugares tombados e protegidos pelo poder público. Poderia descrever abaixo de cada imagem se esse bem tem valor para você e por que o considera importante, ou, ao contrário, não considera”?

Neste caminho, foi possível compreender melhor as impressões dos participantes sobre cada lugar e entender que a importância que eles deram a cada referência atrela-se a ligação que essas pessoas têm com esses bens, reconhecendo diferentes tipos de valores culturais. De fato, os participantes se identificam muito mais com algumas referências do que com outras.

As respostas dadas, por exemplo, para a igreja da Penha, Basílica da Penha, Largo do Rosário, Cinema São Geraldo, são muito mais completas e expressivas do que as respostas relacionadas aos outros bens.

Quanto à igreja Nossa Senhora da Penha, foram identificados valores culturais relacionados à sua história, arquitetura, estética, uso e memória:

Patrimônio da comunidade. Muitas pessoas da minha família se casaram ou foram batizadas nessa igreja. Minha avó, com atuais 90 anos, casou-se aí e sempre que passamos por ela se recorda com alegria. (S., 41 anos, funcionário pública, moradora)

Tem valor, além de ser um local religioso, a construção antiga nos remete ao passado, uma parte da história. (M., 34 anos, psicóloga, moradora)

Importante. Para começar desde criança eu vinha de outro bairro que era o Tatuapé para assistir à missa de manhã com minha mãe e meus irmãos. Tenho um afeto por essa igreja. Atravessava até estrada de trem para ir à missa. (C. S., 62 anos, funcionário pública, frequentadora)

Igreja velha. Morei 24 numa casa em frente a ela. É um primor de beleza. Dom Pedro pisou nas escadarias desta igreja. Ela chegou a ter uma parte caída uma vez. Quase foi demolida, mas os moradores impediram. (A., 31 anos, administradora, ex-moradora)

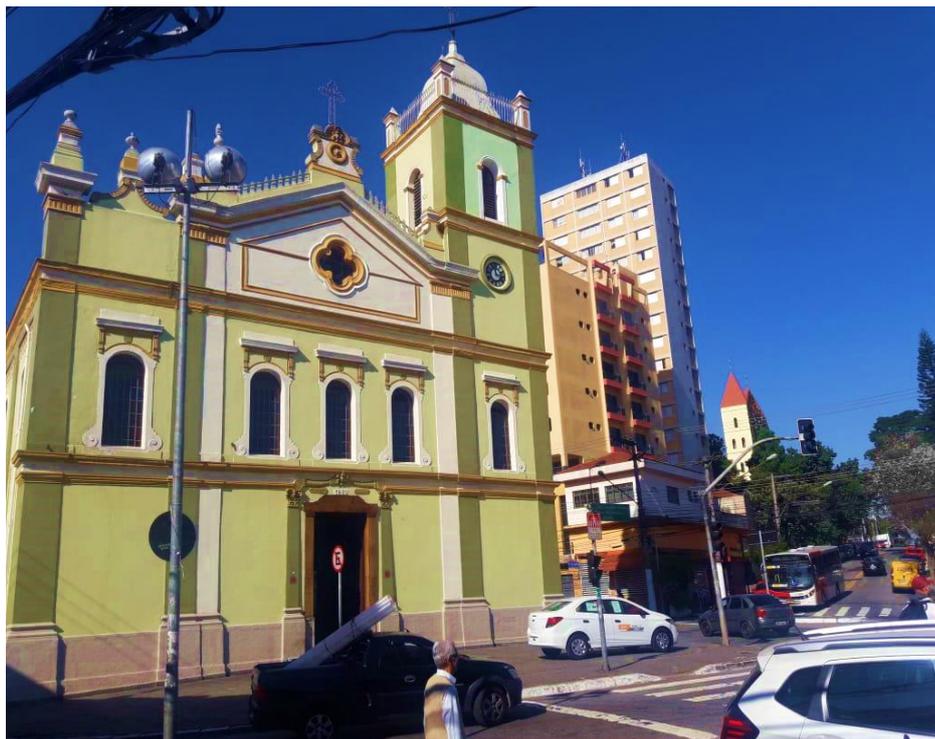


Figura 51. Igreja Nsa. Sra. da Penha, 2019. Fonte: acervo da autora (2019).

A Basílica da Penha é lembrada por sua grandiosidade e presença forte na paisagem do bairro. Está muito atrelada ao seu valor formal (ou estético), sendo um elemento quase indissociável da imagem que a maioria dos participantes tem do bairro.

Imponente! Ao visualizar de longe já se nota, transportando-nos a Paz, Fé e Amor. (I. T., 62 anos, professora, trabalhadora)

Basílica. Linda, enorme, dá para vê-la de longe. Adoro as festas da padroeira. (A., 31 anos, administradora, ex- moradora)

Basílica, o cartão postal "moderno" do bairro. (C. S., 36 anos, médico, morador) anos,

Bela arquitetura, cara da Penha. (C., 39 anos, moradora)



Figura 52. Basílica Nsa. Sra. da Penha, 2019. Fonte acervo da autora (2019).

Apesar de poucas respostas, neste sentido, alguns participantes também atribuem valor afetivo à basílica:

Muito importante, faz parte da minha infância, vi a construção e brinquei muito de esconde nas torres. (S.S.B., 67 anos, arte educadora, ex-moradora)

Acompanhei sua construção. A missa de Sétimo Dia do meu pai foi nessa basílica. (S.M.F.B., 68 anos, pedagoga aposentada, ex-moradora)

Trabalhei por 20 anos ao lado da Basílica. E tem seus festejos e comemorações. (V.S., 56 anos, professora, moradora)

O Largo do Rosário é, sem dúvida, a principal referência do bairro e talvez o lugar mais citado como importante na Penha. Representa:

Espaço Lúdico, descobertas de Fé, utilidades públicas...a exemplo do Cruzeiro, porém carente de observações quanto as preservações. (I. T., 62 anos, professora, trabalhadora)

Ponto de referência! Cara da Penha. (C., 39 anos, moradora)

Coração da religiosidade e cultura do bairro. (A., 31 anos, administradora, ex-moradora)



Figura 53. Largo do Rosário na Penha, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).

Certamente é um dos lugares com mais apropriação cultural em que, nos últimos anos, têm sido retomadas festas e tradições pela população, sobretudo pela Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França. Sua importância está intimamente ligada ao seu patrimônio imaterial. Além disso o local concentra alguns comércios na sua envoltória que faz com que seja frequentemente “habitado” e, por se encontrar na área central do bairro, é considerado o “coração da Penha”.

O antigo cinema São Geraldo, está presente na memória daqueles que frequentavam o lugar na época em que ainda funcionava. Os cinemas de rua da Penha faziam parte de boa parte do lazer dos moradores da zona leste. Atualmente a área do cinema é usada como cartório e estacionamento:

Assisti muitos filmes nesse cinema e durante a Semana Santa, íamos com as irmãs do meu colégio assistir filmes sobre a Paixão de Cristo. (S. B., 68 anos, pedagoga, ex-moradora)

Recordar é viver, qual o morador que não pegou uma fila para entrar no São Geraldo. (P. C., 60 anos, professor, morador)

Recordar é viver, qual o morador que não pegou uma fila para entrar no São Geraldo. (P.H.C., 60 anos, professor, morador)

Era importante quando era cinema. Agora um estacionamento não tem importância nenhuma. Assisti muitos filmes quando era cinema. Íamos com a turma da igreja assistir filmes nele, no Penharama e um que abriu em São Miguel. (C.A.S., 62 anos, funcionária pública, frequentadora)



Figura 54. Antigo Cine São Geraldo atualmente ocupado por um cartório e estacionamento, 2019.
Fonte: Acervo da autora (2019).

Seu valor está relacionado ao seu uso no passado e o que faz com que seja considerado importante no presente se deve às lembranças e histórias dos penhenses voltadas ao Cinema São Geraldo.

Outros lugares foram apontados como importantes pelo papel que exercem no bairro, ou seja, seu uso, como o Círculo Operário Penhense, que é lembrado pelos seus cursos e atividades sociais:

A importância está no empenho que o Círculo tem em procurar ajudar as pessoas em vários aspectos como cultural, lazer, educacional, etc. (T.L., 64 anos, professora, frequentadora)

Sim próximo ao Hospital da Penha. Tirei a minha carteira profissional neste local (C.R.P., 67 anos, aposentado, morador)

Acho importante porque tem bastante curso. Não sei se precisa tomar, mas é importante pelos trabalhos que eles realizam para o povo. (C.A.S., 62 anos, funcionária pública, frequentadora)



Figura 55. Antigo Cine São Geraldo atualmente ocupado por um cartório e estacionamento, 2019.
Fonte: Acervo da autora (2019).

Em relação ao Memorial Penha de França, muitos alegaram não conhecer o lugar. Aquelas pessoas que o conhecem atribuem valor pelo seu trabalho importante de divulgação da história do bairro.



Figura 56. Memorial Penha de França, localizado na Rua Betari, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).

Já para o edifício da Defensoria Pública são atribuídos diversos valores relacionados a sua arquitetura e sua ligação com a história do bairro, uma vez que se localiza na Praça Nsa. Sra. da Penha que protagonizou muitos acontecimentos na área.

As perguntas referentes às residências, ao edifício modernista e à vila, foram respondidas de forma mais vaga, como “espaço bom”, “não lembro”, “não conheço”, “charmoso”, “meio estranho”, “precisa de manutenção”, “belas construções”, “lembro vagamente”. São construções que, por serem propriedades particulares, não fizeram parte do

cotidiano da maioria dos participantes e, dessa forma, essas pessoas não criaram vínculos com esses bens:

Acho importante tomar só se pertenceu a alguém importante. A última acho importante pelo seu estilo, mas a residência não acho tão importante porque não tem o mesmo valor que tem as igrejas e os cinemas que são construções que possuem história e que mais gente frequenta. (C.A.S., 62 anos, funcionária pública, frequentadora)

O argumento acima indica que a atribuição de valor está associada à importância que esses bens possuem no cotidiano dos sujeitos que vivem nesses lugares. Quanto mais utilizado e aproveitado pela sociedade, maior a noção de pertencimento do sujeito com o lugar. Por consequência, maior sua identificação com o patrimônio cultural e o entendimento da necessidade de sua valorização e salvaguarda. Deste modo, faz sentido que haja maior atribuição de valor aos espaços com maior uso coletivo.

Quando alguns participantes atribuem valor aos bens com menor uso público, referem-se à sua arquitetura ou ao fato de representarem uma época passada:

Importantes por nos mostrar como vivíamos em outras épocas. O que antes eram vilas, agora são condomínios. (T. L., 64 anos, professora, frequentadora)

São lindos e há tantos outros! No caminhar pelo nosso bairro descobrimos essa arquitetura belíssima. Eles devem ser preservados e a comunidade precisa valorizar as nossas memórias materiais. (V. S., 56 anos, professora, moradora)

Alguns participantes se recordam de frequentar consultórios que se localizavam, por exemplo, no imóvel tombado da Rua General Sócrates, ou tinham amigos que moravam nas casas da vila ou no condomínio residencial. Outros, responderam não se recordar em que lugar da Penha essas construções se localizavam. Foi o caso do edifício modernista. Quando se atribuía algum tipo de valor, este estava vinculado à sua arquitetura. Contudo, de todos os lugares apresentados, o Monte Santo Eucaristó, que teve apenas 28 respostas dos 51 formulários recebidos, foi o que se mostrou menos importante para os participantes. Boa parte respondeu não conhecer o local. Apenas uma resposta considerou o imóvel relevante, mas apenas para aqueles que querem conhecer um pouco sobre a religião católica.



Figura 57. Monte Santo Eucaristó, 2019. Fonte: Acervo a autora (2019).

Os participantes chamaram atenção para a necessidade de manutenção de algumas casas tombadas que se encontram malconservadas. Foi o caso do imóvel localizado na Rua Aquilino Vidal, Major Ângelo Zanchi e da casa localizada na Rua Doutor João Ribeiro. Esta última, também lembrada por ser a primeira casa de tijolos da Penha.



Figura 58. Imóvel tombado localizado da Rua Dr. João Ribeiro, 2019. Fonte: acervo da autora (2019).

Quanto aos espaços públicos, a Rua Coronel Rodovalho é representada como a ladeira de acesso ao bairro, uma vez que ela termina na igreja Nsa. Sra. da Penha, considerada o portal de entrada da área. Já, a Praça 8 de setembro e a Rua Doutor João Ribeiro são enxergadas a partir de seu comércio popular:

O melhor Centro Comercial que já conheci. Meus filhos estudaram aí no Santos Dumont. (E.R., 68 anos, dona de casa, ex-moradora)

Útil para necessidades diárias. (I.A.A.T, 62 anos, professora de ed. Infantil, trabalhadora)

4.5.2. Conhecendo novas referências culturais

Os questionários também buscaram identificar outras referências além dos bens tombados. Desta maneira, foi solicitado aos participantes que indicassem referências a partir de três categorias: (1) lugares – como edifícios, praças, construções, paisagens ou qualquer tipo de espaço que julgavam importante para a área; (2) festas, eventos e manifestações culturais presentes no bairro e; (3) atividades que expressassem algum tipo de técnica ou produção tradicional existente da Penha. Apresentaremos a seguir, os resultados desta análise.

4.5.2.1. Lugares

Referente aos lugares, recebemos 168 respostas com 62 novas referências informadas pelos participantes. Apesar do lugar mais indicado ter sido o Grupo Escolar Santos Dumont, escola mais antiga do bairro, fundada em 1913. Esta já havia sido tombada anteriormente pelo CONDEPHAAT em 2010 e pelo CONPRESP em 2014, o que só confirmou sua importância no bairro.

O Grupo Escolar recebeu 24 indicações, seguido pelo Clube Esportivo da Penha citado por 21 participantes e o Mercado Municipal da Penha que ficou atrás com apenas 1 indicação a menos.

Foram indicados, igualmente, 14 vezes o Seminário da Penha, o Colégio São Vicente de Paulo e a E.E Nsa Sra. da Penha – também tombada em 2009 pelo CONPRESP.

Por fim, destacamos as menções ao Teatro Martins Penna, indicado 13 vezes e a Biblioteca da Penha, indicada 10 vezes, ambos pertencentes ao Centro Cultural da Penha que também apareceu em 10 das respostas dos participantes. Se considerarmos essas indicações como apenas um lugar de referência, seria o Centro Cultural da Penha o lugar mais registrado pelos penhenses, provavelmente por ser um dos principais lugares de lazer da região junto com o Clube Esportivo da Penha.

De fato, são referências que exercem papel importante no bairro. O Clube Esportivo da Penha, inaugurado em 1930, se manifestou – e ainda se manifesta – como um importante articulador de práticas sociais no bairro e ponto de referência no cotidiano da população, sendo uma possibilidade de encontro e lazer além das práticas religiosas do bairro (JESUS, 2006, p. 154). Localiza-se próximo às margens do Rio Tietê que, na época, incorporava as atividades aquáticas do clube, reunindo atividades voltadas à natação, remo e outras práticas poliesportivas terrestres. Mesmo após a retificação do Rio, algumas atividades foram mantidas e, além dos esportes, passou a ser frequentado, também, pelas suas festas.

Em relação ao Mercado Municipal da Penha, foi inaugurado em 1971 para abastecer a região. Localiza-se um pouco mais afastado do núcleo religioso do bairro, no início da Av. Gabriela Mistral e Av. Cangaíba. Atualmente é considerado um importante polo comercial do bairro, com produtos variados. Outra referência recente, bastante citada foi o Centro Cultural da Penha (CCP) que existe desde a década de 1970, comportando equipamentos culturais como a biblioteca, o teatro, um FabLab e diversas oficinas culturais. Pouco mencionado no processo de tombamento do centro histórico da Penha, o CCP foi construído, a princípio, para abrigar uma biblioteca, após um abaixo-assinado que, de acordo com documentos do acervo digital do Memorial da Penha, contou com 50 mil assinaturas. O local comporta atividades voltadas à dança, música, teatro, economia criativa, literatura, além de reunir diversos eventos e debates durante todo ano.

Por fim, o Colégio São Vicente de Paulo, também citado como Lar Vicentino, era uma escola paroquial fundada em 1907, primeiramente como Casa Provincial da Congregação nos tempos dos padres redentoristas. Foi a primeira escola particular da região, sendo ampliado nas décadas de 1930 e 1940. É muito lembrada, também, pelas suas fanfarras.

Algo que nos chamou bastante atenção foram as indicações referentes aos antigos cinemas de rua. O bairro não possui mais nenhum desses cinemas abertos, contudo, alguns participantes fizeram referência a eles e não aos seus atuais usos. São destacados os cinemas: Penha Theatro (ou Penha Príncipe), primeiro cinema do bairro, inaugurado em 1926 que ficava na Rua da Penha e hoje atende um prédio comercial; Cine Penha Palace (ou Penharana), inaugurado em 1950 e que hoje comporta uma loja Terra a Terra, localizada na Praça 8 de setembro e; o Cine Júpiter, atual loja Besni, que se localiza na Rua Dr. João Ribeiro, também inaugurado na década de 1950.

A presença dos cinemas de rua na Penha, iniciada nos anos de 1920, foi importante durante o período em que a população tinha pouco acesso à televisão e que não existiam salas de cinemas em shoppings centers. Nesse período, o bairro chegou a ser muito frequentado e era ponto de

referência em outras regiões devido às suas salas de cinema. O próprio Cine São Geraldo, inaugurado em 1941, foi uma tentativa da Igreja em continuar com sua hegemonia religiosa no bairro, adaptando-se ao novo estilo de vida penhense. (JESUS, 2006, p. 138)



Figura 59. Fundos do Cine Penha Theatro, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 60. Antigo Cine Júpiter, atual Besni, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).

Também foram mencionados nomes de ruas como a Rua Guaiaúna que se localiza na parte mais baixa da região da Penha, próxima ao viaduto Aricanduva. Essa rua chegou a abrigar algumas indústrias na década de 1940 que contribuíram para um aumento de fluxo de pessoas nessa área e, por consequência, a concentração de alguns comércios (ALMEIDA; MACEDO, 2017; JESUS, 2006). Outra rua mencionada nos questionários foi a Rua Padre João, muito conhecida como “Rua das Noivas” devido ao seu comércio de vestuário voltado para roupas de festas e casamentos. Percebe-se que são as ruas de caráter fortemente comercial as mais citadas pelos participantes, indicando seu valor de uso.

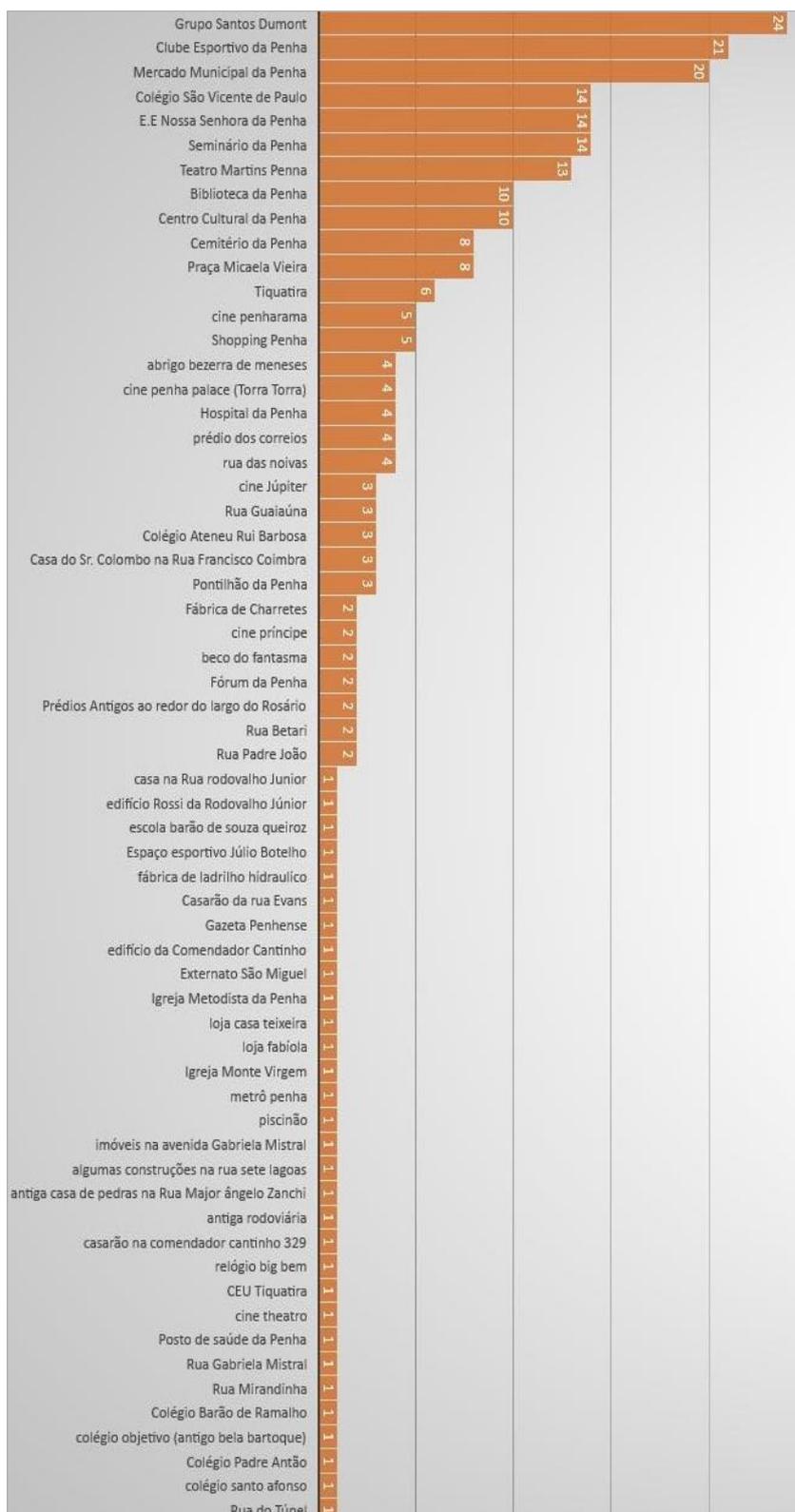


Figura 61. Relação de Lugares (além dos bens tombados) por q número de indicações (2019). Fonte: Elaborado pela autora.

4.5.2.2. Festas, eventos e manifestações culturais

Na segunda pergunta, referente aos eventos e manifestações culturais que ocorrem no bairro, foram registradas 24 diferentes indicações. Das 143 respostas, 56 participantes identificaram a Festa de Nsa Sra. da Penha como um importante evento penhense. De fato, é um dos eventos mais antigos e tradicionais da região conforme relato do memorialista Hedemir Linguite (1968, p.17):

Pessoas de todas as condições sociais compareciam à Penha, misturando-se e tomando parte ativa nas festividades religiosas, e outras, nas festas profanas. Vinham da cidade, mesmo dos bairros mais longínquos, fazendo mil sacrifícios, somente para não perder a festa, muitos vinham a pé para o Santuário. As festas da Penha eram assim concorridíssimas e famosas, havendo mesmo, no dizer de muita gente, abusos por parte de muitos batoteiros, que exploravam romeiros através do jogo. (...). Por toda parte, barracas de lona, cozinhas improvisadas ao ar livre, onde pretas gordas, de avental e lenço na cabeça faziam pastéis, cuscuz, cocadas, pé de moleque ou queijadinhas de coco, que tinham fama. Mais adiante, apregoavam-se doces caseiros, cocadas brancas e mulatinhas, suspiros, amendoim torrado, pipoca, geléia de mocotó e pires de arroz doce, avermelhados de canela, e pintados pelas cruzetas dos cravos da índia.

A festa é comemorada em setembro, mês de aniversário do bairro. Durante a semana do dia 8, ocorrem missas, novenas, procissões pelas ruas do bairro e quermesses. Atualmente, a festa vem ganhando um caráter mais comercial em que além das atividades religiosas, é promovido o “Penha Fest”, que em 2019 realizou sua 4ª edição. Em parceria com associações do bairro, prefeitura de São Paulo, CET e outras empresas da região, foram incorporadas atividades como caminhadas, concursos culturais, exposições, brincadeiras infantis e outras ações.

Outro evento bastante indicado foi a Festa de Nsa. Sra. do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França que foi citada por 29 participantes. Organizada pela Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França e seus parceiros, a festa busca reinterpretar antigas tradições afro-brasileiras da Igreja construída por negros nos anos 1802⁷⁸:

A fim de lembrar os antepassados que resistiram ao jugo da escravidão no Brasil, e refletir sobre nossa história a Comunidade realiza desde 2002 a Festa do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França em todo o mês de junho, mês em que é celebrado no dia 16/06 data de seu reconhecimento no ano de 1.802 como templo católico. (LARGO DO ROSÁRIO,

Nota-se que a Penha possui um patrimônio imaterial religioso expressivo. Além dos dois eventos mais citados, a maioria dos eventos e manifestações informados tem um cunho religioso: procissões, quermesses das igrejas, festa de São Benedito, missa afro-brasileira.

⁷⁸ Ver Capítulo 3, item 3.4: Ações da sociedade: organizações e coletivos no bairro da Penha.



Figura 62. Missa Afro-brasileira na Igreja do Rosário da Penha, 2018. Fonte: Comunidade Igreja do Rosário, Instagram (2018).

Alguns grupos carnavalescos também foram lembrados como o recente Cordão da Dona Micaela que em 2020 irá completar seu 3º ano de apresentação e o carnaval da Vila Esperança, um dos eventos mais antigos da cidade, que existe, pelo menos, desde 1930.

O carnaval da Vila Esperança acontece na Rua Alvinópolis, próximo ao metrô Penha e conta com blocos de rua dos bairros próximos, desfiles de carros alegóricos e a tradicional batalha de confetes que atualmente. (CARNAVAL DA VILA ESPERANÇA – 2019 apud Facebook, 2019)⁷⁹

Por fim, alguns participantes indicaram a tradicional corrida de rua “Volta da Penha” que é a segunda corrida mais antiga da cidade de São Paulo e conta com um percurso de 10km. Tal corrida foi criada em 1931 pelo Clube Esportivo da Penha. (ALMEIDA; EDO, 2017 p.63)

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/rua-alvin%C3%B3polis-penha-s%C3%A3o-paulo-sp-03644-070-brasil/carnaval-de-vila-esperan%C3%A7a-2019/2167234563540692>> Acesso em: 12/11/2019



Figura 63. Relação de eventos e manifestações culturais do bairro por número de indicações. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.5.2.3. Saberes e técnicas tradicionais

A terceira pergunta era referente às técnicas e produções tradicionais realizadas no bairro. Das 154 respostas recebidas foram identificadas 70 atividades na região. Desse resultado, 58 dos participantes indicaram a Padaria Nova Yara como uma tradicional padaria penhense, seguida da Padaria Requite que obteve 25 indicações.

A Padaria Nova Yara está localizada à Rua Capitão João Cesário, na própria área envoltória da Penha. É considerada umas das 100 melhores padarias do Brasil pelo Prêmio Amstel 2017, se destacando na produção de pães e doces e, também, funcionando como restaurante com pratos executivos e pizzaria na parte da noite.



Figura 64. Padaria Yara, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).

Já a padaria Requite, se localiza um pouco mais distante do centro histórico na Av. Amador Bueno da Veiga desde 1937. O local ampliou seu espaço ao longo dos anos, ganhando um ar mais sofisticado, se tornando uma das padarias mais tradicionais e famosas da região.

Destacou-se, novamente, o Mercado Municipal com 18 indicações e a antiga fábrica de carroceria de ônibus Caio que foi mencionada 15 vezes. A fábrica de carroceria foi fundada nos anos 1940 e permaneceu na Penha até início dos anos 1990. Localizava-se na Rua Guaiaúna, assim como outras indústrias que se instalaram naquela região. Em 2008, a fábrica foi

completamente demolida. Na mesma rua, 5 participantes mencionaram uma indústria de papéis conhecida como Santa Teresinha. De acordo com informações de moradores encontradas na dissertação de Jesus (2006 p. 165), o local produzia papel e celulose e, atualmente, já não possui as mesmas características antigas.⁸⁰

Dando continuidade às atividades indicadas, 12 pessoas sugeriram a Fábrica Istambul – ISTAMBUL – Theodoro Daris & Cia – especializada em produtos alimentícios sírios que se encontra no bairro desde 1953. Sua primeira localização era em um pequeno espaço à Rua Dr. João Ribeiro. Após seu crescimento, instalou-se à Rua Antônio Lobo que fica próxima ao shopping. Suas mercadorias são produzidas no local, mas também contam com outros produtos importados e, atualmente, consegue abastecer muitos mercados por São Paulo. (ISTAMBUL, *online*)



Figura 65. Fábrica Istambul, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).

O fato de possibilitarem a compra de produtos diretamente na fábrica, fez com que se criasse um ponto de atração entre os penhenses que consomem seus produtos devido a possibilidade de serem retirados pelo consumidor diretamente da produção ainda frescos.

Apesar de pouco lembradas, vale destacar a presença da Fábrica Ornatos – indicada em 6 respostas – e da Vinícola Lucano – lembrada em apenas duas das respostas.

A Fábrica Ornatos, também localizada à Rua Capitão João Cesário, chegou a ser mencionada no processo de tombamento como um dos possíveis imóveis para estudos futuros de preservação. Fundada na década de 1930, teve seu auge até o final dos anos 1950. Atualmente, o local é referência na produção de peças de restauro, para edifícios como o Teatro Municipal

⁸⁰ Em uma busca no site da empresa, foi encontrada uma Fábrica de papel denominada Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha. Foi fundada em 1938 na Penha e atualmente possui 4 unidades sendo que na Penha abriga seu escritório central na Rua Aracati, 275. Sua fabricação de papel é voltada para produtos de cuidados pessoais.

de São Paulo, a Casa da Marquesa de Santos, o Mosteiro São Bento, o Prédio Bolsa Café em Santos, entre outras construções. (ORNATOS, *online*)⁸¹



Figura 66. Fábrica Ornatos, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).

A Vinícola Lucano foi fundada oficialmente em 1987 pela família Lence e se localiza à Rua Mirandinha, um pouco mais distante do centro histórico e próxima ao metrô Vila Matilde. A vinícola se originou de um trabalho familiar com plantações de uva no próprio terreno. Atualmente essas plantações ocorrem no interior de São Paulo, mas a sede em que se armazena e produz o vinho ainda ocorrem na Penha. (LUCANO, *on-line*)⁸²

Foram mencionadas também, em menor número, uma Fábrica de velas, o bar do Jão que foi, nos últimos três anos, vencedor do prêmio “Comida de Boteco”, um hospital de bonecas

81

Disponível

em:

< http://www.ornatos.com.br/website/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=36&Itemid=64>. Acesso em: 02/12/2019.

82 Disponível em: < <http://www.lucano.com.br/historia-vinicula-lucano/>> Acesso em: 02/12/2019.

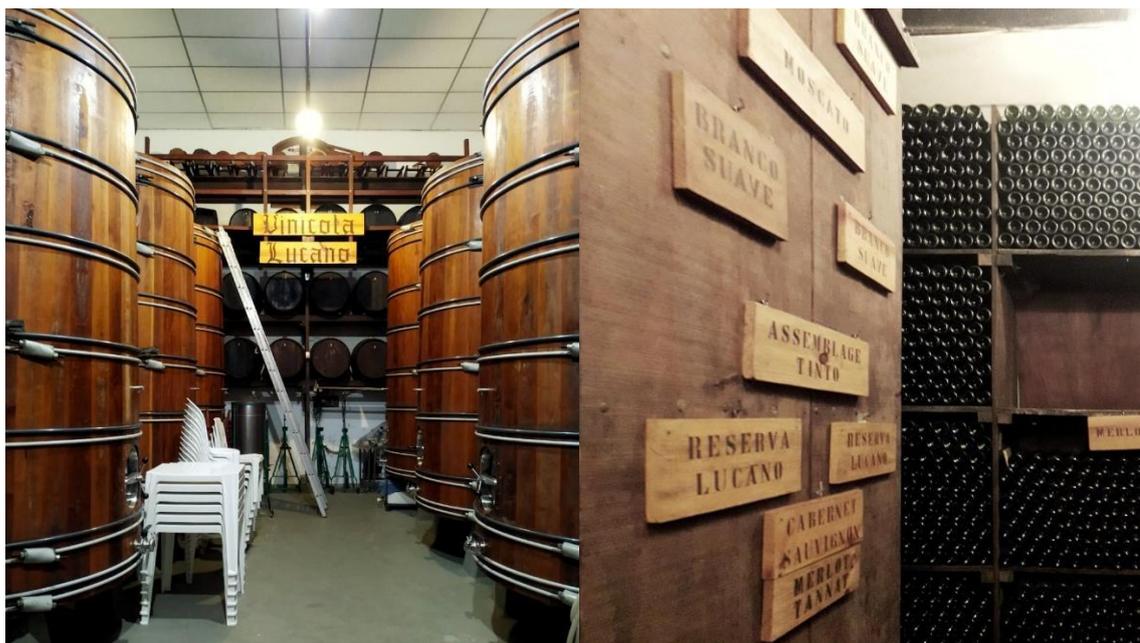


Figura 67. Vinícola Lucano, 2019. Fonte: Acervo da autora (2019).

e diversos comércios locais antigos presentes do bairro desde lojas de roupas, utensílios domésticos, açougues, loja de massas artesanais, restaurantes e outras padarias.

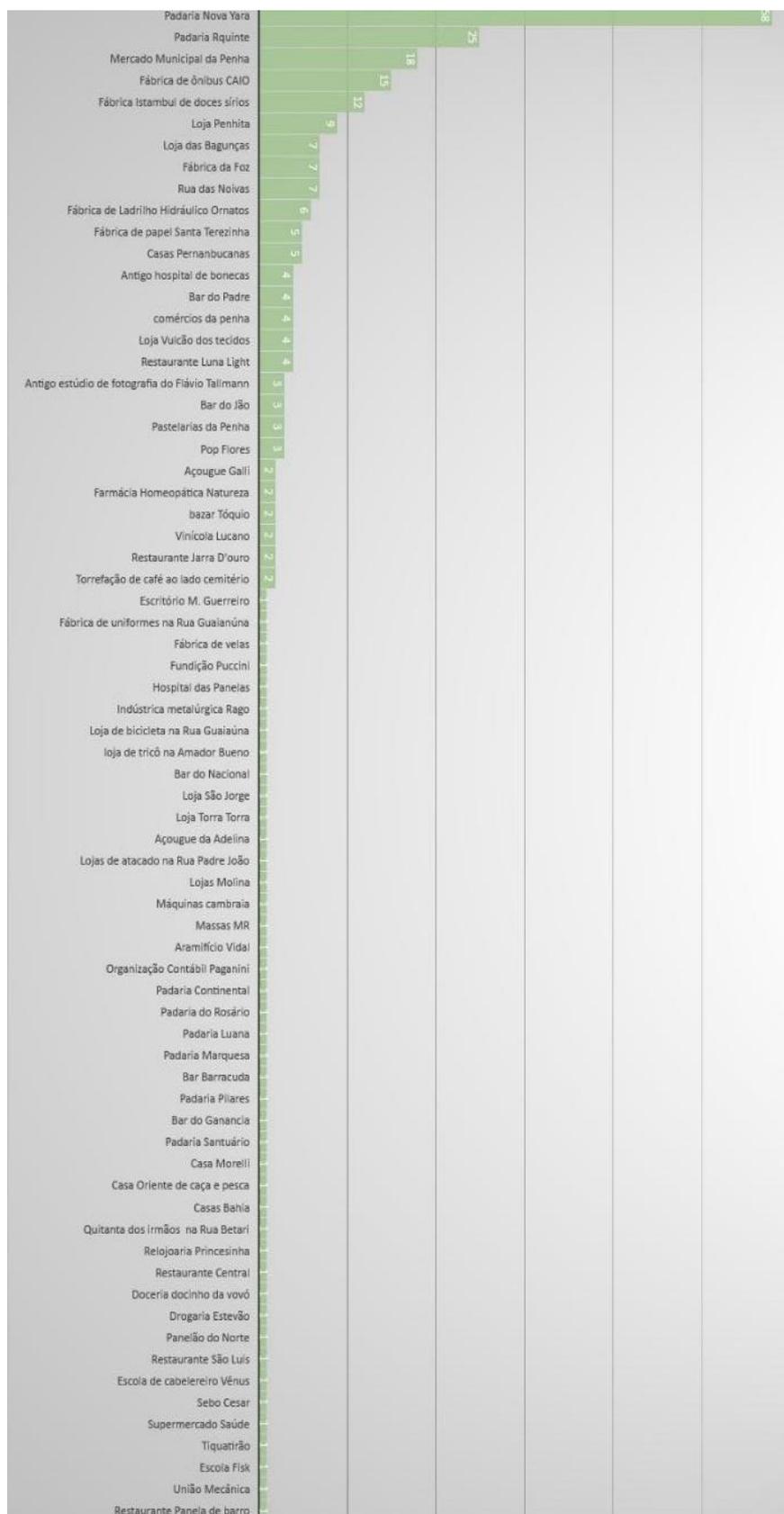


Figura 68. Gráfico com atividades tradicionais por número de indicações. Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.5.3. O seminário da Penha deveria ser tombado?

Por fim, a última seção fazia referência ao antigo Seminário da Penha. Essa seção foi colocada apenas no questionário 1 e 2. A partir da imagem do antigo seminário, foi perguntado aos participantes se eles conheciam o edifício, quais suas impressões sobre ele e se achavam que ele deveria ser tombado.

Praticamente, de forma unânime, os participantes consideraram a importância do edifício, seja pela sua imponência, pelos usos que ele teve no bairro, sua arquitetura, bem como seu valor afetivo:

Sim, é o antigo seminário dos padres redentoristas. Fiz meu curso de noivos ali em 1969. É uma judiação ver o estado em que se encontra este edifício. Poderia ser mais conservado, um patrimônio histórico de grande valor não pode virar estacionamento. Assim como o cine São Geraldo e o local do Ateneu Rui Barbosa. (E.M.W.T, 72 anos, professora, ex-moradora)

Sim conheço e passei minha infância brincando lá, uma construção muito antiga majestosa onde funcionou a casa dos padres como nós o chamávamos, mas era um seminário depois tornou-se parte do Hospital da Penha e que hoje está infelizmente abandonada, creio que funciona um estacionamento lá. (S., 58 anos, aposentada, moradora)

Reconheço como representativo na construção da memória cultural, religiosa, administrativa e, mais recentemente, como local de oferta de serviços de assistência social e saúde. Deveria ser mais valorizado enquanto espaço de memória e melhor utilizado como espaço de educação e cultura. (J.C.S.B, 65 anos, professor de história, frequentador)

Me sinto triste de ver ele assim abandonado a tanto tempo, já visitei quando era hospital e eu fui com minha mãe para ser vacinada. Vejo muito potencial nessa estrutura, meu sonho é ver aí uma universidade, um Sesc, um centro cultural, algo que tenha uma função educativa e de formadora cultural. Acho que ficar venerando a memória dos padres não ajudaria muito, tipo um memorial do seminário, coisa assim, porque acho que o pessoal da igreja já se sente bem donos do bairro. Acho que o que falta mesmo é mais cultura e formação para os jovens e idosos também. (N.S.E., 31 anos, arquiteta e artista, moradora)

Destaca-se, também, a necessidade de se querer um uso mais social para o edifício, próximo aos que de fato vivem à região:

Sim, deveria ser tombado, o edifício tem um grande valor afetivo para os moradores. Ele é um patrimônio material para o bairro que foi construído com ajuda dos moradores da região. Demolir esse edifício seria um ato terrível para a história do bairro. (J.S., 22 anos, estudante, moradora)

Conheço inclusive nas várias funções. Quando seminário, cedia a sua quadra para escolas fazerem a atividade física, capela maravilhosa que há lá assisti ao casamento de um primo. Foi extensão do hospital da Penha e fui várias vezes acompanhando minha mãe que possuía o plano de saúde do hospital da Penha. Depois ficou fechado como um elefante branco. Daria um lindo centro cultural, uma escola de jovens e adultos, ou centro de formação profissional ou tudo junto, há espaço para isso. Acho que o edifício deveria ser tombado, mas com função social, mas como envolve propriedade da igreja e os proprietários não gostam de tombamento pela obrigatoriedade da manutenção arquitetônica deveria ser protegido numa parceria

público privado e com cláusula que impeça a descaracterização. (S.R.G. 68 anos, professora de geografia aposentada, ex-moradora)

Nossa, já deveria estar tombado, é um patrimônio do bairro! Já trabalhei em muitos encontros feitos pela Igreja aí no Seminário! (N., 75 anos, aposentada, ex-moradora)

O seminário teve apenas uma resposta contrária ao tombamento, que inclusive critica a falta de manutenção de outros lugares importantes na Penha. Na opinião do participante, não há motivo para tomar as construções se não houver cuidados relacionados à sua manutenção e iluminação:

Conheço e acho inútil. Uma construção tão grande e ociosa que deveria ceder lugar a alguma faculdade, hospital, ou algum edifício residencial. A Penha parou no tempo. Tem coisas que deveriam ser preservadas, mas obrigatoriamente cuidadas, iluminadas em caráter especial como a casa mais antiga, onde já foi hospedado D.Pedro. Atrás ela transformou-se em um estacionamento. Lamentável. Deveria ser bem pintada e iluminada. O Grupo Escolar na Praça 8 também. Deveria ser iluminado. A Igreja do Rosário Iluminada de verdade. Aí sim valeria a pena conservá-las, mas, não na situação em que se encontram. Se fossem atrativas e chamassem atenção, aplausos, mas, na condição em que se encontram só quem é morador sabe. Um visitante, acha um monte de prédios velhos, somente. Não sabem da importância. A prefeitura deveria cuidar melhor. O jardim da biblioteca é ridículo. Cheio de mato. Pisoteado pelas pessoas do ponto de ônibus. Se alguém vem ao teatro, de outro bairro, deve achar ridículo. Nem quem trabalha no prédio, coloca uma gota de água nas plantas, que vivem morrendo. Muitos edifícios já perderam as características (...). Está tombado também prédios que já foram alterados e modernizados, para que? Concordo em conservar os que ainda tem as características antigas e não os que já foram mexidos (V.T., 66 anos, aposentada, moradora)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, diversas pesquisas na área da preservação do patrimônio cultural têm se voltado para a compreensão da percepção do habitante em que se busca compreender a relação da sociedade com suas referências culturais, identificando narrativas, lugares de memórias e as significações culturais existentes em um território. Muitos trabalhos passaram a recorrer a metodologias que, de alguma forma, reúnam a população em oficinas, inventários participativos, audiências públicas entre outros processos.

Essas experiências vêm crescendo, inclusive, dentro dos próprios órgãos de preservação que, muito recentemente em São Paulo, estão procurando se aproximar dos territórios de estudos por meio de parcerias com universidades, coletivos culturais, eventos e redes sociais. Contudo, essas experiências ainda não se refletiram na principal ação de preservação desses órgãos que é o instrumento do tombamento.

O próprio estudo de caso dessa pesquisa, o centro histórico da Penha, apresenta esse conflito. O trabalho, aqui desenvolvido, analisou o estudo do processo de tombamento do centro histórico da Penha que passou por tramitação no órgão municipal de preservação durante 14 anos. Apesar do processo ser resultado de indicações de ZEPECS pela população nos Planos Regionais das Subprefeituras de 2004, essas indicações não foram suficientes para se dizer que o tombamento do bairro contou com um processo participativo, uma vez que no estudo realizado pelo DPH não se verificou muito diálogo e procura por grupos sociais do bairro. Além disso, sofreu algumas alterações no decorrer de seu estudo, como a exclusão de bens de interesse de proteção pela população.

A presente pesquisa também apresentou diversos grupos culturais envolvidos com a questão da preservação do patrimônio cultural da área e constatou que as pessoas que moram e frequentam a região possuem um vínculo afetivo muito forte com o bairro. O trabalho identificou momentos de diálogo entre o DPH e a população penhense. Todavia, essa articulação só ocorreu após a efetivação do tombamento da área, servindo mais como momentos de esclarecimentos sobre o que o poder público tinha identificado como importante na região.

Ressaltamos que não se busca diminuir o trabalho do técnico, pautado em estudos complexos sobre o bairro, que procuraram entender a região a partir de sua morfologia, visuais, arquitetura, histórico, localização espacial e zoneamento. Tal estudo sinalizou a proteção do centro histórico, no âmbito urbano, estabelecendo diretrizes para novas intervenções ou

construções no outeiro, considerando suas qualidades urbanísticas, paisagísticas e acentuando alguns eixos visuais do bairro (SCHENKMAN, 2019).

Além disso, a população moradora e frequentadora da área reagiu ao tombamento de forma muito positiva, acreditando que o instrumento veio para “salvar a Penha” das dinâmicas imobiliárias perversas em relação à preservação do patrimônio.

O patrimônio é reflexo das significações culturais atribuídas a um território por meio de seus bens materiais e imateriais e este trabalho buscou compreender, de uma maneira prática, esses significados por meio da percepção do habitante, amparando-se em um instrumento que buscou permitir conhecer as representações urbanas do bairro da Penha. Nesse sentido, a pesquisa se utilizou das redes sociais como o principal instrumento intermediador desse diálogo.

Diversas são as maneiras de se construir um diálogo com a comunidade. Durante a pesquisa, inclusive, surgiu um momento de reflexão sobre outras formas de articulação com a sociedade em que seriam propostas conversas presenciais com a população em parceria com coletivos culturais, escolas e outras entidades do bairro. De todo jeito abarcaria menos pessoas comparado ao instrumental criado para este trabalho. Evitando a abrangência de novas metodologias e da própria extensão da pesquisa, definimos apenas um processo metodológico que acabou sendo nosso objetivo principal, buscando responder à pergunta: “O uso da rede social é um instrumento que contribui para a preservação do patrimônio”?

Optamos pelo uso das redes sociais, muitas vezes negligenciada pelo seu ambiente “desterritorializado”, em que o pesquisador não se encontra “face a face” com as pessoas. É certo que o espaço virtual possui suas limitações, como a exclusão dos não usuários da internet, alto número de informações falsas e diálogos muitas vezes simplificados. Contudo, suas possibilidades são enormes, sendo possível repensar a forma de se relacionar com o habitante, muitas vezes esquecido na produção dos saberes. Permite conhecer o posicionamento de pessoas que nem sempre estão engajadas em reuniões comunitárias, audiências públicas e outros processos participativos. Assim, a pesquisa buscou legitimar esse conhecimento, deslocando o habitante de uma ótica passiva – aquele que recebe o tombamento pronto - para uma posição de sujeito social na preservação do patrimônio ambiental urbano da Penha.

É justamente, neste sentido, que foi proposto uma metodologia a partir de uma abordagem etnográfica virtual, que possibilitou uma nova forma de se articular com os sujeitos. A rede social Facebook se mostrou interessante, inserindo a autora desta pesquisa na interface virtual, seja como observadora de alguns grupos, perfis e páginas relacionadas ao bairro da

Penha, seja a partir da aplicação de um questionário *online*, ambos auxiliando na tarefa de se conhecer a percepção do habitante penhense.

A autora desta pesquisa se colocou como um sujeito que, a partir do processo metodológico sugerido, construiu uma forma de estudo do patrimônio cultural, a partir dos resultados coletados, pautados na opinião de moradores, frequentadores, trabalhadores e ex-moradores.

Foram realizados levantamentos bibliográficos, em que se abordaram conceitos que acreditamos estar mais próximos da noção de patrimônio cultural que incluem a sociedade como sua principal mobilizadora. Nesse caminho, nos aproximamos do conceito de patrimônio ambiental urbano e noções como a memória social, as representações urbanas e o campo dos valores culturais. Desta forma, foi possível construir um referencial teórico que permitiu uma análise dessa temática no bairro da Penha.

Apresentamos uma trajetória histórica sobre a questão da participação social no âmbito das políticas de patrimônio cultural, entendendo que a inclusão da população como identificadora daquilo que é importante para ela mesma sempre foi desafiadora.

A ferramenta de pesquisa nos permitiu avaliar um universo de informações que foram, aos poucos, sendo filtradas de acordo com o interesse deste trabalho. A aplicação dos questionários foi uma das formas que encontramos para se trabalhar em um ambiente virtual. O processo metodológico nos possibilitou conhecer diversas informações sobre a área, além de compreender a posição dos participantes sobre o próprio tombamento do bairro.

Uma questão fundamental é a pergunta sobre em qual momento o procedimento metodológico/instrumento poderia ser utilizado para complementar estudos relacionados à preservação do patrimônio no âmbito da ação do órgão público. Certamente, este estudo deveria ocorrer ao longo do processo de tombamento, logo após à sua abertura, no momento em que o técnico busca responder qual seria o perímetro de proteção de um bairro e quais os lugares de importância da área deveriam ser tombados.

Neste caminho, as diversas percepções sobre o bairro – a técnica e a do habitante – poderiam se complementar, validando o cruzamento de distintos olhares. Apesar da área reconhecida como centro histórico da Penha pelo DPH ser quase semelhante à área do centro histórico da Penha descrita pelos participantes, suas justificativas são bem distintas. Enquanto o DPH reconhece uma área envoltória a partir da localização da Freguesia da Penha em 1897, com caminhos antigos e presença de outros bens tombados com áreas que influenciariam na definição de um centro histórico, a população justifica uma área de efervescência cultural: além de ser uma colina com uma paisagem e geografia muito característica em que ocorrem

manifestações culturais e religiosas, é um lugar com ruas antigas e estreitas que atravessam seu centro comercial, suas escolas, igrejas e outros imóveis históricos ou de importância cultural que além de marcarem diversas camadas de tempo, fizeram – e fazem – parte do cotidiano e da memória dos penhenses.

Da mesma forma, um inventário tradicional, da maneira que é estruturado hoje, não permite aferir os valores culturais atribuídos pela própria população penhense, nem ao menos identificam o que de fato esses imóveis tombados representam no território.

A igreja Nsa Sra. da Penha e o largo do Rosário, por exemplo, não são importantes só pelo seu “estado de conservação”, “dados arquitetônicos” e “histórico”, mas são lugares de celebrações religiosas, de memória e uso social, em que os penhenses rezam, se casam, participam de atividades, se encontram, conversam e, assim, vão criando seus vínculos com o lugar. São essas representações que conformam a relação entre um indivíduo e um lugar e dessa forma esses lugares são qualificados a partir daquilo que se é produzido e experimentado no mesmo.

Vimos que a identificação de valores é impulsionada por diversas motivações e neste caminho, foram identificados, de fato, pelo instrumental da presente pesquisa, os valores afetivos, pragmáticos e formais (MENESES, 1996) do ponto de vista do habitante.

O valor pragmático, envolve o uso dos bens culturais: às igrejas como lugar de culto, casamento e batizados; às escolas como o lugar em que os penhenses estudaram; os antigos cinemas, muito lembrados como importantes lugares de lazer no passado. Esse tipo de valor pode se tornar mais importante ao agregar outros valores que juntos dão mais identidade ao bairro. É por meio do uso desses espaços que a população cria vínculos com um lugar.

Neste caminho, é importante mencionar a presença de valor afetivo no bairro. Tal valor está diretamente relacionado a memória dos penhenses. Evidenciam as emoções dos indivíduos, suas lembranças e como elas afetaram sua relação com o lugar. Conforme já constatado, a ligação do sujeito com a cidade é uma ligação afetiva e os depoimentos dos participantes validaram tal afirmação. Sejam moradores, frequentadores ou ex-moradores, percebe-se que a formação de importantes laços sociais se deram por meio da interação entre os penhenses com os lugares do bairro: são nas escolas, igrejas, praças e comércios que se encontravam, criaram amizades, conheceram seus parceiros e formaram suas famílias.

Já o valor formal, é revelado a partir da presença de alguns lugares na paisagem do bairro: a “imponente” Basílica da Penha, as construções “antigas” e “belas” presentes no bairro, a ladeira que marca o “portal de entrada” para Penha, ou os edifícios “malconservados” e “abandonados”.

O valor cognitivo, certamente é o olhar técnico, que estuda a evolução histórica e morfológica do bairro, seus processos urbanísticos, sua localização espacial, influências estéticas nas arquiteturas, influências do planejamento, entre outros fatores.

O próprio estudo de tombamento, por exemplo, é uma visão técnica. É certo que a resolução de tombamento da área, considera os valores afetivos do bairro, contudo o processo por si só não justifica esses valores, pois estes só podem ser identificados na prática social. Envolvem as interações dos atores sociais, suas lembranças e percepções sobre o território.

Essa abordagem ainda nos permitiu conhecer outras referências de relevância no bairro além dos bens tombados, com destaque para o Centro Cultural, o Mercado Municipal, o Clube Esportivo da Penha, escolas do bairro e um imaginário relacionado aos antigos cinemas de rua da Penha. O questionário também possibilitou o conhecimento de referências não muito convencionais daquelas que são reconhecidas oficialmente pelos órgãos de preservação. Foram o caso das indicações de padarias, fábricas, comércios locais e outros lugares com técnicas e produções tradicionais existentes na região.

Importante chamar atenção para o caso do antigo seminário da Penha. Seu conflito foi abordado neste trabalho mostrando a disputa de distintos atores sociais sobre o território. É certo que a exclusão do edifício como um dos imóveis a ser tombado não representou um desejo da população penhense, mas sim a visão de grupos sociais bem específicos a partir de interesses imobiliários sobre a área. Contudo, com o tombamento do centro histórico e a rescisão da compra do terreno feita pela construtora, volta-se a pensar que o edifício pode vir a adquirir, futuramente, um uso social caso seja preservado.

O instrumento adotado é capaz de inovar o olhar do técnico, mobilizando a população por meio do compartilhamento e armazenamento de informações. Nesse sentido, o uso das redes sociais se mostrou de boa contribuição, conforme as respostas e percepções dos moradores sobre seus bens culturais expostas no Capítulo 4. Importante ressaltar que o ambiente virtual não substitui a experiência urbana, mas, sim, o complementa. No caso deste trabalho, foi de extrema importância para autora vivenciar fisicamente o bairro da Penha, conhecer os lugares citados pelos participantes e participar dos eventos que ocorreram na região.

As memórias se constroem por meio das experiências, acontecimentos e aprendizados adquiridos pelas pessoas e suas interações com os lugares ao longo dos anos. A forma como as pessoas se apropriam e interpretam suas experiências é o que confere valor a um lugar. “Sem as práticas sociais, não há significados sociais” (MENESES, 2006, p.37). Portanto, identificar os significados culturais de um território deve envolver todos os sujeitos sociais, sobretudo o habitante que é o que de fato possui sua vida afetada pelo patrimônio.

Um bem cultural não é algo independente das dinâmicas existentes. A dimensão histórica, afetiva, cultural da Penha, por exemplo, só existe porque as pessoas que vivenciam a região possuem uma relação de apropriação com esses bens. As significações culturais da sociedade só podem ser conhecidas e compreendidas a partir das experiências de vida dessas pessoas que são, de fato, as verdadeiras protagonistas do patrimônio cultural.

ALMEIDA, Patrícia Freire de (org.). **Territórios de Ururay**. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.

ALMEIDA, Patrícia Freire; MERCELINO, Julio Cesar José; NETO, João Luiz de Brito. **Movimentações pela Cultura: um painel dos movimentos culturais da região leste de São Paulo 1980-1990**. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2014.

ALMEIDA, Wilker de; MACEDO, Jorge Gonçalves de. **O bairro da Penha de França**. Arquivo Histórico de São Paulo/SMC, 2017. (Volume 31, coleção História de Bairros).

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**. Goiania, v.4, n.1, 2006. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. Os valores do Patrimônio Cultural, uma contribuição teórica para as políticas de conservação. **Arquitextos**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4387>> Acesso em: 07/04/2019.

ARAÚJO, Willian Fernandes. **As narrativas sobre os algoritmos do Facebook: uma análise dos 10 anos do Feed de Notícias**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

ATIQUÊ, Fernando. A midiaticização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.24, n.3 p.149-175, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000300149> Acesso em: 13/10/2019.

_____. **Arquitetando a “boa vizinhança”**. A sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano 1876-1945. (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRE, Marta de la. Values, valorization, and cultural significance. In: _____. **Values and heritage conservation, reserach report**. Los Angeles: GCI, 2000. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_research_report.html> Acesso em: 03 de julho de 2019.

BAFFI, Mirthes – O Igepac e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço, **Revista do Arquivo Histórico Municipal**, SMC, São Paulo, 2006.

BARBOSA, Frederico. Direitos Humanos, Patrimônio Cultural e Políticas Públicas. In: SOARES, I. V. P.; CUREAU, S. org. **Bens Culturais e Direitos Humanos**. Pg. 73- 104. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

BELORTE, Barbara. **Transformações e Permanências no Bairro da Penha em São Paulo**. 2016. Iniciação Científica - Universidade São Judas Tadeu. São Paulo.

BELORTE, Barbara; TOURINHO, Andrea de Oliveira. As distintas cidades por detrás das políticas de preservação e planejamento: Memória e desenvolvimento urbano no caso do centro

histórico da Penha em São Paulo. **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Natal, 2019. Disponível em: < <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1688>> Acesso em: 04/09/2019.

BLUESTONE, Daniel. Challenges for heritage conservation. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRE, Marta de la. in: **Values, valorization, and cultural significance reserach report**. Los Angeles: GCI, 2000. Disponível em: < https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_heritage_research_report.html> Acesso em: 03/07/2019.

BOMTEMPI, Silvio. **O bairro da Penha**: Penha de França, Sesmária de Nossa Senhora. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1969. (Volume 3, coleção História de Bairros).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado 1988.

_____. Presidência da República, **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937**.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Educação Patrimonial**: inventários participativos, manual de aplicação. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf> Acesso em: 14 de agosto de 2018.

CAJAZEIRA, Paulo Eduardo Silva Lins. A pesquisa em Ciências da Comunicação com o uso das novas mídias digitais. **Estudos em Comunicação**. Cariri, n.21, pag.61-73, 2017.

CARRILHO, Marcos José. O lastimável estudo da Casa Modernista transcorridos mais de vinte anos de seu tombamento. **Arquitextos**. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.062/442> Acesso em: 9/07/2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

CONPRESP. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. **Resolução nº 26, de 25 de agosto de 2004**. Disponível em: <www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=24122004R%20000262004SMC%20%20%20CONPRE>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CURY, I. (org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

D'ALAMBERT. Clara Correia. **Manifestações da arquitetura residencial paulistana entre as Grandes Guerras**. (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

DPH. Departamento do Patrimônio Histórico. **Processo administrativo nº 2007.0.301.445-1**. Processo de tombamento do centro histórico do bairro da Penha.

_____. **Cadernos do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (IGEPAC-SP)**. São Paulo: DPH, 1987.

FANJUL, S. C. Na verdade, o que [...] é exatamente um algoritmo? **El País**, versão online, Tecnologia, Madri (Espanha), 30.mar.2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/30/tecnologia/1522424604_741609.html>. Acesso em: 28/11/2019.

- FARIA, Adriana; BENTLEY, Gabriel. 25 motivos para amar a Penha. **Veja São Paulo**. São Paulo, 1 jun. 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/motivos-amar-penha>>. Acesso em: 14 abril 2019.
- FERNANDES, António Teixeira. "Espaço social e suas representações". **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto (Portugal): Universidade do Porto, 1992, pp. 61-99. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/Sociologia/article/view/2614/2398>>. Acesso em: 27/03/2019.
- FERREIRA, Luís Gustavo Pereira. **Emoldurando o cartão-postal através do qual se conhece São Paulo: poder, conflito e hegemonia no tombamento do Vale do Anhangabaú (1990-2000)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FIGUEIREDO, Vanessa G. B. O patrimônio e a lei: o papel das zonas especiais na preservação da paisagem e no desenvolvimento urbano. VI **Encontro Nacional da Anppas**, 2012, Belém: ANPPAS, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT16-685-398-20120621153728.pdf>>. Acesso em: 31 mar.2019.
- FIGUEIREDO, Vanessa G. B. Patrimônio, cidade e política urbana, hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo. **Arquitextos**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219>> Acesso em: 09 nov. 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- GILLI, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIARETTA, J. B. Z.; GIULIO G.M. O papel das tecnologias de comunicação e informação (TIC) no urbano do século XXI e na emergência dos novos movimentos sociais: Reflexões a partir de experiências na megacidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (online)**, São Paulo, nº1, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5535>> Acesso em: 8 de março de 2018.
- GERHARDT, Tatiana E; SILVEIRA Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GOULART, Flavio. A. A. Representações sociais, ação política e cidadania. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X1993000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- ICOMOS. International Council of Monuments and Sites. **Declaração de Québec: Sobre a preservação do “Spiritu loci”**. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Québec, 2008. Disponível em: Acesso em: 03/09/2019.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Declaração de Amsterdã, 1975**. Portal do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 90 nov. 2018.

- JESUS, Edson Penha, **Penha: de bairro rural a bairro paulistano – Um estudo do processo de configuração do espaço penhense**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. França: *Presses Universitaires de France*, 1989.
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014
- KNOENER, Luana Eroles . **Sociedade em rede: Facebook como personificação da hipermodernidade**, Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: Amazon, 2015.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 1999.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MACHADO, Jurema; BRAGA, Sylvia. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil**. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.
- MEMORIAL PENHA DE FRANÇA. **Retratos da Penha**, São Paulo, 2004. Acervo Digital.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. In: **CJ Arquitetura**, Rio de Janeiro, nº19, 1978.
- _____. O campo do patrimônio cultural, uma revisão de premissas. **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, Conferência Magna**. São Paulo, 1996.
- _____. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo; Souza, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.
- _____. Aula Magna ministrada por Meneses na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), “A questão da memória nas Ciências Sociais”, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CrExXTGAVKM&t=1084s>>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- _____. Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano. **Observatório Itaú Cultural**. São Paulo: Itaú Cultural, n.22. Disponível em: <<http://issu.com/serifaria/docs/revistaobservtorio-22>>. Acesso em: 23 março de 2018.
- MOVIMENTO CULTURAL DA PENHA. **Recados – Memória das relações entre a comunidade e o patrimônio**. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2011.
- NASCIMENTO, Douglas. Seminário da Penha. **São Paulo Antiga**, São Paulo, 21 abr. 2010. Disponível em: <www.saopauloantiga.com.br/socristo-salva-o-seminario-da-penha>. Acesso em: 14 abril 2019.
- NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a *gentrificação*: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. São Paulo, n. 5, set, 2017.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- NUNES, João F. Igansi; OLIVEIRA, Pricila Chagas. Cultura Digital e as Interfaces da Memória social: estudo sobre o compartilhamento de imagens digitais na Fanpage Acervo Digital Bar Ocident. **Revista Comunicação Midiática Online**. São Paulo, n.1, v.11, 2016. Disponível em:

< <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/107>> Acesso em: 21/10/2019.

OLIVEIRA, Abrahão de. Uma história escondida de São Paulo – Penha a capital do estado. **São Paulo in foco**, São Paulo, 3 dez 2013. Disponível em: < <http://www.saopauloinfoco.com.br/bairro-da-penha>>. Acesso em: 14 abril 2019.

PRATA J.M. **Patrimônio Cultural e Cidade**: práticas de preservação em São Paulo, 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício N.; ALMEIDA, Jalcione. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 26, v. 13, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n26/03.pdf>> Acesso em: 21/10/2019.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**, n.3, Rio de Janeiro, 1998.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. São Paulo: Coleção Cibercultura, 2014.

RODRIGUES, Cintia Nigro. **Territórios do patrimônio**: tombamento e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Unesp/Imesp/CONDEPHAAT/Fapesp, 2000.

RODRIGUES, Marly; TOURINHO, Andréa de Oliveira. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 70-91, jul./dez. 2016. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111915>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

ROLIM, Eliézer. A percepção do espaço urbano. Estudo das Ambientes Urbaines Architecturales. **IV Seminário Internacional Invisibilidades e Contradições no urbano**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. Disponível em: < <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-URBICENTROS-4.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

SÁ, Simone Pereira de. Netnografia nas redes digitais. In: PRADO, José Luiz Aidar (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002. p. 147-164.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Twitter e o Facebook foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SANTANA, Danielle de. **Do IGEPAC ao Território de Interesse da Cultura e da Paisagem**. Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa-CLC. 1º Curso de Capacitação para Gestores de Bens Culturais, 2017.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Identidade urbana e globalização**: a formação dos múltiplos territórios de Guarulhos – SP. São Paulo: Annablume, 2006.

SÃO PAULO. **Lei Municipal nº13.885**, de 25 de agosto de 2004. Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**, Lei nº16.050, São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. **Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano**. São Paulo, 1978.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O Direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. DPH: São Paulo, 1992.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. **Histórico Preliminar do bairro da penha**. Processo administrativo nº 2005.0.240.572-0. São Paulo, 2005.

_____. Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. **Regulamentação da área envoltória da Igreja Nossa Senhora do Rosário no Bairro da Penha**. Processo administrativo nº 2005.0.059.059-8. São Paulo. Prefeitura Municipal., 2005.

_____. Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. **Tombamento do conjunto do centro histórico da Penha**. Processo administrativo nº 2007.0.301.445-1. São Paulo, 2007.

_____. Secretaria Municipal da Cultura. **Solicitação de aprovação para construção de um edifício residencial**. Processo administrativo nº 2009.0.192.708-9. São Paulo, 2009.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbana. **Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo**, Lei nº16.402/2016.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**, Lei nº16.050/2014, São Paulo, 2014.

SEPLAN. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. **Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano**. São Paulo: Seplan, 1978.

SCIFONI, Simone. Tombamento e Participação social: Experiência da Vila Maria Zélia, São Paulo - SP. **Revista CPC (USP)**, v. 22, p. 176-192, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/121737>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

SCHENKMAN, Raquel. O tombamento como instrumento de orientação ao planejamento urbano e territorial: a proteção da paisagem do núcleo histórico da Penha, São Paulo – SP. **3º Simpósio Científico do ICOMOS**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/processos/8c730b0ce9484d26a58a.pdf>> Acesso em: 03/09/2019.

SHIRTS, Matthew. Histórias da Penha. **Veja São Paulo**, São Paulo, 5 dez 2016. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/historias-da-penha>>. Acesso em: 14 abril 2019.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Coletivos Tecnológicos e a produção colaborativa entre pares. In: MARINHO, Maria. G. M. C.; SILVEIRA, Sergio A.; MONTEIRO, Marko; DIAS, Rafael de Brito; CAMPOS, Cristina. (Orgs.) **Abordagens em ciência, tecnologia e sociedade**. Editora UFABC, São Bernardo do Campo, 2015.

SOMEKH, Nadia. Inovações na gestão do patrimônio cultural em São Paulo. In: **4º Colóquio Brasil - Portugal**, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/878219/inovacoes-na-protecao-do-patrimonio-cultural-em-sao-paulo>>. Acesso em 31 mar. 2019.

SOMEKH, Nadia. A construção da cidade, a urbanidade e o patrimônio ambiental urbano: O caso do Bexiga, São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo. n.22, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/121993>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

SOMEKH, Nadia. **Desenvolvimento sustentável e instrumentos urbanísticos no Bexiga: Cidade Compacta, Patrimônio Cultural e Urbanidade**. Fundo Mackenzie de Pesquisa, Mackpesquisa edital 2015. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo. São Paulo, 2018.

SUBPREFEITURA DA PENHA. **Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Penha**, São Paulo, 2004. Lei 13.885/2004, São Paulo, 2004.

STJ. **Ação Civil Pública**. Medida Cautelar nº 0128237.29.2012, da 12ª Vara da Fazenda Pública Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 21 de março de 2018. Lex: jurisprudência do STJ, São Paulo, v. 1 ao v. 13, jun. 2019.

TARDIVO, J. A.; PRATCHKE, A. Cidade como lugar de memórias. **Revista Memória em rede**.v.8, p.3-21, 2016.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. O patrimônio ambiental urbano e sua relação com os instrumentos urbanísticos de preservação na cidade de São Paulo. **Revista CPC (USP)**, v. 1, p. 12-39, 2017. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/127707>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

TOURINHO, Andréa de O.; BELORTE, Barbara. Memória e mudança nas representações sobre a Penha: em busca de seu conhecimento. **ARQ.URB**, v.16, p. 136-157, 2016.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural**. 1972. Disponível em: <whc.unesco.org> Acesso em: 01 de julho de 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. Algoritmos e Sites de Redes Sociais: uma discussão crítica sobre o caso do Facebook. **Revista Pós**. Brasília, v.14, n. 2, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/26491/23167>> Acesso em: 28/11/2019.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Os Valores. In: **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 - 51, junho 2012. Disponível em: < <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/471>>. Acesso em 31 mar. 2019.

ZANCHETI, S. M. Conservação Integrada e Planejamento Urbano: uma revisão. **Cadernos de estudos sociais**. Recife, vol.19 nº1 p.107 a 124, 2003. Disponível em: < <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/viewFile/1312/1032>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

ZANIRATO, S. H.. Patrimônio cultural, participação social e construção da cidadania. In: ZANIRATO, S. H. (Org.) **Participação Política: atores e demandas**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 115-127.

Sites consultados:

GEOSAMPA, São Paulo. Disponível em: <geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GESTÃO URBANA, São Paulo. Disponível em: <www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GRUPO URURAY, São Paulo. Disponível em: < <http://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com>>. Acesso em: 5 maio 2018.

MEMORIAL PENHA DE FRANÇA, São Paulo. Disponível em: <<http://www.memorialpenha.com.br>>. Acesso em: 5 maio 2018.

FACEBOOK. Disponível em: www.facebook.com

REPEP, São Paulo. Disponível em: <repep.fflch.usp.br> Acesso em: 13 jun. 2018.

WE ARE SOCIAL. Disponível em: <<https://digitalreport.wearesocial.com/download>>. Acesso em: 23 jun 2019.

COMUNICADO - RESOLUÇÃO n° 26/CONPRESP/2004 - REPUBLICAÇÃO

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, conforme decidido em sua 368ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de abril de 2006, no uso de suas atribuições legais, comunica a republicação da **Resolução n° 26/CONPRESP/2004**, referente à abertura de processo de tombamento dos imóveis enquadrados como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), de que trata a Lei n° 13.885, de 25 de agosto de 2004.

A presente republicação deve-se às correções de alguns itens constantes da sua publicação anterior no Diário Oficial do Município, de 28/12/2004, folhas 30 a 33.

Os Anexos I e II da Resolução n° 26/CONPRESP/2004 relacionaram os imóveis indicados como ZEPECs nos Livros dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras (PRES) da Lei n° 13.885/2004, bem como os imóveis já enquadrados como ZEPECs pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) no Quadro n° 06 da mesma Lei, que, até aquela data, não se encontravam protegidos por resoluções de tombamento ou de abertura de processo de tombamento do CONPRESP.

Contudo, em alguns casos, a descrição dos imóveis indicados como ZEPECs na Lei n° 13.885/2004 foi imprecisa, exigindo a verificação de cada item para sua identificação correta. Para tanto, o Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura, procedeu à revisão das informações através de consulta a cadastros, às Subprefeituras e à SEMPLA, além de vistorias aos locais indicados.

Desta verificação resultou a correção de alguns itens, que passam a integrar os Anexos I e II desta republicação da Resolução n° 26/CONPRESP/2004.

Ressalte-se que os Anexos I e II relacionam os mesmos imóveis, mas organizados de forma distinta. No Anexo I, os imóveis estão classificados por ordem crescente de Setor-Quadra-Lote(s). No Anexo II, os mesmos itens estão classificados por ordem alfabética de Subprefeituras.

As correções realizadas obedeceram aos seguintes critérios:

- 1) Retificação ou desdobramento de Endereço, Setor, Quadra e/ou Lote, sem prejuízo do reconhecimento do imóvel e/ou área, tal como foi anteriormente publicado;
- 2) Exclusão de itens cujas incorreções de Endereço, Setor, Quadra e/ou Lote, impossibilitavam a sua correta identificação, com respectiva inclusão do item ou itens corrigidos;
- 3) Exclusão devido à demolição comprovada de imóvel, antes da publicação da Resolução n° 26/CONPRESP/2004, ou por duplicidade de informação;
- 4) Inclusão de itens que, por equívoco, não constaram da publicação anterior da Resolução n° 26/CONPRESP/2004.

As exclusões e inclusões realizadas constam das Tabelas 1 e 2, apresentadas a seguir.

TABELA 1 - EXCLUSÕES

Classificados por ordem crescente de **Setor – Quadra – Lote(s)**

Nº	IDENTIFICAÇÃO (Motivo)	ENDEREÇO	SUBPREF (Código)	SETOR	QUADRA	LOTE(S)
1.	Casario da Al. Olga (retificação de endereço)	Al. Olga, nº 312 a 380	SP.LA	021	007	0017 a 0050
2.	Edifício Liceu Acadêmico de São Paulo (demolição antes da Resolução nº 26/04)	Rua Oriente, nº 123, 155	SP.MO	025	075	0125
3.	Antigo Lanifício Paulista (demolição antes da Resolução nº 26/04)	Rua João Boemer, nº 66 a 206	SP.MO	026	017	0126
4.	Casa à Rua Engenheiro Fox (duplicidade)	Rua Engenheiro Fox, nº 392	SP.LA	099	002	0198
5.	Conjunto de residências operárias do Jardim Matarazzo, o casario e a praça que compõe o conjunto (desdobrada em duas ZEPECs)	Situado na Avenida Assis Ribeiro e o eixo de intervenção urbana do córrego Mongaguá, próximo à Avenida Paranaguá.	SP.EM	111	346	

TABELA 2 - INCLUSÕES

Classificados por ordem crescente de **Setor – Quadra – Lote(s)**

Nº	IDENTIFICAÇÃO	ENDEREÇO	SUBPREF (Código)	SETOR	QUADRA	LOTE(S)
1.	Colégio Fernão Dias Paes	Av. Pedroso de Moraes, nº 420	SP.PI	015	029	0001
2.	Casario da Al. Olga	Al. Olga, nº 405 a 455	SP.LA	021	008	0030 a 0039
3.	Centro Histórico da Penha	Rua Coronel Rodovalho, Praça Nossa Senhora da Penha, Rua Santo Afonso, Rua Santíssimo Sacramento, Rua Major Ângelo Zanchi, Rua Doutor João Ribeiro incorporando o Teatro Martins Penna, Rua Erasmo Braga, Avenida Penha de França, Rua Comendador Cantinho fechando o perímetro.	SP.PE	061	025, 051, 052, 053, 054, 055, 057 (só Teatro), 149, 160, Praça Nossa Sra. da Penha	
4.	Conjunto de residências operárias do Jardim Matarazzo, o casario e a praça que compõem o conjunto	Começa na confluência da Rua José Lopes c/ Avenida Paranaguá, segue pela Avenida Paranaguá, Rua Euclides Pereira, Rua Manuel Teles Vitanco, Rua José Lopes Rodrigues segue pela Avenida Paranaguá até o ponto inicial.	SP.EM	111	354	0001 a 0068
5.	Imóvel localizado na Av. Paranaguá c/ Rua Victoria Simionato	Av. Paranaguá, nº 1462 esq. c/ Rua Victoria Simionato	SP.EM	111	407	0005
6.	Casa situada na Estrada do Cipó	Estrada do Cipó, na altura do nº 50	SP.PA	285	976	Zona Rural

RESOLUÇÃO nº 26/CONPRESP/2004 - REPUBLICAÇÃO

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – **CONPRESP**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da **Lei nº 10.032**, de 27 de dezembro de 1985, com as alterações introduzidas pela **Lei nº 10.236**, de 16 de dezembro de 1986, conforme decisão dos Conselheiros presentes à 333ª Reunião Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2004,

Considerando a necessidade de adotar medidas de proteção provisória, através da abertura de processo de tombamento, para os imóveis enquadrados ou propostos para enquadramento como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), de que trata a Lei Nº 13.885, de 25 de agosto de 2004;

Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 115 da referida lei, o qual determina que os imóveis indicados pelas Subprefeituras *“deverão ser encaminhados para análise do órgão competente de preservação do patrimônio e poderão ser enquadrados como ZEPEC mediante parecer favorável na revisão do Plano Diretor Estratégico prevista para 2006, ou por meio de lei específica”*;

Considerando que esses imóveis foram reconhecidos, no processo de discussão dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, como portadores de valor histórico, simbólico ou cultural pelas comunidades locais; e

Considerando a necessidade de se regulamentar de modo integrado com a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) e com as Subprefeituras as ZEPECs aprovadas por essa Lei.

RESOLVE:

Artigo 1º - ABRIR PROCESSO DE TOMBAMENTO dos imóveis enquadrados como **Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC)**, de que trata a Lei Nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, identificados nos Anexos que integram esta Resolução.

Parágrafo Único – Os imóveis identificados nos Anexos correspondem àqueles indicados pelas Subprefeituras ou pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) e que até esta data não se encontram protegidos por resoluções de tombamento ou de abertura de processo de tombamento do CONPRESP.

Artigo 2º - A instrução final deste processo de tombamento, e respectivas resoluções do CONPRESP, deverá ser realizada até o final dos prazos estipulados para a revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, previstos na Lei Nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, e na Lei Nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, que se encerram em 2006.

Artigo 3º - O prosseguimento da instrução técnica deste processo deverá contar com a necessária colaboração das Subprefeituras correspondentes e da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), no fornecimento de informações ou dados de que disponham a respeito dos imóveis enquadrados como ZEPEC.

Artigo 4º - Qualquer intervenção nos imóveis protegidos por esta Resolução deverá ser precedida de análise e aprovação de projeto pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e pelo CONPRESP, conforme estabelece a Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



RESOLUÇÃO Nº 13/CONPRESP/2018

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985 com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986, pela Lei nº 14.516, de 11 de outubro de 2007 e de acordo com a decisão dos Conselheiros presentes à **664ª Reunião Extraordinária**, realizada em **26 de fevereiro de 2018**, e

CONSIDERANDO o tombamento da Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, através das resoluções 05/CONPRESP/91 e SC 23/82 – CONDEPHAAT;

CONSIDERANDO o tombamento do antigo Grupo Escolar Santos Dumont, *ex-officio*, através da Resolução 29/CONPRESP/2014;

CONSIDERANDO o tombamento da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, *ex-officio*, através da Resolução 11/CONPRESP/2015;

CONSIDERANDO a abertura de processo de tombamento de imóveis na área da Penha através das resoluções 22/CONPRESP/2015 e 23/CONPRESP/2016;

CONSIDERANDO como Centro Histórico da Penha a área que equivale àquela da Planta da Cidade de 1897, cuja delimitação fica definida pelo polígono formado pelos seguintes logradouros:

- Avenida Celso Garcia CODLOG 047368-101, 047368-102, 047368-103, 047368-104, 047368-105, 047368-106 e 047368-107;
- Rua Ataleia CODLOG 099007-2 e 099007-1;
- Praça Antônio Castilho;
- Rua Rodovalho Junior CODLOG 172790-8 e 172790-7;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRES - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

- Segue pela margem sul da linha férrea [Divisa entre as quadras F244 e F020, F012, F003, F002 e F001] até a Rua Mario de Castro CODLOG 134678-1 e 134678-2;
- Avenida Gabriela Mistral CODLOG 077038-37;
- Rua Rondonópolis CODLOG 173762-1, 173762-2 e 173762-3;
- Rua Alberto Colombero CODLOG 004790-1 e 004790-3;
- Avenida Cangaíba CODLOG 041289-5, 041289-4, 041289-3, 041289-2 e 041289-1;
- Avenida Penha de França CODLOG 160520-1;
- Rua Padre João CODLOG 101001-1, 101001-2, 101001-3 e 101001-4;
- Praça Dona Micaela Vieira;
- Rua Doutor João Ribeiro CODLOG 104396-1, 104396-2, 104396-3, 104396-4, 104396-5, 104396-6 e 104396-7;
- Rua Doutor Almeida Nogueira CODLOG 007919-1;
- Rua Betari CODLOG 033367-4, 033367-5 E 033367-6;
- Rua Irapucara CODLOG 093211-8, 093211-9;
- Rua Santo Antero CODLOG 014834-8 até a divisa entre os lotes 0014 e 0083 da Quadra 156;
- Avenida Doutor Orêncio Vidigal CODLOG 150436-1;
- Rua Antonio Lamanna CODLOG 222402-3;
- Rua Alvinópolis CODLOG 009296-5, 009296-4, 009296-3, 009296-2;
- Segue pela margem norte da linha férrea [limite da quadra F023];
- Segue pela margem oeste do Rio Aricanduva até a Rua Alfredo de Franco CODLOG 415561;
- Avenida Aricanduva CODLOG 021814-6, 021814-5, 021814-3 E 021814-2.

CONSIDERANDO a significância do patrimônio cultural, ambiental, urbano, arquitetônico e arqueológico do Centro Histórico do Bairro da Penha, bem como de seu outeiro em que se destaca a Basílica de N. Sra. da Penha;

CONSIDERANDO a permanência dos caminhos originários do núcleo primitivo da Penha, definidores da estrutura viária local, e conseqüentemente da característica de centralidade que ainda hoje está presente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CONSIDERANDO a indicação para a preservação de remanescentes do conjunto edificado durante o processo de formação do Centro Histórico da Penha, em razão de ser uma das primeiras ocupações da cidade de São Paulo, especialmente quando observamos a região leste;

CONSIDERANDO que a presença da diversidade de tipologias arquitetônicas no Centro Histórico da Penha define a identidade daquela área urbana, e que a sua preservação é condição que distingue a paisagem do bairro da Penha na cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO que a preservação do conjunto de elementos citados anteriormente contribuirá para a continuidade da memória coletiva daquela área urbana;

CONSIDERANDO o valor afetivo que o Centro Histórico da Penha representa junto à população local;

CONSIDERANDO que esta Resolução é o resultado do estudo para a definição da proposta final de Tombamento do Centro Histórico da Penha, através do Processo Administrativo (PA) nº 2007-0.301.455-1, parte integrante do PA nº 2004-0.297.171-6, que trata da Abertura do Processo de Tombamento de imóveis propostos como ZEPEC pela Lei nº 13.885/2004, onde consta a Resolução 26/CONPRESP/2004 – consolidada e retificada pela Resolução 14/CONPRESP/2014, e ainda, a Resolução 05/CONPRESP/91 que tomba *ex-officio* a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, bem como, o PA nº 2005-0.059.059-8 que trata de definições para regulamentação da área envoltória da Igreja Nossa Senhora do Rosário e o PA nº 2005-0.240.572-0 no qual consta o histórico preliminar da região da Penha.

CONSIDERANDO o item 160 no Anexo I da Resolução 26/CONPRESP/2004, e posteriormente, o item 156 do Anexo I da Resolução 14/CONPRESP/2004 :



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Nº	IDENTIFICAÇÃO	ENDEREÇO	SUB	SETOR	QUADRA
160	Centro Histórico da Penha	Rua Coronel Rodovalho, Praça Nossa Senhora da Penha, Rua Santo Afonso, Rua Santíssimo Redentor, Rua Major Ângelo Zanchi, Rua Doutor João Ribeiro (incorporando o Teatro Martins Penna), Rua Erasmo Braga, Avenida Penha de França e Rua Comendador Cantinho fechando o perímetro.	SP-PE (Penha)	061	025, 051, 052, 053, 054, 055, 057 (só Teatro), 149, 160, Praça Nossa Senhora da Penha

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer parâmetros de análise e aprovação das intervenções físicas na área histórica protegida, localizada no bairro da Penha, na Prefeitura Regional da Penha, com base no disposto pelo inciso XI, do artigo 2º, da Lei 10.032 de 16/12/1986;

RESOLVE:

Artigo 1º - TOMBAR o CONJUNTO DE BENS constitutivos do espaço urbano na **ÁREA DO CENTRO HISTÓRICO DO BAIRRO DA PENHA**, . A saber:

I – Edificações - **ANEXO I**;

II – Espaços Públicos, Traçado Urbano e Obras de Engenharia em logradouros públicos - **ANEXO II**;

Parágrafo Primeiro: Os bens acima descritos estão inseridos no polígono ora definido como Centro Histórico da Penha e indicados nos **MAPAS** que integram esta Resolução com suas diretrizes específicas de proteção que constam nas tabelas anexas.

Parágrafo Segundo: Todas as intervenções nos bens tombados, definidos no Artigo 1º da presente Resolução, estão sujeitas à prévia análise, manifestação e aprovação do DPH/CONPRESP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Parágrafo Terceiro: Para os bens indicados no Anexo II:

- Deverá ser objeto de análise e deliberação do DPH/CONPRESP qualquer instalação de novos equipamentos ou mobiliário urbano, inclusive bancas de jornal e postos ou cabines de vigilância;
- Qualquer intervenção proposta deverá garantir a compreensão dos eixos visuais, da historicidade e da espacialidade desses locais;
- As intervenções que impliquem em escavações estão sujeitas à prévia análise e aprovação do DPH e CONPRESP, a partir de parecer do Centro de Arqueologia.

Artigo 2º - Para a compreensão da topografia do outeiro da Penha, visando garantir a proteção dessa paisagem, ficam estabelecidas as diretrizes definidas em tabela do **ANEXO III** para as quadras e seus respectivos lotes inscritos no polígono considerado como Centro Histórico da Penha.

Parágrafo Primeiro: Em complementação às diretrizes definidas na tabela do Anexo III, estão sujeitas à prévia análise e aprovação do DPH e CONPRESP:

- Os lotes das quadras 025, 052, 054 e 149 do Setor 061, com base na apreciação, caso a caso, de elementos que possam vir a interferir na ambiência, visibilidade e harmonia do conjunto tombado, tais como implantação, textura, cor e quaisquer outros que venham a ser identificados na análise da intervenção proposta;
- A Rua Irapucará (CODLOG 093211), a Rua Santo Antero (CODLOG 014834 segmento 8 onde forma-se um largo), a Praça Jornalista Alexandre Kadunc (área municipal/canteiro central da Rua Irapucará) e o imóvel à Rua Santo Antero s/nº com acesso à Av. Dr. Orêncio Vidigal (Setor 061 – Quadra 156 – Lote 0014-6), por serem entendidos como área envoltória do bem à Rua Vera Cruz nº 228 (Setor 061 – Quadra 156 – Lote 0015-4), devendo contribuir para manter na paisagem a leitura do percurso do antigo ramal ferroviário.

Parágrafo Segundo - As alturas máximas definidas nas diretrizes estabelecidas na tabela do Anexo III deverão ser tomadas a partir do nível médio da testada do lote até o ponto mais alto da cobertura da edificação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Parágrafo Terceiro – Ficam isentas de restrição as quadras e seus respectivos lotes em que assim esteja especificado nas diretrizes da tabela do Anexo III.

Parágrafo Quarto – Para efeito da regulamentação da área envoltória da Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, situada ao Largo do Rosário s/nº – Penha (Setor 061 - Quadra 055) valem as definições e diretrizes estabelecidas neste Artigo 2º e seus parágrafos anteriores.

Artigo 3º - Visando à preservação do patrimônio arqueológico do Centro Histórico da Penha, foram definidas áreas de potencial arqueológico, conforme estabelecido no **ANEXO IV** desta resolução.

Parágrafo Primeiro – Qualquer intervenção nessas áreas, incluindo a escavação ou instalação de qualquer tipo de equipamento e mobiliário urbano, deve ser submetida à prévia aprovação do DPH/CONPRESP e à análise e manifestação do Centro de Arqueologia.

Parágrafo Segundo – Fica obrigatória a contratação de serviço de Acompanhamento Arqueológico pelo Poder Público e suas empresas concessionárias em intervenções que afetem o subsolo em todas as áreas definidas no Anexo IV.

Parágrafo Terceiro – Fica obrigatória a contratação de serviço de Acompanhamento Arqueológico em lotes que venham a ser construídas edificações de alto porte, com mais de 10 metros de altura ou três pavimentos, no **PATAMAR SUL** da **ÁREA 1** e nas **ÁREAS 2 e 3** do **ANEXO IV**.

Artigo 4º - Em razão dos parâmetros fixados no Artigo 2º e tabela do Anexo III a serem observados pelos órgãos de licenciamento edilício (Prefeitura Regional da Penha ou Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL), **ficam dispensados da prévia análise do DPH e da prévia aprovação do CONPRESP** as intervenções realizadas nesses imóveis, com a **exceção** daqueles identificados no Parágrafo Primeiro do Artigo 2º.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Artigo 5º - O CONPRESP e/ou o Departamento do Patrimônio Histórico – DPH poderão, a qualquer tempo e desde que julgado necessário, requerer os processos referentes aos imóveis descritos no Artigo 2º para fins de análise técnica e eventual despacho decisório, visando à verificação do correto atendimento das disposições da presente Resolução.

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

RESOLUÇÃO Nº 22 / CONPRESP / 2015

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985 e alterações posteriores, e de acordo com a decisão dos Conselheiros presentes à **617ª Reunião Ordinária**, realizada em **29 de setembro de 2015**,

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas de proteção provisória, por intermédio da abertura de processo de tombamento, para os imóveis propostos para enquadramento como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), de que trata o Projeto de Lei de Zoneamento (PL 272/2015);

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo segundo do artigo 64 da Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, o qual determina ao Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, como órgão de preservação competente, a identificação de bens, imóveis, espaços ou áreas a serem enquadrados na categoria de ZEPEC, assim como a proposta de abertura de tombamento, a ser submetida à aprovação do CONPRESP;

CONSIDERANDO que os imóveis indicados são reconhecidos como portadores de valor histórico, simbólico ou cultural pelas comunidades locais e encaminhados à Câmara Municipal de São Paulo junto à revisão da Lei de Zoneamento pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano - SMDU;

RESOLVE:

Artigo 1º - ABRIR PROCESSO DE TOMBAMENTO dos IMÓVEIS PROPOSTOS COMO ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL (ZEPEC), de que trata o Projeto de Lei de Zoneamento (PL 272/2015) e identificados nos Anexos I e II que integram esta Resolução.



Anexo C

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Artigo 2º - Qualquer intervenção nos imóveis protegidos por esta Resolução deverá ser precedida de análise e aprovação de projeto pelo Departamento do Patrimônio Histórico - DPH e pelo CONPRESP, conforme estabelece a Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e alterações posteriores.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DOC 02/10/2015 – páginas 114 a 116



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

RESOLUÇÃO Nº 23 / CONPRESP / 2016

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e alterações posteriores, e de acordo com a decisão dos Conselheiros presentes à **636 Reunião Ordinária**, realizada em **20 de setembro de 2016**;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas de proteção provisória, por intermédio da abertura de processo de tombamento, para os imóveis indicados para preservação pela população através de solicitações encaminhadas ao DPH;

CONSIDERANDO que estes imóveis, compostos por estilos diversos e histórias distintas, agregam valor afetivo e referencial para a população;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo segundo do artigo 64 da Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, o qual determina ao Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, como órgão de preservação competente, a identificação de bens, imóveis, espaços ou áreas a serem enquadrados na categoria de ZEPEC, assim como a proposta de abertura de tombamento, a ser submetida à aprovação do CONPRESP;

CONSIDERANDO o contido no processo administrativo nº 2016-0.143.878-4;

RESOLVE:

Artigo 1º - ABRIR PROCESSO DE TOMBAMENTO dos IMÓVEIS indicados pela população, para a preservação COMO ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL (ZEPEC), e identificados no Anexo I que integra esta Resolução.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Anexo D

ANEXO I		
PREFEITURA REGIONAL	SQL	ENDEREÇO
PR-EM	111.390.0012-7	Rua Dr. Assis Ribeiro, s/nº
PR-IP	035.057.0171-8	Rua Gaspar Fernandes, nº 479 c/ Rua Pereira Nóbrega, nº 497 – Vila Monumento
PR-LA	020.036.0016-7	Rua Parintins, nº 120
PR-MO	003.060.0105 - 5	Rua André de Leão, nº 3, 43, 81, 91, 93, 93b-, 95, 99
PR-MO	027.019.0039-5	Rua Frei Gaspar, s/nº c/ Rua Dr. Almeida Lima, nº 993
PR-MO	027.022.0004-4 e 0043-5	Rua do Hipódromo, nº 987, 1027 e 1039
PR-MO	027.022.0036-2 e 0037-0	Rua Ipanema, nº 636, 634
PR-MO	027.022.0042 - 7	Rua Guarapuava, nº 136, 174
PR-MO	027.089.0012 - 9	Rua Pires do Rio, nº 287 a 509 c/ Rua Bresser, s/nº
PR-MO	027.085.0002 - 3	Rua Dr. Almeida Lima, nº 1134 e 1176
PR-PA	269.994.0000-0	Acesso pela Estrada de Itaquaquecetuba esquina com viela particular Luís Jamar
PR-PE	061.014.0034-4	Rua Padre Benedito de Camargo, nº 615 A 637
PR-PE	061.073.0198 - 4	Rua General Sócrates, nº 72 e 76
PR-PE	061.075.0029-4 a 0038-3 e 0075-8 a 0078-2	Rua Recife, nº 95 c/ Travessa Santo Del Passo – Casas 1 A 12
PR-PE	061.127.0016-6	Rua Arnaldo Vallardi Portilho, nº 103
PR-PE	061.143.0052 - 1	Rua Arnaldo Vallardi Portilho, nº 10
PR-PE	061.143.0053 - 1	Rua Coronel Rodovalho, nº 308 c/ Travessa Nossa Senhora da Penha, nº 26
PR-PE	061.150.0016-5	Rua Praça Nossa Senhora da Penha, nº 54
PR-PI	010.088.0004-1	Rua Padre João Manoel, nº 319
PR-PI	010.090.0001 - 2	Alameda Jaú, nº 1061
PR-PJ	077.003.0001-1	Av. Raimundo Pereira de Magalhães, nº 5214
PR-PJ	209.996.0001-0	Rua Stefano Mauser, nº 661
PR-SA	088.048.0001 - 1	Rua Américo Brasiliense, nº 630
PR-SE	018.005.0019-1	Avenida Tiradentes, nº 1565
PR-SE	002.022.0094-9	Rua Paula Souza, nº 529
PR-SE	006.002.0001-9	Rua da Consolação, nº 585
PR-SE	006.015.0247-7 A 318-1	Rua Sete de Abril, nº 230 e 244
PR-SE	007.061.0578-8	Rua do Arouche, nº 173, 175, 181, 183, 189, 211 c/ Rua Bento Freitas, nº 33 a 57
PR-SE	007.062.0196-5 a 292 -9	Largo do Arouche, nº 109



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

PR-SE	007.070.0010-6 A 0012-2/ 0014-9 A 0031-1 e 0033-5/ 0067-1 e 0068-8	Rua Do Arouche, nº 49
PR-SE	009.014.0003-3	Rua Itapeva, nº 700
PR-SE	010.050.0033-6	Rua Bela Cintra, nº 954
PR-SE	011.112.0168-4	Rua Sergipe, nº 753 e 767
PR-SE	011.113.0018- 6	Rua Bahia, nº 364
PR-SE	011.123.0118-6 A 0149 - 6	Rua Para, nº 222
PR-SE	018.031.0054-0 a 0069-9	Rua Afonso Pena, nº 379
PR-ST	070.024.0107-6	Avenida Amália Lopes De Azevedo, nº 190 c/ Rua Jose Vicente, nº 39
PR-ST	073.032.0002-9	Rua Voluntários da Pátria, nº 1068 c/ Rua Santa Eulália, s/nº
PR-VM	037.064.0013-8	Rua Domingos de Moraes, nº 1410, 1412
PR-VM	042.168.0001-7	Rua Santa Cruz nº 1181, 1191, c/ Rua Altino Rosa de Moraes, nº 23
PR-VM	042.168.0011-4 a 0016-5	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 47
PR-VM	042.168.0017-3 a 0022-1	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 69
PR-VM	042.168.0023-8 a 0028-9	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 91
PR-VM	042.168.0029-7 a 0034-3	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 115
PR-VM	042.168.0035-1 a 0040-8	Rua Altino Rosa de Moraes, nº 137 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.168.0041-6 a 0046-7	Rua José Brás De Queiroz, nº 4 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.168.0047-5 a 0052-1	Rua José Brás De Queiroz, nº 2
PR-VM	042.168.0053-1 a 0058-0	Rua José Brás De Queiroz, nº 8 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.168.0059-9 a 0064-5	Rua José Brás De Queiroz, 6 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.170.0010-3 a 0015-4	Rua Altino Rosa De Moraes, 24 c/ Rua Carlos Gerolomo Monaco, s/nº
PR-VM	042.170.0016-2 a 0021-9	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 48
PR-VM	042.170.0022-7 a 0027-8	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 70
PR-VM	042.170.0028-6 a 0033-2	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 92
PR-VM	042.170.0034-0 a 0039-1	Rua Altino Rosa De Moraes, nº 122 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.170.0040-5 a 0045-6	Rua Guilherme Soncini, nº 18 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.170.0046-4 a 0051-0	Rua Guilherme Soncini, nº 52
PR-VM	042.170.0052-9 a 0057-1	Rua Guilherme Soncini, nº 74
PR-VM	042.170.0058-8 a 0063-4	Rua Guilherme Soncini, nº 96 c/ Rua Carlos Gerolomo Monaco, s/nº
PR-VM	042.171.0006-1 a 0011-6	Rua Guilherme Soncini, nº 93 c/ Rua Carlos Gerolomo Mônaco, s/nº



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

PR-VM	042.171.0012-4 a 0017-5	Rua Guilherme Soncini, nº 65
PR-VM	042.171.0018-3 a 0023-1	Rua Guilherme Soncini, nº 35 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.171.0024-3 a 0029-9	Rua João Baptistussi, nº 18 c/ Rua Embuaçu, s/nº
PR-VM	042.171.0030-2 a 0035-9	Rua João Baptistussi, nº 56 c/ Rua Carlos Gerolomo Mônaco, s/nº
PR-VM	042.172.0001-3	Rua João Baptistussi, nº 55 c/ Rua Carlos Gerolomo Monaco, s/nº c/ Rua Embuaçu, s/nº c/ Avenida Dr. Ricardo Jafet, s/nº
PR-VM	04 2.174.0006-3 a 0011-1	Rua Rui Pinheiro Brisola, nº 26 c/ Rua Carlos Gerolomo Mônaco, s/nº
PR-VM	042.174.0012-8 a 0017-9	Rua Rui Pinheiro Brisola, nº 68 c/ Avenida Doutor Ricardo Jafet, s/nº
PR-VM	042.174.0018-7 a 0023-3	Rua Agostinho Asquini, nº 95 c/ Avenida Doutor Ricardo Jafet, s/nº
PR-VM	042.174.0024-1 a 0029-9	Rua Agostinho Asquini, nº 61
PR-VM	042.174.0030-6 a 0035-7	Rua Agostinho Asquini, nº 25 c/ Rua Carlos Gerolomo Mônaco, s/nº
PR-VM	042.175.0012-2 a 0017-3	Rua Agostinho Asquini, nº 26 c/ Rua Carlos Gerolomo Mônaco, s/nº
PR-VM	042.175.0018-1 a 0023-8	Rua Agostinho Asquini, nº 46
PR-VM	042.175.0024-6 a 0029-7	Rua Agostinho Asquini, nº 74
PR-VM	042.175.0030-0 a 0035-1	Rua Agostinho Asquini, nº 98
PR-VM	042.175.0036-1 a 0041-6	Rua Agostinho Asquini, nº 120 c/ Avenida Doutor Ricardo Jafet, s/nº
PR-VM	042.175.0042-4 a 0047-5	Rua Benedito Caim, nº 133 c/ Rua Santa Cruz, s/nº
PR-VM	042.175.0048-3 a 0053-1	Rua Benedito Caim, nº 111
PR-VM	042.175.0054-8 a 0059-9	Rua Benedito Caim, nº 87
PR-VM	042.175.0060-2 a 0065-3	Rua Benedito Caim, nº 65
PR-VM	042.175.0066-1 a 0071-8	Rua Benedito Caim, nº 43
PR-VM	042.175.0072-6 a 0077-7	Rua Benedito Caim, nº 19 c/ Rua Carlos Gerolomo Mônaco, s/nº
PR-VM	042.176.0006-2 a 0011-9	Rua Benedito Caim, nº 24 c/ Rua Carlos Gerolomo Mônaco, s/nº c/ Rua Santa Cruz, s/nº
PR-VM	042.176.0012-7 a 0017-8	Rua Benedito Caim, nº 48 c/ Rua Santa Cruz S/N
PR-VM	042.176.0018-6 a 0023-2	Rua Benedito Caim, nº 70 c/ Rua Santa Cruz, s/nº
PR-VM	042.176.0024-0 a 0029-1	Rua Benedito Caim, nº 92 c/ Rua Santa Cruz, s/nº
PR-VM	042.176.0030-5 a 0035-6	Rua Benedito Caim, nº 914 c/ Rua Santa Cruz, s/nº
PR-VM	042.209.0001-2	Rua Carlos Gerolomo Mônaco, nº 172 c/ Rua Rui Pinheiro Brisolla, nº c/ Avenida Doutor Ricardo Jafet, s/nº



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio
Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Artigo 2º - Qualquer intervenção nos imóveis protegidos por esta Resolução deverá ser precedida de análise e aprovação de projeto pelo Departamento do Patrimônio Histórico - DPH e pelo CONPRESP, conforme estabelece a Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e alterações posteriores.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DOC 01/10/2016 – páginas 111 e 112

DOC 24/05/2017 – página 18

ATA DA 492ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONPRESP

O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, no dia **03 de agosto de 2010**, às 9h30, realizou sua **492ª Reunião Ordinária**, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura, à Avenida São João, 473, 8º andar, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Walter Pires, representante do Departamento do Patrimônio Histórico, Vice Presidente, que assumiu a Presidência, em razão de férias do Presidente e representante da Secretaria Municipal de Cultura, José Eduardo de Assis Lefèvre; Marcos Cartum, representante suplente da Secretaria Municipal de Cultura; Carlos Eduardo Garcez Marins, representante suplente da Secretaria dos Negócios Jurídicos; Vasco de Mello, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil; Marcelo Manhães de Almeida, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que se retirou às 10h50; Toninho Paiva, representante da Câmara Municipal de São Paulo; Hussain Aref Saab, representante suplente da Secretaria Municipal da Habitação; Dácio Araújo Benedicto Ottoni, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo e Luiz Laurent Bloch, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Participaram, assistindo à reunião, Maria Letícia Maia Bandeira de Mello, Diretora da Divisão de Preservação, Sergio Luiz Abraão, Assistente Técnico do DPH; Renata Carvalho Naves, Assessora Parlamentar do Conselheiro Vereador Toninho Paiva, Aparecida Conceição Ribeiro Martines, Assistente do CONPRESP e Wanda Regina Placone da Costa, Secretária Executiva do CONPRESP. Foi dado início à Pauta. **1. Leitura, discussão e aprovação da Ata da 491ª Reunião.** A Ata foi aprovada, sem alteração. Antes de passar para o próximo item, o Conselheiro Marcelo solicitou inversão de pauta, para que ele pudesse relatar os processos que lhe foram distribuídos, tendo em vista compromisso externo às 11h. Após concordância dos Conselheiros presentes, o Conselheiro Marcelo passou a ler alguns trechos de seu relato, referente especificamente ao tombamento do antigo Seminário da Penha, situado à Rua Santo Afonso, 107, imóvel integrante do conjunto dos edifícios públicos e traçado urbano do Centro Histórico da Penha, indicados como ZEPEC – processo **2007-0.301.445-1**. Para esse imóvel tramita também o PA nº 2009-0.192.708-9, relativo a proposta de demolição e construção de edifícios residenciais nesse terreno. O Conselheiro defendeu a proposta de análise isolada do tombamento desse imóvel, em relação ao restante da área proposta como ZEPEC na Penha. O Conselheiro Walter defendeu a manutenção da análise conjunta de tombamento e regulamentação dessa área. Colocada em votação a proposta de análise isolada o Conselho deliberou favoravelmente. Votaram contrariamente os Conselheiros Walter e Marcos. Após discussões, deliberou-se por votar, individualmente, o tombamento do imóvel em questão e, por maioria de votos, o Conselho manifestou-se **CONTRÁRIO** ao tombamento do antigo Seminário da Penha, com voto favorável do Conselheiro Walter. Relatou também o processo **2007-0.142.508-0** - Aldo Cipriani - Projeto Modificativo para recuperação das fachadas do Edifício Viadutos - Praça General Craveiro Lopes, 19. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. Devido a ausência do Conselheiro Marcelo, o processo **2007-0.011.776-4** – CONPRESP - Revisão dos termos da Resolução 06/CONPRESP/1997, referente ao tombamento do Parque Ibirapuera e áreas residenciais adjacentes, **será deliberado em próxima reunião**. Passou-se ao próximo item da pauta. **2. Comunicação da Presidência e dos Conselheiros. 2.1.** – Ciência ao Conselho, da Carta do Memorial Penha de França, solicitando a preservação do Antigo Seminário da Penha, localizado à Rua Santo Afonso, 107; **2.2.** Autorização solicitada por Sonda Supermercados, para que arquitetos da empresa DBA Arquitetos apresentem as razões do pedido de cancelamento do tombamento do imóvel situado à Rua Carlos Vicari, 205 / 211. **2.3.** Apresentação, pelo arquiteto Carlos Antunes, de projeto de construção de imóvel, situado à Avenida João Dias, 966. **3. Leitura, discussão e decisão dos processos e expedientes relacionados na pauta: 3.1. RELATIVOS A TOMBAMENTOS:** Processo **2005-0.275.312-5**

- Lea Francesconi - Tombamento do imóvel situado à Rua Carlos Vicari, 205 / 211 – Relator: Conselheiro Walter. Em razão das alegações apresentadas pelo interessado, e por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2008-0.343.513-0** – CONPRESP - Tombamento da Chaminé da União, remanescente das antigas instalações da Cia União de Refinadores - Rua Borges de Figueiredo, 273 / 273 – Relator: Conselheiro Vasco. Após alteração do item II do artigo 3º da minuta de Resolução, passou-se à votação e, por unanimidade de votos dos presentes, foi **DEFERIDO** o tombamento, gerando a **Resolução 05/CONPRESP/2010.** Processo **2010-0.038.283-0** - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – DEPLANO - Cancelamento do tombamento do bem denominado Mansão Matarazzo, por decisão judicial - Avenida Paulista, 1230 – Relator: Conselheiro Aref. Por unanimidade de votos dos presentes, deliberou-se acatar a sugestão do Conselheiro Carlos Eduardo, pela qual o Conselho toma ciência do trânsito em julgado da decisão judicial que declarou nulo o tombamento do bem em foco, bem como determinou a exclusão de tal ocorrência dos cadastros administrativos de SMC. Processo **2010-0.134.209-3** - Helena Maria Caldeira e Caldeira - Abertura de Processo de Tombamento do Colégio Nossa Senhora do Morumbi e maciço florestal - Avenida Giovanni Gronchi, 4000 – Relator: Conselheiro Dácio. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.**

3.2. RELATIVOS A APROVAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS DE INTERVENÇÃO EM BENS PROTEGIDOS:

Processo **2005-0.196.368-1** - Wajsros e Correa Engenharia e Construções - Manejo de vegetação de porte arbóreo - Rua Portugal, 389 – Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO.** Processo **2009-0.272.116-6** - Carter Administração Imobiliária Ltda - Instalação de uma faixa de vidros de segurança sobre a mureta do terraço externo do 41º andar do Edifício Itália - Avenida São Luís, 50 – Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO, COM A SEGUINTE OBSERVAÇÃO:** Aprovado em caráter excepcional e provisório, tendo em vista a urgência em solucionar questões de segurança dessa área. Processo **2007-0.127.160-0** - Lupércio Penteado – Regularização - Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó, 134 – Relator: Conselheiro Vasco. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO, COM A SEGUINTE OBSERVAÇÃO:** A Regularização do imóvel não inclui a regularização do toldo. Processo **2010-0.147.270-1** - Ubirajara Spessoto de Camargo Freitas – Construção - Rua Borges de Figueiredo x Rua Guaratingueta x Rua João Antonio de Oliveira – Relator: Conselheiro Vasco. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO, COM A SEGUINTE DIRETRIZ:** - No chamado lote 4, a área do pavimento térreo voltada para a rua Borges de Figueiredo deverá ser, na parte frontal à chaminé remanescente, o mais desimpedida possível de obstáculos físicos, quer no piso, quer à meia altura, que possam comprometer a visualidade e o necessário destaque da chaminé, objeto do tombamento, como elemento fundamental na paisagem. Processo **2006-0.239.497-6** - Carmen Morales Miragaia de Souza – Demolição - Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra, 05 – Relator: Conselheiro Toninho Paiva. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO.** Processo **2010-0.153.629-7** - Maria Cecília Brotero Pereira de Castro – Regularização - Rua Conselheiro Crispiniano, 323 e 325 – Relator: Conselheiro Toninho Paiva. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2010-0.051.023-5** - Itaú Unibanco S/A - Reforma em loja situada no andar térreo do edifício Pasteur - Rua Marconi, 94 a 100 – Relator: Conselheiro Toninho Paiva. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO,** com a sugestão de que os fechamentos projetados nos vãos das esquadrias sejam executados com material que permita sua reversibilidade. Processo **2007-0.069.416-8** - CSL Empreendimentos Imobiliários Ltda - Demolição e Construção - Rua Safira, 43 e 45 e Rua Alabastro, 257 – Relator: Conselheiro Bloch. **O processo será deliberado em próxima reunião,** por se encontrar com o Conselheiro Marcelo, que pediu

vistas aos autos. Processo **2006-0.044.469-0** - Subprefeitura Pinheiros - Termo de Cooperação para requalificação urbanística da Praça Morungaba, situada no Jardim Paulistano – Relator: Conselheiro Bloch. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2009-0.210.228-8** - Sucre Participações Ltda - Restauro e reforma com aumento de área - Rua Cardoso de Almeida, 716 x Rua Doutor Homem de Melo, s/nº - Relator: Conselheiro Bloch. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO, COM AS SEGUINTE DIRETRIZES: 1)** O detalhamento da técnica a ser adotada para a execução dos níveis dos sub-solos e o dimensionamento da estrutura de sustentação do bem tombado, apresentado por empresa com comprovada experiência em obras afins; **2)** A preservação e restauro das escadas de mármore da fachada SE e das soleiras das portas das varandas do “dormitório principal” e da “sala de visitas”; **3)** O critério de diferenciar as intervenções novas dos elementos arquitetônicos primitivos, possibilitando uma rápida compreensão das adaptações e permitindo a leitura do projeto original: os novos pisos de madeira, as novas esquadrias, os novos pisos cerâmicos, etc. Pelo mesmo princípio, as esquadrias removidas não devem ser utilizadas em novos locais; **4)** As paredes suprimidas devem manter testemunhos de sua existência, para tanto, deixar essa evidência nos desenhos dos pisos e dos forros e na junção com as demais paredes; **5)** O acesso a ser criado na varanda deverá ter porta com padrão tipológico diferente dos elementos arquitetônicos e ornamentos primitivos; **6)** Manutenção dos dois pilares decorados situados na esquina da rua Cardoso de Almeida e rua Homem de Melo; **7)** Manutenção integral dos gradis (respiro do subsolo da casa). Processo **2008-0.363.341-2** - SMC / CONPRES - Recurso de multa - Rua Almirante Pereira Guimarães, 408 – Relator; Conselheiro Aref. Por maioria de votos dos presentes, com abstenção de votos dos Conselheiros Carlos Eduardo, Dácio e Bloch, foi **dado provimento parcial ao recurso, permanecendo na íntegra a decisão da aplicação da penalidade.** Processo **2010-0.081.748-9** - Ejzemberg CMAPRH Participações Ltda – Regularização - Avenida Pacaembu, 1105 – Relator: Conselheiro Aref. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO.** Processo **2010-0.015.066-2** - Ejzemberg CMAPRH Participações Ltda - Reforma com mudança de uso - Avenida Pacaembu, 1105 - Relator: Conselheiro Aref. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO.** Processo **2009-0.279.934-3** - FDE-Fundação Desenvolvimento da Educação - Reforma e Recuperação – EE. Romão Puigari - Avenida Rangel Pestana, 1482 – Relator: Conselheiro Dácio. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO, COM A SEGUINTE DIRETRIZ:** Providenciar, para estudo, seguindo as indicações do próprio interessado, em folhas 533 do processo, a retirada dos muros laterais ao edifício, do seu alinhamento com a fachada, para liberar as visuais do volume e características do edifício. Processo **2010-0.124.288-9** - José Bezerra Oliveira - Recurso de multa – FUNCAP - Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra, 89, 93 e 99 – Relator: Conselheiro Dácio. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2007-0.322.693-9** - Ana Lucia de Andrade Lanches ME - Autorização para colocação de mesas e cadeiras no passeio público - Largo da Matriz Velha de Nossa Senhora do Ó, 41 – Relator: Conselheiro Dácio. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2007-0.169.888-4** - Monica Asami Takamina ME - Regularização de anúncio – CADAN - Rua Marconi, 113 – Relator: Conselheiro Carlos Eduardo. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2008-0.340.429-4** - MM Som Eletro Eletrônico - Regularização de anúncio – CADAN - Rua Santa Ifigênia, 372 - Relator: Conselheiro Carlos Eduardo. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2009-0.094.261-0** - Biofast Medicina e Saúde Ltda - Regularização de anúncio – CADAN - Praça da Sé, 159 - Relator: Conselheiro Carlos Eduardo. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2010-0.164.847-8** - Eletrician & Building Engenharia e Comércio SBC

Ltda - Lavagem da fachada frontal do Condomínio Edifício Itacolomy - Rua Quintino Bocaiúva, 231 - Relator: Conselheiro Carlos Eduardo. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Como extra pauta, o Conselheiro Walter apresentou os processos: **2010-0.099.424-0** – Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE – Restauo do Caetano de Campos – edifício sede da Secretaria da Educação – Praça da república, 53. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO, COM A SEGUINTE DIRETRIZ:** Deverá ser apresentado novo estudo para paisagismo externo ao edifício e para posição dos gradis de proteção. Processo **2008-0.076.729-9** – Subprefeitura Freguesia / Brasilândia – Restauo da Igreja Matriz da Freguesia do Ó – Largo da Matriz, s/nº. Por unanimidade de votos dos presentes, o processo foi **DEFERIDO.** Nada mais havendo a deliberar, a reunião foi encerrada às 13h15. Para constar, eu, Wanda Regina Placone da Costa, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, será assinada pelos Conselheiros.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

ATA DA 528ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONPRESP

O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, no dia **20 de dezembro de 2011**, às 9h45, realizou sua **528ª Reunião Ordinária**, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura, à Avenida São João, 473, 8º andar, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: José Eduardo de Assis Lefèvre, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Presidente; Walter Pires, diretor e representante do Departamento do Patrimônio Histórico; Vereador Adilson Amadeu, representante da Câmara Municipal de São Paulo; Carlos Eduardo Garcez Marins, representante suplente da Secretaria dos Negócios Jurídicos; Nadia Somekh, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil; Luiz Laurent Bloch representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Marcelo Manhães de Almeida, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Participaram, assistindo à reunião, Fátima Martim Rodrigues Ferreira Antunes, Diretora Substituta da Divisão de Preservação; Doutor Carlos Luiz Hoty Júnior, Assessor Jurídico do Vereador Adilson Amadeu; Sergio Luiz Abrahão, Assistente Técnico do DPH; Lucia Maria Bitancourt Martins Campos, Assistente Técnico do Departamento do Patrimônio Histórico e Wanda Regina Placone da Costa, Secretária Executiva do CONPRESP. Foi dado início à pauta.

1. LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA 528ª REUNIÃO. A Ata foi aprovada. **2. COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA E DOS CONSELHEIROS:** **2.1.** – Apresentação solicitada pelo Conselheiro representante suplente do IAB José Geraldo Simões Júnior de seu parecer referente ao processo **2006-0.141.196-6** – Academia Brasileira de Artes, Cultura e História – Regularização do imóvel conhecido como “Casa da Fazenda do Morumbi” – Avenida Morumbi, 5594. O processo, atendendo às recomendações do Conselheiro, deverá retornar ao Departamento do Patrimônio Histórico para definição das intervenções técnicas, com posterior apreciação pelo Conselho, que permitam a regularização solicitada. **2.2.** Apresentação solicitada pela proprietária do imóvel, Rosa Thereza Basile, referente ao pedido de tombamento da “Chácara da Fonte”, efetuado pela Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene, e realizada por Roberto e Ana Maria Basile, e a advogada doutora. Ana Lúcia. **2.3.** Ciência ao Conselho, do atendimento das diretrizes exaradas por ocasião da aprovação, na 512ª Reunião Extraordinária, do projeto de demolição e construção de imóvel situado à Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 325 e 351, referentes à elaboração de diagnóstico arqueológico preliminar. Processo **2011-0.057.701-3.** **2.4.** Ciência ao Conselho da apresentação do projeto preliminar de requalificação ambiental e cultural da Alameda Gabriel Monteiro da Silva, proposto pela Associação Alameda Gabriel – Processo **2010-0.325.908-8.** **3. LEITURA, DISCUSSÃO E DECISÃO DOS SEGUINTE PROCESSOS E EXPEDIENTES:** **3.1. PROCESSOS PAUTADOS NA 527ª REUNIÃO ORDINÁRIA E PENDENTES DE DELIBERAÇÃO - RELATIVOS A TOMBAMENTOS:** Processo **2004-0.231.756-0** - Departamento do Patrimônio Histórico - Tombamento do Aeroporto de Congonhas – Relator: Conselheiro Ricardo. O processo deverá ser encaminhado ao Departamento do Patrimônio Histórico – Assessoria Jurídica solicitando certidões de inteiro teor relativas à identificação da propriedade do imóvel. Processo **2010-0.271.055-0** – Departamento do Patrimônio Histórico – Tombamento da residência Boris Fausto – Rua Gaspar Moreira, 309 – Butantã. Relator: Conselheiro Bloch. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2010-0.301.409-3** – Departamento do Patrimônio Histórico - Abertura de Processo de Tombamento dos imóveis do núcleo São Joaquim – Pirapitingui, definido pelo polígono formado pelas ruas Fagundes, Galvão Bueno, Tamandaré, Antonio Prudente, Vergueiro e Avenida Liberdade, no bairro da Liberdade – Relatora: Conselheira Nadia. Em razão do de tempo hábil para relato, **o processo será deliberado em próxima reunião.** **3.2. PROCESSOS PAUTADOS NA 527ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA E PENDENTES DE DELIBERAÇÃO- RELATIVOS À APROVAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM BENS PROTEGIDOS:** Processo **2011-0.086.148-0** – Caixa Econômica dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP – Conservação e reparos externos nas fachadas – Rua Boa Vista, 293 – Centro. Relator: Conselheiro Carlos. O processo deverá ser encaminhado à SEHAB. Processo **2003-0.312.388-1** – Fundação São Paulo – Projeto de adaptação às normas de segurança – Rua Marquês de Paranaguá, 111 – Consolação. Relator: Conselheiro Carlos. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião.** Processo **2011-0.230.017.5** – Condomínio Edifício Daniel Martins Ferreira – Regularização de Estação Rádio

Base para Telefonia Celular – Largo do Paiçandu, 51 – Centro. Relator: Conselheiro Carlos. O processo deverá ser encaminhado para SEHAB. Processo **2009-0.353.364-9** – Nextel Telecomunicações Ltda – Instalação de Estação Rádio Base para Telefonia Celular – Rua Riachuelo, 326 – Centro. Relator: Conselheiro Carlos. Pela maioria dos votos e abstenção do Conselheiro Ricardo, o trâmite do processo foi considerado **PREJUDICADO**. Processo **2010-0.328.870-3** – Angela Maria Silva – Regularização – Rua Oscar Bressane, 311 – Jardim da Saúde. Relator: Conselheiro Carlos. Por unanimidade, o processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2011-0.072.543-8** – Emílio Terreri – Desdobro de Lotes – Rua Doutor José Elias, 204 e 210 – Lapa. Relator: Conselheiro Carlos. Pela maioria dos votos, o trâmite do processo foi considerado **PREJUDICADO** tendo em vista que os documentos apresentados comprovam a existência de dois lotes já estabelecidos. O Conselheiro Ricardo votou como favorável com diretrizes. Processo **2011-0.145.124-2** – Limmat Participações S/A – Remembramento de lotes – Rua Holanda, 65 x Rua Espanha, 91 – Jardim Europa. Relator: conselheiro Carlos. Por solicitação do conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2011-0.073.604-9** – Julio Capobianco Filho – Desmembramento de lotes – Rua Itapirapuã, 271 x Rua Santa Cristina, 344 – Jardim América. Relator: Conselheiro Carlos. O processo deverá retornar ao Departamento do Patrimônio Histórico para esclarecimentos. Processo **2011-0.119.464-9** – FBM Intermediação de Negócios Ltda – Reforma com acréscimo de área – Avenida do Cursino, 2360 – Jardim da Saúde. Relator: Conselheiro Carlos. O processo deverá retornar à Subprefeitura do Ipiranga. Processo **2011-0.069.422-2** – Albano Brasil Frizzo Filho – Regularização – Rua Alagoas, 1066 – Pacaembu. Relator: Conselheiro Carlos. O processo deverá retornar à Subprefeitura da Sé. Processo **2009-0.374.024-5** – CONPRESP – Recurso à aplicação de multa FUNCAP, interposto por Jacob Szejnfeld – Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 4417 – Jardins. Relator: Conselheiro Ricardo. O processo foi retirado de pauta. Processo **2009-0.373.992-1** – SMC/CONPRESP – Recurso à aplicação de multa, interposto por Jacob Szejnfeld – Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 4407 – Jardim Paulista. Relator: Conselheiro Ricardo. O processo foi retirado de pauta. **3.3. Processos Pautados para 528ª Reunião Ordinária. Relativos a Tombamento.** Processo **2009-0.242.436-6** – Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene – Tombamento da gleba conhecida como “Chácara da Fonte” – Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 795 – Butantã. Conselheiro Relator: Conselheiro Carlos. Retirado da pauta, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2008-0.080.953-6** – Gabriel Rostey Gonçalves Mura – Tombamento do imóvel situado à Rua Padre João Manoel, 108 – Cerqueira César. Relator: Conselheiro Carlos. Retirado da pauta, pois a Diretoria do DPH está complementando seu parecer técnico, **o processo será deliberado em próxima reunião**. **3.4. Processos Pautados para a 528ª Reunião Ordinária. Relativos à Aprovação de Projetos de Intervenção em Bens Protegidos.** Processo **2010-0.170.971-0** – Celso Figueiredo Filho – Regularização – Rua do Tesouro, 47 – Centro. Relator: Conselheiro Adilson. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2010-0.192.017-8** – Banco Santander Brasil S/A – Regulamentação de anúncio – Avenida São Luis, 208 – Centro. Relator: Conselheiro Adilson. Por unanimidade de votos, o processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2011-0.307.705-4** – Condomínio Edifício Ana Maria – Regularização de Estação Rádio Base para Telefonia Celular – Rua Conselheiro Ramalho, 96, 100 e 104 – Bela Vista. Relator: Conselheiro Adilson. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. Processo **2003-1.043.632-6** – José Geraldo Amaral Campos – Regularização – Rua Platina, 1336 x Rua Monte Serrat – Vila Brasil. Relator: Conselheiro Carlos. Por unanimidade de votos e tendo em face o decidido por PGM. AJC, em estrito cumprimento de dever legal de aceitar o proposto, o processo foi **DEFERIDO**. Processo **2008-0.272.372-8** – PJM Empreendimentos Imobiliários SPE S/A – Demolição e Construção – Rua Padre João Manoel, 89 e 109 – Cerqueira César. Relator: Conselheiro Carlos. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2011-0.346.761-8** – SMC/ CONPRESP – Denúncia de obras irregulares – Avenida Pacaembu, 1024 – Pacaembu. Relator: Conselheiro Carlos. O processo deverá retornar ao Departamento do Patrimônio Histórico. Processo **2011-0.067.053-6** – Moacyr Luiz Largman – Regularização – Rua Itápolis, 219 – Pacaembu. Relator: Conselheiro Ricardo. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. Processo **2011-0.152.694-3** – Maria Elizabeth de Menezes Corigliano – Regularização – Rua Dom Henrique, 545 – Jardim Lusitânia. Relator: Conselheiro Ricardo. Por unanimidade de votos, o

processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2010-0.196.869-3** – Fabio Bahjet Fares – Construção – Avenida Europa, 368 e 394 – Jardim Europa. Relator: Conselheiro Marcelo. Por solicitação do conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2009-0.192.708-9** – Vitor Wjuniski – Construção – Rua Santo Antonio, 107 – Penha. Relator: Conselheiro Marcelo. Por maioria dos votos, com abstenção do Conselheiro Adilson e votos contrários dos conselheiros Walter e José Eduardo, o Processo foi **DEFERIDO**. Processo **2011-0.273.279-2** – Cimasa S/A Administradora de Bens – Construção e desdobro de lotes – Rua Domingos Paiva, 206, 224 e 240 – Brás. Relator: Conselheiro Luiz Bloch. Por solicitação do conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2011-0.315.426-1** – Maria Aparecida das Neves – Construção – Rua Cardoso de Almeida, 2468 – Perdizes. Relator: Conselheiro Luiz Bloch. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2011-0.315.426-1** – Maria Aparecida das Neves – Construção – Rua Cardoso de Almeida, 2468 – Perdizes. Relator: Conselheiro Luiz Bloch. Por solicitação do conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2011-0.253.075-8** – Kallas Jade Empreendimentos Imobiliários Ltda – Projeto Modificativo de reforma com aumento de área – Rua Dutra Rodrigues, 77 – Luz. Relatora: Conselheira Nadia. A Conselheira solicitou uma apresentação do projeto em plenário pelo interessado. **O processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2010-0.241.347-4** – Meritor Comércio e Incorporação de Imóveis Ltda – Recurso ao indeferimento do pedido de regularização – Rua Gassipos, 336 – Vila Mariana. Relatora: Conselheira Nadia. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. Processo **2010-0.085.730-8** – Banco Itau Unibanco S/A – Recurso ao pedido de regularização – Avenida Doutor Arnaldo, 2197 – Sumaré. Relator: Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2011-0.033.369-6** – Roberto Yamato – Reforma – Rua Antonio Carlos da Fonseca, 98 – Jardim da Saúde. Relator: Conselheiro Walter. Por solicitação do Conselheiro, **o processo será deliberado em próxima reunião**. Processo **2011-0.066.881-7** – Marly Koraicho – Recurso ao indeferimento do pedido de reforma – Rua Treze de Maio, 724 – Morro dos Ingleses. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. **Processos com proposta de indeferimento, por não atendimento ao comunique-se, conforme deliberado na 514ª Reunião Ordinária, de 02 de Agosto de 2011.** Processo **2011-0.122.707-5** – Eduardo Aziz Nader – Construção – Rua Dom João, VI, 57 – Jardim Lusitânia. Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2011-0.192.257-1** – Nardelli Industrial Ltda – Construção – Rua Conselheiro Ramalho, 830 – Bela Vista. Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2011-0.169.262-2** – R.A.M.F Administração e Participações Ltda – Obras emergenciais que contemplam pintura externa e interna, reparos em alvenaria e limpeza – Rua Mariano Procópio, 30 – Vila Monumento. Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2011-0.161.442-7** – Roberto Galbraith Haddad – Regularização – Rua Cardoso de Almeida, 1275 – Pacaembu. Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **INDEFERIDO**. Processo **2010-0.308.189-0** – Reinaldo Chaim – Reforma com acréscimo de área – Rua Major Natanael, 205 – Pacaembu. Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **INDEFERIDO**. **Processos que serão examinados em bloco, conforme deliberado na 518ª Reunião Ordinária, de 20 de setembro de 2011.** Processo **2011-0.309.064-6** – Maria Conceição Piassi – Regularização – Rua Sargento Basílio Manuel de Santana, s/nº - São Miguel. Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. Como extra-pauta, foram apresentados os processos: **2011-0.288.343-0** – Condomínio Edifício Copan – Conservação e instalação de telas de proteção tipo fachada e remoção de pastilhas – Avenida Ipiranga, 200 – Centro. Relator: conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**, com as seguintes diretrizes: 1. As pastilhas que apresentam descolamento, após sua retirada, deverão ser armazenadas para possível reaproveitamento na recomposição do revestimento. 2. Para a restauração propriamente dita, interessado deverá apresentar projeto completo que contemple desenhos, relatório técnico de diagnóstico com identificação das patologias, assim como memorial descritivo sobre os procedimentos para restauração assinados por profissional competente. Processo **2011-0.332.978-9** – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – DEPAVE – Intervenções de readequação do Viveiro Manequinho Lopes – Parque Ibirapuera. Relator: Conselheiro Walter. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**, com a seguinte diretriz: 1. Deverá ser

apresentado o projeto básico das intervenções para análise do DPH e deliberação do CONPRESP. Processo **2011-0.355.899-0** – Departamento do Patrimônio Histórico – Abertura de Processo de Tombamento dos antigos Armazéns Gerais Piratininga – Rua da Mooca, 1415 – Mooca. Trata-se de conjunto de galpões projetados pelo arquiteto Victor Dubugras, no início do século passado, para o qual - por conta de seu interesse, localização e estado de conservação - foi solicitada pela equipe da Divisão de Preservação/DPH a proteção provisória através de abertura de processo de tombamento. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. Processo **2011-0.355.928-8** Departamento do Patrimônio Histórico - Abertura de Processo de Tombamento do imóvel neocolonial – Avenida Angélica, 1596. Trata-se de excelente exemplo de antiga residência em estilo neocolonial, localizada na Avenida Angélica, lindeira à Praça Buenos Aires, em bom estado de conservação, adaptada adequadamente para novos usos. O Conselheiro Walter, por solicitação do Conselho, estabeleceu o prazo de cento e vinte dias para a instrução final desses processos pelo Departamento do Patrimônio Histórico. Por unanimidade de votos, o processo foi **DEFERIDO**. Nada mais havendo a deliberar, a reunião foi encerrada às 13h10. Para constar, eu Aparecida da Conceição Ribeiro Martines, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, será assinada pelos Conselheiros.

DOC 24/01/2012 – P. 46

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

 **Penha De França Transformações Permanências**
Publicado por Barbara Belorte [?] · 7 de dezembro de 2018 · 🌐

Olá pessoal! Estamos realizando uma pesquisa sobre o recente tombamento do bairro da Penha. Participem da pesquisa, respondendo nosso questionário! É muito importante, para nós, entender o que a Penha representa para quem de fato vivencia esse lugar (moradores, frequentadores, trabalhadores, ex-moradores). Segue o link abaixo.
<https://goo.gl/forms/6DMQJn2FcVgTBSQq2>

Agradecemos desde já quem puder participar! Aos que já preencheram, nosso muitíssimo obrigado!!



DOCS.GOOGLE.COM
PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO DA PENHA
Olá! Você sabia que o bairro da Penha foi tombado recentemente? O...

   807

186 comentários 192 compartilhamentos

-  Acompanha Todas as Conquistas
Jesum Biasin Nascido e Criado na Penha
Eu saí Da Penha ... [Ver mais](#)   8
[Curtir](#) · [Responder](#) · [Mensagem](#) · 35 sem
-  Acompanha Todas as Conquistas
Sandra Aparecida Rodrigues Nasci e Vivi vivo ainda na Penha, meus filhos e netos tambem nasceram na Penha
[Curtir](#) · [Responder](#) · [Mensagem](#) · 31 sem  3
-  **Edison Costa** Amo esse bairro. É a minha casa. Conheço cada canto dele. Estudei, trabalhei, casei, criei meus filhos e minha mãe e tia ainda moram nele. 93 anos minha tia e 83 minha mãe.
[Curtir](#) · [Responder](#) · [Mensagem](#) · 32 sem  3
-  **Carlos Pastro** A Penha é o maior bairro do mundo em estenção . A pessoa mora em São Miguel diz que mora na Penha , mora Vila Ré diz que mora na Penha
- [Curtir](#) · [Responder](#) · [Mensagem](#) · 32 sem  4
-  **Helena Vilar Dos Santos** Mora na Vila Esperança diz que mora na Penha. Saudades da Penha, primeiro Centro Comercial que conheci.
[Curtir](#) · [Responder](#) · [Mensagem](#) · 31 sem  2

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

-  Acompanha Todas as Conquistas
Sergio Maia Carlos Pastro verdade
Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem
-  **Neusa Alexandrino Villa Nova Helena Vilar Dos Santos** verdade 🌻🌻🌻
Curtir · Responder · Mensagem · 20 sem
-  Acompanha Todas as Conquistas
Wilma Marchi Eu nasci cresci e marrerei Penha minha cidade natal amo
Curtir · Responder · Mensagem · 31 sem
-  **Mauro Roberto Lopes** Nasci na Penha....vou completar 57 anos q moro no mesmo lugar q nasci....adoro meu bairro nasci na Penha e pelo jeito vou morrer na Penha.....
Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem
-  Acompanha Todas as Conquistas
Vera Lucia Cambraia Vieira Eu nasci na Penha , estudei no Colégio São Vicente de Paula, IEPenha, Ateneu Rui Barbosa.e Liceu Sto.Afonso,onde terminei o magistério,hoje estou morando em Guarulhos mas sempre morei e participei em tudo na Penha. Eu tocava em fanfarras, saímos nos desfiles cívicos, nas procissões nas festividades de N.Sra .Penha. Cresci, namorei me casei. A Penha fez parte de toda minha vida, tenho muitas histórias....
Curtir · Responder · Mensagem · 35 sem

-  **Hilario Loureiro** Eu estudei no São Vicente de 1969 até 1980. Será que estivemos na mesma classe?
Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem
-  Acompanha Todas as Conquistas
Vera Lucia Cambraia Vieira Hilario na época que estudei no São Vicente as classes ã eram mistas, o colégio era tão rígido,que éramos meninas e meninos ã tinham contados .ficavamos em prédios opostos.
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem
-  Acompanha Todas as Conquistas
Maria Mercadante Eu também estudei no São Vicente no tempo em que as classes não eram mistas. Tempo de Irmã Tarsila!... brava!!!!!!
Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem
-  Acompanha Todas as Conquistas
Vera Lucia Cambraia Vieira Na minha época, a diretora do primário era a Irmã Clara, essa também era muito brava !!!!
Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem
-  **Creusa De Marta Zampiere** Vera Lucia Cambraia Vieira Puxa! Dei aula de Geografia no São Vicente.
Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

 Acompanha Todas as Conquistas
Marinalva Araujo Frequento muito a Penha gosto muito e o lugar que eu faço minhas compras resumindo amo a penha
Curtir · Responder · Mensagem · 31 sem  2

 Acompanha Todas as Conquistas
Maria da Penha EU AMO A PENHA .MEUS FILHOS NASCERAM E FORAM CRIADOS NA PENHA TODA A MINHA HISTÓRIA DE VIDA ,,A PROTAGONISTA É A PENHA AMO MORAR NA PENHA 🍌🍌🍌🍌🍌🍌
Curtir · Responder · Mensagem · 35 sem   5

 **Izolda S. Oliveira** A Penha é tão cativante e tão especial ...que até Nossa Senhora escolheu a Penha para morar!! Amo a Penha!!!
Curtir · Responder · Mensagem · 35 sem   6

 Acompanha Todas as Conquistas
Ana Maria Roim Micieli Izolda S. Oliveira
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem

 **Neusa Alexandrino Villa Nova** Izolda S. Oliveira Verdade.A história é essa Nossa Senhora escolheu a Penha para morar.★★★★
Curtir · Responder · Mensagem · 20 sem

 **Ana Lucia Peres** Meus bisavós vieram de Portugal para Penha,minha vó cantava na igreja e era Verônica na procissão.Meus bisavós moraram nos fundos da igreja do Rosário.Nasci e vivi na Penha minha infância morei perto do antigo cine Júpiter.Lindas lembranças.Amo a Penha.
Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem  3

 Acompanha Todas as Conquistas
Dulce Costa Adoro tirar fotos do alto da Penha tenho uma vista privilegiada da sacada do quarto!!!
Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem  2

 Acompanha Todas as Conquistas
Sabatina Paul Paul Amo a Penha Cada local tem um pouco de lembranças
Curtir · Responder · Mensagem · 31 sem  1

 Acompanha Todas as Conquistas
Angela Emilio Eu nasci e moro até hj na Penha. Não há bairro melhor
Curtir · Responder · Mensagem · 35 sem  2

 **Vilma Pandolfi** 78 anos bem vividos na Penha maravilhosa . Não saio daqui , nem a pau .
Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem   4

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

 **Vera Morgado** Vilma Pandolfi ,E isso aí prima! TB amo a Penha grandes e boas recordações.
Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem  1

 **Marcilia Reis** Eu amo a Penha. Conheci namorei casei aqui na Penha e continuo morando e so saio daqui na CAIXINHA kkkk
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem

 **Vilma Pandolfi** Marcilia Reis eu também ! Amo !
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem  1

 Acompanha Todas as Conquistas
Maria Mercadante Eu também!!!! 🥰  1
Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem

   
Pressione Enter para publicar.

 Acompanha Todas as Conquistas
Elisa Mug Nasci e me criei na Penha anos sessenta e setenta me mudei para um bairro próximo mas não consegui me afastar de lá
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem  1

 Acompanha Todas as Conquistas
Regina Oliveira Minha família foi morar na Penha no começo dos anos quarenta minha mãezinha e minha tia juntas compraram um terreno para construir uma casa para minha nona e assim fizeram e todos os seus descendentes nasceram neste bairro histórico amo a Penha faz parte dos doces momentos da minha adolescência
Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem  2

 Acompanha Todas as Conquistas
Helena Ponce Gosto muito da Penha e compro na Penha há muitos anos MAIS OU menos 70 ANOS MORO no Tatuapé!
Curtir · Responder · Mensagem · 31 sem  1

 **Silvia Machado** Nasci na Penha. Morei por 25anos, mas sempre volto para dar uma olhada.
Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem  1

 **Aparecida Peixoto da Cruz** Nasci na Vila carrão Batismo na Penha em 06 01 40 amo a Penha
Curtir · Responder · Mensagem · 33 sem  3

 **Irene Sperati** Amo a Penha, não saio dela,  1
Curtir · Responder · Mensagem · 31 sem

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

 **Janete Oliveira** Nasci e fui criada na Penha, hoje moro no interior a 290 km distante da Capital, mas nao esqueço meu bairro querido.
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1

 **Sandra Lopes** Eu trabalhei na Penha em 1975.em 1982 casei na igreja que fica na padre João.nossa senhora de Fátima e são Judas Tadeu..
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1

 Acompanha Todas as Conquistas
Oswaldo Fernandes A Ung Destinyright Org ou Ong Destinecerto, apoia ações positivas para a sociedade paulistana e brasileira
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 35 sem  1

 **Osvaldo Soares** Já respondi a pesquisa  1
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 32 sem

 Acompanha Todas as Conquistas
Selma Patette nasci e fui criada na penha meus avós tb amo a penha se pudesse mandava partilhar com pedrinhas de brilhantes amo a penha
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 35 sem  2

 Acompanha Todas as Conquistas
Mauro Santos Simplesmente amo esse bairro.
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 35 sem  2

 **Iraci Abreu** Gosto muito de passear na Penha
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1

 **Ondina Ferreira** Minha querida irmã morava na Penha ,ela já se foi,mas deixou seus dois filhos,e minha mãe morou tbm um tempo na Penha ,eu gosto da Penha , tenho saudades de lá
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1

 **Luiz Gonzaga Garcia** Venha que eu sou da Penha. ...
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 31 sem  1

 Acompanha Todas as Conquistas
Rose Silva Moro no bairro da Penha De França Transformações Permanências!!! Amo de paixão!! É um bairro abençoado e muito bom de se morar 🍌🍌🍌🍌
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 23 sem · Editado  1

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

-  Acompanha Todas as Conquistas
Marcia Cristina Neves Eu passei toda minha infância e adolescência na Penha! Casei na Basílica da Penha! Hj moro no Paraíso, mas minhas raízes e coração estão aí!!
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 35 sem  2
-  Acompanha Todas as Conquistas
Vitória Landolfi Eu e meus três irmãos e minha mãe somos penhense
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 27 sem  1
-  Acompanha Todas as Conquistas
Vitória Landolfi Família e landolfi e Ribeiro todos da penha rua Mirandinha e José Flávio adoro
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 27 sem  1
-  **Sandra Scauri** Nasci e me eduquei na Penha de França. Barão de Ramalho. Santos Dumont. Liceu Santo Afonso. Amo a minha " Doce Penha". ❤️💋💋
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1
-  **Neia Mainardi** Que legal!! Adoro a Penha!!!
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 33 sem  1
-  **Olga Diogo** Amo a Penha meus filhos nasceram ai é tudo de bom
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1

-  Acompanha Todas as Conquistas
Marli Marques de Oliveira Não nasci na Penha, mas moro aqui desde pequenina
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1
-  **Marina Da Costa Guilherme** Adoro a Penha, nascida e criada, mesmo estando um pouco largada.
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1
-  **Violante Mariucci** Morei perto da penha por um doze anos meu filho nasceu no hospital da penha gostava muito frequentar
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 33 sem  1
-  Acompanha Todas as Conquistas
Dione Scauri Amo a Penha ,moro aqui à 58 anos, Penha bairro de gente boa.....
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 35 sem  2
-  **Maria Aparecida Oseias** Eu nasci e fui criada na Penha moro neste bairro que tanto amo .
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 32 sem  2
-  **Marina Da Costa Guilherme** Para quem não sabe Dom Pedro dormiu neste bairro.(Li na história da Penha).
[Curtir](#) · [Responder](#) · Mensagem · 28 sem  1

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

-  **Ruth Bastos** Moro na Penha meus filhos nasceram aqui . Amo muito
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem  1
-  **Giulia Pecchy** Moro na Vila Ré meu passeio predileto e ir na Penha amo pena que está abandonado da muita dó
Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem  1
-  **Zulneide Durães Lopes** Eu nasci e moro até hoje na Penha.
Curtir · Responder · Mensagem · 33 sem  2
-  **Sonia Maria Vitirito** Minha Nona escolheu morar na Penha quando veio da ITÁLIA Cresci me casei meu filho cresceu ...meus parentes, amigos ,vizinhos ...ou seja minha história está aqui...AMO A PENHA .
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem  1
-  **Eliana Pinto** Nascida na Penha. Tenho amigos. Sempre que posso. Vou visitar
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem  1
-  Acompanha Todas as Conquistas
Odete Oliveira Eu amo a penha civil layt are is meus59 anos infelismet ti no interior
Curtir · Responder · Mensagem · 33 sem  1

-  **Angela Maria Almudin** Nasci, cresci casei na igreja nossa senhora de Fátima, tenho 3 filhos que nasceram na penha amo de paixão minha penha querida
Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem  2
-  Acompanha Todas as Conquistas
Ana Maria Freitas Amo a Penha.Tenho 69anos de Penha
Curtir · Responder · Mensagem · 35 sem  4
- ↳ 1 resposta
-  Acompanha Todas as Conquistas
Odete Oliveira Eu amo a penha  1
Curtir · Responder · Mensagem · 33 sem
-  **Salete Pincinato** Amoooooo....
Meu pai nasceu eu nasci e daqui não sai....
Nasci Paracana antiga...Braz Cuba...sai dessa rua quando casei...mas moro ainda bem pertinho....
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem
-  **Zelinda Prodocimo Aguiar** amo esse bairro moro aqui a 60 anos sempre no mesmo lugar pena que ultimamente ficou um bairro violento como tantos mas mesmo assim adoro
Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online



Maria P. Santos Eu tambem amo a Penha nasci no hospital da Penha fui batizada .na igreja da Penha e meu nome e Maria da Penha. Por causa de uma promessa que minha mae fez a Nossa Senhora da Penha.

Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem



Marizilda Silva Quando morava na vila matilde isto em 1968 a gente adorav fazer compras na penha amolar alicates que na penha era o melhor lugar pra isto tinha uma loja próximo do cinema acho que era a Rivo e tbn da loja barbarela na penha de França saudades do mercadão enfim amava ir na igreja velha o teatro tudo passa mas a saudade permanece é um belo bairro.

Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem



Sandra Belchor Nasci e me creina Penha estudei na escola do malacacheta participei em desfile na Penha de França e ainda hoje minha mãe irmãs e filhos e netos moram na Penha, hoje não moro mais, mas 2 vezes por semana estou lá amoooo

Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem



Acompanha Todas as Conquistas

Ana Maria Sanches Narciso Todos da zona leste e de uma maneira ou outra e morador frequentador ou admirador desse bairro centenário ou mais...somos todos PENHENSE...❤️💛

💙❤️💛👍👍👍

Curtir · Responder · Mensagem · 22 sem



Vagner Marques Eu nasci na maternidade Leonor Mendes de Barros, mas fui criado na Penha.

Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem



Antonio Sepe Sou nascido e criado na Penha aprendi a nadar no rio Tiete joguei muita bola na Hortolandia onde hoje é o metro Penha que nada tem a ver com a Penha. Sou morador da rua Betari. Tem muita coisa pra lembrar. Um abraço à todos Penhenses.

Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem



Denise Alves Ferreira Penha abandonada, horrível, calçadas quebradas, ruas cheias de buracos, tinha que tombar mesmo, DEMOLIÇÃO 😞😞😞😞😞

Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem



Egle Crescenzo Nasci na Penha há setenta e cinco anos sai quando me casei, toda minha família era da Penha.

Curtir · Responder · Mensagem · 22 sem



Nelson Mouriz Quem está fazendo esse "estudo"? Tem informações?

Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem



Acompanha Todas as Conquistas

Eliana Mantovani Nardes Nasci na Penha fui batizada na igreja da Penha adoro a Pnha

Amei · Responder · Mensagem · 35 sem



Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online

 **Maria Marsella** Adoro a Penha , infelizmente detonada 🤔😭
Curtir · Responder · Mensagem · 33 sem  3

 Acompanha Todas as Conquistas
Fernando Roveran Sou Penha desde que nasci
Amei · Responder · Mensagem · 35 sem   2

 **Valdeia Paulino** Amo a Penha e primos muito queridos que residem lá!
Amei · Responder · Mensagem · 33 sem  1

 **Silvia Rosana** Nasci cresci e amo essa dona Penha de França
Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem

 **Zilma Fidelis** Não concordo, vão destruir a cidade de São Paulo.
Triste · Responder · Mensagem · 32 sem  1

 **Sonia Maria Vitirito** Nasci ,cresci, e vou morrer na Penha se Deus assim o permitir.
Curtir · Responder · Mensagem · 20 sem

 Acompanha Todas as Conquistas
Zilda Rossignoli Penha lugar onde vivi minha infância e adolescência.
Curtir · Responder · Mensagem · 20 sem

 **Soraia Pedretti** Adorava passear na Penha com minha avó...
Curtir · Responder · Mensagem · 24 sem

 **Durvalgiza Oliveira Soares** E maravilhoso.saber que a PENHA ESTA EVOLUINDO
Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem

 Acompanha Todas as Conquistas
Eduardo Rodrigues Vocês estão de brincadeira
Curtir · Responder · Mensagem · 24 sem

 **Netinha Batista** Nao sou paulista mais moro na. Penha a mais de 30 anos amo o bairro
Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem  1

 **José Carlos Mantovani** Nasci e creci na penha adoro a Penha mudei mas não esqueço
Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem

 **Marilda Lobato** Fiz muitas compras na Penha morava na rua Mercedes Lopes Vila Lais
Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem  1

 **Lina Altruda** Amo o bairro da Penha nasci nesse lugar maravilhoso
Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online



Valdir Mendes É isso ai. A Penha não é um bairro. A Penha é uma nação.

Curtir · Responder · Mensagem · 20 sem



Marli Marchetti Dos Santos conheço a Penha a mais de 60 anos é um bairro Bom é só cuidar bem dele

Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem



Acompanha Todas as Conquistas

Sergio Maia Que vontade de comer um pastel do lado do jupiter...penharama...são geraldo

Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem



Edison Novaes Manfrei Nasci aí na região..moro no interior a 12 anos mas adoro a Penha

Curtir · Responder · Mensagem · 24 sem



Teresa Santos



Curtir · Responder · Mensagem · 22 sem



Eliane la Torre Amo a penha fui criada lá

Curtir · Responder · Mensagem · 27 sem



Sonia Maria Taboni Morei pertinho Penha. .casei na Penha vai fazer 50 anos amo a Penha 🍷

Curtir · Responder · Mensagem · 26 sem



Meire Oliveira Amo a penha

Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem



Acompanha Todas as Conquistas

Ana Maria Roim Micieli



Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem



Vera Olympio A Penha é minha casa...

Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem



Marlene Fernandes Teremos metrô....

Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem



Isete Cabral de Paulo Nasci e me criei na Penha. Saudades

Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem

Anexo H – Postagem e comentários gerados no Facebook referente ao convite para participação de questionário online



Claudio Flores Prioridade.tapar os buracos

Curtir · Responder · Mensagem · 20 sem



Malu Sanzoni Venha que eu sou da penha

Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem



Acompanha Todas as Conquistas

Terezinha Lourdes Verdade eu também

Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem



Marilena Pinto Penha onde nasci

Curtir · Responder · Mensagem · 24 sem



Acompanha Todas as Conquistas

Laura Pedroso Quero participar

Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem



Paulo Alqueja Tombar, tinha sim é que arrumar os buracos das ruas, podar as árvores, limpar as praças, recolher o lixo espalhado pelo bairro, limpar os córregos, tanta coisa pra se fazer e os caras para conseguirem mais grana pra corrupção querem fazer tombamento histórico, ah, faça-me o favor vai administrar a Penha e justificar esse IPTU absurdo que nos cobram.

Curtir · Responder · Mensagem · 28 sem



2



Luiz Gonzaga Garcia Verdade Paulo....ali no começo da Av .Gabriela Mistral perto do mercado municipal. ...um verdadeiro ferro velho (para não dizer outra coisa) a céu aberto. ...Sera que aquela imundice também será tombada? ????

Curtir · Responder · Mensagem · 24 sem



Marina Da Costa Guilherme Precisa tapar tanto buraco ainda

Curtir · Responder · Mensagem · 22 sem



Acompanha Todas as Conquistas

Betinha Weinzirl Deviam ter feito isto antes de derrubarem tudo o que tinha de histórico e mais bonito

Curtir · Responder · Mensagem · 32 sem



1



Acompanha Todas as Conquistas

Vicente Leme Amo o barro q nasci Penhense Penha de França

Curtir · Responder · Mensagem · 23 sem



Marcia Regina Fonseca Moser Regiane De Haro Balestrini. Me lembrei de você

Curtir · Responder · Mensagem · 20 sem



Elze R Siqueira Raquel Bezerra Dias

Curtir · Responder · Mensagem · 31 sem



Zidalva Ferreira Silva Up

Curtir · Responder · Mensagem · 21 sem

PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO DA PENHA

Olá! Você sabia que o bairro da Penha foi tombado recentemente? O tombamento é um instrumento de reconhecimento do valor cultural de imóveis e lugares evitando sua demolição e descaracterização.

Gostaríamos de saber um pouco sobre a sua opinião e também conhecer sua percepção sobre a Penha! Aliás, quem melhor para falar do bairro do que seus moradores, ex-moradores, frequentadores e trabalhadores?

Desde já, agradecemos sua disponibilidade para participar desta pesquisa! Durará em torno de 15 a 20 minutos.

Espero que curta a experiência! Bom questionário!

Por favor, clicar no botão abaixo para iniciarem as perguntas.

*Obrigatório

Identificação do participante

Nesta primeira etapa, é necessário que você se identifique. Suas informações pessoais não serão divulgadas, mas são importantes para compreendermos os diferentes perfis sociais presentes na região e também para que possamos, futuramente, te enviar o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse!

1. Qual o seu nome?

2. Qual a sua idade?

3. Qual o seu endereço?

4. Qual a sua profissão?

5. Qual o seu e-mail?

O centro histórico da Penha

6. Você teve conhecimento do tombamento do centro histórico da Penha? Achou importante para o bairro? Por que?

7. Para você, a Penha possui um centro histórico? Em caso afirmativo, consegue descrever onde se localiza o centro histórico da Penha apontando ruas, edifícios, praças, etc.?

Referências

Avalie as imagens a seguir e considere o grau de importância desses lugares para você. (muito importante, importante, pouco importante, não conheço. (fonte das imagens: acervo do autor.)

8. Igreja Nossa Senhora da Penha



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

9. Edifício modernista localizado na Rua Padre Benedito de Camargo

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco Importante
- Sem importância
- Não conheço

10. Sobrados com arquitetura tradicional na Praça Nossa Senhora da Penha

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco Importante
- Sem importância
- Não conheço

11. Casa na Rua General Sócrates

Marcar apenas uma oval.

- Muito Importante
- Importante
- Pouco Importante
- Sem importância
- Não conheço

12. Casa na Rua General Sócrates

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

13. Casa na Rua General Sócrates

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

14. Vila na Rua Recife

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

15. Casa na Rua Aquilino Vidal

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

16. Círculo operário penhense

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

17. Memorial Penha de França na Rua Betari

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

18. Antigo Cine São Geraldo



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

19. Monte Santo Ecaristós (novo seminário da Penha)

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

20. Edifício na Rua Doutor João Ribeiro



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

21. Basílica da Penha



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

22. Defensoria Pública do Estado de São Paulo



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

23. Casa na rua Vera Cruz onde se encontram fragmentos do antigo ramal ferroviário da Penha

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

24. Casa na Rua Major Angelo Zanchi



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

25. Largo do Rosário

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

26. Praça 8 de setembro

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

27. Rua Coronel Rodovalho**Rua Cel Rodovalho**

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

28. Rua Doutor João Ribeiro (rua do centro cultural, do largo e do shopping)

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

—

29. Por que esses lugares são importantes ou, ao contrário, não são importantes para você?

30. Além dos lugares apresentados na pergunta anterior, consegue lembrar e citar mais algum outro lugar no bairro que considera importante como referência cultural? Por que? (ex: edifícios, praças, ruas, construções, paisagens, espaços com alguma característica ou atividade que você considere interessante, etc.)

31. Você identifica algum tipo de evento/festa/atividades culturais que sejam famosas/importantes no bairro da Penha?

32. Como são esses eventos? Você participa?

33. Você conhece atividades comerciais ou industriais tradicionais na Penha (comércios, padarias, restaurantes, fábricas, bares, etc)? Poderia citar algumas?

▪
Agora, gostaríamos de saber um pouco mais sobre a sua história. Está quase acabando!

34. **Você é morador, ex-morador, trabalhador ou frequentador do bairro da Penha?**

Marcar apenas uma oval.

- Morador
- Ex-morador
- Trabalhador
- Frequentador

Morador

35. **Há quanto tempo você mora no bairro da Penha? ***

36. **Por que escolheu morar no bairro da Penha?**

37. **Como a Penha faz parte da sua vida? Que tipo de relação você possui com o bairro (vizinhança, lazer, trabalho, estudo, atividades que você realiza, onde você frequenta, etc.)**

38. **Você se sente pertencente ao bairro da Penha? O que faz com que você se sinta pertencente ao bairro?**

39. Você se considera um penhense? Quem é o penhense?

Frequentador

40. Há quanto tempo você frequenta o bairro da Penha?

41. Onde você mora atualmente?

42. Por que você frequenta a Penha?

43. Como a Penha faz parte da sua vida? Que tipo de relação você possui com o bairro (vizinhança, lazer, trabalho, estudo, atividades que você realiza, onde você frequenta, etc.)

44. Possui algum vínculo afetivo com o bairro? Em caso afirmativo, que tipo de vínculo?

Trabalhador

45. Em que lugar da Penha você trabalha?

46. Há quanto tempo você trabalha neste lugar?

47. Onde você mora atualmente?

48. Como a Penha faz parte da sua vida? Que tipo de relação você possui com o bairro (vizinhança, lazer, trabalho, estudo, atividades que você realiza, onde você frequenta, etc.)

49. Possui algum vínculo afetivo com o bairro? Em caso afirmativo, que tipo de vínculo?

Ex-morador

50. Quando você deixou de morar no bairro?

-

51. Você conhece este edifício? Descreva suas impressões sobre ele?



52. Na sua opinião, este edifício deveria ser tombado? Por que?

**Fim! Por favor clique em SUBMETER para finalizar a pesquisa.
AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO!**

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da USJT. Seu objetivo é construir novas ferramentas de participação social, aproximando a opinião da sociedade civil aos estudos realizados pelo poder público. Sua participação é muito importante. Obrigada por chegar até o final!

Powered by
 Google Forms

PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO DA PENHA

Olá! Você sabia que o bairro da Penha foi tombado recentemente? O tombamento é um instrumento de reconhecimento do valor cultural de imóveis e lugares evitando sua demolição e descaracterização.

Gostaríamos de saber um pouco sobre a sua opinião e também conhecer sua percepção sobre a Penha! Aliás, quem melhor para falar do bairro do que seus moradores, ex-moradores, frequentadores e trabalhadores?

Desde já, agradecemos sua disponibilidade para participar desta pesquisa! Durará em torno de 15 a 20 minutos.

Espero que curta a experiência! Bom questionário!

Por favor, clicar no botão abaixo para iniciarem as perguntas.

*Obrigatório

Identificação do participante

Nesta primeira etapa, é necessário que você se identifique. Suas informações pessoais não serão divulgadas, mas são importantes para compreendermos os diferentes perfis sociais presentes na região e também para que possamos, futuramente, te enviar o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse!

1. Qual o seu nome?

2. Qual a sua idade?

3. Qual o seu endereço?

4. Qual a sua profissão?

5. Qual o seu e-mail?

O centro histórico da Penha

6. Você teve conhecimento do tombamento do centro histórico da Penha? Em caso afirmativo, como ficou sabendo?

7. Achou importante o tombamento do centro histórico do bairro? Por que?

8. Para você, a Penha possui um centro histórico? Em caso afirmativo, onde se localiza o centro histórico da Penha?

9. Diga o que esse centro histórico significa para você.

Referências

Avalie as imagens a seguir e considere o grau de importância desses lugares para você. (muito importante, importante, pouco importante, não conheço. (fonte das imagens: acervo do autor.)

10. Igreja Nossa Senhora da Penha

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

11. Edifício modernista localizado na Rua Padre Benedito de Camargo

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

12. Sobrados com arquitetura tradicional na Praça Nossa Senhora da Penha

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco Importante
- Sem importância
- Não conheço

13. Casa na Rua General Sócrates

Marcar apenas uma oval.

- Muito Importante
- Importante
- Pouco Importante
- Sem importância
- Não conheço

14. Casa na Rua General Sócrates

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

15. Casa na Rua General Sócrates

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

16. Vila na Rua Recife

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

17. Casa na Rua Aquilino Vidal

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

18. Círculo operário penhense



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

19. Memorial Penha de França na Rua Betari

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

20. Antigo Cine São Geraldo



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

21. Monte Santo Ecaristós (novo seminário da Penha)

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

22. Edifício na Rua Doutor João Ribeiro



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

23. Basílica da Penha

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

24. Defensoria Pública do Estado de São Paulo



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

25. Casa na rua Vera Cruz onde se encontram fragmentos do antigo ramal ferroviário da Penha

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

26. Casa na Rua Major Angelo Zanchi



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

27. Largo do Rosário

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

28. Praça 8 de setembro

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

29. Rua Coronel Rodovalho



Rua Cel Rodovalho

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

30. Rua Doutor João Ribeiro (rua do centro cultural, do largo e do shopping)



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço

31. Por que esses lugares são importantes ou, ao contrário, não são importantes para você?

32. Além dos lugares apresentados na pergunta anterior, consegue lembrar e citar mais algum outro lugar no bairro que considera importante como referência cultural? Por que? (ex: edifícios, praças, ruas, construções, paisagens, espaços com alguma característica ou atividade que você considere interessante, etc.)

33. Você conhece atividades comerciais ou industriais tradicionais na Penha (comércios, padarias, restaurantes, fábricas, bares, etc)? Poderia citar algumas?

Agora, gostaríamos de saber um pouco mais sobre a sua história. Está quase acabando!

34. Você é morador, ex-morador, trabalhador ou frequentador do bairro da Penha?

Marcar apenas uma oval.

- Morador
- Ex-morador
- Trabalhador
- Frequentador

Morador

35. Há quanto tempo você mora no bairro da Penha? *

36. Por que escolheu morar no bairro da Penha?

37. Como a Penha faz parte da sua vida? Que tipo de relação você possui com o bairro (vizinhança, lazer, trabalho, estudo, atividades que você realiza, onde você frequenta, etc.)

38. Você se sente pertencente ao bairro da Penha? O que faz com que você se sinta pertencente ao bairro?

39. Acredita existir um típico morador penhense? Quem é o penhense?

40. Você se considera um penhense?

Frequentedor

41. Há quanto tempo você frequenta o bairro da Penha?

42. Onde você mora atualmente?

43. Por que você frequenta a Penha?

44. Como a Penha faz parte da sua vida? Que tipo de relação você possui com o bairro (vizinhança, lazer, trabalho, estudo, atividades que você realiza, onde você frequenta, etc.)

45. Possui algum vínculo afetivo com o bairro? Em caso afirmativo, que tipo de vínculo?

Trabalhador

46. Em que lugar da Penha você trabalha?

47. Há quanto tempo você trabalha neste lugar?

48. Onde você mora atualmente?

49. Como a Penha faz parte da sua vida? Que tipo de relação você possui com o bairro (vizinhança, lazer, trabalho, estudo, atividades que você realiza, onde você frequenta, etc.)

50. Possui algum vínculo afetivo com o bairro? Em caso afirmativo, que tipo de vínculo?

Ex-morador

51. Quando você deixou de morar no bairro?

52. Você conhece este edifício? Descreva suas impressões sobre ele?



53. Na sua opinião, este edifício deveria ser tombado? Por que?

**Fim! Por favor clique em SUBMETER para finalizar a pesquisa.
AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO!**

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da USJT. Seu objetivo é construir novas ferramentas de participação social, aproximando a opinião da sociedade civil aos estudos realizados pelo poder público. Sua participação é muito importante. Obrigada por chegar até o final!

Powered by



PERCEPÇÕES SOBRE O BAIRRO DA PENHA

Olá! Você sabia que o bairro da Penha foi tombado recentemente? O tombamento é um instrumento de reconhecimento do valor cultural de imóveis e lugares evitando sua demolição e descaracterização.

Gostaríamos de saber um pouco sobre a sua opinião e também conhecer sua percepção sobre a Penha! Aliás, quem melhor para falar do bairro do que seus moradores, ex-moradores, frequentadores e trabalhadores?

Desde já, agradecemos sua disponibilidade para participar desta pesquisa! Durará em torno de 15 a 20 minutos.

Espero que curta a experiência! Bom questionário!

Por favor, clicar no botão abaixo para iniciarem as perguntas.

***Obrigatório**

Identificação do participante

Nesta primeira etapa, é necessário que você se identifique. Suas informações pessoais não serão divulgadas, mas são importantes para compreendermos os diferentes perfis sociais presentes na região e também para que possamos, futuramente, te enviar o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse!

1. Qual o seu nome?

2. Qual a sua idade?

3. Qual o seu endereço?

4. Qual a sua profissão?

5. Qual o seu e-mail?

6. Você é morador, ex-morador, trabalhador ou frequentador do bairro da Penha ? *

Marcar apenas uma oval.

- MORADOR
- EX-MORADOR
- TRABALHADOR
- FREQUENTADOR

—

7. Você teve conhecimento do tombamento do centro histórico da Penha? Em caso afirmativo, como ficou sabendo?

—
(fonte das fotos: acervo do autor)

8. Essas fotos referem-se aos bens e lugares tombados e protegidos pelo poder público. Poderia descrever abaixo de cada imagem se esse bem tem valor para você e por que o considera importante, ou ao contrário, não considera?



9.



10.



Imóvel localizado na Pça Nsa Senhora da Penha



Defensoria Pública do Estado de São Paulo

11.



Edifício modernista localizado na Rua Padre Benedito de Camargo

12.



Imóveis localizados na Rua General Sócrates

13.



Vila na Rua Recife

14.



**Imóvel localizado na
Rua Aquilino Vidal**



**Imóvel localizado na
Rua Major Angelo Zanchi**

15.



Círculo Operário Penhense

16.



Memorial Penha de França

17.



Antigo Cinema São Geraldo

18.



Monte Santo Eucaristó

19.



Imóvel localizado na Rua Doutor João Ribeiro

20.



Casa na rua Vera Cruz onde se encontram fragmentos do antigo ramal ferroviário da Penha

21.



Largo do Rosário

22.



Pça 8 de Setembro

23.



Rua Cel Rodovalho

24.



Rua Dr. João Ribeiro

25. Além dos lugares apresentados na pergunta anterior, consegue lembrar e citar mais algum outro lugar no bairro que considera importante como referência cultural? Por que? (ex: edifícios, praças, ruas, construções, paisagens, espaços com alguma característica ou atividade que você considere interessante, etc.)

26. Você conhece atividades comerciais ou industriais tradicionais na Penha (comércios, padarias, restaurantes, fábricas, bares, etc)? Poderia citar algumas?

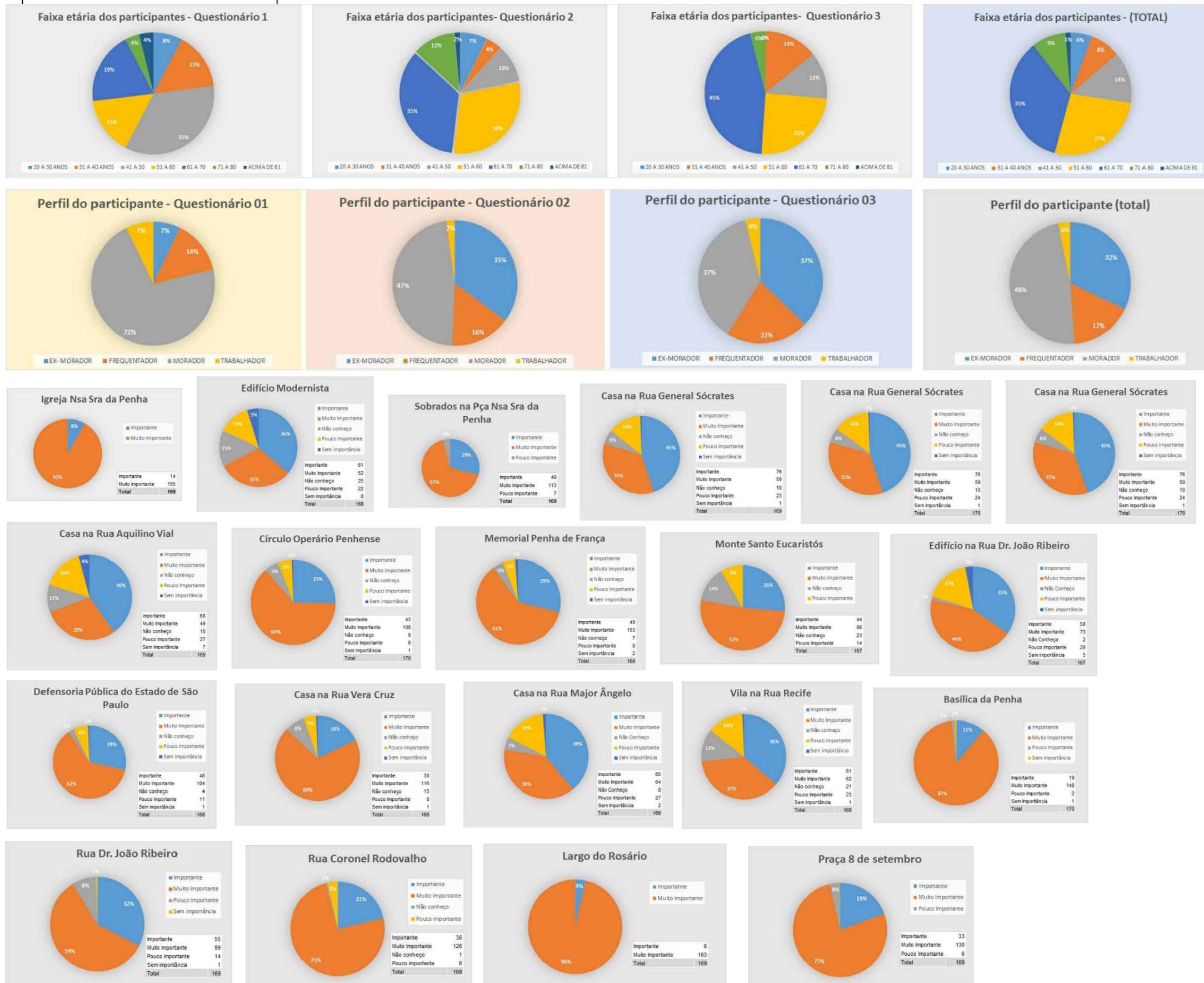
Fim! Por favor clique em SUBMETER para finalizar a pesquisa. AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO!

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da USJT. Seu objetivo é construir novas ferramentas de participação social, aproximando a opinião da sociedade civil aos estudos realizados pelo poder público. Sua participação é muito importante. Obrigada por chegar até o final!

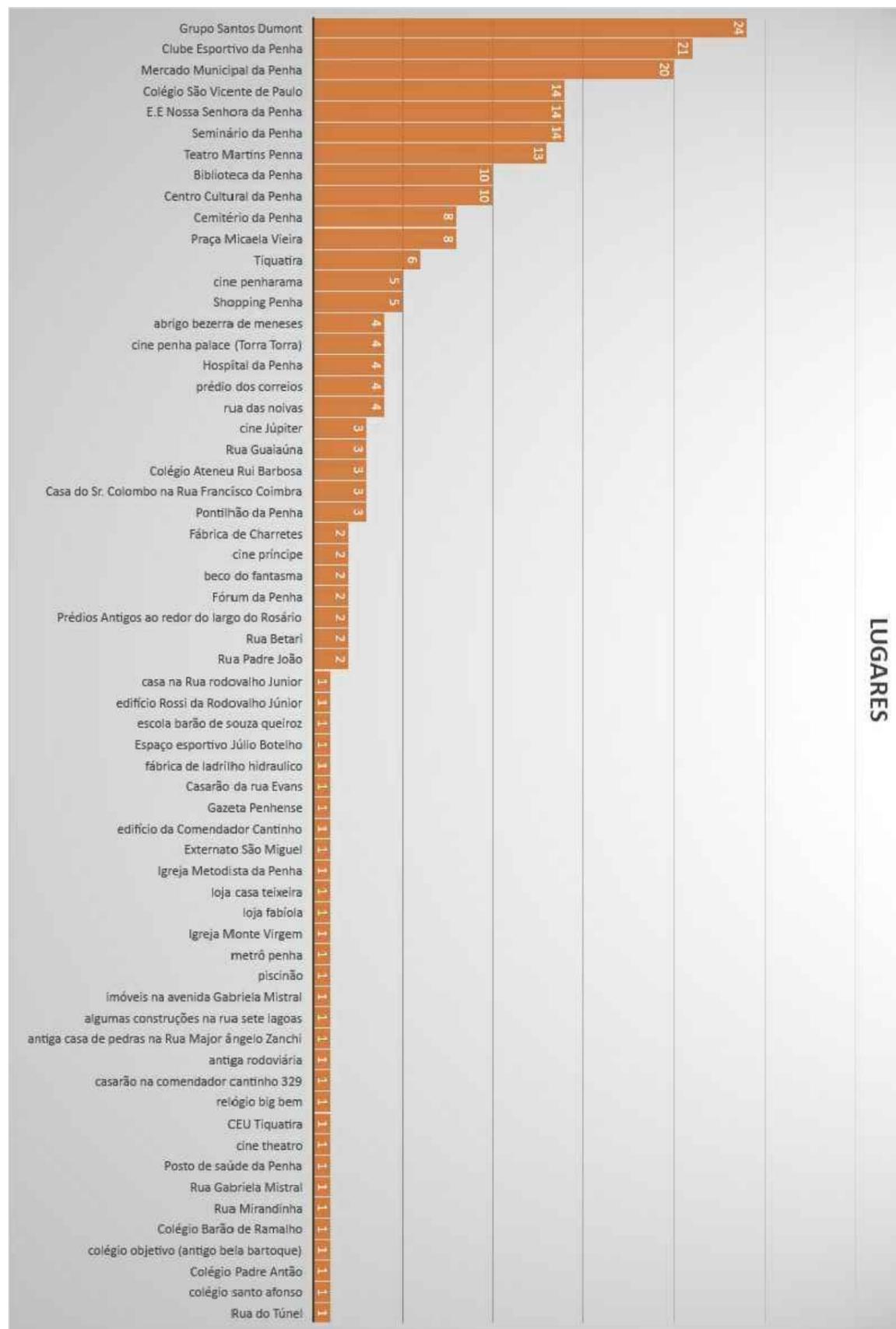
Powered by



Apêndice D – Análise quantitativa dos resultados



Apêndice D – Análise quantitativa dos resultados



Apêndice D – Análise quantitativa dos resultados



Apêndice E - Link de acesso para o resultado dos questionários:

Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1yl2ydCVomVxLP-szDUyAapbx9fE4cH4K?usp=sharing>>